

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Curso de Mestrado em Ciência Política

**IDENTIDADES DILUÍDAS: CONSISTÊNCIA
PARTIDÁRIA DAS COLIGAÇÕES PARA PREFEITO NO
BRASIL – 2000 E 2004**

CARLOS AUGUSTO MELLO MACHADO

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Dissertação de Mestrado

Brasília, janeiro de 2007

CARLOS AUGUSTO MELLO MACHADO

**Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para
prefeito no Brasil – 2000 e 2004**

**Dissertação apresentada ao
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília,
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Ciência Política**

MEMBROS DA BANCA

Prof. Luis Felipe Miguel (Orientador)

Profa. Flávia Milena Biroli Tokarski

Prof. Yan de Souza Carreirão

Prof. Ricardo Wahrendorff Caldas (Suplente)

Brasília

2007

Agradecimentos

A Danusa Marques pelo apoio constante e paciência para agüentar exaustivas horas de conversa sobre assuntos monótonos da política, além de todo o amor e dedicação.

Ao meu orientador, Luis Felipe Miguel, pela amizade e auxílio em todos os momentos árdusos desta passagem pelo mestrado, sempre prezando pela excelência acadêmica.

Às professoras Flávia Biroli e Marilde Menezes, pela ajuda sempre que foi necessário, em todos os aspectos dentro da Universidade, mas em especial quanto ao meu desenvolvimento acadêmico.

À minha família pelo incentivo ao seguir o rumo que escolhi, apesar de todas as intemperanças e incertezas.

Ao ensino público, ainda gratuito, mas com sensível queda em sua qualidade. É necessário enfrentar este desafio!

Às minhas amigas e amigos, sem os quais nada sou. À família Violato, à família Cattapreta, à família Ritter Contini, Ricardo Lourenço, Eduardo Marques, Frederico Spohr, Vanessa Wolf, Kelly Zerbinatti, Edson Marques, David Galdino, Angélica Leite,

Adriana Lobo, Marina Parente, Marco Antônio, Gláucia Souza, Alice Macedo, Sara Freire, Stela Oliveira, Layla Daniele, Juliana Sousa, Janaína Coutinho, Heloísa Curvello, Marconi Fernandes, Silvie e Phillip Eidam, Ana Janaína, Gustavo Amora, Helena Máximo, Fabiany Made, Marcelo Gonçalves, Janine Melo, Caio Athayde, Janaína Figueira, Caroline Santos, Gabriela Andrade, Paulo Victor, Lucianna Queiroz, Marcelo Facchina, Lucas Amaral, Amanda Bryk, Larissa Rabelo, Camila Damasceno, Thaís Martins, Luciana Pinheiro, Denise Helena, Helena Gressler, Priscila Medrado, Lília Rolim, Thiago Muzi, Luis Matsunaga, Bruna Bastos, Juliana Máximo, Luciana Ribeiro, David Souza, Tadeu Júnior, Renata Florentino, Flávio Pompeu, Aline Coutinho, Luiz Augusto, Fernanda Feitosa e Aline Ohira.

A CAPES pelo apoio oferecido, sem o qual a realização deste trabalho não seria possível.

Resumo

Pretende-se com este estudo observar como os partidos políticos brasileiros se organizam nas eleições para prefeito, através de coligações partidárias e quais impactos estas possuem no sistema representativo brasileiro.

Para a análise dos dados foram empregados dois índices: índice de viés ideológico (IVI) e índice de governismo (IG).

Este trabalho constata a inexistência de padrões sólidos com relação às coligações. As divisões estaduais e regionais pouco contribuem para explicar o comportamento partidário, porém a dimensão de tamanho do eleitorado se apresenta como crucial. Em 2000, o Partido dos Trabalhadores referenciou o posicionamento observado pelo conjunto de partidos analisados. Com as eleições de 2004 este quadro se torna totalmente diluído, de forma que a diferenciação entre posicionamentos dos partidos só pode ser identificada em casos isolados.

Abstract

This study pretends to observe how the Brazilian political parties organize themselves in elections for mayor through electoral party coalitions and which impacts those have in the Brazilian representative system.

For the data analysis were used two index: ideological index (IVI) and governism index (IG).

This work concludes the inexistency of solid patterns in relation to electoral coalitions. The estate and regional divisions contributes too little to explain the party behavior, but the size of the electorate presents itself as a crucial matter. In 2000, the Labor's Party (PT) served as reference to the disposition observed by the collection of parties analyzed. With the 2004 elections this frame becomes totally fluid in such a way that the difference between the positions of the parties can only be identified in isolated cases.

Sumário de Tabelas

Tabela 1: participações nas eleições para prefeito de 2000, por partido	pg. 54
Tabela 2: participação em 1996 e 2000, por partido	pg. 56
Tabela 3: Participação nas eleições municipais para prefeito de 2000, por partido	pg. 57
Tabela 4: distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2000, por partido	pg. 60
Tabela 5: Vitórias dos partidos que disputaram as eleições de 2000 em 700 ou mais municípios	pg. 61
Tabela 6: tamanho médio das coligações nas eleições de 2000, por partido	pg. 62
Tabela 7: distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado segundo o total de cada categoria de tamanho da coligação	pg. 64
Tabela 8: distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado segundo o total de cada categoria de tamanho do eleitorado	pg. 65
Tabela 9: porcentagem do tamanho da coligação nas eleições de 2000, por resultado	pg. 65
Tabela 10: número de vitórias proporcionais ao número de participações segundo o tamanho da coligação nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado	pg. 66
Tabela 11: participações nas eleições para prefeito de 2004, por partido	pg. 67
Tabela 12: participação em 2000 e 2004 por partido	pg. 68
Tabela 13: Participação nas eleições municipais de 2000, por partido	pg. 69
Tabela 14: Vitórias dos partidos que disputaram as eleições de 2004 em 900 ou mais municípios	pg. 70
Tabela 15: tamanho médio das coligações nas eleições de 2004, por partido	pg. 71
Tabela 16: participações do PMDB nas eleições de 2000, por estado	pg. 75
Tabela 17: número de vezes com que o PMDB se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido	pg. 77
Tabela 18: distribuição da composição das coligações do PMDB nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 78
Tabela 19: vitórias do PMDB nas eleições de 2000, por estado	pg. 80
Tabela 20: vitórias do PMDB nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado	pg. 81

Tabela 21: IVI e IG das coligações do PMDB nas eleições de 2000, por estado	pg. 82
Tabela 22: IVI e IG das coligações do PMDB nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado	pg. 84
Tabela 23: IVI e IG das coligações do PMDB para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação	pg. 85
Tabela 24: participações do PMDB nas eleições de 2004, por estado	pg. 88
Tabela 25: número de vezes com que o PMDB se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004 por partido	pg. 89
Tabela 26: distribuição da composição das coligações do PMDB nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 90
Tabela 27: vitórias do PMDB nas eleições de 2004, por estado	pg. 91
Tabela 28: vitórias do PMDB nas eleições de 2000, por eleitorado total	pg. 92
Tabela 29: IVI e IG das coligações do PMDB nas eleições de 2004, por estado	pg. 93
Tabela 30: IVI e IG das coligações do PMDB nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 94
Tabela 31: IVI e IG das coligações do PMDB para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação	pg. 95
Tabela 32: participações do PFL nas eleições de 2000, por estado	pg. 100
Tabela 33: número de vezes em que o PFL se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido	pg. 101
Tabela 34: distribuição da composição das coligações do PFL nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 102
Tabela 35: vitórias do PFL nas eleições de 2000, por estado	pg. 103
Tabela 36: vitórias do PFL nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado	pg. 104
Tabela 37: índice de viés ideológico das coligações do PFL nas eleições de 2000, por estado	pg. 105
Tabela 38: IVI e IG das coligações do PFL nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado	pg. 106
Tabela 39: IVI e IG das coligações do PFL para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação	pg. 108
Tabela 40: participações do PFL nas eleições de 2004, por estado	pg. 110

Tabela 41: número de vezes com que o PFL se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004, por partido	pg. 111
Tabela 42: distribuição da composição das coligações do PFL nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 113
Tabela 43: vitórias do PFL nas eleições de 2004, por estado	pg. 114
Tabela 44: vitórias do PFL nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 116
Tabela 45: IVI e IG das coligações do PFL nas eleições de 2004, por estado	pg. 117
Tabela 46: IVI e IG das coligações do PFL para prefeito nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 118
Tabela 47: IVI e IG das coligações do PFL para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação	pg. 119
Tabela 48: participações do PSDB nas eleições de 2000, por estado	pg. 123
Tabela 49: número de vezes com que o PSDB se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido	pg. 124
Tabela 50: distribuição da composição das coligações do PSDB nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 126
Tabela 51: vitórias do PSDB nas eleições de 2000, por estado	pg. 127
Tabela 52: vitórias do PSDB nas eleições de 2000, por eleitorado total	pg. 128
Tabela 53: índice de viés ideológico das coligações do PSDB nas eleições de 2000, por estado	pg. 129
Tabela 54: IVI e IG das coligações do PSDB para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação	pg. 131
Tabela 55: IVI e IG das coligações do PSDB para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação	pg. 132
Tabela 56: participações do PSDB nas eleições de 2004, por estado	pg. 135
Tabela 57: número de vezes com que o PSDB se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004, por partido	pg. 136
Tabela 58: distribuição da composição das coligações do PSDB nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 137
Tabela 59: vitórias do PSDB nas eleições de 2004, por estado	pg. 138
Tabela 60: vitórias do PSDB nas eleições de 2004, por eleitorado total	pg. 139

Tabela 61: IVI e IG das coligações do PSDB nas eleições de 2004, por estado	pg. 140
Tabela 62: IVI e IG das coligações do PSDB nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 141
Tabela 63: IVI e IG das coligações do PFL para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação	pg. 142
Tabela 64: participações do PPB nas eleições de 2000, por estado	pg. 146
Tabela 65: número de vezes em que o PPB se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido	pg. 148
Tabela 66: distribuição da composição das coligações do PPB nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 149
Tabela 67: vitórias do PPB nas eleições de 2000, por estado	pg. 150
Tabela 68: vitórias do PPB nas eleições de 2000, por eleitorado total	pg. 151
Tabela 69: IVI e IG das coligações do PPB para prefeito nas eleições de 2000, por estado	pg. 152
Tabela 70: IVI e IG das coligações do PPB para prefeito nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado	pg. 153
Tabela 71: IVI e IG das coligações do PPB para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação	pg. 154
Tabela 72: participações do PP nas eleições de 2004, por estado	pg. 157
Tabela 73: número de vezes com que o PP se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004, por partido	pg. 159
Tabela 74: distribuição da composição das coligações do PP nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 160
Tabela 75: vitórias do PP nas eleições de 2004, por estado	pg. 161
Tabela 76: vitórias do PP nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 162
Tabela 77: IVI e IG das coligações do PP nas eleições de 2004, por estado	pg. 163
Tabela 78: IVI e IG das coligações do PP para prefeito nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 164
Tabela 79: IVI e IG das coligações do PP para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação	pg. 165
Tabela 80: participações do PDT nas eleições de 2000, por estado	pg. 169

Tabela 81: número de vezes em que o PDT se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido	pg. 171
Tabela 82: distribuição da composição das coligações do PDT nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 172
Tabela 83: vitórias do PDT nas eleições de 2000, por estado	pg. 173
Tabela 84: vitórias do PDT nas eleições de 2000, por eleitorado total	pg. 175
Tabela 85: IVI e IG das coligações do PDT nas eleições de 2000, por estado	pg. 175
Tabela 86: IVI e IG das coligações do PDT nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado	pg. 176
Tabela 87: IVI e IG das coligações do PDT para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação	pg. 177
Tabela 88: participações do PDT nas eleições de 2004, por estado	pg. 180
Tabela 89: número de vezes com que o PDT se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004, por partido	pg. 182
Tabela 90: distribuição da composição das coligações do PDT nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 183
Tabela 91: vitórias do PDT nas eleições de 2004, por estado	pg. 184
Tabela 92: vitórias do PDT nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 186
Tabela 93: IVI e IG das coligações do PDT nas eleições de 2004, por estado	pg. 186
Tabela 94: IVI e IG das coligações do PDT para prefeito nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 188
Tabela 95: IVI e IG das coligações do PDT para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação	pg. 188
Tabela 96: participações do PT nas eleições de 2000, por estado	pg. 193
Tabela 97: número de vezes em que o PT se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido	pg. 194
Tabela 98: número de vezes com que o PT se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido	pg. 196
Tabela 99: vitórias do PT nas eleições de 2000, por estado	pg. 198
Tabela 100: vitórias do PT nas eleições de 2000, por eleitorado total	pg. 201

Tabela 101: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2000, por estado	pg. 201
Tabela 102: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado	pg. 204
Tabela 103: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação	pg. 206
Tabela 104: participações do PT nas eleições de 2004, por estado	pg. 207
Tabela 105: número de vezes com que o PT se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004, por partido	pg. 208
Tabela 106: distribuição da composição das coligações do PT nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido	pg. 209
Tabela 107: vitórias do PT nas eleições de 2004, por estado	pg. 210
Tabela 108: vitórias do PT nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 212
Tabela 109: IVI e IG das coligações do PT nas eleições de 2004, por estado	pg. 213
Tabela 110: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 214
Tabela 111: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação	pg. 215
Tabela 112: IVI e IG das eleições para prefeito de 2000, por partido	pg. 224
Tabela 113: IVI e IG das eleições para prefeito de 2004, por partido	pg. 225
Tabela 114: participações com o PT sobre o total de participações de PFL e PSDB nas eleições de 2000, por estado	pg. 229
Tabela 115: participações com o PT sobre o total de participações de PFL e PSDB nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado	pg. 230
Tabela 116: participações com o PT sobre o total de participações de PFL e PSDB nas eleições de 2004, por estado	pg. 231
Tabela 117: participações com o PT sobre o total de participações de PFL e PSDB nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado	pg. 232
Tabela 118: número de coligações com prefeito de algum dos partidos, por ano da eleição	pg. 233

Sumário de Gráficos

Gráfico 1: IVI x IG das coligações do PMDB nas eleições de 2000, por estado	pg. 86
Gráfico 2: IVI x IG do PMDB nas eleições para prefeito de 2004, por estado	pg. 96
Gráfico 3: IVI x IG das coligações do PFL nas eleições de 2000, por estado	pg. 109
Gráfico 4: IVI x IG do PFL nas eleições para prefeito de 2004, por estado	pg. 120
Gráfico 5: IVI x IG das coligações do PSDB nas eleições de 2000, por estado	pg. 133
Gráfico 6: IVI x IG das coligações do PSDB nas eleições de 2004, por estado	pg. 143
Gráfico 7: IVI x IG do PPB nas eleições para prefeito de 2000, por estado	pg. 156
Gráfico 8: IVI x IG do PP nas eleições para prefeito de 2004, por estado	pg. 166
Gráfico 9: IVI x IG das coligações do PDT nas eleições de 2000, por estado	pg. 176
Gráfico 10: IVI x IG do PDT nas eleições para prefeito de 2004, por estado	pg. 189
Gráfico 11: IVI x IG das coligações do PT nas eleições de 2000, por estado	pg. 205
Gráfico 12: IVI x IG do PT nas eleições para prefeito de 2004, por estado	pg. 216
Gráfico 13: IVI x IG nas eleições para prefeito de 2000 e 2004, por partido	pg. 226

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
1.1. Relevância	2
1.2. Justificativa.....	3
2. Referencial Teórico	6
2.1. Democracia.....	6
2.2. Representação.....	16
2.3. Partidos políticos e representação	26
2.4. Coligações	32
2.4.1. Período “pré-64”	36
2.4.2. Retorno do poder aos civis	40
3. Questões metodológicas	45
3.1. Hipóteses	45
3.2. Coleta e organização dos dados.....	46
3.3. Coerência ou consistência?.....	48
3.4. Considerações sobre as análises	50
4. Análise dos dados	54
4.1. Cenário Geral.....	54
4.1.1. Eleições de 2000	54
4.1.2. Eleições 2004.....	66
4.2. PMDB.....	73
4.2.1. Eleições de 2000	74
4.2.2. Eleições de 2004.....	87
4.3. PFL	97
4.3.1. Eleições de 2000	99
4.3.2. Eleições de 2004.....	109
4.4. PSDB	121
4.4.1. Eleições de 2000	122
4.4.2. Eleições de 2004.....	135
4.5. PP (PPB).....	144
4.5.1. Eleições de 2000 (PPB).....	145
4.5.2. Eleições de 2004 (PP)	156
4.6. PDT.....	167
4.6.1. Eleições de 2000	168
4.6.2. Eleições 2004.....	180
4.7. PT	190
4.7.1. Eleições de 2000.....	192
4.7.2. Eleições de 2004.....	206
5. Conclusão	218
6. Bibliografia	237

1. Introdução

Pretende-se com esta dissertação observar como os partidos políticos brasileiros se organizam nas eleições majoritárias municipais, através de coligações partidárias e quais impactos estas possuem no sistema representativo brasileiro.

O objetivo central deste estudo é perceber tendências existentes na realização de coligações pelos partidos políticos dentro da organização federativa brasileira. A questão central a ser abordada é se coligações são formadas com base em questões ideológicas ou de posicionamento frente ao governo federal, e até que ponto a organização nacional dos partidos influi nesta lógica. Tal questão reside na problematização do conceito de representação em sociedades complexas, como o Brasil.

Para realizar este estudo, foram coletados, junto ao *site* do TSE, os dados referentes às eleições de 2000 e 2004 para o cargo de prefeito no Brasil, em todos os municípios. Ao abordar os dados foram construídos dois índices com o intuito de perceber o perfil geral das coligações de cada partido. Para apreender a perspectiva ideológica foi criado o índice de viés ideológico (IVI) a partir da diferença entre o número de partidos de direita e de esquerda, dividido pelo número total de partidos coligados. Do ponto de vista de posicionamento frente ao governo federal foi criado o índice de governismo (IG), por meio do mesmo processo que o anterior, porém utilizando um eixo governo-oposição.

Através deste estudo se constata a inexistência de padrões sólidos com relação às coligações, porém, em 2000, o Partido dos Trabalhadores referenciou o posicionamento observado pelo conjunto de partidos analisados. Com as eleições de 2004 este quadro se torna totalmente diluído, de forma que a diferenciação entre posicionamento dos partidos só pode ser identificada em casos isolados. No geral as coligações indicam não

haver grande distanciamento entre as posições apresentadas pelos partidos políticos brasileiros quando concorrem para prefeito, considerando os partidos nacionalmente.

1.1. Relevância

Numa sociedade ampla e diversa como a brasileira, a necessidade da existência de representação é nítida. Entretanto, a qualidade desta representação deve ser averiguada com profundidade para a reflexão sobre as possibilidades e limites presentes na atual organização deste sistema político. O Estado brasileiro é a simbolização dos cidadãos brasileiros, representa a todos, o que equivale a dizer que uma ação realizada por este Estado é uma ação atribuída aos brasileiros em geral. O governo determina, momentaneamente, quais ações serão realizadas, e, portanto, o que significa ser parte do Brasil. Mesmo que a constituição de um governo não passe única e exclusivamente pela eleição de representantes¹, esta persiste como um dos pilares da democracia representativa brasileira.

No caso brasileiro, a representação é monopolizada pelos partidos políticos. Assim sendo, a interpretação dos membros destes sobre quais suas funções e objetivos, enquanto representantes, influencia no tipo de representação política existente e possível. Atitudes por parte de candidatos, políticos eleitos, partidos e governos que considerem – ou não – os eleitores além de meros dedos a pressionar botões, são relevantes para compreender o que esperar da representação política. Se o sistema

¹ Além do Executivo (parcialmente eleito) e do Legislativo; o Judiciário (que não é eleito) faz parte do Estado. Outros agentes também fazem parte e/ou influenciam na formação da política governamental. O corpo burocrático – pretensamente apolítico – auxilia a realizar ações dentro do governo, assim como instituições fora do âmbito governamental (ONGs, sindicatos, organizações de proprietários, *lobbies*, movimentos sociais, etc.) influenciam na determinação das políticas a serem elaboradas bem como a imagem e objetivos constituídos pelo governo.

representativo pretende representar a população é necessário existir algum vínculo entre eleitor e eleito.

Quando a imagem de um partido reflete uma posição X para o eleitorado, o último não deveria esperar uma atitude Y do primeiro. Por este processo, abordar a consistência partidária evidencia a noção de que os partidos são (ou deveriam ser) diferentes uns dos outros e, portanto, devem representar visões do mundo diferentes, quando não divergentes. A situação ideal para um eleitor que simpatize por uma corrente defendida por um determinado partido é que este não faça alianças, não necessitando fazer concessões em seu programa de governo. Esta colocação pode ser considerada ingênua e/ou irreal, pois desconsidera os problemas dos candidatos para se elegerem, bem como aqueles posteriores à eleição e concernentes à mobilização de coalizões. Entretanto esta abordagem se faz crucial ao se considerar um ideal para a reflexão sobre o comportamento atual dos partidos políticos, na busca por perceber suas possibilidades e limites quanto a melhoria das condições democráticas.

1.2. Justificativa

No sistema representativo brasileiro, a existência de coligações complexifica a observação da relação entre representante e representado. Com relação às eleições majoritárias, o problema reside exatamente no papel desempenhado pelos partidos políticos na disputa eleitoral. Se existem diferentes partidos políticos, isto se deve à existência de interesses e valores divergentes entre as variadas associações partidárias².

² Esta colocação é apresentada como um sentido ideal. Não se pretende neste estudo ignorar a trajetória da constituição das instituições política brasileiras. A formação de diferentes partidos políticos também pode estar ligada à necessidade de acomodar atores políticos que não teriam o mesmo espaço em um partido já existente. Porém, como a intenção deste estudo reside em relacionar as implicações das coligações para um modelo democrático idealizado, a consideração apresentada no texto será mais frutífera para a pesquisa.

Isso implica em diferenças passíveis de serem tidas como de difícil conciliação. Realizar uma coligação pode ser tido, portanto, como uma “traição” ao princípio que originou o partido, a percepção de diferença com legendas já constituídas. A disputa eleitoral pode vir a obrigar determinados partidos a se aproximarem, seja por problemas e/ou soluções defendidas em comum, seja pela existência da possibilidade de vitória de uma legenda completamente oposta às posições defendidas por determinado grupo. É possível, assim, caracterizar graus de “traição” ao princípio original do partido.

Todavia as relações dentro de um sistema institucionalizado, o qual impõe restrições à participação pelo canal representativo, não pode ser simplificado apenas pelo “dever ser”.

Apesar de o principal impacto ocorrer sobre eleições proporcionais – devido à desproporcionalidade do voto (Schmitt, 2005; Santos, 1987; Lima Júnior, 1993; Nicolau, 1996) – existem fatores que permitem considerar efeitos também sobre as eleições majoritárias – principalmente apoio econômico, mobilização de apoio político e exposição nas propagandas eleitorais (Schmitt, 2005: 20). Entretanto, para este trabalho é importante notar outro fator, a consistência ideológica dos partidos, a partir do ponto de vista da organização política dentro da percepção dos diferentes níveis de organização da federação. Mesmo que alguns autores já tenham alertado para a diversidade que existe na política brasileira, devendo-se considerar a política local (Soares, 1964; Oliveira, 1973), estudos mais recentes tendem a trabalhar apenas com as dimensões federal e/ou estadual (Sousa, 2005; Machado, 2005; Dalmoro e Fleischer, 2005; Krause, 2005; Lima Júnior, 1983; Santos, 1987, Sousa, 1996; Souza, 1992; Nicolau, 1996; Favetti, 2004), negligenciando a política municipal.

O estudo das eleições para prefeito se justifica pela possibilidade de perceber como a política municipal se organiza, além de possibilitar a observação de tendências

ideológicas nela presentes. Desconsiderar o peso das lideranças locais pode trazer certos falseamentos para os estudos sobre a arena política. Vários estudos sobre o poder local foram feitos no Brasil, desconsiderar esta particularidade brasileira é fator sério para avaliar os partidos políticos atuais, visto que ainda pode-se encontrar uma série de caciques da política regional atuando em todos os níveis de governo.

Da mesma forma, estudos sobre o tema coligações em município tendem a utilizar uma parcela do total de dados disponíveis, como, por exemplo, os estudos de Carreirão (2005) e Ribeiro (2005). Estudar apenas os centros urbanos ou um estado não é suficiente para abordar o assunto quanto à nacionalização ou a consistência dos partidos políticos, apesar dos esforços hercúleos para a extensão da análise dos dados disponíveis.

Nos debates sobre a reforma política, inclusive, muito é dito sobre os impactos de modificações no sistema representativo e eleitoral, contudo na maior parte das vezes a reflexão sobre os possíveis impactos das propostas se restringem apenas ao âmbito federal e estadual, poucas são as considerações quanto a organização política municipal. Isto talvez ocorra pela ausência de estudos sobre o assunto, ou mesmo desinteresse da arena federal em discutir o tema³.

O principal fator a incentivar este estudo é a possibilidade de observar a importância dada às perspectivas ideológica e pragmática, pois permite avaliar a forma como os variados partidos se relacionam entre si. Este fator é de extrema relevância para a constatação de como os agentes do sistema político brasileiro concebem o seu mandato, se apenas um aglomerado de votos ou se a defesa de uma percepção da realidade brasileira.

³ Provavelmente em decorrência da possibilidade de benefício por parte dos grandes partidos a partir da melhor organização dos micro-partidos em algumas arenas regionais.

2. Referencial Teórico

2.1. Democracia

Democracia pode ser considerada como a forma de organização social segundo a qual todos os membros de uma sociedade possuem acesso à esfera política. O que se entende por este acesso se constitui como debate primordial sobre esta questão.

Grande parte dos sistemas políticos ocidentais segue o modelo de democracia concorrencial. Dentro deste modelo se contempla a disputa entre lideranças políticas por parcelas do poder governamental, através do apoio eleitoral, o qual é critério para a alocação dos cargos concorridos.

A visão acima apresentada tem por fundamento o liberalismo político, no qual as relações humanas são vistas como constituídas por ações auto-interessadas. Normalmente também se apresenta em contextos de liberalismo econômico, sob a forma de organização capitalista. Relações de mercado regulamentam, idealmente, a sociedade, de forma que a menor intervenção possível geraria o melhor resultado social. Além destes fatores, entre os pilares da democracia liberal, é possível reconhecer a existência de “sufrágio eleitoral e prerrogativas parlamentares” (Duverger, 1951: 20).

Contudo, esta visão não é capaz de lidar com problemas referentes à distribuição dos recursos desiguais dentro da sociedade, sejam estes políticos ou materiais. O princípio da igualdade se vê prejudicado dentro deste contexto.

Tal quadro contrasta com a concepção original do termo, a qual remetia à noção de “governo do povo” (Miguel, 2002b), onde o princípio fundador era a igualdade no trato sobre os assuntos relevantes ao interesse público. Neste sentido deve-se reter que a totalidade dos membros de uma comunidade conduz a ação política, em vez de um

grupo específico dentro da sociedade. Neste caso a democracia não se resume a um método, mas condiz a um conjunto de valores, dentre os quais se destacam: isegoria (igualdade de direito à fala); isonomia (igualdade perante a lei); igualdade substantiva (sobre meios materiais); e liberdade positiva (autonomia).

O contraponto com a fórmula da democracia liberal, fundada em eleições de representantes, é inequívoco. Esta mudança no sentido original de democracia deve partir da compreensão sobre o processo que historicamente deu valor democrático à instituição aristocrática do voto (Manin, 1997).

Durante o período clássico, a democracia se atrelava ao método de sorteio e a aristocracia à eleição. Esta percepção foi clara na teoria política até o final da Idade Moderna, sendo que Rousseau e Montesquieu atentam para este fato, porém a partir de considerações diferentes⁴ (Rousseau, 1762: 128-130; Montesquieu; 1748: 49-50). Com as exposições em defesa da constituição norte-americana por meio das cartas federalistas, a menção ao sorteio passa a ser totalmente ignorada pelos pensadores dos séculos XIX e XX, à exceção de poucos casos, como observa Manin (1997: 9). É primordial evidenciar as premissas e a defesa teórica deste sistema de organização política para compreender este silêncio.

A “versão” concorrencial considera como participação política o engajamento do cidadão na disputa eleitoral, sendo também a forma mais legítima de expressão da vontade individual. Desta forma os representantes são determinados a partir da escolha entre candidatos pré-estipulados pelos partidos políticos para a disputa eleitoral.

Esta percepção de democracia nega, com isso, as premissas existentes nos primórdios da democracia grega. Dois motivos podem ser levantados. O primeiro reside no fato de que os discursos válidos para as decisões políticas serão os dos

⁴ A consideração de Montesquieu sobre o benefício do sorteio partia da igual possibilidade de todos terem mesma chance no acesso ao cargo, para Rousseau o que o tornava democrático era a ausência de interesses humanos na determinação da representação.

representantes. O voto não carrega informação suficiente para informar o representante sobre qual fala seria preferida pelos representados, não sendo possível, com isso, a garantia de incorporação da opinião de todo cidadão ao debate público.

Pode-se ainda questionar a validade dos discursos do representante enquanto vontade do representado com base na escolha do representante como depositário da confiança do cidadão no debate público. Constitui-se, assim, a pretensão de que o eleitor designa o seu próprio discurso por meio de representantes; contudo, esta liberdade – de acordo com as regras eleitorais – tem por origem a noção de livre-arbítrio, de livre escolha. Mesmo que próximo à noção de liberdade, o livre-arbítrio não pressupõe a autonomia de seu executor, posição defendida por Hannah Arendt (1971). Selecionar uma opção pré-determinada implica submeter uma decisão à vontade de quem apresenta as opções, neste caso os partidos políticos e a lógica que lhes rege internamente.

A argumentação derradeira para legitimar a definição da representação por meio de eleições ocorre a partir das discussões sobre a constituição norte-americana. Os participantes das discussões eram predominantemente membros da elite daquele país. Porém, se encontravam numa situação peculiar, pois com a recente independência fundamentada no repúdio ao despotismo monárquico da Inglaterra, buscavam produzir um governo republicano, com apoio popular, para garantir unidade, por meio de uma federação, essencial para evitar ataques vindos do estrangeiro. É necessário lembrar que em momento algum este grupo se referia ao modelo por eles adotado como democracia, mas como república⁵. Ao se definir sob quais termos o sufrágio ocorreria nos Estados Unidos da América, não foi acatada a medida censitária para limitar o acesso à esfera

⁵ Para os autores dos escritos federalistas, a distinção entre os dois governos residia na existência do princípio da delegação ao se tratar de repúblicas, bem como a possibilidade destas abarcarem um território de maior extensão do que as democracias.

pública, porém isso se deveu a razões práticas⁶ e não por questões de princípio. Contudo, entre as discussões realizadas, tratou-se sobre o fato de que em eleições menores o povo possuiria maiores probabilidades de eleger pessoas menos distintas, ao passo que em grandes eleições apenas os mais ricos e influentes teriam condições de alcançar suas candidaturas (Madison, 1788: 375-380; Manin, 1997: 114). Esta forma de uma república aristocrática chegou aos nossos dias como um formato de democracia, devido à existência de determinado apelo popular, como bem expressa Manin:

Representantes deveriam ser diferentes daqueles que eles representavam e se posicionar acima deles quanto a talento, virtude e riqueza. Ainda assim o governo seria republicano (ou popular) porque os representantes seriam escolhidos pelo povo, e acima de tudo, porque repetidas eleições obrigariam representantes a responderem por suas ações ao povo⁷ (Manin, 1997: 130)

As bases para transformar eleições e o conceito de distinção em elementos democráticos foram lançadas por este arranjo institucional, porém, os argumentos a fundamentar a prática atual estão presentes em pensadores dos séculos XIX e XX. Pode-se afirmar que esta construção se iniciou com o pensamento dos teóricos clássicos do elitismo – Pareto, Mosca e Michels –, baseado na inevitabilidade de desigualdades sociais, conceito que, em conjunto com a perspectiva pessimista sobre a democracia derivada de Max Weber, influenciou o trabalho do austríaco Joseph Schumpeter para caracterizar o atual modelo democrático concorrencial (Miguel, 2002b; Pateman, 1970).

Os processos econômicos e sociais do século XIX garantiram uma rápida dissolução de algumas desigualdades sociais entre os membros das elites e as pessoas comuns. Deste fato decorreu a reação dos grupos privilegiados, que buscavam

⁶ Existiam enormes diferenças quanto às condições econômicas entre as treze colônias, o que impossibilitaria a construção de uma regra para todos os territórios (Madison, 1788: 353-357).

⁷ Tradução do autor .

naturalizar a desigualdade como parte do comportamento humano, de maneira a garantir seus privilégios dentro da nova organização social. Exaltou-se, portanto, a diferenciação entre os seres humanos, em invés de incentivar o senso de responsabilidade para com a comunidade, dificultando, desta forma, a participação de todos (Miguel, 2002b). A base deste “princípio de distinção” decorre do processo de seleção de elites, evidenciado pela instituição da eleição. Bernard Manin (1997) percebe características a diferenciar aqueles que participam efetivamente da atividade política daqueles que se submetem na arena política como o fundamento do sistema representativo, cerne de instituições aristocráticas (Manin, 1997; Miguel, 2000b). Em vez de representar os interesses da população, que se vê restrita apenas à função de legitimação de governos, a classe de representantes cria interesses próprios, os quais guiarão suas ações, em detrimento do bem público.

Este aspecto de diferenciação possui seu ápice no pensamento de Schumpeter, onde se pode observar uma descrição normativa das democracias contemporâneas. Na percepção deste autor apenas os especialistas (políticos) estariam capacitados à tomada de decisões, e esta não poderia contar com a participação da massa. Isso se deve à leitura pessimista de Schumpeter com relação à participação popular, em grande medida influenciada pela ascensão de governos totalitários durante a primeira metade do século XX. Nestes regimes, a mobilização por meio de propaganda estatal era uma de suas características mais evidentes. Nestes termos Schumpeter considera que a massa é facilmente manipulável pela aplicação de propaganda política. A partir destas considerações, Schumpeter afirma existir uma baixa racionalidade por parte dos indivíduos quando estes participam da vida pública, o que ocasiona uma baixa racionalidade no momento eleitoral. (Schumpeter, 2002: 254-260). Os interesses deveriam ser defendidos por especialistas, uma vez que indivíduos não especializados

nos negócios públicos não possuiriam os meios de avaliar a qualidade de governos e políticos. Assim sendo, os interesses deveriam ser criados pelas lideranças políticas, que só podem ser aceitos ou não pela população por meio das eleições, cabendo à massa a escolha dentre as posições ofertadas, ao invés de estabelecer um vínculo de representação com o candidato. Para esta abordagem a eleição é a própria democracia, ao invés de ser um meio para alcançá-la (Miguel, 2002: 503).

Sob influência desta perspectiva, Robert Dahl (1971; 1989) elabora seu conceito de poliarquia, no qual a disputa pelo poder não seria individualizada, mas baseada na competição entre vários grupos. Apesar de ter em conta a democracia como um ideal normativo, sua idealização “possível” é uma releitura da democracia concorrencial, o que permite a inserção de interesses apenas de grupos organizados nesta disputa. Ao evidenciar apenas os grupos que conseguem se organizar, indo contra a percepção de um grupo dominante ou grupos beneficiados, Dahl não considera a existência de privilegiados e desprivilegiados no sistema. Observar o funcionamento da democracia segundo contestação e inclusão, a partir da perspectiva de grupos, não atenta para fatores além do aspecto institucional. Outro fato problemático é evidenciado pela discussão sobre como os interesses são formulados, uma vez que são tidos como dados, ignorando os processos pelos quais determinados posições foram assumidas, por meio de discussão e mobilização, ou seja, não problematiza como se dá a chegada de interesses à esfera pública.

Em contraposição às percepções até então apresentadas sobre a política democrática atual, Pierre Bourdieu faz uma análise particular das relações neste sistema (Bourdieu, 1989). Para o autor política é o meio pelo qual agentes nele inseridos disputam entre si a distinção dentre os demais, de forma que, ao se obter destaque, possam ascender a uma posição política de maior relevância na sociedade,

diferentemente do restante da população. Por meio desta disputa também são gerados os “produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (Bourdieu, 1989: 164). A definição do que faz parte do “dizível” e do “indizível” para todos os envolvidos no campo político, inclusive para os profanos⁸, é determinado pelo embate sobre quais os assuntos relevantes ao campo. A força que gera algum discurso político, ao defender um conjunto de idéias, se deve à mobilização de grupos de indivíduos que, através do reconhecimento de alguma validade no discurso proferido pelo político, apóia a iniciativa e lhe concede o aval para produção (Bourdieu, 1989: 183). A formação de um discurso político hegemônico depende das “lutas internas” e “externas presentes”⁹.

Ao se inserir no campo político, o “aspirante” a político deve se submeter às convenções estabelecidas para a participação no meio. É, portanto, essencial o domínio de técnicas específicas como a capacidade da oratória, enquanto tribuno ou debatedor, e pela passagem de iniciação, na qual o agente deve se submeter à “valores, às hierarquias e às censuras inerentes à este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido” (Bourdieu, 1989: 170). Isso se deve ao fato de que o capital político se encontra acumulado nas instituições “partidos políticos”, as quais, por meio do acúmulo de capital político, constituído por meio do comportamento tradicional do campo, distribuem seus recursos simbólicos e materiais conforme melhor lhes convier¹⁰.

⁸ Indivíduos que não possuem poder e não participam do campo político, a não ser no momento específico do voto durante eleições. Dizível e indizível fazem parte do que é apresentado ou ignorado pelo jogo político, a forma pela qual a política aparece para quem não está envolvido diretamente e ao que ao mesmo tempo determina o que pode ser abordado no próprio campo político.

⁹ Lutas internas se referem às disputas dentro do campo político entre os mandantes. Lutas externas se referem à disputas entre as preferências dos mandatários (Bourdieu, 1989: 177)

¹⁰ Estas colocações não podem ser imediatamente transferidas para o caso brasileiro. Porém, para garantir uma coesão argumentativa, os pontos referentes ao sistema político brasileiro serão abordados mais a frente no texto.

Para alcançar a possibilidade de ser eleito para cargos eletivos o agente deve se submeter à aceitação dos demais participantes do campo, passando pelo processo de distinção dentre outros pleiteadores até chegar à condição de candidato. Apenas o indivíduo que dispensar esforços relevantes em prol do partido, ou representar uma possibilidade de ganho eleitoral para o partido estará apto a participar do processo eleitoral.

As considerações de Bourdieu sobre o campo político são importantes, enquanto auxílio para se compreender a lógica pertinente à relação entre candidatos e eleitores. Contudo, a importância dada às formas de acesso ao campo político por meio de partidos, no caso brasileiro, requer maiores atenções, devido a especificidades da carreira política no Brasil.

O uso de listas abertas no sistema eleitoral brasileiro introduz uma peculiaridade devido à possibilidade de um candidato se fortalecer eleitoralmente sem depender única e exclusivamente do partido. Em casos de políticos com bom trânsito em outros setores da sociedade, que possam ser reconhecidos seja por seu poder econômico, sua exposição social ou mesmo carisma entre uma parcela do eleitorado; este sólido apoio social os torna interessantes aos partidos. É de interesse dos partidos políticos a existência entre seus quadros indivíduos que possuam perfil para arregimentar votos.

Se o político da teoria de Bourdieu deve se submeter aos constrangimentos de uma vida partidária anterior à sua candidatura, no Brasil apenas o Partido dos Trabalhadores (PT) realmente parece estar subscrito a esta regra. Segundo Santos o tempo de pertencimento a um partido até o momento de candidatura de um indivíduo é de seis anos no PT, enquanto no segundo partido com maior tempo de filiação necessária para a disputa política é de um ano (Santos, 2001). Também se observa

elevado número de novatos – *outsiders*¹¹ – no campo político (Santos, 1999; Miguel, 2003b). Entretanto, pesquisando a biografia dos deputados federais, Miguel confirma a existência de *outsiders* nos primeiros níveis da carreira política (legislativos), porém constata a necessidade de passagem por outros cargos públicos para a possibilidade de concorrer a postos mais elevados dentro do governo, no caso do estudo o Senado Federal e o Governos Estaduais (Miguel, 2003b).

Partindo destas colocações é possível perceber a importância da carreira política, enquanto experiência prévia em outros cargos públicos, para o sucesso de um candidato. Ao mesmo tempo a militância partidária não é essencial para participação na disputa eleitoral, apesar da importância dos partidos políticos durante o período do mandato, baseado nos altos valores de disciplina partidária nas votações em plenário na Câmara de Deputados (Figueiredo e Limongi, 1999). A figura dos partidos é forte no âmbito interno das instituições governamentais e de importância reduzida no que diz respeito à decisão de quais os melhores candidatos para a disputa eleitoral.

Mas a tese de Bourdieu ainda é válida – em termos – no caso brasileiro, apesar de necessária certa reformulação. Pode ser que a vivência em uma estrutura partidária específica não seja a maneira por meio da qual ocorre a socialização no campo político, mas por meio da participação da vida pública, importando em menor medida questões como a fidelidade partidária.

O ingresso na vida pública e construção de um capital político individual, desvinculado de partidos, pode ser a porta de entrada para uma carreira política. Entretanto o capital político acumulado nas instituições partidárias é a alavanca necessária para alcançar cargos de maior prestígio. Além do que a socialização através destas instituições possibilita compartilhar uma visão de mundo com os demais

¹¹ Indivíduos que não precisaram passar pela hierarquia partidária para obter acesso a um cargo público, possuindo pouca experiência política prévia ao assumir uma função pública.

participantes do campo político, conduzindo a relações mais “frutíferas” entre os pares eleitos.

O fundamental até o momento é demonstrar como são construídas – inclusive se existe ou não – a relação entre eleitores e eleitos nas atuais democracias concorrenciais, em especial no Brasil, inclusive porque com o passar dos anos, as modificações do sistema de representação e das formas de se realizar eleições possibilitaram combinar elementos democráticos e aristocráticos ao processo eletivo. A diferenciação que torna alguns aptos a serem eleitos é essencialmente aristocrática, porém com o advento do sufrágio universal a condição democrática de que todos possuem igual poder de escolha transparece (Manin, 1997: 149-156). Contudo, apesar de Manin conduzir à interpretação de existir um equilíbrio entre estas situações, obviamente existe um vão entre as duas situações, pois quem irá exercer de o poder de fato serão os membros da minoria favorecida, ao invés do povo em geral, mesmo que os últimos dêem votos para elegerem alguém, este alguém nunca será uma pessoa que compartilhe dos pontos de vista da maioria da população. Certamente é fundamental que ocorra uma maior interação com a política por parte das camadas sociais mais desfavorecidas para possibilitar que suas vozes alcancem o poder dentro do modelo democrático em vigor.

Porém, a apatia popular é cada vez mais perceptível nas democracias contemporâneas (Miguel, 2003a). No intuito de estimular a participação, a ação política não pode ser encarada como restrita apenas à tomada de decisão e à formação da agenda (Miguel, 2003a). Formular idéias que possuam um contexto presente na sociedade é fundamental, ainda mais para a representação, uma vez que possibilita um contato maior entre as proposições do representante e as vontades do representado.

Mesmo com a busca da superação dos problemas de inclusão gerados por esta forma de democracia, a representação se apresenta como um mecanismo essencial para

o contexto de sociedades populosas e complexas (Miguel, 2002a, 2002b; Gomes, 2004). Fica a questão sobre como a democracia eleitoral se combina com a noção de representação, bem como possíveis alternativas para avançar nas questões referentes à igualdade.

2.2. Representação

Representação política é um dos pontos cruciais para o entendimento dos sistemas políticos atuais. Apesar de central para um contexto de democracia liberal, até metade do século XX poucos foram os estudos sobre o assunto, no que se refere ao conceito de representação num sentido geral (Pitkin, 1967).

Segundo Hanna Pitkin (1967), o conceito é discutido, primeiramente, por Thomas Hobbes. Pitkin considera a visão deste autor como “autorizativa”. Hobbes tinha por representação um acordo de autorização, do direito de agir em nome de um autor (representado), para um ator (representante). A autorização é o pacto em si, por sua vez a autoridade é o resultado deste pacto, a qual concede ao representante direito e obrigação de agir em nome do representado, de forma que a responsabilidade recaia sobre o dono do direito de ação, ou seja, o representado (Pitkin, 1967: 19). Neste sentido a posse e a responsabilidade da ação recaíam sobre o representado, de forma a conceder plena liberdade de ação ao representante. O autor hobbesiano – o soberano – não poderia ser considerado um representante: o pacto não era assinado por ele, não se comprometendo com a necessidade de agir tal como o representado, característica crucial para a noção de representação (Pitkin, 1967: 31).

A visão “formalista” pretende aprimorar os conceitos “autorizativos”, mas considera a representação como acordada apenas em seu momento inicial, por meio da

cessão de direitos de ação. Desta forma, encara a representação somente por seus aspectos formais. Apenas avalia a existência, ou não, de representação, e ainda considera as conseqüências da ação do representante como atribuídas ao representado.

No entanto, para Pitkin, nem toda conseqüência de uma ação que recai sob um indivíduo ou grupo é de responsabilidade dos mesmos, devendo para tanto haver representação na forma de uma cessão de direitos com intenção de relacionar autor e ator (Pitkin, 1967: 51-54). Para tanto deve existir algum tipo de interação entre representante e representado além do mero ato de instituir a representação.

Dentro destas premissas evidencia-se a constituição de uma relação entre representante e representado baseado no preceito da *accountability*¹², aferindo responsabilidade ao primeiro. Esta fórmula é oposta à visão “autorizativa”, mas guarda uma proximidade com a mesma por sua concepção formal. Não se pretende o controle do agente, mas a condução a um comportamento, o qual pode não ser representativo. A *accountability* é exercida ao final do processo de representação e a “autorização”, no começo. Porém, o efeito da *accountability* não se limita à seleção, a apreensão por parte dos representantes de que sejam avaliados num futuro próximo acaba por afetar a ação deste.

Contrapõem-se às concepções até então apresentadas as visões de “substituição” – que engloba as formas “descritiva” e “simbólica” – e de “ação”. A visão descritiva é defendida por partidários da representação proporcional. Ela possibilita o acesso a informações sobre as clivagens sociais existentes e algumas necessidades pertinentes a estes grupos. Nesta forma a divisão das cadeiras a serem ocupadas deve refletir fielmente as características presentes na sociedade; o que se *faz* não é ignorado, porém,

¹² A expressão não possui uma tradução precisa para o português, porém segundo Luis Felipe Miguel: “*accountability* diz respeito à capacidade que os constituintes têm de impor sanções aos governantes, notadamente reconduzindo ao cargo aqueles que se desincumbem bem de sua missão e destituindo os que possuem desempenho insatisfatório” (Miguel, 2004b: 4-5).

apresenta-se como mais importante o que se *é* (Pitkin, 1967: 61). Esta afirmação pode ser defendida a partir da existência de vivências sociais particulares a grupos que compartilham as mesmas características. Pretende-se a participação na deliberação pelas minorias, diversificando pontos de vista presentes na esfera pública, mas não lhes garante acesso ao direito de decisão pela regra da maioria. Apesar de buscar a proximidade das características entre representantes e representados, estas são apenas *aproximações*, e não *exatamente* as mesmas, como se pretenderia (Pitkin, 1967: 65-66).

Ainda com base no ponto de vista da representação descritiva, a seleção das características relevantes da sociedade pode ser dar por meio de sorteio ou amostragem, métodos que proporcionariam a seleção de detentores de características o mais fiel possível em relação à população como um todo. Apenas a posse de características relevantes já poderia se apresentar como o objetivo da representação deste tipo. Ao mesmo tempo o representante não deve seu mandato a ninguém e, portanto, não está constrangido ao controle e acompanhamento dos representados. Sendo assim, não é possível realizar *accountability* neste formato de representação, pois o mandatário em momento algum é submetido ao crivo dos cidadãos ou recebe “ordens” sobre como deveria agir.

A visão “simbólica” supõe a representação além da essência do que é representado. Predomina a *idéia* do que se representa e não *o que* se representa. Não é possível extrair informação, pois sua existência evidencia-se nas sensações e emoções presentes na coletividade, sendo, portanto irracional e passível de apreensão apenas através de treinamento, do costume. Por exemplo, um hino nacional representa a nação como um todo. Apesar da impossibilidade de uma única música servir como exemplificação da complexidade e muito provavelmente a melodia não agrada a todos aqueles que por elas se sentem representados enquanto uma nação, o hino nacional

serve como um elemento cuja simbolização remete à noção de união interna da população e ao mesmo representa o país perante outros Estados.

No sistema político existiria uma noção de confiança entre eleitores e eleitos, não importando o que vier a ocorrer durante a representação, contanto que o representado esteja satisfeito quanto às ações tomadas pelo sistema político. Baseia-se, assim, nas noções de carisma e tradição.

A visão de “agir por” enfoca a atitude do representante e a existência de um sistema institucionalizado. Deve-se, portanto, “agir substancialmente pelos outros”, defendendo os interesses dos representados (Pitkin, 1967: 115). Esta forma de representação determina os padrões de ação a serem seguidos pelo representante para a existência de conexão com o representado. Esses padrões são orientados pelo sentido de representar os desejos da melhor forma possível. Pitkin observa cinco noções deste tipo de representação: (a) ator-agente, (b) guardião (ou *trustee*), (c) substituto, (d) enviado e (e) especialista.

A noção (a) – agência – envolve a confiança do direito de posse de algo a alguém que deve agir segundo o benefício do dono (Pitkin, 1967: 127). No caso do poder governamental seria a administração do Estado em benefício dos eleitores.

Para (b) – guardião ou tutor – não se repassa o direito de posse ao representante e a ação não recai sobre o tutelado, bem como não existe a obrigação do tutor considerar a vontade do representado, apesar de existir a obrigatoriedade de garantir o interesse (Pitkin, 1967: 130-131). Neste caso pressupõe-se um preparo do guardião quanto à capacidade de identificar os melhores cursos de ação para quem lhe dá a responsabilidade de agir.

O tipo (c) – por substituição – um indivíduo, ou grupo, que possui o direito de ação é substituído por outro, o qual será o responsável pela ação, não cabendo a

necessidade de responder à mesma ao indivíduo ou grupo substituído (Pitkin, 1967: 131-133). Nesta configuração o autor não concede direitos, ele simplesmente os perde para quem o substitui.

Na noção de representação delegada (d) – por enviado ou embaixador – o representado ainda possui direito de posse sobre as funções de quem ocupa o cargo (Pitkin, 1967: 133). Toda a ação do representante deve ser guiada pelas ordens previamente determinadas por quem encaminha à função designada (Pitkin, 1967: 134).

Quando o representante assume a função de especialista (e) possui algumas semelhanças com o tutor (b), tal como agir em nome do constituinte sem o consultar. Contudo, este sabe o que é melhor para o representado por meio de sabedoria ou bom senso, o especialista, por sua vez, é capaz de apreender qual a vontade dos próprios representados por meio de métodos de captação destas vontades, seja por meio de pesquisas ou através de estudos sobre as inclinações do eleitorado (Pitkin, 1967: 135-137).

Com base em todas essas noções de representação, a mesma perde sentido ao se buscar a participação de todos e/ou quando *apenas* especialistas são levados em consideração nas decisões políticas. Não se materializa apenas pela participação no sistema representativo (Pitkin, 1967: 221), é necessário manter a condição de representante através de ações que substantivamente procurem seguir a opinião de quem é representado, intermediando a vontade do público com as ações do Estado.

Resumidamente, representação política implica na realização de interesses do representado de forma responsiva a este, na visão de Pitkin (1997: 209). As condições para que isto ocorra se devem à realização de eleições livres e legítimas, a existência de um colegiado com poder de decisão, a dispersão de poder e a inclusão de minorias.

Contudo, a definição e as condições elaboradas por Pitkin devem ser contextualizadas e problematizadas. É necessário considerar os possíveis problemas da representação à manutenção do sistema político. As principais discussões sobre o tema giram em torno de: (a) conceito de governabilidade – trazido ao formato atual por Huntington (1975); (b) a crise dos partidos de massa e do sistema de *accountability* (Miguel, 2004b); (c) as dificuldades colocadas por teóricos que apresentam a representação como a dicotomia para a governabilidade (Novaro, 1994).

De acordo com Samuel Huntington (1975) o incremento da participação democrática – enquanto votação e atividade em campanhas e partidos políticos – modificou enormemente a função e a vida estatal. A vitalidade da vivência democrática levou ao aumento da expectativa dos cidadãos quanto à capacidade do Estado de distribuir recursos à sociedade. Entretanto o Estado não é capaz de dar vazão a tamanho número de demandas, tendo em vista a escassez de recursos. A passividade estatal para a resolução dos pedidos das camadas da sociedade recém incorporadas à arena política conduziu a questionamentos sobre as lideranças políticas o papel dos governos consolidados – na forma de democracias parlamentares –, e a estabilidade dos mesmos (Huntington, 1975: 76-77).

Apesar de querer tratar de problemas na democracia o próprio autor rejeita a democracia, ao considerá-la um sistema eminentemente suicida por natureza (Huntington, 1975: 115). Para o autor o aumento da participação indica a insatisfação com a conduta governamental. Ele chega a este raciocínio por meio da noção de “recompensa” e “punição” existente nas democracias eleitorais, ou seja, quanto melhor o governo, menos motivos o eleitor possui para conduzir outro indivíduo ao cargo, se não houver vontade de mudar, o sistema não será modificado.

Huntington constata a queda de apoio ao sistema de partidos por meio de três fatores: 1) diminuição de identificação partidária; 2) queda da votação em listas partidárias – maior confiança nos candidatos e não nos próprios partidos –, e 3) redução da consistência ideológica do eleitor. Um dos motivos para isso é o fato de partidos políticos terem surgido durante a era industrial (Huntington, 1975: 91), período de alta exclusão política, porém de crescimento acentuado nos centros urbanos, bem como a pequena, mas crescente participação de camadas aliadas do processo eleitoral. Na era pós-industrial as complexidades geradas pela inserção de novos setores sociais na disputa política faz com que as demandas políticas e sociais não possam ser remediadas pelo sistema acima apresentado.

Ao considerar que a governabilidade – manutenção das condições mínimas para a continuidade do governo representativo – “depende da relação entre a autoridade de instituições governantes e o poder de instituições opositoras” (Huntington, 1975: 91) o autor imprime peso negativo para organizações que se choquem com o *status quo*. Chega a considerar a suposta “enfermidade” dos sistemas democráticos no aumento da participação, visto que ocorre um aumento das expectativas de ação do Estado, com o incremento de gastos governamentais, produz-se um governo com pouca autoridade, devido à maior contestação pela inclusão de grupos excluídos até então do processo político – e muitos compromissos – tornando-se incapaz de agir adequadamente em momentos de crise¹³.

Todavia, a partir das considerações de Huntington, alguns estudos foram produzidos a partir da dicotomia governabilidade / representação (Anastásia; Melo; Santos, 2004; Payne, 2002), de tal forma que Payne coloca, a partir de classificação de Nohlen (Payne, 2002: 92), a *efetividade* de um governo democrático como sendo

¹³ A medida para a solução destas crises seria o sacrifício da população, na forma de retirada de benefícios para os novos grupos até então excluídos do sistema político (Huntington, 1975: 105).

característica presente apenas em situações que a governabilidade fosse privilegiada em relação à representatividade do sistema (Payne, 2002: 95).

Marcos Novaro (1994) trabalha sob a mesma perspectiva da falência do sistema de partidos políticos, a qual ocorre nos dias atuais. Mas para este autor, a dicotomia entre representatividade e governabilidade não é mais suficiente para explicar tal problema. No modelo predominante durante o período da Guerra Fria, os eleitores se identificam com partidos. Entretanto, numa sociedade fragmentada não é possível fazer valer um modelo de *catch-all-party*¹⁴. Partidos de amplo apelo social perdem força devido à complexificação da sociedade e expansão dos conflitos, dificultando a formação de programas de governos que agradem a todos. Aliado a este argumento some-se o crescimento de movimentos pela inclusão de minorias na esfera política, necessitando, portanto, de uma representação cada vez mais específica ao invés de abrangente. Para Novaro a falta de identidade é fruto da necessidade da sociedade se expressar, não mais se subjugando muda a uma classe de especialistas.

Partindo do conceito de *accountability* elaborado por Pitkin, Miguel (2004b) atenta para o fato de que o mandato é multifuncional, devendo, portanto, abranger questões que estão além do meio termo entre mandato imperativo e mandato livre. O autor aborda as seguintes propostas para melhorar a representação, tendo em vista a crescente decepção da literatura geral sobre o tema: a) representação descritiva; b) pluralizar os discursos na esfera decisória; c) estender participação política às minorias; e d) aumentar a rotatividade das representações.

Miguel discute duas formas de realizar estes princípios representativos: seleções aleatórias ou cotas. Apesar de inúmeras críticas surgidas ao sistema de sorteio, ele apresentaria os seguintes benefícios: a) ignora a estrutura social na escolha dos

¹⁴ Partidos que buscam maximizar seus ganhos eleitorais se visibilizando como uma instituição que agrade a “gregos e troianos”.

representantes; b) dificulta a especialização política e decorrente afastamento das perspectivas sociais compartilhadas pelo restante da população; c) a possibilidade real de participar estimularia a preparação política; d) garantiria a proporcionalidade – fato já apresentado por Pitkin (1967: 72-74). Em contrapartida, não seria possível realizar *accountability*, ao não existir um sistema de punição e recompensa presente em eleições. No caso de cotas assegurar-se-ia a similitude com a população, contudo não se excluiria o aspecto eleitoral. A *accountability* vertical poderia ocorrer, contudo ainda persistiria o problema da especialização e alienação do público.

Pode-se assumir até o presente momento que a representação política deve possuir um caráter prático – de ação – combinado com o real interesse do representante em representar *substantivamente* os pontos de vista de seus signatários (Pitkin, 1975).

Em democracias representativas, cabe aos líderes políticos – aqueles especializados em realizar política – o papel de liderar o processo político. O declínio da legitimidade desta liderança é preocupante para a manutenção deste tipo de democracia. A especialização baseada unicamente na manipulação de situações eleitorais gera um descompasso na relação de representação, causando a desconfiança da população quanto à legitimidade de um sistema político incapaz de tematizar as reais preocupações sociais no mundo da política institucionalizada.

Quanto à questão sobre a idealização de um comportamento político capaz de absorver as demandas sociais é quase obrigatório passar pela noção de especialização política, a partir de uma visão crítica sobre o papel do político profissional. Com a candidatura e posterior eleição um cidadão se retira de seu cotidiano, ou seja, de sua vivência social e percepção de problemas que afligem seu meio. Passa, portanto, a incorporar não apenas situações referentes à sua origem social, mas os problemas próprios da classe política se agregam e inclusive tornam-se mais urgentes, uma vez que

é necessária a garantia da continuidade da carreira política e de bom relacionamento entre seus pares para realizar quaisquer mudanças intencionadas anteriormente. Agindo desta forma o político se distingue do restante da população e passa a perceber os problemas enfrentados pela nação por intermediários, não mais por vivência própria.

Para permitir uma aproximação do sistema político com as principais orientações dentro da sociedade é preponderante tecer algumas colocações, seguindo alguns conceitos das orientações teóricas apresentadas. É necessário levar em conta três fatores principais ao tratar sobre representação democrática: a) o representante deve agir considerando o representado; b) deve haver a maior proximidade possível entre as características dos representantes e da população; c) o sistema de construção da representação deve impedir a especialização.

Ciente da necessidade de considerar a realidade e não se ater apenas a especulações sobre a “melhor forma” de organizar o mundo político, a representação do modelo democrático eleitoral deve ser repensada em alguns fatores, tendo em vista a sua crise. Se dentre os principais problemas encontra-se a incompatibilidade do eleitor com as opções eleitorais, é possível que o seja pela orientação dos partidos políticos para a disputa por cargos. Para haver uma identificação mais próxima possível das clivagens sociais relevantes é fundamental que candidatos e partidos políticos se apresentem de acordo com propostas as quais realmente tencionem representar. Ao mesmo tempo o sistema de seleção deve ser capaz de reproduzir de forma mais fiel possível a escolha dos eleitores.

O simples fato de se coligar já retira certa legitimidade do partido, no que se refere à sua identidade ideológica, a qual deveria se diferenciar dos demais “concorrentes”. Mas como a sociedade não é uma massa uniforme de idéias e pensamentos, concessões são necessárias para possibilitar a convivência, tanto social

como política. As coligações podem ser interpretadas como autênticos “mecanismos democráticos de relacionamento” (Favetti, 2004: 1) a incentivar a tolerância entre interesses divergentes.

Partindo desta série de considerações é possível pressupor que em um contexto de expansão democrática, a representação é essencial para a vitalidade de um sistema a pretender legitimidade da sociedade. Quais são, portanto, as possíveis conseqüências das coligações na democracia e como se comportam os agentes políticos em relação a ela?

2.3. Partidos políticos e representação

Certamente o atual modelo de representação não seria possível sem a existência de partidos políticos, assim como os mesmos dependem deste sistema para justificarem sua existência. De fato a formação de partidos nasce da noção de representação, apesar de ser um conceito posterior a esta e ao mesmo tempo está atrelado à formação do parlamento, inclusive no período pré-eleitoral desta instituição.

A forma embrionário dos partidos políticos remete à constituição de facções durante a Roma clássica e nas repúblicas italianas na Renascença. Em ambas situações imperava a noção de bem comum, derivada da concepção de republicanismo. Dentro desta noção atribuía-se ao estado a condução dos negócios públicos em prol da melhoria das condições de vida para todos os cidadãos, sem privilégio ou discriminação a qualquer um. O sentido de facção era negativamente atribuído a grupos de indivíduos que almejavam a realização de seus interesses em detrimento do restante da sociedade. Desta forma, as atividades destes grupos entravam em conflito direto com a interpretação de que o estado existiria para a realização do benefício coletivo. As

facções serviriam, portanto, para defender interesses específicos em detrimento da coletividade. Entretanto, é interessante observar ser esta a própria definição de pluralismo político na atualidade.

Em um sistema monárquico estas facções não podiam ser observadas, seria indispensável uma maior liberalização do sistema de exercício do poder, tal como aconteceu nas repúblicas italianas do período da Renascença e, em certa medida, anteriormente, na República Romana. Em quaisquer dos casos imperava a organização republicana, enquanto sistemas que incorporavam a noção de bem comum, segundo o qual o indivíduo deve se entregar em benefício da comunidade. Interesses privados que emergissem na esfera pública deteriorariam a arena política, sendo, portanto, atitudes condenadas pela comunidade.

Contudo, quanto mais esses laços para com a coletividade fossem afrouxados, maiores os riscos da formação de grupos com interesses egoístas e que se organizassem para a utilização do Estado como meio para alcançar seus fins egoístas. A partir deste contexto, disputas internas entre facções, a possibilidade de invasões e ameaças advindas do estrangeiro era cada vez maior, a fragilidade interna gerou as condições para o sucesso de invasões. Neste sentido as facções eram tidas como perniciosas pelo seu efeito no estado, mas não tanto por seus princípios.

Nesta situação de falta de segurança e da necessidade de proteção frente a culturas diferentes, a organização monárquica se apresentava como uma das mais eficazes para garantir estabilidade interna – apenas o rei deteria o poder – e garantir a proteção do território – o sistema concederia privilégios aos nobres, que estariam dispostos a manter a coesão territorial, garantindo segurança quanto a ataques estrangeiros à população camponesa.

Um bem comum, fosse ele o sentimento de união, fosse ele o patriotismo ou religioso, era necessário para esta coesão. As monarquias absolutistas incentivavam o “bem comum” enquanto forma de assegurar a coesão da sociedade através do pilar formado por religião, servidão e bem comum. A manutenção da segurança de invasões estrangeiras era garantida pela subserviência de cada súdito perante o soberano defensor. Neste sentido, a noção de nação era reforçada pela contraposição ao invasor. Para evitar que ocorressem divergências de comportamento interno que atrapalhassem a ordem, a religião determinava valores morais a serem seguidos.

As origens dos partidos políticos estão muito mais enraizadas na figura do parlamento do que na realização de eleições, em especial na formação do parlamento inglês, o qual permitia direito de voz a classes anteriormente excluídas do processo político. Os partidos surgem como forma de mobilizar a votação dentro do parlamento, não existindo ligação com o restante da população. A partir de então é possível dividir a ascensão da importância social dos partidos políticos em três períodos, segundo tipos ideais criados por Manin (1997: 2002).

Sob a forma de um governo de notáveis constitui-se o Parlamentarismo, durante o século XIX, onde a representação era estabelecida com base na confiança dos eleitores quanto ao discernimento de algum membro da elite. Desta forma, a discussão quanto a idéias se dava dentro do parlamento, entre aqueles nos quais se depositou a confiança dos cidadãos.

Com a expansão do direito de voto a maiores parcelas da sociedade, criam-se as condições para a Democracia de Partidos, a qual ocorre no início do século XX. Exatamente pelo aumento no número de eleitores, surge a dificuldade de estabelecer vínculos entre representante e representado. Contudo, neste período as agremiações partidárias já encontravam alicerces sólidos, de forma a se tornarem a figura por

excelência para conduzir o processo representativo. Observa-se uma estabilidade eleitoral, baseada na relação de confiança entre o eleitor e as tendências políticas observadas por um partido. Em grande medida a base social determina o destino do voto. Neste formato o representante segue a indicação partidária, efetivando o partido como a expressão da vontade popular – mesmo sendo esta intermediada. Todavia, no momento decisório dentro do parlamento, o papel da discussão é substituído pela importância atribuída às regras de votação, uma vez que os representantes seguem a orientação partidária e esta não pode ser modificada para não desapontar os eleitores fiéis ao partido.

Por último, Manin denomina Democracia de Audiência o período posterior aos anos 1970. Esta se constitui com a crise da capacidade dos partidos políticos produzirem representação para as impressões da sociedade sobre temas cada vez mais complexos. Por esta forma o candidato se apresenta em um palco no qual ele mesmo é o ator principal, relegando ao partido o mero papel de legenda a lhe permitir o acesso à disputa eleitoral. A decisão eleitoral se baseia na escolha de personalidades, as quais são capazes de se comunicar com o eleitorado por meio dos meios de comunicação de massa, porém estes não permitem a interação entre ambos os lados do corpo político. Outro fator a influenciar este sistema decorre da utilização de formas de apreensão da vontade popular com o intuito de construir imagens que serão melhor acolhidas pelo eleitorado.

Sob estes ambientes os partidos surgiram e se estabeleceram como parte da sociedade e indissociáveis do conceito de democracia, em grande medida pela construção teórica elitista. Cada qual destas situações permitiu e/ou obrigou os partidos a se apresentarem de diferentes maneiras.

Para Duverger, os partidos se caracterizam como um conjunto de indivíduos que por afinidades quanto a seus interesses buscam “conquistar o poder político e exercê-lo” (1951: 19), sendo necessária a existência desse devido à necessidade de existir uma ligação entre o governo e a sociedade, algo dificultado devido à complexidade decorrente desta relação. Este problema é derivado da impossibilidade para sociedades muito populosas gerirem seus negócios entre toda a coletividade.

Com relação às construções partidárias pluralistas, Sartori (1979) se refere aos partidos políticos como parte de um todo, de forma que a existência de um partido só é observada a partir do contraste com toda a organização política existente, principalmente os demais grupos que se direcionam à busca pelo poder. Dentro desta organização são atribuídas três funções principais aos partidos: expressão, pressão e canalização do processo político. Por expressão entende-se a capacidade em produzir discursos e influenciar decisões que sejam condizentes com a vontade dos eleitores que apoiaram o partido. No intuito de que as políticas sejam conduzidas conforme a percepção da vontade do eleitorado cabe ao partido pressionar no parlamento e o governo para que as políticas de sua preferência sejam implantadas. Por fim, através da produção de discursos e ao pressionar a estrutura política, o efeito principal a ocorrer destas relações entre partidos é a canalização dos conflitos em torno da produção de direções do governo, condizente com a aglutinação das vontades expressas eleitoralmente e incumbidas aos partidos políticos para sua efetivação.

Dentro desta perspectiva, nota-se a presença forte dos princípios pluralistas. Exatamente por meio desta constatação surgem algumas das críticas mais sólidas quanto à capacidade de estimular o desenvolvimento de características democráticas através de partidos. Como anteriormente abordado dentro da discussão sobre democracia, o pluralismo político tende a relevar as diferenças de capacidade de formação de grupos

de interesse que por ventura possam constituir partidos políticos, algo que no caso brasileiro define o acesso ou não à esfera eleitoral, a qual possibilita a condução ao círculo decisório. Existe, portanto, a possibilidade de que grupos sociais relevantes não sejam capazes de se organizar legitimamente por falta de capital político, monetário, organizacional, identitário, etc. Do ponto de vista dos valores democráticos – não considerada apenas como *método* de produção de sistemas – a inviabilidade de possibilitar que discursos relevantes na sociedade adentrem o ambiente político apenas retira legitimidade do governo e induz a impossibilidade de observar valores democráticos originais dentro do campo político.

Essencialmente os dispositivos apontados por Sartori poderiam conduzir a condições mais democráticas, porém, é reduzida a capacidade dos partidos realizarem esta conexão entre sociedade e governo, uma vez consideradas as observações de Michels (1911) sobre a condição dos partidos políticos.

Ao traduzir a tendência dos partidos na “lei de ferro da oligarquia”, Michels atenta para a constante produção de lideranças políticas intra-partidárias, que determinam os rumos da discussão e das ações dentro do partido, assim como desenvolvem interesses e necessidades diferenciados da base e do eleitorado como um todo, independentemente da origem dos dirigentes partidários. Michels considera esta situação como irremediável, devido à própria natureza e origem dos partidos políticos, os quais serviriam apenas para possibilitar o contato entre os diferentes ramos das elites sociais.

Desta forma, a profissionalização decorrente da especialização, tanto de políticos quanto de corpos partidários, daria a base para a formação de diferenças insolúveis entre representantes e eleitorados, impossibilitando o desenvolvimento de laços democráticos.

O que se percebe como problema dos partidos pode ser atribuído a suas próprias origens e propósitos. Contudo, no atual sistema representativo brasileiro, a dissolução destas instituições não se apresenta como solução a esta situação; ainda mais devido aos poderes por elas exercidos na organização política como um todo. Mesmo assim não se pode afirmar peremptoriamente a impossibilidade de percepção no campo político de paradigmas democráticos. Se como já foi notado por Manin, a possibilidade de todos manifestarem suas vontades é uma atitude que exala democracia, esta só pode ser satisfeita caso existam ofertas políticas capazes de realizar a congregação de discursos sociais de forma estruturada, ou seja, a existência de identidades partidárias. Quanto a este ponto, a atuação entre os partidos para se apresentar na disputa eleitoral com apoio de determinados grupos sociais organizados sob a bandeira de um partido político implica na aceitação de parte das perspectivas oferecidas por estes grupos para o debate público.

Considerando as limitações e possibilidades destas formas de democracia e o papel nelas ocupados pelos partidos políticos, pode-se conceber que uma maior consistência partidária, guiada por princípios claros de distinção entre os diferentes partidos, observada por um período de tempo mais longo, permite ao eleitor a condição mínima para o exercício da democrática baseada em princípios representativos, ou seja, escolher o seu representante com base em guias confiáveis.

2.4. Coligações

Coligação pode ser compreendida como a aglutinação de forças antagônicas que, devido a motivos circunstanciais, vêm-se impelidas à união para a obtenção de um benefício maior do que o prejuízo que esta possa causar (Favetti, 2004).

Não devem ser confundidas as noções de coligação e coalizão, e nem sequer imaginar que a ocorrência de uma naturalmente acarretará na outra. Coalizão objetiva a realização de uma ação posterior ao momento eleitoral, atividade parlamentar, e tem por princípio a união entre partidos, diferente do embate que ocorre durante a eleição. Apesar de existirem percepções divergentes, Schmitt enfatiza a necessidade de diferenciar os conceitos (Schmitt, 2005:12).

Para compreender os motivos por trás da formação de coligações é necessário observar não apenas como os partidos se organizam e quais suas atitudes atualmente. É imprescindível considerar as regras que delimitam o campo de ação dos agentes políticos. Mundialmente coligações são mais costumeiras em sistemas proporcionais de lista. Desta forma legendas diferentes se juntam para uma determinada disputa com a intenção de acumular uma maior quantidade de votos, permitindo a estas o acesso mais fácil à distribuição de cadeiras no parlamento. A necessidade de atingir o quociente eleitoral, ou de obter um valor eleitoral capaz de facilitar a distribuição por série de divisores são os principais chamarizes para este tipo de aliança eleitoral. Esta união determina a primeira distribuição de cadeiras, acertando quantas vagas serão ocupadas por cada coligação. Num segundo momento os candidatos eleitos são determinados pela proporção de cada partido na votação da coligação, a este sistema chama-se *apartment* (Lijphart, 2003: 182-3). Outros sistemas de eleição que não o proporcional de lista também utilizam “formas” de coligação, por exemplo, no voto alternativo australiano e no voto único transferível irlandês não existem listas, porém partidos incentivam seus eleitores a votarem nas segundas preferências em partidos que possuam maiores afinidades.

No caso brasileiro as coligações possuem uma série de questões problemáticas, visto que, devido à cláusula de exclusão para o acesso às sobras da distribuição de

cadeiras, muito dificilmente partidos minoritários conseguiriam acesso sem realizar coligações para eleições legislativas. O sistema eleitoral brasileiro possui duas fases de distribuição de cadeiras. Na primeira, os partidos que atingirem o quociente eleitoral¹⁵ obtêm representação à medida que seu total de votos supere o valor deste quociente. Porém, por este método não são distribuídas todas as cadeiras, devido aos restos das divisões pelo quociente eleitoral. Faz-se então a distribuição de sobras, de acordo com a densidade eleitoral¹⁶ de cada partido. Pela cláusula de exclusão, as legendas partidárias (partidos isolados ou coligações) que não alcançarem o quociente eleitoral para ter acesso à primeira distribuição de cadeiras também não podem receber cadeiras pelo segundo método.

Lijphart considera que regras eleitorais afetam o comportamento de eleitores e partidos. De tal forma que chega a discutir algumas das normas que influenciam a maneira pela qual votos são transformados em representação política. Estas podem ser resumidas em sete parâmetros (Lijphart, 2003: 170): I) fórmula eleitoral; II) magnitude dos distritos; III) barreira eleitoral; IV) número de cadeiras a serem ocupadas; V) influência das eleições para o executivo sobre as eleições legislativas; VI) grau de desproporcionalidade; e VII) existência de coligações. Dentro deste estudo a discussão de alguns desses fatores pode se tornar relevante e serão abordados de acordo com a necessidade.

A partir destas colocações, duas perspectivas podem ser observadas dentro dos estudos de coligações no Brasil, com base nos enunciados de Gláucio Ary Dillon Soares (2001). A primeira considera-as como fruto de “irracionalismo político”, “sem fundamentos ideológicos e bases sociais significativas” (Soares, 2001: 140), é na

¹⁵ Divisão do número de votos válidos do distrito eleitoral pelo número de cadeiras existentes para distribuição neste mesmo distrito.

¹⁶ Votação total de cada partido dividida pelo número de cadeiras que já obteve, com o acréscimo de uma unidade ao divisor.

realidade uma deturpação do sistema político-eleitoral. A segunda tese, defendida por Soares, parte da premissa que as coligações não se originam por uma pretensa racionalidade ideológica, e sim por uma racionalidade eleitoral, guiada pela lógica de que para vencer o jogo pela disputa do poder seria necessário obter o maior número possível de votos. Esta necessidade de calcular a ação dos agentes políticos advém das regras colocadas pelo sistema eleitoral brasileiro.

Apesar destas considerações, este estudo não é guiado por nenhuma destas linhas. Ao enfatizar que as pretensões partidárias são unicamente ideológicas perde-se a capacidade de perceber as reais motivações por trás das ações dos partidos políticos. Idealizar as ações dos agentes políticos não ajuda para desvendar os reais interesses dos mesmos. A idealização não deve guiar o estudo e sim servir de referência para uma abordagem crítica sobre o funcionamento do sistema político. Este ponto serve de conexão para o problema apresentado com a segunda perspectiva apresentada.

Considerar a ação política restrita à racionalidade eleitoral dificulta a percepção crítica dos dados levantados. Explicar as ações dos partidos políticos segundo esta medida naturaliza e justifica a atitude destes segundo estes padrões¹⁷. A utilidade desta percepção reside no seu incremento quanto à descrição do que se pretende observar, o que não implica um maior grau de explanação sobre o que foi relatado. É importante frisar que a maioria dos estudos levantados segue esta linha, a qual possui ponto de partida no pensamento de Anthony Downs, sobre a maximização de recursos políticos, enquanto votos, em termos de racionalidade eleitoral (Santos, 1987).

Ao pensar a política segundo a ótica da economia neoclássica Downs considera os políticos profissionais como produtos de um “mercado político”, no qual seus

¹⁷ Apesar de Soares acrescentar ao seu estudo a variável ideológica para explicar alguns fatores que a racionalidade eleitoral pura não fora capaz, sua utilização se baseia na razão de causar dificuldades à realização de planos políticos (Soares, 2001: 169), e não no sentido de seguir uma orientação pública identificável e possível de ser utilizada como forma de acompanhamento das ações dos representantes.

programas seriam oferecidos aos eleitores na forma de “mercadoria”, que por sua vez é “comprada” por meio do voto. Para esta visão o único interesse do eleitor é um benefício próprio, garantido pela vontade do político de se reeleger, também o único interesse deste indivíduo. A representação possui um papel meramente figurativo e formal, não incorporando, a partir disto, a defesa substantiva de visões de mundo presentes na sociedade.

Fica impossibilitada a esta visão a reflexão sobre as conseqüências desta lógica para o sistema político. Uma democracia representativa, por menores que sejam seus valores intrinsecamente democráticos, pressupõe a representação de diferentes visões de mundo. Para tanto é essencial que seja empreendida a representação mais fiel possível destas percepções. Analisar o sistema representativo segundo a interpretação de Downs, uma descrição imperfeita do embate político, é na realidade uma forma avançada de cinismo. Chamar um sistema de democrático para lhe assegurar a perpetuação através da legitimidade dos valores incorporados ao termo e ao mesmo tempo observar a realidade política sem o espanto da discrepância entre teoria e realidade.

2.4.1. Período “pré-64”

Os estudos realizados sobre o tema da influência das coligações no sistema político brasileiro podem ser divididos em dois períodos: pré-64 e retorno do poder aos civis. Ambos os períodos têm como principal apoio teórico o artigo “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria” de Soares do ano de 1964¹⁸. Neste texto são apresentadas as teorias da “economia de esforços” – segundo a qual partidos

¹⁸ Dentre os textos que orientam seus estudos segundo esta perspectiva pode-se citar Schmitt (1999), Sousa (2005; 1996), Machado (2005), Dalmoro & Fleischer (2005), Krause (2005), Oliveira (1973), Campello de Souza (1976), Lavareda (1991), Souza (1992), Figueiredo & Limongi (1995).

buscam maximizar ganhos com gastos mínimos – e da “resistência ideológica” – preferem-se alianças com partidos ideologicamente próximos.

Na perspectiva do período pré-64, Oliveira (1973), ao pesquisar as alianças para as candidaturas a deputado federal entre 1950 e 1962, colocando que diferenças estruturais não são relevantes¹⁹ para estudos que enfoquem os estados quanto à ideologia (Oliveira, 1973: 173), a autora chega a duas conclusões:

- 1) inconsistência ideológica e estrutural baixa; e
- 2) tendência à formação de coligações que envolvam um partido grande com partidos pequenos.

Soares nota um sério problema metodológico nesta pesquisa (Soares, 2001: 173). Neste estudo são considerados apenas os três principais partidos do período (PSD, PTB e UDN). Na classificação de Oliveira PSD pertenceria ao centro, PTB seria liberal e UDN conservadora. Desta maneira apenas a coligação entre PTB e UDN seria inconsistente. O problema que surge é ignorar a existência dos demais partidos políticos. A redução dos fatores considerados para determinar a consistência das atitudes de cada partido influi diretamente sobre a possibilidade de observar com maior precisão as características das associações realizadas para a disputa eleitoral. A probabilidade de se observar consistência é muito maior dentro desta situação, segundo aponto Soares.

Em texto de 1976, Campello de Souza chega às seguintes conclusões (Souza, 1976):

- a) partidos predominantes em uma região não se aliam;
- b) partidos pequenos precisam se aliar para serem eleitos;
- c) quanto menor o quociente eleitoral menor será o número de alianças;

¹⁹ Contradizendo a tese de Soares (1964).

d) quanto menor o partido maior sua busca por alianças, consequência de (c).

No mesmo estudo a autora atenta para o fato de que as coligações seriam um fator importante para o realinhamento político em torno de partidos com bases nacionais (Soares, 2001: 178-9), despreendendo-se dos regionalismos pela necessidade de se articularem entre si. Com isso os partidos perderiam suas características regionalistas e passariam a uma condição mais “cosmopolita”, na busca de uma identidade nacional. Esta tese não poder ser comprovada devido à implementação do governo militar e desestruturação do sistema político vigente. Entretanto se esta visão de um “cosmopolitismo” fosse confirmada, possivelmente remeteria a uma fragmentação de identidades partidárias. A busca por parte dos partidos em congregar o maior número possível de interesses em seu bojo poderia eliminar as barreiras ideológicas cuja função é de diferenciar e distinguir os integrantes do campo político. Se assim os fizerem, os partidos políticos podem assumir uma racionalidade eleitoral pura, relegando questões como representação e papel do Estado a meras palavras jogadas ao vento.

Vivaldo Sousa (2005) realiza estudo sobre as eleições entre 1954 e 1962, buscando perceber relações entre eleições majoritárias e proporcionais quanto à sua influência sobre a formação de coligações. A principal constatação reside em ocorrer maior número de vitórias, nas eleições proporcionais, por parte de coligações, quando estas coincidem com as eleições majoritárias (Sousa, 2005: 34), confirmando colocação de Soares (1964), baseado em Duverger (1951).

Ainda sobre este período, Olavo Brasil de Lima Júnior (1983) defende ser possível constatar uma diversidade política decorrente das especificidades da política local, ao invés de uma coesão intra-partidária no sentido da nacionalização dos partidos. O autor afirma que a formação de coligações obedece a dois princípios: I) busca por maior apoio eleitoral; e II) alianças são formadas para impedir a vitória do principal

adversário político, por meio de uma “racionalidade contextual” para minimizar possíveis apoios a outros partidos (Lima Júnior, 1983: 62)

Para Lavareda (1991) as eleições proporcionais apresentavam pouco estímulo para partidos grandes se coligarem com pequenos, uma vez que os primeiros sairiam perdendo vagas para os últimos. Contudo, o autor levanta a hipótese de que os grandes partidos se beneficiariam com o apoio dos pequenos partidos às campanhas majoritárias, onde a acumulação de votos é essencial para o acesso ao poder nesta instância. Este vínculo entre campanhas majoritárias e proporcionais é testado por Sousa (1996). O autor busca averiguar a existência relação entre a vitória de coligações para governo estadual e para as assembleias legislativas.

Para Fleischer (1986), a necessidade de se coligar, do ponto de vista dos grandes partidos, ocorre pela falta de força em todos os estados, coligando-se nas regiões onde não seriam capazes de se eleger por si mesmos.

Na percepção de Soares, o cálculo racional para realização de coligação é mais coerente nas eleições majoritárias. Ao competir por apenas uma vaga, partidos grandes necessitam do maior número possível de votos em seu favor através do apoio de partidos que possam angariar votos “extras” – ao mesmo tempo em que retiram votos de seus adversários – e os partidos pequenos, por ser muito difícil se elegerem por si próprios, tendem a formar coligações com a intenção de conseguir benefício pós-eleitorais – através de cargos, favores, etc (Soares, 2001: 152-3). Segundo o autor, os candidatos a cargos majoritários buscam se beneficiar do apoio de coligações já constituídas em sua localidade.

Em períodos mais recentes, a afirmação de Lavareda (1991) sobre a importância das coligações tanto para grandes como para pequenos partidos é extremamente condizente. Os pequenos partidos precisam se coligar para poderem fazer parte do

gabinete nas eleições majoritária e nas proporcionais para conseguirem um mínimo de representação. Para os grandes partidos as eleições majoritárias contam com o apoio e suporte de um conjunto alargado de atores e recursos. Entre estes benefícios inclui-se o aumento do Horário Gratuito de Propaganda Política (Schmitt, 2005 e 1999; Nicolau, 1996), o que incentiva a oferecer benefícios aos pequenos partidos, tais como coligações para eleições proporcionais.

Saindo desta lógica restrita à noção de racionalidade eleitoral pura, Santos (1987) ressalta a existência de grandes inconsistências ideológicas na formação de coligações. Ao mesmo tempo atenta para a desvinculação entre o voto do eleitor e a representação constituída devido ao aumento das proporções de eleitos por coligação, devido à possibilidade de votos dados a um posicionamento ideológico virem a eleger uma posição oposta. Sobre o primeiro ponto Soares rebate, da mesma forma que fez com Oliveira – apesar de Santos e Oliveira expressarem opiniões opostas – afirmando que a metodologia utilizada por Santos impossibilita observar as nuances das coligações ao afirmar que com a adesão à coligação de uma única legenda oposta no campo ideológico já seria suficiente para a classificação da aliança como inconsistente (Soares, 2001: 172-173). Deve-se a isso a percepção por parte de Santos de um baixo índice de consistência ideológica.

2.4.2. Retorno do poder aos civis

Os estudos sobre a reestruturação do campo político são menos numerosos do que os estudos sobre o período anterior ao governo militar. Entre os primeiros estudos produzidos sobre este período, segundo Schmitt (2005), se encontram: Waniez e Cabos (1987) sobre o fato de que as coligações orientavam futuras migrações partidárias e a

constatação, por Lima Júnior (1993), de que a maior parte dos votos foi dada a coligações.

Figueiredo (1994) elabora a “lei de ferro da competição eleitoral”, segundo a qual os partidos se coligam visando reduzir a probabilidade de derrota, e corrobora as teorias elaboradas por Soares (1964) sobre a “economia dos esforços” e a “resistência ideológica”.

Schmitt (1999) considera que existe consistência ideológica nas coligações brasileiras, porém, maior entre os partidos de direita do que de esquerda.

Analisando os motivos que levam os partidos a se coligarem nas eleições para a Câmara dos Deputados no período de 1994 a 1998, Aline Machado (2005) chega às seguintes descrições:

- a) ocorreu a redução do número de coligações concorrendo, porém o número de eleitos provenientes delas não sofreu grandes alterações;
- b) baixa magnitude dos distritos estimula coligações;
- c) quanto maior o tamanho do partido menor a predisposição a se coligar;
- d) preferência pelos partidos à coligações consistentes;
- e) direita e esquerda são semelhantes quanto aos padrões de coligação;
- f) os partidos mais consistentes ideologicamente são PT e PFL.

Entretanto, alguns problemas podem ser apontados neste estudo. Os micro-partidos, que deveriam sempre buscar se coligar, são os menos predispostos a se coligar. No pleito de 1994 as porcentagens, tanto dos pequenos partidos de direita quanto daqueles de esquerda que se coligaram para concorrer, são as menores dentre todas as divisões partidárias. A consistência ideológica é constatada ao se considerar que a maior parte das coligações é consistente – 37% de forte lógica ideológica. Contudo este dado não confirma um alto índice de consistência ideológica 26,7% da Câmara eleita em

1998 foram constituídos por parlamentares provenientes de coligações totalmente inconsistentes (direita com esquerda). Para completar ainda existe o caso das coligações de partidos de esquerda e direita com partidos de centro. Este tipo de coligação representou 15,7% da composição da câmara baixa. Por mais que esta ação não seja tão esdrúxula quanto as coligações classificadas pela autora como inconsistentes (a união dos pólos), ainda assim não podem ser consideradas como totalmente congruentes do ponto de vista ideológico. Apresentados estes dados fica o espanto da afirmativa de consistência dos partidos a partir de 37,2% de consistência contra um total somado de 42,8% de coligações inconsistentes e “mais ou menos” consistentes²⁰.

Dalmoro e Fleischer (2005) encaram o “problema da proporcionalidade” através da simulação da distribuição de cadeiras segundo a ausência de coligações, a coligação proporcional dentro das listas e diferentes fórmulas. Destes testes os autores distinguem que a fórmula “Saint-Languê pura de divisores” é a que propicia maior proporcionalidade. Além disso, a extinção das coligações diminuiria a representatividade, pois ainda seria necessário aos partidos pequenos alcançar o quociente eleitoral; portanto, sendo necessária a “exclusão do quociente eleitoral como barreira de acesso dos partidos à distribuição das sobras” (Dalmoro e Fleischer, 2005: 108). Após este estudo e as proposições apresentadas, os autores encaram o Brasil como representativo, do ponto de vista comparativo com outros países, porém, estadualmente, a qualidade desta representação é fraca (Dalmoro e Fleischer, 2005: 109).

Entre os assuntos crescentes na literatura sobre coligações se apresenta o tema da nacionalização dos partidos – tema primeiramente abordado por Campello de Souza (1976). Silvana Krause (2005) aborda as coligações para presidente e governador entre 1994 e 2002, observando a construção de perfis nacionais e estaduais. Entre suas

²⁰ Também podendo ser referida como “mais ou menos” *inconsistentes*.

colocações Krause argumenta que os partidos preferenciais para uma coligação a nível nacional podem se apresentar como adversários estadualmente (Krause, 2005: 124-5).

Nesta mesma linha se apresenta o estudo de Ribeiro (2005). Com a formulação de um índice de nacionalização de alianças (INA), o autor, através da análise dos 96 maiores municípios brasileiros – incluindo capitais que não chegassem a este mínimo –, constata a forte influência da política nacional dos partidos na constituição de alianças municipais (Ribeiro, 2005: 19). Ao mesmo tempo, percebe o fortalecimento da nacionalização dos partidos e encontra indícios relevantes de uma “contínua tendência centrípeta” para as eleições de prefeitos ocorridas entre 1996 e 2004 (Ribeiro, 2005: 18).

Ainda sobre eleições municipais, Carreirão (2005), estudando o estado de Santa Catarina aponta para uma tendência à constituição de coligações inconsistentes, e mais. Este tipo de coligação inconsistente não observa critério de punição por parte do eleitorado, inclusive alcançando valores positivos no que se refere à eleição para prefeito em relação às candidaturas consistentes do ponto de vista ideológico.

Dentro da perspectiva federal, Favetti (2004), ao estudar as coligações para presidente das disputas de 1996, 1998 e 2002, considera importante o exercício da tolerância democrática a partir da capacidade de coligações estimularem a pluralidade democrática. Para chegar a esta conclusão, considera a instituição da coligação não do ponto de uma “ação social racional segundo valores”, e sim uma “ação social racional segundo fins” (Weber *apud* Favetti, 2004: 1), considerando que os partidos políticos são orientados em maior medida pelo ganho de posições políticas do que à defesa de perspectivas ideológicas. Desta forma, a avaliação de coligações deve se limitar à observação da efetividade destas alcançarem seus objetivos, como, por exemplo, superar seus maiores adversário em determinado distrito.

A maior parte dos estudos aqui apresentados aborda a ação dos partidos por meio de coligações a partir de pressuposto de existir racionalidade orientada pela lógica de ganho eleitoral. Como aponta Favetti (2004), todo partido político objetiva, de uma forma ou de outra, a obtenção do poder político estatal, devendo ser bem sucedido na disputa eleitoral para tanto. Se as regras eleitorais beneficiam determinadas formas de agir, é de se esperar que os partidos políticos se mobilizem em torno da maximização de ganhos, reproduzindo comportamentos cujo incentivo é a cumplicidade das leis existentes.

Contudo, ao não se preocupar com os efeitos das coligações para a representação política é possível que o sistema ignore, ou não siga fielmente, a vontade do eleitor (Tavares, 1998; Lessa, 1992). Distorções da representatividade (Santos, 1987) e inconsistência partidária geram efeitos nocivos ao desenvolvimento de uma democracia representativa em que a intenção do eleitor seja efetivamente considerada. Sem a possibilidade de constatação de identidades partidárias mais consistentes, a representação fica prejudicada e um dos poucos momentos em que o sistema representativo permite voz àqueles que não participam do processo partidário torna-se efetivamente um mero método de legitimação do estado, não podendo relacionar vontade do eleitorado com ação política de partidos com identidades tão diluídas.

3. Questões metodológicas

3.1. Hipóteses

Se a organização política se resume apenas à disputa por posições de poder, sem considerar o posicionamento frente a algum conjunto de idéias constituídas na sociedade, então a diferença de interpretações possíveis soluções dos problemas existentes na sociedade e o debate sobre os mesmos pode ser tida como um teatro para enganar as massas. Mesmo que o governo representativo não possa ser descrito teoricamente de forma direta como uma democracia, isso não quer dizer que a população governada deva ser sumariamente excluída do processo político.

Numa situação ideal, partidos políticos se apresentariam enquanto grupos organizados a buscar a defesa de um posicionamento político, sendo, portanto, este o bem maior que estas organizações poderiam trazer à organização política. Entretanto, como as regras eleitorais beneficiam a realização de coligações, é previsível que ocorra um crescimento na importância destas sobre os resultados eleitorais, os quais implicarão em contextos políticos influenciados por estes arranjos no da escolha da representação.

Cabe a este trabalho apresentar dados que possibilitem a reflexão sobre a repercussão destes fatores sobre o comportamento dos partidos políticos brasileiros ao se apresentarem para a disputa eleitoral. Com base nisso, em conjunto com as reflexões teóricas abordadas anteriormente, podem ser elaboradas as seguintes hipóteses:

- 1) A construção da participação municipal obedece a critérios elaborados nacionalmente (partidos são coerentes e consistentes);
- 2) Existe um aumento de coligações entre partidos conflitantes ideologicamente, indicando a retração de barreiras ideológicas, com tendência ao centro ideológico;

- 3) As coligações sofrem maior influência do posicionamento dos partidos frente ao governo federal do que considerações ideológicas;
- 4) Tendência a um aumento no número de partidos pertencentes a uma mesma coligação, devido à complexidade crescente após cada eleição;
- 5) Coerência e consistência dos partidos melhoram com o aumento do porte do município em disputa;
- 6) Quanto mais incoerente e inconsistente o padrão apresentado pelo partido piores serão seus resultados eleitorais.

3.2. Coleta dos dados e organização dos dados

Para a realização desta pesquisa foram coletados dados sobre os candidatos nas eleições ocorridas em 2000 e 2004 para o cargo de prefeito em todos os municípios brasileiro através de pesquisa no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados pesquisados foram: a) unidade da federação; b) nome do município; c) partido do candidato; d) nome do candidato; e) votação nominal; f) percentual sobre o total de votos válidos; g) situação do candidato ao final da eleição; h) eleitorado total do município; i) nome dos partidos coligados. As variáveis (a), (c), (g), (i) foram formatadas como fechadas (entre únicas e múltiplas) enquanto as (b), (d), (e), (f), (h) apresentam-se como abertas (entre nominais e numéricas).

Por meio de manipulação em *software* estatístico foram obtidos o número total de votos contabilizados nos municípios (aberta numérica) e o número de partidos com os quais os diferentes candidatos se coligaram (fechada única).

Estas informações permitem traçar um perfil geral do comportamento dos partidos. Contudo, para analisar mais de cinco mil municípios, de maneira clara e objetiva, foram utilizados dois índices para tal fim, baseados em trabalho anterior de Miguel (2004a).

O primeiro índice se refere ao perfil ideológico dos partidos. Por meio deste será medida a tendência das coligações do ponto de vista da ideologia política, entendido aqui, de forma esquemática, como sendo a posição no eixo direita-esquerda. O segundo remete à relação entre coligação municipal e o posicionamento das direções partidárias nacionais com relação ao governo federal.

O índice ideológico é estipulado por uma escala que vai de 1 a -1, na qual o valor 1 corresponde ao perfil direita, -1 à esquerda e 0 ao centro²¹. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma do valor correspondente a cada partido ideologicamente, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$D - E / D + E + C = \text{índice de viés ideológico (IVI)}$; onde D corresponde ao número de partidos coligados de direita, E ao número de partidos coligados de esquerda e C ao número de partidos coligados de centro.

Por exemplo: se um partido se coliga com dois partidos de direita, três de esquerda e um de centro, o valor ideológico do mesmo será -0,166 ($2 - 3 / 2 + 3 + 1$), isto é, um pouco à esquerda do centro.

O segundo índice foi construído com base nas informações oferecidas pelos partidos sobre o posicionamento frente ao governo federal, durante o período em que as eleições municipais de 2000 e 2004 se realizaram.

Da mesma forma que o anterior, o índice de apoio ao governo, se baseia numa escala de 1 a -1, onde 1 representa suporte ao governo em questão, -1 oposição e 0

²¹ Para a classificação dos partidos no eixo direita-esquerda, seguiu-se o “senso comum” da ciência política e da análise jornalística brasileira. Assim, no ano de 2000 a identificação foi concebida da seguinte forma: a) esquerda - PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV, PCB, PSTU, PCO, PHS, PSN e PMN; b) centro - PMDB e PSDB; c) direita - PFL, PL, PPB (atual PP), PTB, PAN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PT do B, PGT, PSD, PST e PTN.

Nas eleições de 2004 foram considerados: a) esquerda - PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV, PCB, PSTU, PCO, PHS e PMN; b) centro - PMDB e PSDB; c) direita - PFL, PL, PP, PTB, PAN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC, PT do B e PTN.

neutralidade²². A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma dos valores atribuídos a cada partido, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$G - O / G + O + N =$ índice de governismo (IG); onde G corresponde ao número de partidos coligados de situação, O ao número de partidos coligados de oposição e N ao número de partidos coligados neutros.

Assim sendo, o mesmo partido que se coligue com quatro partidos de situação, nenhum de oposição e dois neutros, terá um índice de apoio ao governo de 0,66 ($4 - 0 / 4 + 0 + 2$).

3.3. Coerência ou consistência?

Ao tratar sobre o tema de coligações políticas, a literatura foca essencialmente em dois aspectos. O primeiro deles se centra nas relações entre coligações e resultados eleitorais, buscando medir a quantidade de coligações, quantos partidos as compõem, capacidade de vitória, entre outros aspectos. Cabe a esta análise revelar a dinâmica puramente eleitoral da coligação. Quanto ao segundo tipo, estes trabalhos buscam revelar os motivos – ideológicos ou eleitorais – que geram as coligações e como se dá a interação entre os partidos que as compõem.

Nada impede, contudo, a existência de exemplos em que ocorrem junções entre estas duas perspectivas. Independente destas diferenças nos estudos é recorrente a utilização sem distinção das nomenclaturas *coerência* e/ou *consistência* para definir padrões observados principalmente com relação a quesitos ideológicos.

²² Paras as eleições de 2004 considerou-se: a) governo – PT, PSB, PPS, PC do B, PV, PMDB, PL, PTB e PP; b) oposição: PDT, PSTU, PCO, PSDB, PFL e PRONA. Os demais partidos foram desconsiderados deste índice, pois não foi possível obter informações acerca da orientação pró ou anti-governo. Em 2000: a) governo: PFL, PSDB, PMDB, PTB e PPB (atual PP); b) oposição: PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV, PCB, PSTU, PCO, PL, PRONA, PHS, PSL, PST e PTN. Os demais partidos foram desconsiderados deste índice, pois não foi possível obter informações acerca da orientação pró ou anti-governo.

Efetivamente, o modo como os termos são empregados não implica na percepção de qualquer diferença entre seus sentidos. Porém, para o presente estudo, foi construída uma distinção entre os termos. O intuito desta construção é facilitar a compreensão dos dados e estimular uma reflexão sobre a possibilidade de diferentes formas de percepção de padrões partidários.

Utilizar-se-á o termo “coerência partidária” para definir a correlação existente entre os argumentos contidos na variação do índice de viés ideológico em conjunto com variações em algum sentido quanto ao índice de governismo. Permite-se, com isso, que cada partido defina sua coerência ao se coligar, na medida em que determinadas variações das condições das coligações (por estado, por tamanho do eleitorado) conduzem a diferentes padrões partidários. A coerência não repousa, portanto, numa opinião *a priori* sobre quais relações deveriam estar contidas em suas coligações, esta questão deve ser abordada separadamente. Para medir estes padrões será utilizada a correlação entre IVI e IG.

Consistência, por sua vez, não trabalha com termos de interação entre variáveis distintas, mas observa a concentração de determinado conjuntos de valores. Trate-se de perceber o posicionamento dos dados e a concentração dos mesmos. A determinação da consistência pode ser obtida por meio do coeficiente de variação existente entre os valores correspondentes a uma mesma variável composta por diferentes observações. No caso das coligações municipais para prefeito serão tomadas a consistência ideologia (baseada no IVI) e a consistência pragmática (baseada no IG).

O conjunto destes aspectos possibilita definir a consistência partidária, nomenclatura que se refere à sua possibilidade de comparação entre espaços de tempo, devido à proximidade ou afastamento entre as posições observadas. Possibilita-se, com

isso, a percepção de variações entre o comportamento dos partidos políticos ou mesmo a manutenção de suas estratégias de apresentação no campo político.

3.4. Considerações sobre as análises

Foram focalizados neste estudo os partidos mais relevantes de cada grupo ideológico, perfazendo um total de seis partidos: PMDB e PSDB como centro; PFL e PP (PPB) como direita; e PT e PDT como esquerda.

Os principais dados a serem utilizados neste trabalho se referem ao cruzamento entre os índices propostos e os fatores discriminados como relevantes para a percepção do ambiente eleitoral no Brasil.

Porém, para propiciar condições mais favoráveis à análise dos dados é essencial observar outras variáveis além daquelas contidas nos índices, com o intuito de revelar as bases sobre as quais os partidos operam, ou seja, onde e como os partidos se apresentam para a disputa eleitoral, além de quais os apoios estes necessitam e o resultado deste conjunto de fatores.

A base de dados aqui abordada permitiria uma quantidade infindável de abordagens. Entretanto, tendo em vista os propósitos centrais deste trabalho e a necessidade de focar nos aspectos que foram considerados relevantes neste estudo, as análises se limitarão a: (a) análise geral de cada eleição; (b) análise específica de cada partido; e (c) considerações sobre os resultados gerais retirados a partir dos índices propostos neste trabalho.

Alguns conceitos precisam de prévia apresentação para melhor compreensão dos resultados, além de evitar repetições desnecessárias durante o texto.

No que concerne à análise geral, esta se dividirá em duas partes, cada qual correspondendo a uma das eleições aqui consideradas. Os dados apresentados buscam avaliar a distribuição dos partidos políticos, considerando o espaço em que ocupam no país bem como em quais condições o fazem.

Ao tratar sobre participações, refere-se ao número de vezes que determinado partido disputou uma determinada eleição. Esta variável permite identificar a *capilaridade* do partido, obtida pela porcentagem do total de participações sobre o total de municípios em questão. No caso de se observar capilaridade de cada partido no Brasil divide-se o total de participações do partido pelo número total de municípios disponíveis para disputa em todo o território brasileiro.

Uma vez concorrendo, ainda cabe avaliar sob qual forma esta se deu, ou seja: (a) disputou com candidato próprio, mas sem apoio eleitoral de outros partidos, apresentado nas tabelas como *sozinho*; (b) participou com candidato próprio apoiado por outros partidos, identificado como *cabeça-de-chapa*; (c) concorreu apoiando candidatos de outros partidos, referido como *coligado*. Destas categorias as análises se concentram nas duas primeiras, apesar de o trabalho focar na questão das coligações. O motivo disto se deve ao alto número de coligações realizadas por praticamente todos os partidos²³, ou seja, a regra é realizar coligações. Os casos desviantes tornam-se, portanto, os momentos em que coligações não são realizadas, indicando estratégias ou condições propícias a este tipo de abordagem eleitoral.

A natureza dos dados trabalhados a partir do TSE permite avaliar o peso de cada partido em diferentes estados e tamanhos de eleitorados apenas através de seu total de participações e seu total de vitórias. Desta forma, as vitórias obtidas pelos partidos servem de referência para indicar a relevância do partido no município. Porém, como

²³ As exceções serão indicadas no momento da análise.

existem grandes diferenças quanto ao tamanho dos partidos políticos, o número absoluto diria muito pouco a respeito desta situação. Deve-se considerar as vitórias de cada partido sobre o total de participações deste em cada município, sendo possível considerar a eficiência de cada partido. Colocado isto, será denominado *taxa de sucesso* a razão entre o número de vitórias de um partido sobre o número de participações que este teve.

Para observar a importância em se coligar com determinados partidos para o partido analisado, é indispensável, novamente devido a diferenças de capilaridade, considerar duas relações. A primeira concerne à porcentagem de participações de cada partido em coligações junto ao partido analisado sobre o total de participações do partido analisado. Contudo ao abordar estas diferenças de pesos, não seria razoável comparar partidos com diferentes capilaridades. Na intenção de relevar estas diferenças foi realizada a ponderação do número de participações em aliança entre dois partidos sobre o número total de participações em que cada partido coligado ao partido analisado concorre.

Para avaliar em quais estados os partidos analisado se destacaram, tendo em vista a situação geral de cada eleição, determinou-se a *efetividade estadual*. Esta é a relação de estados em que o conjunto de vitórias de um partido se apresentou como mais relevante se considerada a participação de cada partidos entre os diferentes estados. Para tanto foi elaborada a seguinte fórmula, para termos de recreação matemática:

$$E = \frac{v_s + (0,5 \times v_{cc}) + (0,25 \times v_{col})}{m} ; \text{ onde:}$$

E = efetividade;

v_s = vitórias sozinho no estado;

v_{cc} = vitórias como cabeça-de-chapa no estado;

v_{col} = vitórias coligado no estado;

m = número total de municípios do estado

As análises dos índices se distribuirão pela observação de quatro grupos de fatores. A princípio será apresentada a distribuição dos índices para cada estado. Segue-se a isto a análise quanto à interação entre os índices e variações no tamanho do eleitorado. A próxima análise se destina a relação entre os índices e variações na porcentagem da votação. Por fim resta a demonstração gráfica da distribuição estadual do comportamento partidário com relação às coligações. Dentre estas, as três últimas serão apresentadas por meio de análises de correlação e coeficiente de variação.

A correlação entre os índices foi avaliada por meio do cálculo de r de pearson. O coeficiente de variação (CV) tem por intenção de observar a dispersão de cada índice frente aos valores obtidos em cada qual, possibilitando a comparação entre diferentes conjuntos de valores. O CV é obtido pela divisão do desvio padrão pela média dos valores considerados.

As considerações sobre os resultados obtidos consistirão basicamente da apresentação sobre a consistência partidária e a distribuição do quadro político com relação ao comportamento apresentado para as eleições a prefeito, por meio de representação gráfica.

4. Análise dos dados

4.1. Cenário Geral

4.1.1. Eleições de 2000

Nas eleições brasileiras ocorridas em 2000, 15.033 candidatos se apresentaram para disputar o cargo de prefeito em 5.556 municípios. Para abordar com maior propriedade os efeitos das coligações na organização e distribuição partidária no sistema político brasileiro, é relevante observar como os partidos políticos se distribuem em nível local. Nas eleições majoritárias de 2000, a capilaridade partidária é demonstrada pela tabela 1, abaixo.

Tabela 1: participações nas eleições para prefeito de 2000, por partido

partido	municípios em que concorreu	% sobre total de municípios
PMDB	5010	90,2%
PFL	4665	84,0%
PSDB	4348	78,3%
PPB	3965	71,4%
PTB	3510	63,2%
PDT	2858	51,4%
PT	2732	49,2%
PPS	2441	43,9%
PL	2417	43,5%
PSB	1907	34,3%
PSD	1360	24,5%
PSC	1087	19,6%
PSL	766	13,8%
PV	740	13,3%
PC do B	725	13,0%
PST	706	12,7%
PRP	693	12,5%
PMN	611	11,0%
PSDC	503	9,1%
PT do B	429	7,7%
PRTB	428	7,7%
PHS	366	6,6%
PTN	315	5,7%
PAN	244	4,4%

PRN	227	4,1%
PGT	207	3,7%
PRONA	132	2,4%
PSTU	82	1,5%
PCB	69	1,2%
PSN	28	0,5%
PCO	15	0,3%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A princípio é cabível afirmar que, segundo os dados coletados, os quatro partidos com maior capacidade de participação são aqueles que possuem em suas origens ligações diretas com a estrutura partidária e institucional do sistema política durante a ditadura militar. Estão entre estes PMDB e PSDB, o primeiro advindo diretamente do MDB e o segundo uma dissidência do PMDB, enquanto PFL e PPB dissidências do antigo PDS, originado na ARENA. Dentre os partidos com maior capilaridade se destaca o PMDB, ao alcançar 90,2% de participação entre os 5556 municípios analisados.

Em grande medida PFL e PP herdaram parcelas razoáveis de capital político proveniente do PDS, contudo a estrutura do PMDB se manteve quase intacta com separação do grupo que formou o PSDB. Realmente as condições iniciais do PSDB não foram das mais robustas eleitoralmente (Campos, 2002), alcançando espaço expressivo na política brasileira apenas a partir de 1994. Para explicar tal situação é preciso considerar a disponibilidade de recursos políticos mais abundantes devido à ascensão do PSDB ao governo, durante o período FHC, quando os tucanos tiveram a oportunidade de projetar sua legenda nacionalmente, fator que, aliado à maior disponibilidade de recursos materiais, devido a esta exposição, certamente possibilitou a fundação de diretórios em um maior número de localidades.

Contudo, com uma rápida passagem pelos dados referentes às eleições anteriores, em 1996, as hipóteses levantadas acima não cobrem a complexidade da

situação. Estes partidos ainda possuíam alta capilaridade ao compará-los com os demais partidos, contudo o número de participações não chegava a números tão expressivos. Apesar de ser o partido que mais concorreu no país, PMDB se apresentava para eleições em 2.989 municípios. Se por um lado, ao falar sobre resíduos decorrentes de organização mais antiga possa estar incorreto, o fator participação no governo ainda deve ser considerado e expandido aos demais partidos que participaram da coalizão do governo FHC. Para tanto, calculou-se a taxa de crescimento relativa ao espaço ainda possível de ser ocupado por cada partido, observada na tabela 2, a seguir. Para a determinação deste cálculo é necessário obter a diferença entre o número total de municípios em dada eleição e o número total de participações do mesmo partido na eleição anterior. Com isso é obtido o número máximo de aumento que o partido pode apresentar, o qual serve como divisor para o número de participações do partido na eleição analisada.

Tabela 2: participação em 1996 e 2000, partidos escolhidos			
partido	participações em 1996	participações em 2000	aumento relativo ao possível de se ocupar
PMDB	2989	5010	84,7%
PFL	2225	4665	77,4%
PSDB	2174	4348	67,9%
PPB	1565	3965	63,0%
PDT	1215	2858	39,5%
PTB	1079	3510	56,6%
PT	1066	2732	38,7%
PL	688	2417	36,9%
PSB	487	1907	29,0%
PPS	162	2441	43,7%
PC do B	51	725	12,7%

Fonte: autor a partir de dados do TSE

Os partidos que fizeram parte da base aliada ao governo federal durante o período em questão são exatamente aqueles que possuem os maiores números de participação em eleições, em conjunto com as maiores taxas de aumento relativo à suas capacidades de expansão. A média do percentual de aumento entre estes partidos chega

a 69,91%, enquanto os partidos que faziam parte da oposição ao governo federal entre 1995 e 2002 chegam a uma média de aumento da ordem de 33,41%. No momento da análise dos dados referentes às eleições de 2004 estas colocações serão consideradas para retomar este debate e discutir possíveis efeitos do governo federal nas alianças municipais. Esta influência já foi percebida por Ribeiro (2005), porém apenas nos maiores municípios, nos quais a possibilidade de congruência entre as necessidades locais e as decisões dos diretórios nacionais é maior.

Voltando às observações sobre os dados de 2000, quanto às características específicas das formas de participação eleitoral de cada partido apresenta-se a tabela 3. Sobre a decisão de concorrer sem alianças eleitorais, entre os partidos de maior relevância nacional, o PT é o partido que mais se diferencia. Se a estratégia mais recorrente entre os partidos políticos brasileiros como um todo é participar de coligações, o PT concorre isoladamente 28,2% das vezes em que participa. Este valor só é suplantado pelos partidos extremistas de esquerda: PSTU (54,8%) e PCO (80%), que, todavia, tiveram uma participação diminuta – respectivamente 1,6% e 0,3% dos municípios.

Tabela 3: Participação nas eleições municipais para prefeito de 2000, por partido

partido	sozinho	cabeça-de-chapa	coligado
PMDB	662 (13,2%)	2182 (43,6%)	2166 (43,2%)
PFL	434 (9,3%)	1867 (40,0%)	2364 (50,7%)
PSDB	381 (8,8%)	1700 (39,1%)	2267 (52,1%)
PPB	357 (9,0%)	1053 (26,6%)	2555 (64,4%)
PTB	204 (5,8%)	874 (24,9%)	2432 (69,3%)
PDT	222 (7,8%)	682 (23,9%)	1954 (68,4%)
PT	770 (28,2%)	546 (20,0%)	1416 (51,8%)
PPS	151 (6,2%)	483 (19,8%)	1807 (74,0%)
PL	128 (5,3%)	480 (19,9%)	1809 (74,8%)
PSB	111 (5,8%)	370 (19,4%)	1426 (74,8%)
PSD	60 (4,4%)	249 (18,3%)	1051 (77,3%)
PSC	56 (5,2%)	114 (10,5%)	917 (84,4%)
PSL	20 (2,6%)	80 (10,4%)	666 (87,0%)

PV	64 (8,7%)	72 (9,7%)	604 (81,6%)
PC do B	14 (1,9%)	14 (1,9%)	697 (96,1%)
PST	29 (4,1%)	50 (7,1%)	627 (88,8%)
PRP	30 (4,3%)	48 (6,9%)	615 (88,7%)
PMN	28 (4,6%)	52 (8,5%)	531 (86,9%)
PSDC	25 (5,0%)	43 (8,6%)	435 (86,5%)
PT do B	18 (4,2%)	30 (7,0%)	381 (88,8%)
PRTB	32 (7,5%)	21 (4,9%)	375 (87,6%)
PHS	29 (7,9%)	24 (6,6%)	313 (85,5%)
PTN	15 (4,8%)	9 (2,9%)	291 (92,4%)
PAN	21 (8,6%)	4 (1,6%)	219 (89,8%)
PRN	21 (9,3%)	11 (4,9%)	195 (85,9%)
PGT	12 (5,85)	2 (1,0%)	193 (93,2%)
PRONA	12 (9,1%)	3 (2,3%)	117 (88,6%)
PSTU	46 (6,1%)	2 (2,4%)	34 (41,5%)
PCB	4 (5,8%)	- **	65 (94,2%)
PSN	- *	- **	28 (100%)
PCO	12 (80%)	- **	3 (20%)
Total	3968 (9,1%)	11065 (25,4%)	28553 (65,5%)

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE.

* partido não concorreu isoladamente

** partido não concorreu como cabeça-de-chapa

Possivelmente esta atitude é motivada pela tentativa de construir uma imagem diferenciada do comportamento tradicional, baseado na utilização das regras eleitorais para retirar maiores proveitos eleitorais, com a intenção de se evidenciar como uma alternativa aos demais partidos. Em conjunto com este fator pode-se unir a intenção de se apresentar como a principal alternativa na esquerda, com a pretensão de se constituir como força hegemônica neste campo ideológico.

Ainda sobre este ponto, o PMDB possui um valor um pouco acima da média dos demais partidos, contudo é possível explicar este comportamento a partir dos dados seguintes. No momento em que um partido caminha para a construção de uma coligação o principal fator deriva da força política de cada um dos possíveis componentes desta aliança. A expressividade eleitoral de determinado candidato e seu partido, somada ao conjunto de acertos políticos inter-partidários, conduzem à construção de candidaturas

a prefeito. A capacidade do partido se apresentar como cabeça-de-chapa em uma coligação auxilia a evidenciar as relações de poder entre os partidos políticos no Brasil.

PMDB, PFL e PSDB concorrem, proporcionalmente aos seus totais de participação, mais vezes com o candidato a prefeito do que os demais partidos. Isto deriva tanto da capacidade destes partidos se apresentarem para um maior número de disputas eleitorais como do poder de influência na negociação pela liderança da coligação, a partir da acumulação de capital político.

Retomando o valor ligeiramente superior aos demais partidos quando concorrendo sozinho, o PMDB provavelmente não segue a referida estratégia petista, este número se deve mais à capacidade do PMDB em apresentar candidatos de sua legenda, devido a seu peso político, do que a uma estratégia de diferenciação. Ao abordar as vitórias obtidas por cada partido, contidas na tabela 4, este assunto será discutido de forma mais apropriada.

Quanto aos menores partidos, pelos motivos inversos aos apresentados para explicar o comportamento pemedebista, estes concorrem para prefeituras basicamente apoiando outros candidatos, uma vez que o apoio a candidatos de outros partidos representa aproximadamente 80% das participações destes. Isso corrobora a tese de Souza (1973) sobre a necessidade de partidos pequenos em fazer parte de coligações para disputarem eleições. Do ponto de vista da eleição majoritária, devido à dificuldade de se apresentarem como uma força política relevante para a disputa destes cargos, recorrendo ao apoio a candidatos mais expressivos com o intuito de obter indicações ao governo na estrutura local. Evidentemente a maior fatia da representação destes pequenos partidos reside nos cargos proporcionais, nos quais existe a tendência a acompanhar a formação de coligações constituídas para a disputa de eleições majoritárias.

Territorialmente existem diferenças quanto à distribuição da participação dentre os diferentes partidos. Ao conferir os dados da tabela 4, nota-se haver concentração da participação dos partidos de menores proporções em coligações restritas, em maior medida, aos municípios cujo número de eleitores seja de ao menos 10 mil. A menor quantidade de recursos para estes partidos acaba por limitar sua capacidade de atingir os menores municípios. Estes partidos preferem concentrar seus esforços em localidade de maior porte pela disposição de maior quantidade de recursos disponíveis.

Tabela 4: distribuição da participação pelo tamanho do eleitorado nas eleições de 2000, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PMDB	34,6% (1506)	26,5% (1152)	32,8% (1427)	3,2% (141)	2,5% (110)	0,3% (12)
PFL	33,4% (1412)	26,9% (1140)	33,4% (1414)	3,3% (138)	2,7% (114)	0,3% (13)
PSDB	31,9% (1264)	26,7% (1059)	34,8% (1379)	3,7% (145)	2,8% (110)	0,3% (10)
PPB	34,0% (1225)	25,7% (927)	33,5% (1207)	3,6% (131)	3,0% (107)	0,3% (11)
PTB	28,6% (947)	26,7% (883)	36,6% (1209)	4,2% (139)	3,4% (114)	0,4% (14)
PDT	28,2% (743)	24,6% (649)	37,9% (1000)	4,7% (125)	4,1% (107)	0,5% (12)
PPS	24,8% (567)	24,0% (549)	40,7% (933)	5,3% (121)	4,7% (107)	0,6% (13)
PL	22,2% (509)	25,1% (575)	41,8% (957)	5,5% (125)	4,8% (111)	0,5% (12)
PT	23,0% (451)	24,9% (489)	40,0% (784)	6,0% (118)	5,5% (107)	0,7% (13)
PSB	17,6% (316)	22,4% (402)	46,2% (830)	6,9% (124)	6,2% (111)	0,7% (13)
PSD	20,3% (264)	22,4% (291)	44,0% (572)	5,8% (76)	6,5% (84)	1,0% (13)
PSC	11,7% (121)	24,2% (250)	46,6% (480)	8,2% (85)	8,0% (82)	1,3% (13)
PSL	12,9% (96)	21,7% (162)	43,8% (327)	9,7% (72)	10,2% (76)	1,7% (13)
PC do B	5,6% (40)	11,8% (84)	52,2% (371)	12,8% (91)	15,6% (11)	2,0% (14)
PST	13,1% (89)	20,1% (136)	43,4% (294)	9,9% (67)	11,8% (80)	1,6% (11)
PV	7,5% (51)	14,8% (100)	47,0% (318)	14,6% (99)	14,2% (96)	1,8% (12)
PRP	17,3% (115)	20,1% (133)	41,2% (273)	8,9% (59)	11,0% (73)	1,5% (10)
PMN	9,9% (58)	17,8% (104)	47,0% (274)	9,1% (53)	13,9% (81)	2,2% (13)
PSDC	10,0% (48)	19,0% (91)	43,1% (206)	11,3% (54)	14,6% (70)	1,9% (9)
PT do B	4,6% (19)	16,5% (68)	47,2% (194)	11,4% (47)	17,3% (71)	2,9% (12)
PRTB	10,1% (40)	18,2% (72)	44,2% (175)	10,1% (40)	15,2% (60)	2,3% (9)
PHS	6,3% (21)	10,4% (35)	45,7% (153)	10,1% (34)	24,5% (82)	3,0% (10)
PTN	6,7% (20)	14,3% (43)	38,0% (114)	14,3% (43)	22,3% (67)	4,3% (13)
PAN	1,3% (3)	11,2% (25)	36,8% (82)	12,6% (28)	33,2% (74)	4,9% (11)
PRN	5,3% (11)	17,5% (36)	47,1% (97)	10,2% (21)	16,5% (34)	3,4% (7)
PGT	3,1% (6)	10,3% (20)	39,0% (76)	16,4% (32)	27,7% (54)	3,6% (7)
PRONA	1,7% (2)	6,7% (8)	38,3% (46)	21,7% (26)	26,7% (32)	5,0% (6)
PCB	0,0% (0)	0,0% (0)	21,5% (14)	23,1% (15)	40,0% (26)	15,4% (10)
PSTU	0,0% (0)	5,6% (2)	13,9% (5)	16,7% (6)	58,3% (21)	5,6% (2)

PSN	14,3% (4)	21,4% (6)	50,0% (14)	7,1% (2)	7,1% (2)	0,0% (0)
PCO	0,0% (0)	33,3% (1)	0,0% (0)	66,7% (2)	0,0% (0)	0,0% (0)
total de municípios	2060	1489	1710	160	123	14

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE.

O número absoluto de vitórias obtidas pelos partidos com maior capilaridade corrobora a percepção inicial, e óbvia, sobre a necessidade de participar de um maior número de eleições para obter um maior número de vitórias. Em grande medida é possível dizer que os partidos realizam um cálculo bastante preciso sobre os custos e os benefícios ao escolher qual forma irão participar de uma eleição (tabela 5).

Tabela 5: Vitórias dos partidos que disputaram as eleições de 2000 em 700 ou mais municípios

partido	total de vitórias	sozinho	cabeça-de-chapa	coligado
PMDB	2393 (47,8%)	214 (32,3%)	1042 (47,8%)	1137 (52,5%)
PFL	2257 (48,4%)	139 (32,0%)	887 (47,5%)	1231 (52,1%)
PSDB	2160 (49,7%)	104 (27,3%)	885 (52,1%)	1171 (51,7%)
PPB	1946 (49,1%)	123 (34,5%)	495 (47,0%)	1328 (52,0%)
PTB	1656 (47,2%)	38 (18,6%)	360 (41,2%)	1258 (51,7%)
PDT	1207 (42,2%)	32 (14,4%)	256 (37,5%)	919 (47,0%)
PPS	1062 (43,5%)	15 (9,8%)	151 (31,3%)	896 (49,6%)
PL	1141 (47,2%)	17 (13,3%)	217 (45,2%)	907 (50,1%)
PSB	788 (41,3%)	11 (9,9%)	122 (32,3%)	655 (45,9%)
PT	754 (27,6%)	37 (4,8%)	150 (27,5%)	567 (40,0%)
PSD	614 (45,2%)	5 (8,3%)	106 (42,6%)	503 (47,9%)
PSC	441 (40,6%)	3 (5,4%)	30 (26,3%)	408 (44,5%)
PSL	324 (43,3%)	- *	26 (32,5%)	298 (44,7%)
PC do B	262 (36,1%)	- *	1 (7,1%)	261 (37,5%)
PST	318 (45,0%)	1 (3,5%)	15 (30%)	302 (48,2%)
PV	290 (39,2%)	1 (1,6%)	12 (16,7%)	277 (45,9%)

Fonte: os autores, a partir de dados do TSE.

* partido não concorreu isoladamente

A taxa de sucesso, em certa medida, se apresenta entre 40% e 49%, com pequena vantagem para os partidos de direita. O partido que mais se distânciava desses valores é o PT, com uma taxa de apenas 27,6%. Com isso duas possibilidades se apresentam: a) ou os diretórios municipais petistas não são capazes de pesar

adequadamente o seu apoio eleitoral; ou b) estes empregam a estratégia de utilizar a disputa eleitoral também como uma arena simbólica, não apenas pragmática e contextual, onde o interesse maior é fazer uma campanha de crescimento de seu apoio com base em valores diferenciados da política tradicional, em vez de buscar ganhos eleitorais.

Ao mesmo tempo é possível perceber, do ponto de vista do eleitor, uma rejeição à apresentação de chapas isoladas do PT. Se estas constituem uma parcela importante das disputas petistas, ao mesmo tempo se apresentam como a forma menos eficaz de disputa pelo PT (4,8%), inclusive com taxas de sucesso inferiores a quase todos os partidos quanto a este quesito (a participação isolada do PMDB alcança sucesso em 38,3% das vezes). Esta constatação reforça a hipótese de que o PT disputa sozinho não porque julga que obterá êxito, mas para marcar posição e construir espaço político.

No que concerne ao tamanho das coligações, estas possuem uma média de 4,5 partidos. De acordo com a tabela 6, os partidos com menor participação eleitoral tendem a concorrer em coligações maiores, à exceção do PSTU.

partido	média do número de partidos coligados
PGT	7,1
PAN	6,8
PRONA	6,4
PCO	6,3
PTN	6,3
PRN	5,9
PT do B	5,6
PRTB	5,6
PHS	5,5
PSDC	5,2
PMN	5,1
PST	5
PV	4,9
PRP	4,8

PSL	4,6
PCB	4,6
PSC	4,5
PC do B	4,4
PSD	4
PSN	3,9
PSB	3,7
PL	3,7
PPS	3,5
PDT	3,4
PTB	3,3
PSDB	3,1
PPB	3,1
PFL	2,9
PMDB	2,9
PT	2,8
PSTU	2,6
média	4,6

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Se quanto a número de participações e de vitórias PMDB e PT possuem valores diversos, o tamanho médio de suas coligações é muito próximo. Após PSTU – com média de 2,5 partidos coligados – tendem a participar das menores coligações, PMDB e PT – ambos com 2,8 partidos em média. Porém, a diferença para os demais partidos com porte mais elevado é diminuta. Este valor contribui para atribuir ao PT a busca por demonstrar um comportamento divergente frente aos demais partidos (sejam de esquerda ou direita) em sua estratégia política. Contudo no que se refere ao tamanho das coligações o fator a possuir maior relevância talvez seja a capacidade dentre os maiores partidos em adquirirem valor político por si mesmos, não dependendo de coligações com um número elevado de partidos para obter apoio político necessário a disputas por prefeituras. Esta situação se deve à observação de valores baixos para PMDB, PFL, PP e PSDB, todos a menos de 0,4 partidos de diferença do PT.

Ao comparar os dados da tabela 5 com aqueles da tabela 4 é relevante questionar como se distribui territorialmente a constituição do tamanho das coligações. O número

de partidos coligados se refere ao número de partidos que integram a coligação *além* do primeiro, ou seja, nas tabelas 7, 8 e 9; o valor “1” indica uma coligação entre dois partidos. Ainda é necessário frisar que o tamanho das alianças foi bastante amplo, por exemplo; nas eleições para prefeito na capital da Paraíba, a chapa comanda pelo PMDB compôs-se de 21 partidos. Inclusive, esta aliança conduziu à vitória o então candidato Cícero Lucena por uma margem expressiva dos votos válidos (74%).

Uma vez que coligações maiores costumam incluir partidos menores, e estes, por sua vez, se apresentam majoritariamente em locais com eleitorado elevado, seria de se esperar que grandes coligações ocorressem nestes mesmos locais.

Tabela 7: distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado segundo o total de cada categoria de tamanho da coligação							
tamanho do eleitorado	número de partidos coligados						
	1	2	3	4	de 5 a 9	de 10 a 14	15 ou mais
menos de 5 000	34,7% (376)	39,3% (1453)	34,0% (1018)	28,2% (553)	14,2% (317)	1,9% (3)	0,0% (0)
5 001 a 10 000	24,6% (978)	28,0% (1036)	27,9% (835)	27,9% (546)	21,0% (468)	4,9% (8)	0,0% (0)
10 001 a 50 000	32,3% (1280)	27,1% (1001)	32,2% (963)	37,1% (727)	50,2% (1120)	37,7% (61)	16,7% (3)
50 001 a 100 000	3,2% (126)	2,9% (106)	2,9% (87)	3,6% (70)	7,5% (168)	21,6% (35)	5,6% (1)
100 001 a 500 000	3,7% (148)	2,4% (87)	2,7% (82)	2,6% (50)	6,3% (141)	30,2% (49)	72,2% (13)
mais de 500 001	1,5% (60)	0,4% (16)	0,3% (10)	0,7% (13)	0,8% (18)	3,7% (6)	5,6% (1)
TOTAL	100% (3968)	100% (3699)	100% (2995)	100% (1959)	100% (2232)	100% (162)	100% (18)

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

As menores coligações se concentram em regiões com menor eleitorado, derivado da falta de disponibilidade de partidos, além de haver maior facilidade para partidos grandes alcançarem maiorias. A incidência de grandes coligações ocorre apenas nas localidades mais densas eleitoralmente, confirmando a expectativa esboçada anteriormente.

Contudo, nos maiores municípios mais de 70% das coligações são formadas no máximo por outros quatro partidos, de forma que as coligações compostas com outros cinco ou dez partidos são significativos apenas nos eleitorados entre 100 e 500 mil eleitores, de acordo com a tabela 8, abaixo.

Tabela 8: distribuição do tamanho das coligações nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado segundo o total de cada categoria de tamanho do eleitorado

tamanho do eleitorado	número de partidos coligados							TOTAL
	1	2	3	4	de 5 a 9	de 10 a 14	15 ou mais	
menos de 5 000	29,2% (1376)	30,8% (1453)	21,6% (1018)	11,7% (553)	6,7% (317)	0,1% (3)	0,0% (0)	100% (4720)
5 001 a 10 000	25,3% (978)	26,8% (1036)	21,6% (835)	14,1% (546)	12,1% (468)	0,2% (8)	0,0% (0)	100% (3871)
10 001 a 50 000	24,8% (1280)	19,4% (1001)	18,7% (963)	14,1% (727)	21,7% (1120)	1,2% (61)	0,1% (3)	100% (5155)
50 001 a 100 000	21,2% (126)	17,9% (106)	14,7% (87)	11,8% (70)	28,3% (168)	5,9% (35)	0,2% (1)	100% (593)
100 001 a 500 000	26,0% (148)	15,3% (87)	14,4% (82)	8,8% (50)	24,7% (141)	8,6% (49)	2,3% (13)	100% (570)
mais de 500 001	48,4% (60)	12,9% (16)	8,1% (10)	10,5% (13)	14,5% (18)	4,8% (6)	0,8% (1)	100% (124)

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Independente do tamanho do eleitorado a tendência observada em maior escala é a preferência pelos partidos políticos brasileiros em formar alianças com o menor número possível de partidos, apesar de algumas exceções.

Por outro lado, teoricamente, coligações maiores seriam capazes de obter sucesso mais facilmente do que coligações menores. Nasce desta situação o motivo básico pelo qual se formam alianças. Para as eleições de 2000 essa premissa se confirma, segundo a tabela 9:

Tabela 9: porcentagem do tamanho da coligação nas eleições de 2000, por resultado

resultado	número de partidos coligados						
	1	2	3	4	de 5 a 9	de 10 a 14	15 ou mais
Eleito	35,8%	42,3%	48,0%	50,4%	53,8%	66,7%	66,7%
Não eleito	63,7%	57,5%	51,8%	49,1%	45,6%	33,3%	33,3%
Registro negado	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Renúncia/falecimento/cassação	0,4%	0,1%	0,2%	0,5%	0,4%	0,0%	0,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Para entender com maior precisão estes valores é preciso controlar estatisticamente o tamanho do município para perceber se esta característica oferece alguma diferença para os valores medianos. No intuito de comparar o efeito do tamanho da coligação sobre as vitórias a partir da densidade eleitoral, determinou-se a taxa de sucesso para cada classe considerada na tabela 10:

Tabela 10: número de vitórias proporcionais ao número de participações segundo o tamanho da coligação nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado

tamanho do eleitorado	número de partidos coligados						
	1	2	3	4	de 5 a 9	de 10 a 14	15 ou mais
menos de 5 000	43,1%	51,1%	57,9%	63,5%	61,6%	- *	- *
5 001 a 10 000	38,3%	43,8%	47,3%	52,8%	61,4%	66,7%	- *
10 001 a 50 000	27,8%	36,3%	44,3%	48,1%	53,2%	79,4%	33,3%
50 001 a 100 000	10,4%	18,4%	32,9%	34,0%	57,5%	53,8%	100,0%
100 001 a 500 000	13,8%	17,1%	28,0%	22,5%	34,8%	65,7%	76,9%
mais de 500 001	6,3%	10,0%	30,8%	25,0%	33,3%	50,0%	- *

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* não houve participações

Os dados da tabela 10 confirmam a linearidade quanto ao tamanho da coligação e a efetividade eleitoral em todas as variações de eleitores. Independente do tamanho do eleitorado no município, quanto maior o tamanho da coligação, maior a efetividade eleitoral; à exceção de três casos, decorrente da necessidade de unir as coligações mais numerosas em três classes para permitir a melhor visualização dos dados.

Ao se considerar a correlação entre tamanho do eleitorado e tamanho das coligações do total de participações, o valor é de apenas +0,143. Quando consultados apenas os dados das coligações vitoriosas, este valor sobe para +0,378, indicando que um aumento no tamanho da coligação aumenta as probabilidades de que ocorra uma vitória.

4.1.2. Eleições 2004

As eleições de 2004 são marcadas pela expectativa da influência da chegada do PT à presidência da República em 2002. A partir dos dados da tabela 11 é possível perceber que em quantidade de participações o PT finalmente chega ao patamar dos partidos mais estruturados localmente (PMDB, PFL, PSDB, PTB e PP), de tal forma que chegou a alavancar seu principal parceiro de coligação nas eleições de 2002, o PL.

Tabela 11: participações nas eleições para prefeito de 2004, por partido

partido	municípios em que concorreu	% sobre total de municípios
PMDB	5088	91,5%
PT	4741	85,2%
PSDB	4564	82,1%
PFL	4414	79,4%
PP	4297	77,3%
PTB	4261	76,6%
PL	3930	70,7%
PDT	3617	65,0%
PPS	3373	60,6%
PSB	2655	47,7%
PV	1841	33,1%
PSC	1670	30,0%
PC do B	1366	24,6%
PSL	1288	23,2%
PMN	1235	22,2%
PRP	1192	21,4%
PSDC	1090	19,6%
PHS	1062	19,1%
PTC	933	16,8%
PRTB	930	16,7%
PT do B	892	16,0%
PTN	887	15,9%
PAN	651	11,7%
PRONA	471	8,5%
PCB	188	3,4%
PSTU	109	2,0%
PCO	46	0,8%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O aumento da participação partidária nas disputas eleitorais de 2004 possui semelhanças e ao mesmo tempo diferenças com relação às eleições de 2000. Inicialmente é transparente quais partidos alcançam melhores resultados no incremento de sua capilaridade eleitoral, exatamente PT e PL, os quais ocupavam os cargos de presidente e vice-presidente da República. Outro dado merece atenção, a disparidade

entre o aumento da capilaridade do PT se comparada aos demais partidos, pois mesmo o PL fica muito aquém dos valores dos petistas.

Tabela 12: participação em 2000 e 2004 por partido

partido	participação em 2000	participação em 2004	aumento relativo ao espaço possível de se ocupar em 2004
PMDB	5010	5088	14,13%
PFL	4665	4414	-27,98%
PSDB	4348	4564	17,79%
PPB	3965	4297	20,79%
PTB	3510	4261	36,60%
PDT	2858	3617	28,07%
PPS	2441	3373	29,86%
PL	2417	3930	48,11%
PT	2732	4741	70,99%
PSB	1907	2655	20,47%
PC do B	725	1366	13,25%
PV	740	1841	22,83%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Os valores de aumento possuem grandes disparidades. Mesmo com o PC do B, tradicional aliado petista, possuindo um aumento tímido, ao fazer a média de crescimento dentre os principais partidos de oposição e compará-la com os membros da base governista, o resultado é uma razoável diferença favorável ao segundo grupo. PSDB, PFL e PDT na realidade aumentaram em média 5,96%, devido em especial à queda do PFL. Como a base do governo federal era muito diversa durante este período, nela se encontram partidos tanto como o PMDB – que possui muito pouco espaço para expandir – e o PC do B – incapaz de aumentar sua capilaridade com vigor, de forma que apenas o PFL entre os grandes partidos obteve um resultado pior. Possivelmente o resultado do PC do B deve estar atrelado à saturação de sua capacidade organizativa, com base em grandes núcleos urbanos.

Tabela 13: Participação nas eleições municipais de 2000, por partido

partido	sozinho	cabeça-de-chapa	coligado
PMDB	321 (6,31%)	2159 (42,43%)	2608 (51,26%)
PFL	203 (4,60%)	1554 (35,21%)	2657 (60,19%)
PSDB	188 (4,12%)	1730 (37,91%)	2646 (57,98%)
PTB	115 (2,70%)	978 (22,95%)	3168 (74,35%)
PP	187 (4,35%)	1080 (25,13%)	3030 (70,51%)
PT	737 (15,55%)	1215 (25,63%)	2789 (58,83%)
PL	128 (3,26%)	904 (23,00%)	2898 (73,36%)
PDT	167 (4,62%)	688 (19,02%)	2762 (76,36%)
PPS	133 (3,94%)	757 (22,44%)	2483 (73,61%)
PSB	123 (4,63%)	497 (18,72%)	2035 (76,65%)
PV	113 (6,14%)	181 (9,83%)	1547 (84,03%)
PSC	52 (3,11%)	128 (7,66%)	1490 (89,22%)
PC do B	43 (3,15%)	62 (4,54%)	1261 (92,31%)
PSL	42 (3,26%)	83 (6,44%)	1163 (90,30%)
PMN	48 (3,89%)	104 (8,42%)	1083 (87,69%)
PRP	34 (2,85%)	114 (9,56%)	1044 (87,58%)
PSDC	55 (5,05%)	73 (6,70%)	962 (88,26%)
PHS	69 (6,50%)	72 (6,78%)	921 (86,72%)
PTC	32 (3,4%)	66 (7,07%)	835 (89,50%)
PRTB	32 (3,44%)	57 (6,13%)	841 (90,43%)
PT do B	29 (3,25%)	65 (7,29%)	798 (89,46%)
PTN	35 (3,95%)	35 (3,95%)	817 (92,11%)
PAN	28 (4,30%)	16 (2,46%)	607 (93,14%)
PRONA	17 (3,61%)	20 (4,25%)	434 (92,14%)
PCB	12 (6,38%)	- *	176 (93,62%)
PCO	34 (73,91%)	- *	12 (26,09%)
PSTU	104 (95,41%)	- *	5 (4,59%)

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* partido não concorreu isoladamente

Se o PT conseguiu participar de um maior número de eleições, ao mesmo tempo outro fator é revelador sobre a postura do partido a partir de sua “nova fase”. Em 2000 concorreu sozinho 28,2% das vezes, para as eleições municipais de 2004 esta quantidade cai para 15,55%, ficando atrás novamente apenas dos partidos radicais de esquerda (PCO e PSTU). Mesmo assim ainda é o único partido grande a seguir com alguma ressalva com relação à realização de coligações.

Quanto a candidaturas apoiadas por outros partidos, aqueles que mais se apresentam como líderes de coligação são PMDB, PFL e PSDB. Do ponto de vista da participação para as disputas locais nenhum destes partidos foi abalado do ponto de vista da capacidade de congregar apoio e prestígio suficientes para lançar o maior número de candidatos a prefeitos.

As diferenças da distribuição regional não sofrem grandes alterações, mas PCB e PRP participam menos no Sul, e o PT modifica sua maior participação nas eleições do Sudeste – seu reduto tradicional – para dar mais ênfase à disputa no Nordeste. Em 2000 na região Sudeste se concentraram 31,6% de suas coligações, enquanto o valor era de 28,4% no Nordeste, em 2004 esses valores se invertem sendo, respectivamente, 28,9% e 33,2%.

No campo das vitórias os partidos tradicionais ainda dominam com larga margem de vantagem, mesmo com uma queda razoável em expressividade. Nas eleições de 2000 PMDB, PFL, PTB, PSDB e PPB somavam 77,4% das prefeituras, em 2004 este valor caiu para 66,4%, percentual ainda assim elevado.

Tabela 14: Vitórias dos partidos que disputaram as eleições de 2000 em 900 ou mais municípios

partido	total de vitórias	sozinho	cabeça-de-chapa	coligado
PMDB	2243 (44,8%)	102 (31,78%)	954 (44,19%)	1187 (45,51%)
PFL	2213 (50,14%)	42 (20,69%)	750 (48,26%)	1421 (53,48%)
PSDB	2194 (48,07%)	42 (22,34%)	829 (47,92%)	1323 (50,00%)
PP	2032 (47,29%)	33 (17,65%)	518 (47,96%)	1481 (48,88%)
PTB	1971 (46,26%)	20 (17,39%)	403 (41,21%)	1548 (48,86%)
PL	1823 (46,39%)	12 (9,38%)	371 (41,04%)	1440 (49,69%)
PT	1617 (34,11%)	44 (5,97%)	367 (30,21%)	1206 (43,24%)
PDT	1604 (44,35%)	16 (9,58%)	290 (42,15%)	1298 (46,99%)
PPS	1514 (44,89%)	10 (7,52%)	295 (38,97%)	1209 (48,69%)
PSB	1130 (42,56%)	7 (5,69%)	168 (33,80%)	955 (46,93%)
PV	758 (41,17%)	3 (2,65%)	54 (29,83%)	701 (45,31%)
PSC	713 (42,69%)	- *	26 (20,31%)	687 (46,11%)
PSL	561 (43,56%)	4 (9,52%)	21 (25,30%)	536 (46,09%)
PC do B	509 (37,26%)	- *	10 (16,13%)	499 (39,57%)

PMN	508 (41,13%)	- *	31 (29,81%)	477 (44,04%)
PRP	504 (42,28%)	2 (5,88%)	35 (30,70%)	467 (44,73%)
PSDC	448 (41,10%)	1 (1,82%)	12 (16,44%)	435 (45,22%)
PHS	405 (38,14%)	4 (5,80%)	22 (30,56%)	379 (41,15%)

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE.

* partido não concorreu isoladamente

A taxa de sucesso do PT se elevou, em boa medida pela diminuição da opção pela disputa de prefeituras sem coligação, situação em que o partido amargava os piores resultados. Essa melhoria de aproveitamento eleitoral trouxe ao partido um aumento estrondoso quanto ao número de prefeituras em seu comando. Eram 187 em 2000, saltando para 411 em 2004, um aumento da ordem de mais de 200%, contudo ainda está longe da expressividade dentre os partidos de maior porte, pois não chega a ocupar 10% das prefeituras no país..

O tamanho das coligações aumentou, em 2004 o número médio de partidos em coligação foi de 5,3. A maior coligação ocorreu em São Vicente, município paulista, e contou com um total de 22 partidos, elegendo o candidato Tércio Augusto do PSB, em uma coligação na qual apenas PT, PSTU, PRONA, PCB e PCO não participaram.

partido	média do número de partidos coligados
PCO	9,7
PRONA	6,5
PAN	6,5
PTN	6,2
PRTB	5,9
PT do B	5,9
PTC	5,8
PCB	5,8
PSL	5,7
PHS	5,7
PMN	5,6
PSDC	5,6
PSTU	5,6
PRP	5,5

PSC	5,4
PV	5,2
PC do B	4,9
PSB	4,5
PPS	4,4
PDT	4,3
PL	4,3
PTB	4,2
PP	4,1
PSDB	3,9
PFL	3,9
PMDB	3,7
PT	3,5
média	5,3

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

PT manteve sua posição de partido com menores coligações, porém sua média subiu 2 pontos comparada à eleição anterior. Cabe considerar que a expansão súbita do PT auxiliou para o aumento desta média. Ao aumentar sua rede de diretórios em localidades nas quais não possuía estrutura anterior, foi necessário se adequar à política local, possivelmente adentrando coligações previamente existentes. Essa hipótese é fundamentada ao comparar os valores de disputas isoladas do PT nas tabelas 3 e 13, onde se observa que ocorreu uma queda no número absoluto dessas, apesar de praticamente ter dobrado sua participação em eleições para prefeito.

Não houve mudanças significativas no que diz respeito às situações entre tamanho das coligações, tamanho do eleitorado em que estas coligações se apresentaram e efeito destes dois sobre a efetividade das disputas. Apenas um pequeno acréscimo no número de partidos coligados a se obter vitórias.

4.2. PMDB

Ao dissolver os partidos então existentes por meio do Ato Institucional nº 2, o governo militar foi o responsável direto pela constituição do embrião do que viria a ser o PMDB.

De acordo com as regras impostas existia a possibilidade de organizar até três partidos, contudo foram formados apenas dois: ARENA e MDB, sendo necessárias negociações entre governo e políticos para efetivar a formação do segundo. Sob a legenda do MDB se uniram as mais diversas tendências, com um único quesito a unilas, a discordância quanto à manutenção de um regime de exceção no Brasil.

A sigla PMDB surge no momento em que se possibilitou a abertura de novos partidos políticos, a partir de quando MDB se tornou PMDB. Esta mudança de nomenclatura ainda resultou em duas principais modificações: (a) parte dos membros com tendências políticas mais à esquerda se retira do partido para dar início a agremiações próprias, causando o esvaziamento desta tendência política; (b) inchaço no tamanho do partido devido à migração de políticos interessados na boa imagem atribuída ao partido pelo eleitorado.

A luta por eleições diretas pelo PMDB, sua posição antagônica ao governo militar e o sucesso econômico inicial do Plano Cruzado, lhe assegurou grande apoio popular no período imediatamente posterior à saída dos militares do poder. Esta situação lhe garantiu quase que hegemonia política neste curto período, a qual atraiu vários políticos à procura de apoio popular.

Um dos fatores mais interessantes sobre o PMDB deriva de sua própria constituição enquanto o partido brasileiro que melhor se encaixa na classificação de

catch-all-parties. Apesar de ser tratado neste trabalho como pertencente ao centro, abordar este partido como um todo nesta posição seria simplificar seu papel no sistema político brasileiro. Sua posição no centro político deriva de congregar as tendências políticas mais variadas, desde herdeiros do antigo MDB a políticos tradicionais incorporados ao partido por questões de benefício eleitoral. Outra característica que permite lhe caracterizar como centro é sua adesão a qualquer governo para garantir capacidade de decisão no parlamento, independente de posição ideológica.

Tanto em 2000 quanto em 2004 o PMDB se apresentou favorável ao governo durante o período das eleições municipais. As variações do IVI são esperadas a não ultrapassar a distância de 0,1 do ponto inicial do eixo das coordenadas, em qualquer direção que ocorra.

4.2.1. Eleições de 2000

Ao se apresentar como o partido com maior capilaridade em 2000, cobrindo quase todos os municípios do país, seria de se esperar que o PMDB participasse com forte intensidade em todos os estados. Isso realmente acontece, porém com algumas variações consideráveis.

De acordo com a tabela 16, a porcentagem de participações do PMDB nas regiões Norte e Sul não cai a menos de 85% em nenhum de seus estados, com destaque para Roraima onde concorre em todos os municípios. As menores taxas de participação, por sua vez, se encontram no Nordeste, onde tanto em Ceará quanto na Bahia a participação do PMDB fica em 75% do total de municípios nestes estados.

Tabela 16: participações do PMDB nas eleições de 2000, por estado

Estado	concorreu (A)	porcentagem sobre o total de municípios em cada estado	Sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	465	93,6%	122	26,2%	187	40,2%	156	33,5%	1,4
SC	281	95,9%	78	27,8%	133	47,3%	70	24,9%	1,45
PR	348	87,2%	36	10,3%	146	42,0%	166	47,7%	2,82
SP	583	90,4%	56	9,6%	232	39,8%	295	50,6%	3,17
RJ	81	88,0%	2	2,5%	37	45,7%	42	51,9%	5,27
MG	786	92,1%	123	15,6%	391	49,7%	272	34,6%	2,37
ES	73	93,6%	5	6,8%	35	47,9%	33	45,2%	3,4
MS	74	96,1%	6	8,1%	37	50,0%	31	41,9%	3,14
MT	127	91,4%	12	9,4%	52	40,9%	63	49,6%	2,64
GO	218	89,0%	43	19,7%	109	50,0%	66	30,3%	1,87
BA	314	75,3%	18	5,7%	72	22,9%	224	71,3%	2,99
SE	66	88,0%	1	1,5%	26	39,4%	39	59,1%	3,14
AL	91	89,2%	3	3,3%	36	39,6%	52	57,1%	3,16
PB	217	97,3%	46	21,2%	115	53,0%	56	25,8%	1,88
PE	169	91,4%	4	2,4%	82	48,5%	83	49,1%	2,9
CE	138	75,0%	9	6,5%	35	25,4%	94	68,1%	2,57
PI	212	95,5%	16	7,5%	96	45,3%	100	47,2%	2,1
RN	160	95,8%	19	11,9%	87	54,4%	54	33,8%	1,87
MA	190	88,8%	11	5,8%	86	45,3%	93	48,9%	3,28
PA	133	93,0%	14	10,5%	65	48,9%	54	40,6%	2,46
TO	123	88,5%	25	20,3%	50	40,7%	48	39,0%	1,76
AM	59	95,2%	2	3,4%	31	52,5%	26	44,1%	3,95
AC	21	95,5%	1	4,8%	9	42,9%	11	52,4%	2,43
RR	15	100,0%	0	0,0%	5	33,3%	10	66,7%	3,6
RO	51	98,1%	8	15,7%	23	45,1%	20	39,2%	2,78
AP	15	93,8%	2	13,3%	5	33,3%	8	53,3%	2
TOTAL	5010	90,2%	662	13,2%	2182	43,6%	2166	43,2%	2,5

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

As variações com relação à forma pela qual o PMDB participa das eleições são bastante diversas de estado para estado. Não é possível estabelecer padrões com relação a comportamentos baseados na congregação de todos os estados de determinada região, apesar de existirem menores variações nos estados da região Norte. Quanto às formas de participação do PMDB, este concorre isoladamente com maior frequência nos estados

do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, respectivamente 26% e 28%, onde o partido é tradicionalmente forte e existem fortes identificações partidárias.

Apesar da capilaridade do PMDB a sua força regional varia bastante. Exemplo emblemático é Roraima novamente, estado onde o PMDB participa em todas as eleições. O pequeno número de municípios no estado tenderia a facilitar a articulação local, porém o PMDB não se apresenta isoladamente, sugerindo uma deficiência política para se lançar com segurança sem depender de forças externas ao partido. Soma-se a isso o fato de apresentar candidatos próprios – cabeça-de-chapa – para apenas 1/3 do total de vagas disponíveis no estado, cabendo ao partido o papel de coadjuvante nas eleições municipais do executivo. Desta forma a possibilidade de apresentar força política em Roraima devido ao número de participações não é verificada por meio dos dados referentes à maneira específica pela qual o partido se organiza eleitoralmente no estado. Possivelmente esta seja uma tendência observada nos demais partidos, a necessidade de realizar coligações para possibilitar a participação em estados do Norte.

Ainda atento à capacidade do PMDB impor sua liderança, a baixa participação na Bahia pode ser considerada efeito da dificuldade do PMDB se consolidar neste estado, devido à necessidade de apoiar a candidatura a prefeito de outros partidos em 71% das vezes em que participa. Algo que possivelmente explica tal fenômeno é o predomínio do PFL no estado, dificultando a competição no estado sem apoio político deste partido.

Com relação à constituição das coligações, o PMDB se coliga com praticamente todos os partidos, à exceção de PSTU. Entre os partidos de médio e grande porte a maior rejeição para a formação de coligações se encontra entre os partidos esquerdistas de forma geral. Segue a tabela 17 sobre o assunto:

Tabela 17: número de vezes com que o PMDB se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido			
Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PMDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PSDB	1435	28,6%	33,0%
PFL	1405	28,0%	30,1%
PPB	1272	25,4%	32,1%
PTB	1216	24,3%	34,6%
PDT	993	19,8%	34,7%
PPS	863	17,2%	35,4%
PL	851	17,0%	35,2%
PT	707	14,1%	25,9%
PSB	567	11,3%	29,7%
PSD	498	9,9%	36,6%
PSC	378	7,5%	34,8%
PSL	246	4,9%	32,1%
PC do B	204	4,1%	28,1%
PST	254	5,1%	36,0%
PV	236	4,7%	31,9%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Entre os maiores partidos, com relação à participação em municípios, o PFL é aquele que menos vezes procura realizar aliança com o PMDB. Um das possibilidades para explicar tal fenômeno talvez seja a disputa entre estes dois partidos pela liderança nas menores localidades.

Contudo a variação no número de coligações com o PFL não possui grandes diferenças quando comparada com os demais partidos ao se tratar dos menores municípios, como se observa na tabela 18, abaixo. Nos menores municípios PFL e PMDB se coligam 14% das vezes em que o segundo concorre, além de existir um número muito grande de participações em conjunto nos grandes centros urbanos (8,10%). O que se nota é a diminuição dos partidos tradicionais na composição de coligações do PMDB à medida em que o eleitorado aumenta, porém estes ainda se configuram como os principais aliados. Isso se deve em grande medida à disponibilidade de um número maior de partidos nas disputas das cidades maiores do

que nos pequenos municípios. Ainda neste quesito, a presença falha do PSDB nas coligações com PMDB é sintomático da situação então vivenciada pelo governo FHC, visto que a princípio PMDB haveria de buscar constantemente a união com o PSDB, com base em seu apoio ao governo federal. Porém esta união ocorre com maior recorrência apenas nos menores municípios, praticamente deixando de existir entre os municípios com mais de 500 mil eleitores. Outro fator a intensificar este quadro de afastamento entre ambos os partidos é o fato de ambos se situarem no centro, e, portanto, serem, em tese, parceiros preferenciais. Devido a um possível descontentamento por parte do eleitorado com relação à imagem negativa do governo FHC o parceiro preferencial do PMDB acaba por se tornar o PFL, constituído em sua maioria por políticos que em suas origens, eram adversários diretos do PMDB, seja dentro da ARENA ou PDS.

Tabela 18: distribuição da composição das coligações do PMDB nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PSDB	14,5%	12,9%	10,5%	6,3%	5,2%	1,6%
PFL	14,4%	12,7%	9,8%	6,3%	5,9%	8,1%
PPB	14,0%	11,1%	8,2%	6,9%	5,7%	6,5%
PTB	11,8%	10,4%	9,0%	8,1%	5,2%	3,2%
PDT	9,4%	8,5%	7,5%	6,3%	4,2%	1,6%
PPS	7,9%	6,7%	7,0%	5,3%	4,9%	0,0%
PL	6,8%	6,8%	6,8%	7,8%	5,9%	6,5%
PT	6,9%	6,5%	5,4%	2,8%	1,7%	0,0%
PSD	3,2%	3,4%	4,8%	3,8%	4,5%	6,5%
PSC	1,5%	3,1%	3,4%	4,9%	4,7%	6,5%
PSL	1,0%	2,1%	2,0%	3,4%	3,4%	6,5%
PMN	0,6%	1,3%	2,2%	2,8%	4,7%	6,5%
PRTB	0,6%	0,8%	1,4%	1,6%	2,4%	6,5%
PAN	0,0%	0,3%	0,6%	1,5%	3,1%	6,5%
outros esquerda	4,4%	7,2%	11,4%	14,4%	15,7%	4,8%
outros direita	3,0%	6,1%	10,0%	17,8%	22,7%	29,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Considerando o coeficiente eleitoral (CV) calculado de acordo com o tamanho do eleitorado para cada partido, segundo os dados da tabela 18, o partido mais constante com relação ao PMDB é o PL, de forma que só varia 8,3%, enquanto o comportamento mais disforme resulta das coligações com o PT, as quais apresentam CV de 65,9%. Outro dado relevante é a queda acentuada entre os maiores partidos de esquerda, de forma que o PMDB simplesmente não realiza coligações nos maiores municípios com a maioria dos partidos de esquerda (PT, PPS, PSB e PC do B). Este dado é interessante, devido a serem nestes maiores municípios onde os partidos citados possuem maior capacidade de capilaridade.

Nos menores municípios partidos de esquerda dependem do apoio do PMDB para se inserir no cenário eleitoral local, devido à capilaridade deste partido. Numa seqüência deste raciocínio, quanto mais os partidos de esquerda são autônomos e capazes de disputar sem o apoio pemedebista menos vezes se consolidarão apoios entre os referidos. Esta observação pode dar espaço à interpretação do PMDB não apenas como um partido de centro, mas notadamente de centro-direita, tendencialmente preterido pelos partidos de esquerda, quando em situações mais complexas, tais quais nos maiores municípios. Estes comentários passarão por uma discussão mais detalhada ao abordar dados sobre a composição ideológica das coligações deste partido, à frente.

Com relação à eficiência eleitoral do PMDB, esta ronda em torno de 50%. A capacidade política do PMDB se impor politicamente frente aos demais partidos difere de sua ressonância no eleitorado. Dentre as vezes em que participa o PMDB só não obteve resultados satisfatórios em Tocantins e Amapá, apresentando taxas de sucesso entre 40% e 60%.

Tabela 19: vitórias do PMDB nas eleições de 2000, por estado

Estado	Vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	Sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	Coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	229	49,25%	49	40,16%	90	48,13%	90	57,69%	1,537
SC	147	52,31%	41	52,56%	73	54,89%	33	47,14%	1,347
PR	182	52,30%	9	25,00%	73	50,00%	100	60,24%	3,28
SP	272	46,66%	12	21,43%	99	42,67%	161	54,58%	3,89
RJ	36	44,44%	1	50,00%	13	35,14%	22	52,38%	6,167
MG	376	47,84%	43	34,96%	189	48,34%	144	52,94%	2,646
ES	36	49,32%	0	0,00%	18	51,43%	18	54,55%	4,222
MS	42	56,76%	2	33,33%	23	62,16%	17	54,84%	3,548
MT	57	44,88%	0	0,00%	21	40,38%	36	57,14%	3,316
GO	91	41,74%	13	30,23%	50	45,87%	28	42,42%	2,011
BA	150	47,77%	3	16,67%	29	40,28%	118	52,68%	3,273
SE	35	53,03%	0	0,00%	15	57,69%	20	51,28%	3,114
AL	37	40,66%	1	33,33%	16	44,44%	20	38,46%	3,486
PB	122	56,22%	20	43,48%	63	54,78%	39	69,64%	2,238
PE	83	49,11%	2	50,00%	42	51,22%	39	46,99%	2,855
CE	58	42,03%	0	0,00%	12	34,29%	46	48,94%	3,293
PI	96	45,28%	5	31,25%	41	42,71%	50	50,00%	2,313
RN	85	53,13%	6	31,58%	49	56,32%	30	55,56%	2
MA	90	47,37%	1	9,09%	50	58,14%	39	41,94%	3,6
PA	61	45,86%	3	21,43%	32	49,23%	26	48,15%	2,721
TO	34	27,64%	1	4,00%	11	22,00%	22	45,83%	2,353
AM	31	52,54%	0	0,00%	14	45,16%	17	65,38%	3,774
AC	9	42,86%	1	100,00%	4	44,44%	4	36,36%	2
RR	6	40,00%	0	- *	1	20,00%	5	50,00%	5
RO	23	45,10%	1	12,50%	12	52,17%	10	50,00%	3,522
AP	5	33,33%	0	0,00%	2	40,00%	3	37,50%	2,6
TOTAL	2166	43,23%	214	32,33%	1042	47,75%	1137	52,49%	2,819

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* partido não concorreu isoladamente

Ao concorrer sozinho, o PMDB apresenta resultados satisfatórios no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraíba, respectivamente 40%, 52% e 43% das vezes em que disputou isolado nestes estados. O expressivo desses números reside em que nestes estados o PMDB possui aproximadamente 10% de seu total de vitórias com candidatos a prefeito sem apoio de outros partidos.

Ao se relativizar o peso do partido em cada estado em conjunto com a importância dada pelo PMDB a cada um deles é possível notar que os resultados mais satisfatórios ocorrem em Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio Grande do Norte. Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul apresentavam à época governadores do partido, no caso dos demais estados o PMDB não fazia parte nem sequer das coligações que levaram os então candidatos ao governo do estado. O eleitorado de Santa Catarina, contudo, possui fortes laços identitários com o partido, os quais remontam à época em que ainda era MDB, quando encarnava a única alternativa aos grupos oligárquicos locais. A partir disto, é possível notar a eficácia do PMDB no estado devido a bases tradicionais, ao invés de arranjos imediatos concedidos pela situação estadual.

Considerando o tamanho do eleitorado dos municípios, a taxa de sucesso do PMDB varia, obtém maiores ganhos nos municípios pequenos, situação que decresce a partir do aumento do tamanho eleitoral, como se pode ver na tabela 20.

Tabela 20: vitórias do PMDB nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	937	45,49%	50,59%
de 5001 a 10000	618	41,50%	47,21%
de 10001 a 50000	723	42,28%	46,05%
de 50001 a 100000	64	40,00%	42,95%
de 100001 a 500000	48	39,02%	41,03%
mais de 500000	3	21,43%	23,08%
TOTAL	2393	43,07%	47,76%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Por meio da tabela 21 observa-se a constituição ideológica e governista das coligações do PMDB por meio do IVI e do IG, discriminados por estado. O IVI nacional de 0,260 revela uma atitude coligacional voltada com maior intensidade para a busca por partidos de direita. Do ponto de vista governista o IG nacional de 0,014

condiz com uma neutralidade com relação à composição com partidos que pertençam à base do governo. Este dado é curioso uma vez que o próprio PMDB fazia parte da base do governo FHC. A avaliação negativa que a população tinha deste governo à época das eleições em questão certamente contribuiu para o afastamento de agremiações que apoiassem o governo federal. Ainda cabe ressaltar a existência de dissidências internas sobre o apoio a FHC. Esta medida de apoio ao governo importou muito pouco para as coligações municipais do PMDB.

Tabela 21: IVI e IG das coligações do PMDB nas eleições de 2000, por estado

Estado	IVI	IG
RS	+0,320	+0,344
SC	+0,027	+0,080
PR	+0,162	-0,017
SP	+0,237	-0,034
RJ	+0,396	-0,143
MG	+0,271	+0,028
ES	+0,069	-0,149
MS	+0,246	+0,069
MT	+0,024	-0,075
GO	+0,385	-0,371
BA	+0,478	+0,038
SE	+0,155	-0,029
AL	+0,194	-0,204
PB	+0,252	+0,072
PE	+0,394	-0,017
CE	+0,251	+0,054
PI	+0,103	+0,167
RN	+0,244	+0,111
MA	+0,403	+0,102
PA	+0,208	-0,152
TO	-0,106	-0,259
AM	+0,412	-0,006
AC	+0,549	+0,660
RR	+0,463	+0,143
RO	+0,204	+0,109
AP	+0,167	-0,103
TOTAL	+0,260	+0,014

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tratando mais especificamente dos dados ideológicos, apenas em Tocantins é possível perceber uma maior proximidade com partidos provenientes da esquerda, enquanto em Santa Catarina e Mato Grosso o posicionamento centrista se evidencia com maior força. Cabe ao Acre a configuração de coligações mais enviesada para partidos de direita (0,549). Em se tratando de apoio ao governo federal as enormes diferenças são ilustradas pelos extremos de Goiás (-0,371) e Acre (0,660).

O PMDB é extremamente difuso com relação ao seu apoio nos municípios partindo das condições do governo federal. O posicionamento médio das coligações do PMDB tende à neutralidade quando se trata da questão federal. Na questão ideológica de suas coligações a tendência do PMDB apresenta um direitismo moderado, na arena pragmática do apoio político condições muito diversas. Como é possível constatar mais adiante por meio dos dados de 2004, o PMDB possui uma tendência a se formar como um partido de posicionamento direitista, porém a tendência à independência política municipalmente não se confirma .

Para entender melhor esta complexa relação do PMDB com posicionamentos ideológicos e governistas, a observação do índice em termos de tamanho do eleitorado, a seguir na tabela 22, pode elucidar algumas coisas. Neste caso o IVI não apresenta grandes oscilações, com exceção dos grandes municípios, onde o caráter conservador do PMDB aflora com nitidez total. Obviamente o projeto do PMDB, em nível nacional, não é firmar um posicionamento ideológico, mas se apresentar de forma maleável de acordo com as condições políticas. Nos momento em que é necessário apresentar sua real perspectiva a eleitorados mais exigentes – quanto à consistência do posicionamento coligacionista – o PMDB busca situar suas alianças com partidos identificados neste estudo como pertencentes à direita.

Tabela 22: IVI e IG das coligações do PMDB nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado

eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,272	+0,186
de 5001 a 10000	+0,267	+0,081
de 10001 a 50000	+0,224	-0,079
de 50001 a 100000	+0,304	-0,258
de 100001 a 500000	+0,324	-0,324
mais de 500000	+0,726	-0,226
TOTAL	+0,260	+0,014

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A situação complexa ofertada pela análise do IG do partido fica evidente ao se incorporar o tamanho do eleitorado à análise. Nos menores municípios a tendência das coligações foi buscar apoio em partidos da base do governo, mesmo que de forma tímida. Nestes locais o impacto de políticas federais possui efeitos maiores do que em locais com maior concentração populacional, capazes de produzir receitas elevadas. Com o aumento da densidade eleitoral também se evidencia a busca por se distanciar da imagem do governo por meio de coligações com partidos que não pertençam à base do governo.

Segundo a correlação de -0,393 e r^2 de 0,154, os índices apresentam moderada relação entre eles, sendo suas variações inversamente proporcionais. As observações realizadas, separadamente para cada índice, segundo a tabela 22 são confirmadas pelos valores dos CVs de cada qual: 48,07% para o IVI e -179,03% com relação ao IG. Os fatores ideológicos explicam melhor a organização pelo tamanho do município, indicando estabilidade ideológica independente do tamanho das eleições em que o PMDB concorre. Este dado deve ser repensado ao atentar para o valor em muito discrepante apresentado nos maiores municípios em comparação aos demais locais. Entre locais de porte pequeno e médio, o PMDB possui uma considerável estabilidade

em seu posicionamento político, ao contrário do que seria de se esperar da organização de um partido com tamanho número de facetas políticas.

Porém, ao se observar a efetividade das diferentes participações do PMDB em coligações as diferenças são extremamente relevantes. As variações do IVI em direção a um posicionamento mais direitista por parte das coligações do PMDB tende a melhorar o resultado eleitoral do partido. No caso do IG quanto mais próximo de membros da base do governo federal, melhores os resultados. A antecipação do partido de que ocorreria uma retração no peso eleitoral de partidos ligados ao governo federal, não ocorreu com a intensidade antecipada pelo partido. Realizar coligações com apoiadores do governo federal rendeu os melhores resultados para os pemedebistas.

Tabela 23: IVI e IG das coligações do PMDB para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação

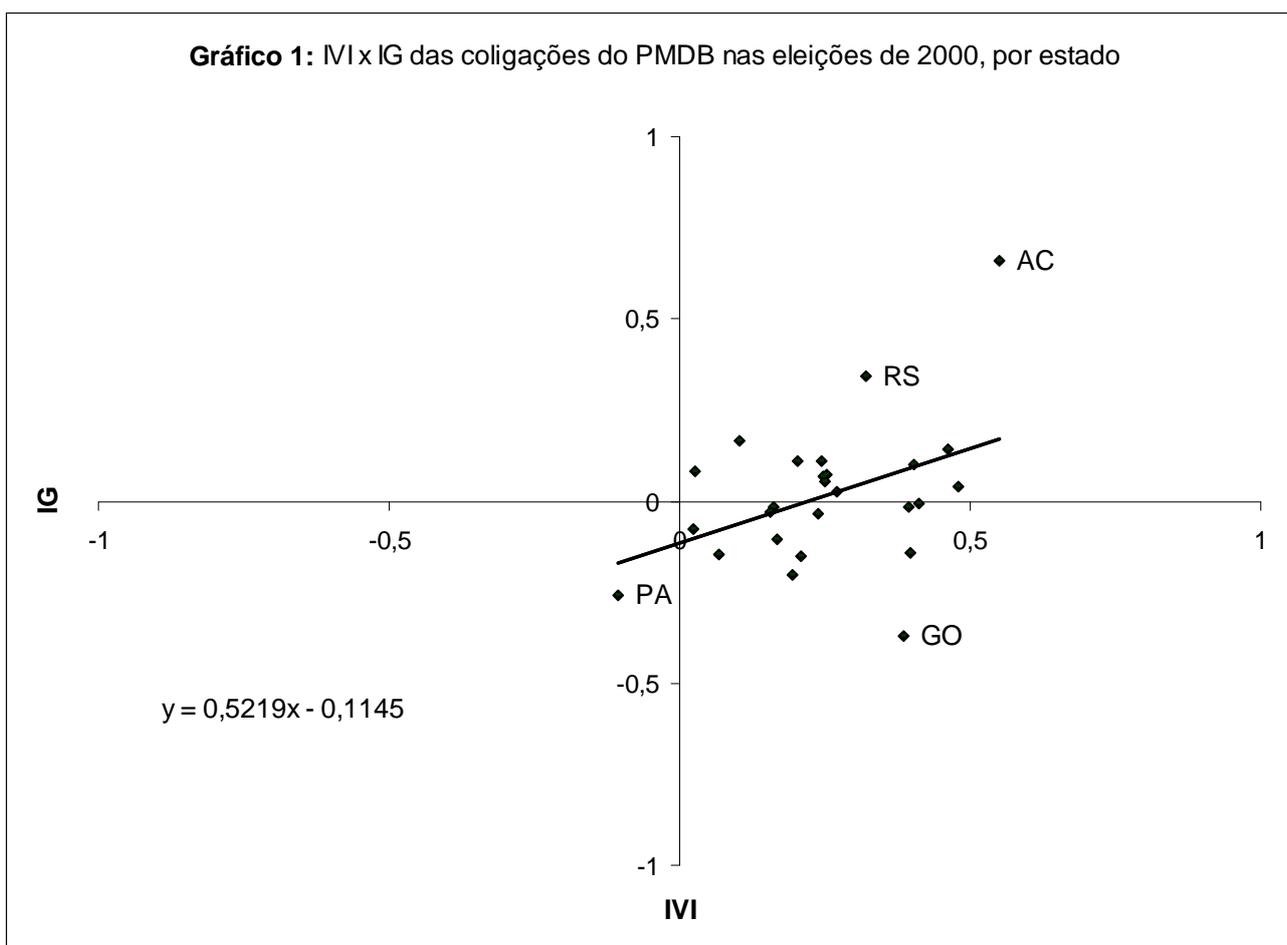
porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	+0,127	-0,304
de 10 a 19	+0,210	-0,143
de 20 a 29	+0,309	-0,105
de 30 a 39	+0,230	-0,077
de 40 a 49	+0,249	+0,021
de 50 a 59	+0,261	+0,048
de 60 a 69	+0,293	+0,075
de 70 a 79	+0,304	+0,090
de 80 a 89	+0,411	+0,118
mais de 89	+0,324	+0,342
TOTAL	+0,260	+0,014

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Por meio da forte correlação de 0,750 e r^2 de 0,562, pode-se afirmar que em alguma medida o eleitorado que apóia participações do PMDB considera relevante seus posicionamentos ideológicos e políticos. De fato, a capacidade de obter melhores resultados varia com maior intensidade a partir do IG, o qual apresenta CV de 2.553% contra 26% do IVI. Neste contexto a variação em menor medida com relação aos

aspectos ideológicos não significa apenas que o partido considera menos importante este quesito, mas que o próprio eleitorado também o faz em 2000.

A representação gráfica da organização política municipal do PMDB por meio do gráfico 1, abaixo, permite observar a dispersão do PMDB entre os quadrantes 1 e 2, A reta de regressão permite notar a existência de correlação moderada entre os índices, evidenciada pelos valores de 0,412 para o r de Pearson e 0,170 ao r^2 . Com relação à característica que propiciou maior unicidade aos comportamentos estaduais do PMDB esta coube ao IVI, com coeficiente de variação de 61,44%; valor que não pode ser considerado baixo, porém certamente se apresenta como mais estável do que o IG com variação da ordem de 1206% entre os dados a ele referentes.



Cabe ainda refletir sobre a posição do PMDB no sistema político, não apenas em 2000, atuando de grande forma como o fiel da balança da política nacional. Porém, a procura por

apoio em maior medida entre membros da direita deixa evidente que sua posição de neutralidade frente a questões ideológicas não é tão difusa como se poderia esperar devido aos formatos das coligações apresentadas pelo partido. Certamente o PMDB se vê capaz de se desvincular da figura do governo federal, certamente lhe conferindo maior flexibilidade para se organizar com relação às condições apresentadas em cada local específico. Desta forma, o PMDB não apresenta consistência partidária por meio da junção de ambos os índices, porém esta pode ser mais coerente em 2000 nos termos das condições ideológicas de suas coligações.

4.2.2. Eleições de 2004

O quadro de participações do PMDB não se alterou em demasia, inclusive devido ao pequeno número ainda restante de município nos quais não disputou eleições. Talvez o único ponto relevante se dê pela participação em praticamente a totalidade dos municípios do Sul do país (disputou em 98% dos municípios) enquanto sua participação no Brasil como um todo gira em torno de 90%.

Quanto às formas de participação, as disputas isoladas foram em muito diminuídas, como já havia se observado nos dados gerais. Apesar desta queda, os locais onde o partido mais vezes se apresenta sozinho ainda se concentram na região Sul, especificamente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 17,28% e 18,15% respectivamente. É interessante notar que este indício sobre maior força política nos estados do Sul deve ser relativizada, ao se considerar as participações com candidatos a prefeitos (participações sozinho ou apoiado por outros partidos), o maior número se apresenta no Rio de Janeiro (85,56%), aí sim seguido pelos estados do Sul.

Tabela 24: participações do PMDB nas eleições de 2004, por estado

Estado	concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	486	98,0%	84	17,3%	203	41,77%	199	40,95%	1,97
SC	292	99,7%	53	18,2%	179	61,30%	60	20,55%	1,96
PR	387	97,0%	20	5,2%	242	62,53%	125	32,30%	3,44
SP	596	92,4%	28	4,7%	200	33,56%	368	61,74%	4,06
RJ	90	97,8%	1	1,1%	76	84,44%	13	14,44%	6,74
MG	764	89,6%	59	7,7%	307	40,18%	398	52,09%	3,32
ES	71	91,0%	1	1,4%	32	45,07%	38	53,52%	5,07
MS	74	94,9%	0	0,0%	31	41,89%	43	58,11%	4,39
MT	126	89,4%	7	5,6%	34	26,98%	85	67,46%	3,54
GO	234	95,1%	15	6,4%	105	44,87%	114	48,72%	3,14
BA	293	70,3%	7	2,4%	82	27,99%	204	69,62%	3,92
SE	70	93,3%	0	0,0%	21	30,00%	49	70,00%	4,66
AL	91	89,2%	1	1,1%	31	34,07%	59	64,84%	4,49
PB	196	87,9%	15	7,7%	76	38,78%	105	53,57%	2,92
PE	162	88,0%	2	1,2%	76	46,91%	84	51,85%	4,12
CE	159	86,4%	4	2,5%	45	28,30%	110	69,18%	3,99
PI	213	95,5%	8	3,8%	82	38,50%	123	57,75%	3,14
RN	159	95,2%	3	1,9%	70	44,03%	86	54,09%	3,08
MA	206	94,9%	1	0,5%	96	46,60%	109	52,91%	4,6
PA	135	94,4%	2	1,5%	82	60,74%	51	37,78%	3,85
TO	125	89,9%	5	4,0%	37	29,60%	83	66,40%	3,24
AM	57	91,9%	2	3,5%	17	29,82%	38	66,67%	5,84
AC	22	100,0%	1	4,5%	7	31,82%	14	63,64%	3,09
RR	13	86,7%	1	7,7%	5	38,46%	7	53,85%	3,62
RO	51	98,1%	0	0,0%	22	43,14%	29	56,86%	5,06
AP	16	100,0%	1	6,3%	1	6,25%	14	87,50%	4,56
TOTAL	5088	91,5%	321	6,3%	2159	42,43%	2608	51,26%	3,51

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

As preferências do PMDB por determinados partidos em suas coligações também se modificou sensivelmente, principalmente no que se refere a participações junto ao PT. Se nas eleições de 2000 os dois partidos não figuravam com destaque nas coligações um do outro, em 2004 este quadro muda bruscamente, chegando o PT a ser o segundo partido que mais se coliga com o PMDB. O apoio nacional do PMDB ao governo Lula durante o período das eleições municipais evidentemente influenciou

nesta nova constituição das coligações de ambos os partidos. Em 2000 o PT perfazia apenas 14,1% das alianças do PMDB, número que chega a 31% nas eleições de 2004, ao mesmo tempo os valores relativos ao PT nas eleições citadas variou de 25,9% para 39,4%.

Tabela 25: número de vezes com que o PMDB se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004 por partido

Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PMDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PTB	1596	31,4%	38,5%
PT	1579	31,0%	39,4%
PSDB	1543	30,3%	35,3%
PP	1498	29,4%	36,4%
PFL	1495	29,4%	33,9%
PL	1423	28,0%	37,4%
PDT	1355	26,6%	39,3%
PPS	1291	25,4%	39,8%
PSB	854	16,8%	33,7%
PSC	638	12,5%	39,4%
PV	631	12,4%	36,5%
PC do B	468	9,2%	35,4%
PSL	450	8,8%	36,1%
PMN	407	8,0%	34,3%
PRP	390	7,7%	33,7%
PSDC	363	7,1%	35,1%
PHS	333	6,5%	33,5%
PTC	299	5,9%	33,2%
PRTB	299	5,9%	33,3%
PTN	277	5,4%	32,5%
PT do B	257	5,1%	29,8%
PAN	201	4,0%	32,3%
PRONA	164	3,2%	36,1%
PCB	48	0,9%	27,3%
PCO	4	0,1%	33,3%
PSTU	0	0,0%	0,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O aumento da capilaridade do PT certamente teve influência na constituição dessas alianças. Observando a tabela 25, o número de participações do PT em coligações com o PMDB nos menores municípios quase dobra, passando de 6,9% para

13,4%. Como já se observou o maior crescimento do PT ocorreu nestes menores municípios, participando de coligações com outros partidos. É possível que a posição privilegiada do PT como peça central do governo federal tenha sido forte incentivo para definir os arranjos locais com o PMDB – partido com maior capilaridade e parte da base governista à época – para auxiliar na disseminação de participações petistas. O aumento percebido na participação do PT nas coligações do PMDB nos menores municípios tende a confirmar esta percepção, a utilização por parte do PT da máquina regional peemedebista.

Tabela 26: distribuição da composição das coligações do PMDB nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PTB	12,0%	9,8%	7,7%	5,7%	4,3%	4,7%
PT	13,4%	10,7%	6,7%	3,3%	2,1%	2,3%
PP	10,7%	8,8%	7,8%	5,0%	4,2%	4,7%
PSDB	11,2%	9,8%	7,6%	4,4%	4,4%	3,5%
PFL	11,0%	8,9%	7,4%	5,7%	4,2%	4,7%
PL	9,7%	8,2%	7,5%	6,1%	5,3%	1,2%
PDT	9,0%	8,1%	7,1%	5,7%	4,9%	2,3%
PPS	7,3%	7,8%	7,3%	5,9%	5,9%	3,5%
PSC	1,8%	3,5%	4,2%	4,7%	6,1%	9,3%
PMN	0,9%	1,7%	2,8%	3,4%	5,3%	7,0%
PSDC	0,7%	1,6%	2,4%	4,0%	4,6%	7,0%
PTC	0,6%	1,2%	2,1%	2,6%	4,2%	5,8%
PRONA	0,2%	0,7%	0,9%	2,1%	3,4%	7,0%
outros esquerda	7,3%	11,4%	15,8%	20,5%	18,0%	19,8%
outros direita	4,0%	7,8%	12,8%	20,8%	23,0%	17,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Uma continuidade, apesar de acentuada, é a participação do PMDB nos maiores municípios com o apoio de alguns pequenos partidos, no caso das eleições de 2004 especialmente PSC, PMN, PSDC e PRONA.

Abordando a força do PMDB, no Sul do país esta se comprova pelo número de vitórias ao concorrer sozinho para prefeito. Nestes estados obtém os melhores

resultados quanto a esta forma de participação, além de necessitar de tamanhos reduzidos de coligação para vencer, quando comparado ao número de partidos coligados ao se tornar vitorioso em outras regiões. Concorrer isoladamente garante vitória em 38,10% dos municípios no Rio Grande do Sul; 47,17% em Santa Catarina; e 20,00% no Paraná (tabela 26). Entretanto em outros estados sua força eleitoral é considerável.

Tabela 27: vitórias do PMDB nas eleições de 2004, por estado

Estado	vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	245	50,41%	32	38,10%	105	51,72%	108	54,27%	2,26
SC	146	50,00%	25	47,17%	90	50,28%	31	51,67%	2,12
PR	183	47,29%	4	20,00%	117	48,35%	62	49,60%	3,92
SP	269	45,13%	3	10,71%	84	42,00%	182	49,46%	4,76
RJ	48	53,33%	0	0,00%	41	53,95%	7	53,85%	7,08
MG	320	41,88%	19	32,20%	123	40,07%	178	44,72%	3,63
ES	30	42,25%	0	0,00%	12	37,50%	18	47,37%	5,17
MS	38	51,35%	0	- *	13	41,94%	25	58,14%	5,40
MT	57	45,24%	0	0,00%	9	26,47%	48	56,47%	4,47
GO	100	42,74%	7	46,67%	41	39,05%	52	45,61%	3,90
BA	112	38,23%	1	14,29%	19	23,17%	92	45,10%	4,76
SE	30	42,86%	0	- *	6	28,57%	24	48,98%	5,33
AL	45	49,45%	0	0,00%	17	54,84%	28	47,46%	5,49
PB	100	51,02%	8	53,33%	39	51,32%	53	50,48%	3,01
PE	89	54,94%	0	0,00%	41	53,95%	48	57,14%	4,36
CE	77	48,43%	0	0,00%	18	40,00%	59	53,64%	4,75
PI	105	49,30%	1	12,50%	43	52,44%	61	49,59%	3,23
RN	85	53,46%	0	0,00%	35	50,00%	50	58,14%	3,54
MA	95	46,12%	0	0,00%	41	42,71%	54	49,54%	5,22
PA	47	34,81%	0	0,00%	23	28,05%	24	47,06%	4,87
TO	59	47,20%	2	40,00%	17	45,95%	40	48,19%	3,64
AM	25	43,86%	0	0,00%	7	41,18%	18	47,37%	6,16
AC	8	36,36%	0	0,00%	1	14,29%	7	50,00%	3,13
RR	5	38,46%	0	0,00%	2	40,00%	3	42,86%	5,00
RO	21	41,18%	0	- *	9	40,91%	12	41,38%	5,38
AP	6	37,50%	0	0,00%	1	100,00%	5	35,71%	5,17
TOTAL	2345	46,09%	102	31,78%	954	44,19%	1289	49,42%	3,96

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE
Partido não concorreu isoladamente

A ordem entre as regiões sobre a efetividade política do PMDB segue o padrão S → NE → CO → SE → N. Os estados a se destacarem com relação ao número de vitórias para prefeito – quanto à efetividade – são Rio de Janeiro e todos os estados da região Sul.

Entre os estados do Sul cabia ao PMDB o governo de todos os estados, refletindo mais uma vez a força que o partido possui na região. No caso do Rio de Janeiro a migração do casal Garotinho para o PMDB em 2004, vindos do PSB, reflete em maior medida a força destes políticos do que propriamente a relevância do PMDB no estado.

Dentro deste contexto da análise das vitórias peemedebistas, estas ocorrem com maior frequência nos municípios de menor porte, de tal forma que sua capacidade de ganhar em municípios maiores é gradativamente menor, de acordo com a tabela 24, reforçando o que foi observado em 2000, a partir da tabela 20. Tanto a relevância política quanto a taxa de sucesso do PMDB se concentram nos locais com menor tamanho de eleitorado.

Tabela 28: vitórias do PMDB nas eleições de 2000, por eleitorado total			
Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	857	44,31%	48,72%
de 5001 a 10000	601	41,22%	46,16%
de 10001 a 50000	761	41,63%	45,03%
de 50001 a 100000	72	37,89%	38,30%
de 100001 a 500000	51	38,06%	38,93%
mais de 500000	3	16,67%	16,67%
TOTAL	2345	42,16%	46,09%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

As teses levantadas com relação ao posicionamento político do PMDB se confirmam apenas parcialmente a partir dos dados sobre os IVI e IG de 2004. O PMDB

se apresenta mais próximo a uma perspectiva de criar aliança frente ao governo e mais próxima ao centro ideológico inclinado à direita a partir de suas coligações.

Tabela 29: IVI e IG das coligações do PMDB nas eleições de 2004, por estado

Estado	IVI	IG
RS	+0,061	+0,256
SC	-0,094	+0,218
PR	+0,138	+0,384
SP	+0,130	+0,333
RJ	+0,199	+0,505
MG	+0,236	+0,283
ES	+0,108	+0,384
MS	+0,083	+0,164
MT	+0,027	+0,396
GO	+0,189	+0,512
BA	+0,101	+0,446
SE	+0,212	+0,265
AL	+0,254	+0,262
PB	+0,087	+0,413
PE	+0,303	+0,139
CE	+0,033	+0,365
PI	-0,067	+0,394
RN	-0,029	+0,363
MA	+0,205	+0,372
PA	+0,087	+0,471
TO	+0,158	+0,409
AM	+0,171	+0,376
AC	+0,132	+0,288
RR	+0,319	+0,355
RO	+0,140	+0,354
AP	+0,233	+0,071
TOTAL	+0,133	+0,344

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Aparentemente o PMDB apresentou uma consistência maior em 2004, o que fica mais claro ao se considerar o tamanho do eleitorado, sendo que a variação é pequena entre as classes. Contudo os dois movimentos presentes se referem à busca por partidos de direita e a se afastar de partidos da base do governo com o aumento do tamanho do eleitorado em que disputa eleições. Em termos gerais o IVI foi de 0,133 e o IG de 0,344.

A perspectiva ideológica se orientou mais à esquerda em Santa Catarina (-0,094), Piauí (-0,067) e Rio Grande do Norte (-0,029), contudo a esquerda do partido se traduz em centro segundo os termos do IVI. No extremo oposto ideológico se apresenta Pernambuco com 0,303. A busca por partidos da base governista foi mais acentuada em Rio de Janeiro (0,505) e Goiás (0,512). Apenas no Amapá se constata um índice mais próximo à posição de neutralidade: 0,071.

Por meio da tabela 30 obtém-se a percepção de que o aumento no tamanho do eleitorado implicou em maior proximidade com partidos de direita, ao mesmo tempo em constatava-se o crescimento de membros da base do governo, o que é reforçado pela correlação positiva relevante de 0,576 e r^2 de 0,332.

Tabela 30: IVI e IG das coligações do PMDB nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado

eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,128	+0,315
de 5001 a 10000	+0,107	+0,337
de 10001 a 50000	+0,129	+0,368
de 50001 a 100000	+0,179	+0,392
de 100001 a 500000	+0,238	+0,329
mais de 500000	+0,267	+0,231
TOTAL	+0,133	+0,344

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Apesar dos índices serem capazes de referenciar variações uns nos outros nenhum deles apresenta mudanças significantes, pois apresentam coeficientes de variação muito reduzidos: 34,1% para o IVI e 15,5% quanto ao IG. Neste sentido pode-se afirmar que a forma como o PMDB se apresenta de acordo com o porte dos municípios varia muito pouco no que se refere a quais grupos de partidos este busca obter apoio.

Do ponto de vista da efetividade eleitoral a tendência que ocorreu foi obter resultados melhores à medida em que os partidos coligados ao PMDB fossem de direita e não pertencessem à base do governo federal, apesar de algumas variações. Apreende-

se, por meio da decisão dos eleitores, relevância considerável ao considerar aspectos ideológicos e pragmáticos das coligações do PMDB, com base no valor da correlação entre os índices presentes na tabela 31: -0,557 com r^2 de 0,310. Pelo r de Pearson ainda é possível constatar variações com tendência a seguir sentidos opostos, algo que cabe ao padrão decorrente de um partido de esquerda no poder.

Tabela 31: IVI e IG das coligações do PMDB para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação

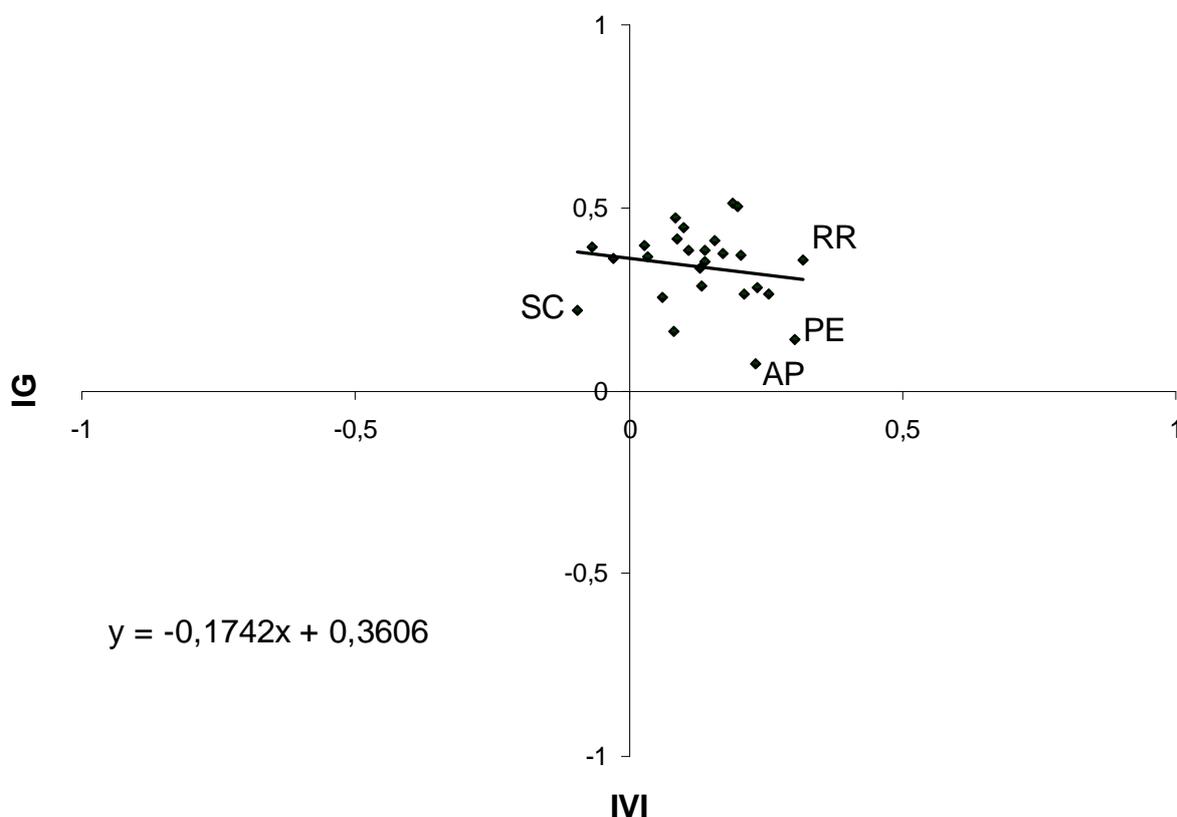
porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	+0,066	+0,408
de 10 a 19	+0,140	+0,406
de 20 a 29	+0,161	+0,399
de 30 a 39	+0,166	+0,352
de 40 a 49	+0,123	+0,336
de 50 a 59	+0,114	+0,345
de 60 a 69	+0,143	+0,332
de 70 a 79	+0,242	+0,273
de 80 a 89	+0,163	+0,315
mais de 89	+0,153	+0,246
TOTAL	+0,133	+0,344

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O fator mais relevante para a decisão eleitoral é a posição ideológica, tendo em vista seu coeficiente de variação na ordem de 29%; em contraste com a situação menos dispersa do IG (15%).

A partir do gráfico 2 constata-se que o posicionamento das coligações do PMDB em 2004 tende à buscar um alinhamento com partidos que façam parte da base do governo federal, ao mesmo tempo que preferem partidos ideologicamente alinhados à direita, devido à alta concentração no primeiro quadrante. Este posicionamento é consistente com seu apoio ao governo federal e pela medida moderada com relação à condição ideológica dos partidos coligados ao PMDB.

Gráfico 2: IVI x IG do PMDB nas eleições para prefeito de 2004, por estado



A correlação entre as duas variáveis é de -0,137, indicando uma fraca relação explicativa entre ambos os índices, com uma tendência à seguirem orientações opostas, ainda sobre as relações entre os índices, apenas 2% dos valores de X orientam o valor de Y, de acordo com o r^2 . Deste modo, o comportamento estadual contribui muito pouco para construir uma perspectiva sólida do partido segundo os dois critérios mais relevantes na abordagem aqui empreendida.

É importante lembrar que para as eleições de 2004 a tendência que condiz com a consistência, dos partidos políticos é a correlação negativa. Neste sentido, a busca pelo apoio do governo, que é classificado como esquerda assim uma parcela da base deste, implica numa tendência por parte do PMDB a priorizar partidos de direita e da base do governo. De acordo com o coeficiente de variação dos índices apresentados houve uma

melhoria na coerência pela perspectiva do IG (31,40%) enquanto houve variação razoável do IVI (77,90%). A organização nacional a partir da orientação governista foi mais forte do que qualquer orientação ideológica.

Esta situação deve ser contrastada com os dados referentes a 2000, quando a perspectiva ideológica se apresentava mais relevante para o contexto de organização do partido. Porém, o posicionamento ideológico pemedebista não variou tão fortemente quanto a mudança relacionada ao apoio ao governo. É razoável afirmar que a posição ideológica do PMDB não sofreu grandes modificações. Com razão a correlação entre os valores do IVI em ambas as eleições é de 0,400; enquanto que a mesma medida para o IG apresenta -0,268. A moderada correlação entre os valores do IVI possui seu contraste no baixo valor encontrado para o IG. Mesmo que os valores não sejam dos mais significantes estatisticamente, eles representam a realidade política do PMDB, enquanto um partido que constrói alianças eleitorais influenciado em maior medida pelas condições conjunturais e preocupado com os benefícios eleitorais que o apoio ao governo federal pode produzir.

4.3. PFL

O Partido da Frente Liberal pode ser descrito como a própria representação da política tradicional brasileira. Possui sua origem na ARENA durante o período militar, do qual vários de seus atuais quadros mais importantes eram figuras proeminentes.

Com a abertura política a ARENA se tornou PDS, uma tentativa das elites militares em fortalecer o partido do governo, que definhava em seu apoio eleitoral, por meio da permissão de criação de novas legendas, o que viria a diminuir o tamanho do então MDB. Contudo esta estratégia se mostrou equivocada, uma vez que a resposta das urnas foi em grande medida favorável ao PMDB, partido fundado a partir do MDB.

Em 1984, quando a base de apoio ao regime militar já se encontrava desestruturada, Paulo Maluf derrotou Mário Andreazza na disputa interna do PDS para a candidatura do partido à presidência da república. Este incidente resultou na formação de um bloco de dissidentes, composto por políticos anteriormente descontentes com o predomínio de Maluf sobre o partido, que viria a gerar a Frente Liberal. A atitude tomada por Maluf pode ser tida como um retrocesso quanto aos atuais processos então em andamento. Sua candidatura significava a tentativa de manter o predomínio das forças que orquestraram e mantiveram o regime militar que estava por acabar. Em contraposição a esta situação se apresentou a candidatura de Tancredo Neves, do PMDB, à presidência com o apoio do candidato à vice José Sarney, pertencente ao grupo dissidente do PDS. Esta aliança representava a solução adequada para acomodar no poder governistas liberais (advindos da Frente Liberal) e opositores moderados.

Após as eleições à presidência e a vitória de Tancredo Neves (PMDB) a Frente Liberal percebeu a oportunidade ideal para formar um novo partido político, surgindo então o PFL em 1985, com a intenção de disputar as eleições que ocorreram neste ano. O motivo por trás da constituição do partido não se deve apenas à polêmica candidatura de Maluf, mas pela necessidade de melhor acomodar as diversas forças políticas existentes dentro da antiga ARENA, além da necessidade “limpar” o capital político formado por membros dessa dissidência enquanto apoiadores do regime militar.

Quanto à orientação pefelista, espera-se nas eleições de 2000 um comportamento voltado para o posicionamento pró-governo em suas coligações, na intenção de sinalizar ao eleitor uma maior facilidade para a obtenção de recursos tendo em vista a proximidade com o governo federal, do qual fazia parte à época. Em 2004 a tendência, como partido de oposição, estaria em buscar apoio em opositores ao governo federal. Contudo, devido ao pequeno número de partidos a comporem a oposição, é possível que

suas coligações procurem partidos de direita que façam parte da base do governo federal, permitindo, ainda assim, algum tipo de diálogo com relação a possíveis aportes de recursos para os municípios, decorrente de alianças com membros do governo federal.

4.3.1. Eleições de 2000

Em termos gerais a capilaridade do PFL é a segunda maior no Brasil, com relação às eleições municipais, perdendo apenas para PMDB. Como outros partidos, os locais onde possui a maior participação proporcional se encontram na região Norte, seguida da região Nordeste, tradicionalmente uma localidade onde se concentram vários de seus principais quadros partidários. A seqüência de participação para o partido assume a forma $N \rightarrow NE \rightarrow CO \rightarrow SE \rightarrow S$.

Considerando-se a tabela 32, apenas três estados apresentam maior dificuldade de participação para o PFL: Rio Grande do Sul, Ceará e Pará. Entre os fatores possíveis de explicar estes fatos, a forte presença de outros partidos de grande porte pode incidir neste cenário. Em todos os estados existem fortes lideranças políticas com caráter ideológico próximo ao apresentado pelo PFL traduzindo-se em dificuldades para a congregação de recursos políticos suficientes para se candidatar nestes estados. No Ceará com a dinastia do PSDB balizada na figura de Lúcio Alcântara, no Pará liderando o PMDB Jader Barbalho e no Rio Grande do Sul o apoio eleitoral tradicional do PPB. Isso fica evidente ao se avaliar que nestes estados ocorrem os menores índices de candidaturas a prefeito pelo PFL, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, onde 20,3% das participações do partido são com candidatos a prefeito. No sentido oposto, na Paraíba o PFL se apresenta para competição eleitoral isoladamente em 15% dos municípios onde participa no estado, além de realizar o mesmo feito em 14,6% das

vezes em que concorre em Tocantins e em aproximadamente 13% das vezes em Minas Gerais e Mato Grosso.

Tabela 32: participações do PFL nas eleições de 2000, por estado

Estado	concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	193	38,8%	15	7,8%	39	20,2%	139	72,0%	2,12
SC	275	93,9%	21	7,6%	107	38,9%	147	53,5%	1,93
PR	356	89,2%	25	7,0%	147	41,3%	184	51,7%	3,02
SP	556	86,2%	39	7,0%	164	29,5%	353	63,5%	3,23
RJ	74	80,4%	3	4,1%	12	16,2%	59	79,7%	5,65
MG	719	84,3%	99	13,8%	261	36,3%	359	49,9%	2,35
ES	72	92,3%	4	5,6%	32	44,4%	36	50,0%	3,22
MS	67	87,0%	6	9,0%	15	22,4%	46	68,7%	3,42
MT	125	89,9%	17	13,6%	44	35,2%	64	51,2%	2,24
GO	215	87,8%	24	11,2%	63	29,3%	128	59,5%	2,49
BA	407	97,6%	30	7,4%	235	57,7%	142	34,9%	2,63
SE	73	97,3%	3	4,1%	36	49,3%	34	46,6%	2,58
AL	78	76,5%	3	3,8%	25	32,1%	50	64,1%	3,14
PB	207	92,8%	31	15,0%	78	37,7%	98	47,3%	2
PE	175	94,6%	13	7,4%	99	56,6%	63	36,0%	2,59
CE	116	63,0%	10	8,6%	30	25,9%	76	65,5%	2,48
PI	205	92,3%	23	11,2%	102	49,8%	80	39,0%	1,94
RN	149	89,2%	20	13,4%	67	45,0%	62	41,6%	1,93
MA	211	98,6%	11	5,2%	142	67,3%	58	27,5%	3,07
PA	95	66,4%	8	8,4%	14	14,7%	73	76,8%	3,09
TO	137	98,6%	20	14,6%	72	52,6%	45	32,8%	1,93
AM	62	100,0%	4	6,5%	33	53,2%	25	40,3%	4,16
AC	21	95,5%	0	0,0%	7	33,3%	14	66,7%	2,33
RR	15	100,0%	0	0,0%	7	46,7%	8	53,3%	5,2
RO	49	94,2%	5	10,2%	30	61,2%	14	28,6%	2,2
AP	13	81,3%	0	0,0%	6	46,2%	7	53,8%	2
TOTAL	4665	84,0%	434	9,3%	1867	40,0%	2364	50,7%	2,63

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

As coligações do PFL tendem a possuir um tamanho razoavelmente reduzido, sendo em média constituídas por dois partidos, aproximadamente. O caso onde as coligações se apresentam com maior tamanho é justamente no Rio de Janeiro, estado com menor número de participações para prefeito, mais uma vez caracterizando a dificuldade de congregar apoio político neste estado.

Os partidos que formam coligações com o PFL são, em sua maioria, aqueles que possuem maior capilaridade. Contudo, a participação do PMDB nas mesmas pode ser considerada pequena, pois constitui 30,1% das participações do PFL, apesar de ser o partido com maior capilaridade no Brasil.

Tabela 33: número de vezes em que o PFL se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido

Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PFL	% sobre o total de participações do partido coligado
PPB	1618	34,7%	40,8%
PSDB	1606	34,4%	36,9%
PMDB	1405	30,1%	28,0%
PTB	1349	28,9%	38,4%
PL	980	21,0%	40,5%
PDT	795	17,0%	27,8%
PPS	693	14,9%	28,4%
PSB	480	10,3%	25,2%
PSD	436	9,3%	32,1%
PSC	377	8,1%	34,7%
PSL	322	6,9%	42,0%
PST	256	5,5%	36,3%
PRP	264	5,7%	38,1%
PSDC	193	4,1%	38,4%
PT	193	4,1%	7,1%
PV	184	3,9%	24,9%
PMN	174	3,7%	28,5%
PRTB	169	3,6%	39,5%
PT do B	150	3,2%	35,0%
PC do B	115	2,5%	15,9%
PTN	114	2,4%	36,2%
PHS	100	2,1%	27,3%
PAN	85	1,8%	34,8%
PRN	81	1,7%	35,7%
PGT	72	1,5%	34,8%
PRONA	44	0,9%	33,3%
PSN	9	0,2%	32,1%
PCB	3	0,1%	4,3%
PCO	1	0,0%	6,7%
PSTU	0	0,0%	0,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A procura pelo PFL por outros partidos é mais acentuada entre PL e PP, seguidos pelo PTB e PSDB. Entre os partidos medianos apenas o PT rejeita e é rejeitado em coligações com maior veemência. Somente 4,1% das coligações do PFL apresentam o PT, enquanto no caso petista o PFL surge em 7,1% das vezes. Entre os partidos que participaram da oposição ao governo federal em 2000, o PL possui o maior número de participações com o PFL, chegando a 40,5% das vezes em que concorre.

Ao se considerar o tamanho dos municípios (tabela 34) a distribuição dos partidos com que o PFL se coliga fica mais nítida em alguns aspectos. As participações junto com PT se restringem praticamente aos menores municípios, nos demais seu peso é quase irrelevante dentro das coligações do PFL. O partido que apresenta menor coeficiente de variação ao concorrer junto ao PFL é o PL, se caracterizando como um dos principais aliados pefelistas mesmo com seu tamanho reduzido perante outros partidos.

Tabela 34: distribuição da composição das coligações do PFL nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PPB	17,1%	14,0%	11,6%	9,9%	7,4%	5,3%
PSDB	17,3%	14,9%	11,4%	7,5%	5,8%	1,1%
PMDB	14,8%	13,2%	9,9%	6,2%	6,2%	5,3%
PTB	12,7%	11,8%	10,6%	7,8%	7,0%	7,4%
PL	6,7%	8,5%	8,9%	7,1%	7,0%	5,3%
PPS	6,6%	5,2%	5,9%	5,0%	3,6%	0,0%
PDT	7,4%	6,8%	6,3%	6,1%	3,6%	1,1%
PSD	2,8%	3,1%	4,2%	3,5%	4,2%	6,3%
PSC	1,5%	3,0%	3,7%	5,0%	3,6%	7,4%
PST	1,2%	1,9%	2,1%	4,3%	3,8%	6,3%
PSL	1,2%	2,3%	3,0%	4,6%	4,4%	9,5%
PT	2,3%	1,6%	1,5%	0,6%	0,1%	0,0%
outros direita	3,8%	6,3%	10,4%	18,6%	29,2%	36,8%
outros esquerda	4,7%	7,4%	10,5%	13,8%	14,0%	8,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A taxa de sucesso do PFL reside na faixa dos 48%, com 32% de vitórias isoladamente. Nas candidaturas para prefeito o PFL ganha 44,9% das vezes que concorre no Nordeste – seu melhor aproveitamento – e em 36,9% nos municípios do Centro-Oeste – onde atinge seus valores mais baixos.

Tabela 35: vitórias do PFL nas eleições de 2000, por estado

Estado	vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	78	40,41%	0	0,00%	15	38,46%	63	45,32%	3,1
SC	130	47,27%	7	33,33%	51	47,66%	72	48,98%	3,1
PR	195	54,78%	7	28,00%	77	52,38%	111	60,33%	4,6
SP	261	46,94%	8	20,51%	81	49,39%	172	48,73%	4,7
RJ	33	44,59%	0	0,00%	4	33,33%	29	49,15%	6,6
MG	333	46,31%	40	40,40%	112	42,91%	181	50,42%	3,7
ES	30	41,67%	0	0,00%	14	43,75%	16	44,44%	5,9
MS	30	44,78%	0	0,00%	5	33,33%	25	54,35%	5,5
MT	63	50,40%	6	35,29%	21	47,73%	36	56,25%	4,3
GO	103	47,91%	8	33,33%	29	46,03%	66	51,56%	4,4
BA	198	48,65%	9	30,00%	116	49,36%	73	51,41%	3,2
SE	38	52,05%	1	33,33%	18	50,00%	19	55,88%	4,1
AL	39	50,00%	1	33,33%	12	48,00%	26	52,00%	6,3
PB	120	57,97%	17	54,84%	42	53,85%	61	62,24%	3,1
PE	74	42,29%	2	15,38%	44	44,44%	28	44,44%	4,2
CE	44	37,93%	2	20,00%	9	30,00%	33	43,42%	4,8
PI	117	57,07%	8	34,78%	57	55,88%	52	65,00%	2,9
RN	72	48,32%	7	35,00%	28	41,79%	37	59,68%	2,9
MA	107	50,71%	3	27,27%	68	47,89%	36	62,07%	5,2
PA	41	43,16%	0	0,00%	4	28,57%	37	50,68%	4,6
TO	86	62,77%	11	55,00%	45	62,50%	30	66,67%	4,4
AM	31	50,00%	2	50,00%	16	48,48%	13	52,00%	7
AC	9	42,86%	0	-*	2	28,57%	7	50,00%	3,4
RR	8	53,33%	0	-*	5	71,43%	3	37,50%	7
RO	14	28,57%	0	0,00%	11	36,67%	3	21,43%	4,7
AP	3	23,08%	0	-*	1	16,67%	2	28,57%	5,4
TOTAL	2257	48,38%	139	32,03%	887	47,51%	1231	52,07%	4,1

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* partido não concorreu isoladamente

A partir da efetividade do PFL destacam-se os estados de Tocantins, Paraíba e Piauí. No primeiro caso José Siqueira Campos – então PFL – ocupava o governo do

estado, possibilitando maior organização e apoio para as eleições disputadas no estado. Na Paraíba o partido compôs a chapa que levou José Maranhão ao governo do estado pelo PMDB. O caso mais complexo fica por conta do Piauí. O pemedebista Mão Santa foi reeleito governador em 1998. Porém, Hugo Napoleão – candidato do PFL – entrou com acusação frente o TRE piauiense sobre abuso do poder econômica na campanha do candidato vitorioso. Com isso em 2001 Mão Santa é cassado e Hugo Napoleão assume seu lugar. Possivelmente, em 2000, o clima de denúncia e exposição das acusações por parte do PFL ao governo do PMDB tenham levado o eleitorado a apoiar com maior facilidade o partido do candidato denunciante, incrementando a efetividade do partido nestas eleições.

O tamanho das coligações vitoriosas tende ao dobro do valor de quando considera o número total de vezes em que disputa. As maiores coligações se encontram nos estados de Amazonas e Roraima, com uma média de sete partidos, além do Rio de Janeiro, onde se constrói o apoio em torno de 6,6 partidos.

No que concerne às características populacionais dos locais onde o PFL ganha, quanto maior o município menor a proporção de vitórias do PFL, a ponto de chegar a 21% das vezes em que concorre em municípios de porte superior a 500 mil eleitores, como demonstra a tabela 36, abaixo.

Tabela 36: vitórias do PFL nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	832	40,39%	51,26%
de 5001 a 10000	605	40,63%	48,32%
de 10001 a 50000	704	41,17%	46,53%
de 50001 a 100000	62	38,75%	42,76%
de 100001 a 500000	51	41,46%	43,22%
mais de 500000	3	21,43%	21,43%
TOTAL	2257	40,62%	48,38%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Porém, o partido apresenta peso muito alto nos demais tamanhos de eleitorado, sendo que na maioria das localidades sua participação em legendas vencedoras fica acima de 40% do total de municípios considerados em cada classe. A taxa de sucesso do partido, contudo, cai na medida em que o eleitorado aumenta.

A composição das coligações realizadas pelo PFL apresenta padrões pouco diversificados, observando o IVI para as eleições de 2000 na tabela 37. Do ponto de vista das coligações, estas congregam, em maior número, partidos à direita e com leve inclinação a apoiar o governo federal.

Tabela 37: índice de viés ideológico das coligações do PFL nas eleições de 2000, por estado

Estado	IVI	IG
RS	+0,256	+0,471
SC	+0,419	+0,479
PR	+0,307	+0,185
SP	+0,248	+0,085
RJ	+0,333	-0,151
MG	+0,225	+0,150
ES	+0,151	-0,010
MS	+0,179	+0,176
MT	+0,054	+0,111
GO	+0,321	+0,182
BA	+0,731	+0,164
SE	+0,090	-0,091
AL	+0,192	+0,021
PB	+0,039	+0,186
PE	+0,349	+0,114
CE	+0,229	+0,251
PI	+0,186	+0,333
RN	+0,136	+0,141
MA	+0,360	+0,094
PA	+0,316	+0,178
TO	+0,577	+0,512
AM	+0,360	-0,089
AC	+0,327	+0,814
RR	+0,551	-0,444
RO	+0,315	+0,060
AP	+0,423	+0,143
TOTAL	+0,307	+0,166

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Regionalmente a variação ideológica é maior entre os estados do Nordeste (70%), enquanto do ponto de vista de apoio ao governo federal a maior variação ocorre entre os estados do Sudeste (-767%) e do Norte (256%). A questão ideológica é marcada mais fortemente na Bahia, onde o IVI é de 0,731, sendo esta mais frouxa, do ponto de vista ideológico do PFL, na Paraíba e em Sergipe, com menos de 0,100 cada. O IG é maior no sul do país, alcançando valores acima de 0,400 no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, ao mesmo tempo, encontra-se o menor valor em Roraima, com -0,444.

O adensamento do eleitorado provoca mudanças significativas nas alianças construídas pelo PFL, como se observa na tabela 38. De acordo com o IVI, a princípio ocorrem pequenas variações no sentido da direita à medida que o eleitorado aumenta, porém estes valores sobem consideravelmente ao atingir a casa dos 100 mil eleitores. O IG aponta uma forte variação com relação ao comportamento governista de forma linear no sentido de se voltar para um maior número de partidos na oposição frente o governo federal.

Tabela 38: IVI e IG das coligações do PFL nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado		
eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	0,260	0,353
de 5001 a 10000	0,300	0,239
de 10001 a 50000	0,304	0,072
de 50001 a 100000	0,353	-0,148
de 100001 a 500000	0,452	-0,198
mais de 500000	0,747	-0,333
TOTAL	0,307	0,166

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Existe forte correlação entre os índices, como se observa pelo valor de -0,820; referente ao r de Pearson, com r^2 de 0,673. Realmente as mudanças para uma posição

mais próxima à direita buscam se distanciar do comprometimento com o governo federal. Ainda com relação a estes dados o comportamento ideológico do PFL se apresenta como a variável capaz de explicar algum tipo de comportamento unificado ao disputar em diferentes tamanhos de municípios, devido ao CV de 41,13% do IVI em contraposição à enorme dispersão apresentada pelo IG (-9.288%).

O comportamento do PFL em 2000 permite a interpretação de que o partido considerava que nos maiores centros eleitorais do Brasil existiriam dificuldades na disputa eleitoral caso a imagem do partido fosse atrelada ao governo federal. É crucial notar que este dado indica a antecipação do partido sobre um possível cenário quanto à predisposição do eleitorado. A indicação dos dados referentes ao tamanho do eleitorado indica que quanto menor o local, mais a probabilidade, estipulada pelo partido, de obter vitórias com coligações constituídas por membros da base do governo. Contudo esta percepção diminui com o aumento do tamanho do eleitorado, imaginando que a existência de um eleitorado mais sofisticado politicamente pudesse gerar maior oposição à constituição de alianças com apoiadores do governo federal, devido à avaliação negativa do governo FHC. Inclusive, de acordo com dados do Datafolha, no período entre março e junho, no qual as candidaturas são discutidas e firmadas pelos partidos, a avaliação do governo se situa entre os piores patamares do ano de 2000, de forma a apresentar taxa de reprovação de 43% em março e 41% em julho, junto com crescente aumento da avaliação do governo como regular. (Datafolha, 2002).

Ao menos em termos gerais, à medida em que as coligações do PFL se constituíram com menos partidos de direita e mais membros da base do governo federal foram melhores os resultados eleitorais, perceptível pelos valores encontrados para ambos os índices ao considerar os piores resultados, obtendo os extremos das situações indicadas.

Tabela 39: IVI e IG das coligações do PFL para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação

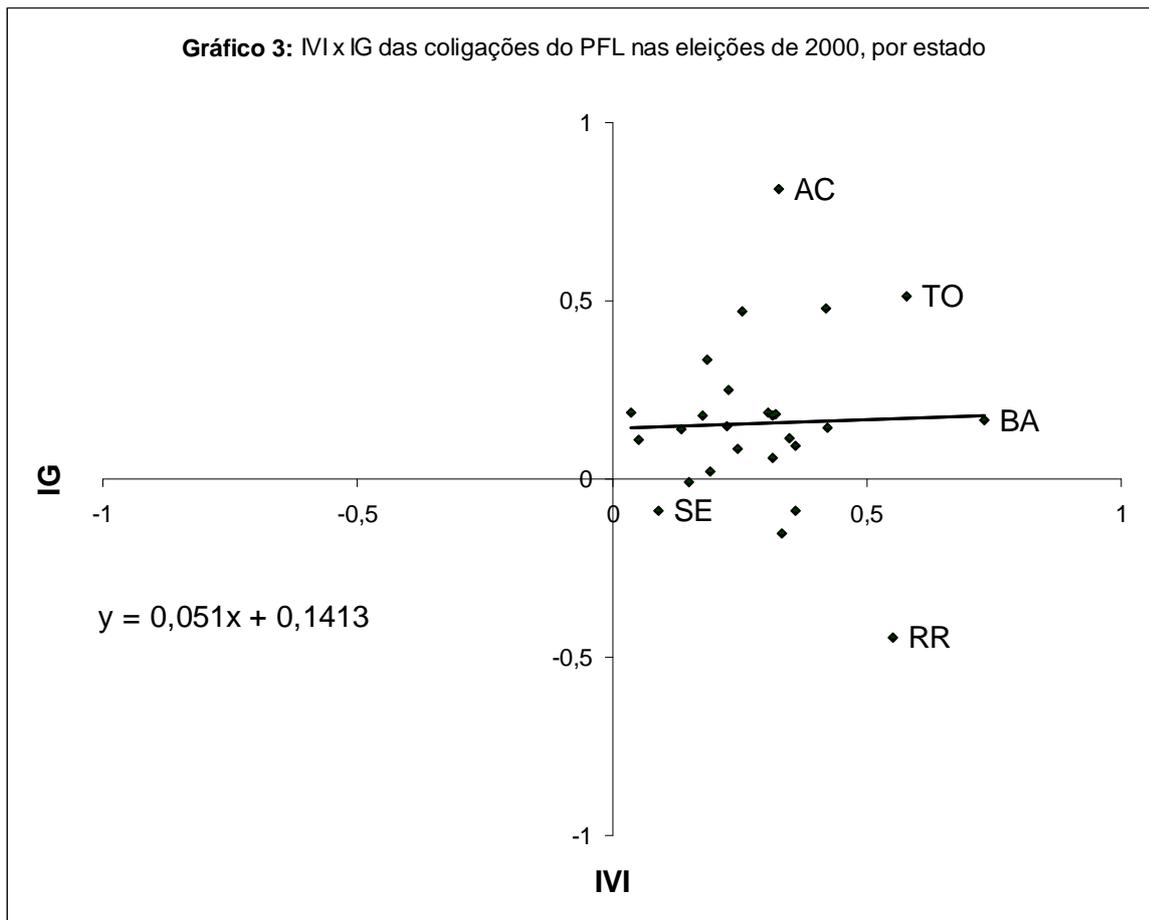
porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	+0,431	-0,081
de 10 a 19	+0,292	+0,017
de 20 a 29	+0,357	+0,089
de 30 a 39	+0,311	+0,077
de 40 a 49	+0,312	+0,211
de 50 a 59	+0,294	+0,184
de 60 a 69	+0,303	+0,166
de 70 a 79	+0,238	+0,238
de 80 a 89	+0,376	+0,163
mais de 89	+0,231	+0,361
TOTAL	+0,307	+0,166

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A tendência a apresentar este tipo de relação é alta, como se observa por meio da correlação entre os índices, com valor de -0,757 e r^2 de 0,573. Em termos de maior relevância para a decisão eleitoral, observa-se a preponderância das premissas contidas no IG, que apresenta coeficiente de variação de 81% ao passo que o valor atribuído ao IVI é de 18%.

O PFL, como esperado, se concentra em maior parte no 1º quadrante do gráfico 3, caracterizando um posicionamento partidário, com relação às coligações municipais, à primeira vista, consistente com relação a suas diretrizes nacionais.

Os fatores que compõem os índices não ajudam a explicar o comportamento do PFL conjuntamente, uma vez que a correlação entre o IVI e o IG é praticamente inexistente, apenas 0,034 e r^2 de 0,001. Cabe à questão ideológica explicar em alguma medida o comportamento do PFL em 2000, um vez que apresenta CV de 53 % contra 151 % para o IG. O comportamento direcionado por questões ideológicas apresenta consistência razoável, ao passo que a perspectiva governista não apresenta padrões claros entre os estados brasileiros.



Se o comportamento do PFL possui uma base firme naquilo que se refere a se coligar com partidos que pertençam à mesma raiz ideológica, o mesmo não se pode dizer sobre a “consistência” quanto ao posicionamento frente ao governo federal no momento de definir parceiros eleitorais, especialmente no caso de Roraima. Esta variação quanto ao IG provavelmente é fruto da tentativa de se descolar da figura do governo federal, que apresentava uma avaliação negativa por parte do eleitorado brasileiro em geral.

3.3.2. Eleições de 2004

A distribuição da participação do PFL regionalmente sofreu uma alteração, de forma que a participação em 2004 obedece a seguinte ordem: SE→CO→NE→N→S.

Efetivamente houve uma queda no número de participações no Nordeste, enquanto se expandiu o número de disputas no Sudeste.

Quanto às formas de participação do PFL, estas não mudaram quanto à participação isoladamente, porém ocorreu uma sensível mudança no que concerne à apresentação de candidatos a prefeito. Em 2000 perfaziam 49,3% das participações do PFL, em 2004 esta mesma situação ocorreu em 38,1% dos casos. As candidaturas para prefeituras ocorrem, proporcionalmente, em maior quantidade nos estados do Nordeste, onde o PFL concorre com candidatos ao executivo municipal em média 45,2% das vezes em que disputa eleições, principalmente na Bahia e em Sergipe, respectivamente com 68,7% e 69,4%.

Tabela 40: participações do PFL nas eleições de 2004, por estado

Estado	concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	195	39,3%	9	4,6%	35	17,95%	151	77,44%	2,89
SC	269	91,8%	15	5,6%	82	30,48%	172	63,94%	2,6
PR	325	81,5%	7	2,2%	63	19,38%	255	78,46%	4,18
SP	589	91,3%	29	4,9%	185	31,41%	375	63,67%	4,11
RJ	84	91,3%	2	2,4%	24	28,57%	58	69,05%	5,6
MG	712	83,5%	41	5,8%	227	31,88%	444	62,36%	3,43
ES	61	78,2%	1	1,6%	9	14,75%	51	83,61%	5,51
MS	68	87,2%	2	2,9%	9	13,24%	57	83,82%	4,5
MT	130	92,2%	8	6,2%	52	40,00%	70	53,85%	3,54
GO	209	85,0%	14	6,7%	41	19,62%	154	73,68%	3,46
BA	402	96,4%	21	5,2%	255	63,43%	126	31,34%	3,16
SE	72	96,0%	0	0,0%	50	69,44%	22	30,56%	4,32
AL	66	64,7%	4	6,1%	6	9,09%	56	84,85%	4,85
PB	213	95,5%	7	3,3%	82	38,50%	124	58,22%	3,1
PE	169	91,8%	4	2,4%	82	48,52%	83	49,11%	4,14
CE	117	63,6%	5	4,3%	13	11,11%	99	84,62%	4,1
PI	195	87,4%	14	7,2%	87	44,62%	94	48,21%	2,79
RN	152	91,0%	7	4,6%	54	35,53%	91	59,87%	3,05
MA	209	96,3%	6	2,9%	106	50,72%	97	46,41%	4,56
PA	110	76,9%	0	0,0%	15	13,64%	95	86,36%	4,64
TO	131	94,2%	3	2,3%	50	38,17%	78	59,54%	3,92
AM	50	80,6%	1	2,0%	12	24,00%	37	74,00%	6,92

AC	17	77,3%	1	5,9%	1	5,88%	15	88,24%	3,53
RR	14	93,3%	0	0,0%	4	28,57%	10	71,43%	4,64
RO	47	90,4%	2	4,3%	10	21,28%	35	74,47%	4,74
AP	11	68,8%	0	0,0%	0	0,00%	11	100,00%	5,82
TOTAL	4617	83,0%	203	4,4%	1554	33,66%	2860	61,94%	3,74

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Seguindo a tendência de outros partidos, o tamanho das coligações do PFL aumenta em 2004, em média formam-se alianças com outros 3,74 partidos. As maiores coligações ocorrem na região Norte – exemplificado pelo Amazonas com 6,92 – e as menores no Sul, sendo que em Santa Catarina, em média, se formam as menores coligações – 2,6 partidos.

Certamente por não mais fazer parte de um governo avaliado negativamente em 2004 o PSDB foi o partido com o qual o PFL mais vezes se coligou (39,4%), seguido de perto por PP (39,2%), PL (38,4%) e PTB (37,1%). O caso do PL é interessante, em 2000 fazia parte da oposição ao governo então apoiado pelo PFL, suas participações em coligações pefelistas eram bastante reduzidas, apesar de serem as maiores taxas entre os integrantes da oposição ao governo federal em 2000. Em 2004, mesmo pertencendo ao governo, inclusive com a participação com o vice-presidente, e uma vez sendo o PFL oposição a este mesmo governo, é no mínimo intrigante o crescimento da ordem de 55,7% no número de participações do PL nas coligações do PFL. É possível que o PL seja o único partido com uma cara “nova” disponível para realizar coligações com o PFL sem impor condições que impossibilitassem alianças, permitindo o acesso por parte do PFL em alguma medida ao governo federal.

Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PFL	% sobre o total de participações do partido coligado
PSDB	1817	39,4%	39,8%
PP	1684	36,5%	39,2%
PTB	1581	34,2%	37,1%

PL	1511	32,7%	38,4%
PMDB	1495	32,4%	29,4%
PDT	1157	25,1%	32,0%
PPS	1135	24,6%	33,6%
PSB	747	16,2%	28,1%
PT	703	15,2%	14,8%
PSC	658	14,3%	39,4%
PV	626	13,6%	34,0%
PC do B	255	5,5%	18,7%
PSL	484	10,5%	37,6%
PRP	460	10,0%	38,6%
PMN	409	8,9%	33,1%
PSDC	377	8,2%	34,6%
PHS	361	7,8%	34,0%
PTC	360	7,8%	38,6%
PRTB	359	7,8%	38,6%
PTN	356	7,7%	40,1%
PT do B	319	6,9%	35,8%
PAN	217	4,7%	33,3%
PRONA	164	3,6%	34,8%
PCB	26	0,6%	13,8%
PCO	2	0,0%	4,3%
PSTU	3	0,1%	2,8%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Essa proximidade com partidos da base governista de 2004 é evidente pelo caso emblemático do PT. Em 2000 a resistência tanto do PFL quanto do PT em se unirem em coligações era gritante. Nas eleições de 2004 o PT participou em 15,2% das aparições do PFL, quase três vezes a porcentagem observada em 2000. Seria o caso de afirmar que essas alianças não ocorreram antes apenas devido ao número reduzido de participações petistas? Ou seria a situação de que o PFL busca o apoio de quem detêm o poder federal, antes de qualquer outra consideração?

Esta expansão das alianças com o PT é proveniente de locais com menor população, de tal forma que ao competir em eleições com mais de 500 mil eleitores o PFL não se coliga com o PT. Contudo, o PFL se coliga sem maiores problemas com os demais partidos entre porte grande e médio que se encontrem na perspectiva ideológica

de esquerda. Percebe-se que a importância dada à perspectiva ideológica não é tão forte quanto se poderia estimar. Possivelmente o problema ao se coligar seja de caráter político mais do que qualquer outro, visto que o PT se apresenta como um partido que busca a hegemonia dentro do campo da esquerda, com um projeto de combate à política tradicional, entre a qual certamente se encaixa o perfil do PFL.

Tabela 42: distribuição da composição das coligações do PFL nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido						
partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PSDB	14,2%	11,1%	9,1%	6,5%	7,3%	7,0%
PP	12,5%	10,2%	8,7%	7,1%	6,8%	6,0%
PTB	11,5%	10,1%	8,2%	6,2%	5,6%	5,0%
PL	11,0%	9,2%	8,0%	7,0%	5,2%	3,0%
PMDB	11,8%	9,1%	7,6%	5,8%	4,6%	4,0%
PDT	7,4%	7,1%	6,6%	5,2%	4,4%	3,0%
PPS	7,3%	7,3%	6,2%	5,0%	4,7%	4,0%
PRONA	0,1%	0,6%	1,1%	2,2%	3,0%	7,0%
PT	6,7%	4,8%	3,0%	1,2%	0,8%	0,0%
PSC	2,1%	4,1%	4,2%	5,0%	5,6%	5,0%
PAN	0,3%	0,8%	1,5%	2,7%	4,0%	6,0%
PRP	1,1%	2,4%	3,3%	4,0%	4,3%	5,0%
PSDC	0,8%	1,6%	2,7%	4,2%	4,4%	6,0%
PRTB	1,0%	1,5%	2,5%	3,8%	4,2%	7,0%
PTN	0,6%	1,5%	2,7%	3,7%	4,1%	6,0%
PT do B	0,6%	1,7%	2,1%	3,3%	4,2%	5,0%
outros direita	2,2%	4,0%	6,0%	8,1%	9,1%	7,0%
outros esquerda	8,7%	13,0%	16,6%	19,1%	17,5%	14,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Inclusive, o coeficiente de variação relativo às participações em localidades com tamanhos de eleitorado distintos entre os partidos de esquerda é relativamente baixo, entre 20% e 30%. Ainda cabe ressaltar que o baixo número de participações em eleições com mais de 500 mil eleitores, nas eleições de 2000, com o PSDB não se repete em 2004, concretizando-se como o maior parceiro do PFL em eleições de maior porte (7%).

A proporção de vitórias isoladas do PFL sobre o número de participações isoladamente sofreu uma queda de 10%, em relação a 2000, indicando uma queda da eficiência desta forma de participação. As vitórias encabeçando uma coligação não sofreram o mesmo efeito, ainda se mantendo com uma taxa de sucesso acima de 45%, porém a quantidade de participações para prefeito desta forma caiu aproximadamente 16%.

Tabela 43: vitórias do PFL nas eleições de 2004, por estado

Estado	vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	89	45,64%	1	11,11%	17	48,57%	71	47,02%	3,3
SC	139	51,67%	0	0,00%	43	52,44%	96	55,81%	3
PR	169	52,00%	0	0,00%	25	39,68%	144	56,47%	4,6
SP	282	47,88%	4	13,79%	73	39,46%	205	54,67%	4,2
RJ	29	34,52%	0	0,00%	7	29,17%	22	37,93%	6,4
MG	323	45,37%	13	31,71%	110	48,46%	200	45,05%	3,7
ES	35	57,38%	0	0,00%	4	44,44%	31	60,78%	5,8
MS	37	54,41%	0	0,00%	3	33,33%	34	59,65%	5
MT	59	45,38%	1	12,50%	20	38,46%	38	54,29%	4,4
GO	100	47,85%	1	7,14%	14	34,15%	85	55,19%	3,7
BA	222	55,22%	8	38,10%	146	57,25%	68	53,97%	5
SE	38	52,78%	0	- *	26	52,00%	12	54,55%	5,1
AL	30	45,45%	0	0,00%	1	16,67%	29	51,79%	5,5
PB	102	47,89%	2	28,57%	41	50,00%	59	47,58%	3,1
PE	82	48,52%	0	0,00%	43	52,44%	39	46,99%	4,3
CE	60	51,28%	0	0,00%	5	38,46%	55	55,56%	3,5
PI	103	52,82%	6	42,86%	53	60,92%	44	46,81%	3,4
RN	75	49,34%	3	42,86%	29	53,70%	43	47,25%	4,4
MA	100	47,85%	2	33,33%	51	48,11%	47	48,45%	5,8
PA	53	48,18%	0	- *	7	46,67%	46	48,42%	4,3
TO	64	48,85%	1	33,33%	23	46,00%	40	51,28%	4,6
AM	26	52,00%	0	0,00%	4	33,33%	22	59,46%	6,8
AC	7	41,18%	0	0,00%	0	0,00%	7	46,67%	3,2
RR	4	28,57%	0	- *	1	25,00%	3	30,00%	2
RO	22	46,81%	0	0,00%	4	40,00%	18	51,43%	5,4
AP	5	45,45%	0	- *	0	- **	5	45,45%	4,7
TOTAL	2255	48,84%	42	20,69%	750	48,26%	1463	51,15%	4,2

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* o partido não participou isoladamente

** o partido não participou como cabeça-de-chapa em coligação com outros partidos

A taxa de sucesso das candidaturas a prefeito é maior no Nordeste (44,7%) e no Sul (40,3%). Os estados onde o PFL possui maior efetividade são Bahia, Piauí e Sergipe, todos com taxa de sucesso superior a 50%. Sergipe e Bahia apresentavam governadores pefelistas, sendo que no caso baiano isso deve ser somado à tradição do partido no estado. Como já fora observada a efetividade no Piauí em 2000, é possível afirmar que esta seja uma situação estrutural, pois o partido obtém bons resultados mesmo ao amargar a derrota para o governo do estado para o PSDB. Dentre as candidaturas vitoriosas a prefeito apoiadas pelo PFL, estas possuem média superior a 50%, sendo a única exceção a região Sudeste, onde a média da taxa de sucesso é de 45,9%.

Para ser vitorioso o PFL precisou contar, quando coligado, com uma média de 4,2 partidos na aliança. O tamanho das coligações foi maior nas vitórias no Sudeste, onde o partido encontra resistência na aceitação pelo eleitorado, mesmo que a maior coligação tenha se realizado no Amazonas, repetindo a experiência da eleição anterior, com uma média de 6,8 partidos.

Apesar do que seria de se esperar, devido à presença marcante do partido no Nordeste, as menores coligações se deram no Sul do país. Este fator deve se dar pela necessidade de receber apoio de diferentes apoios da política local no Nordeste, visando acomodar as diferenças regionais. No Sul, possivelmente, apenas um número reduzido de partidos se coloca disposto a realizar coligações com o PFL, além de existirem identificações partidárias mais consolidadas, o que pode dificultar a formação de coligações em geral, fato observado na análise dos demais partidos.

Proporcionalmente à quantidade de municípios, quando distribuídos de acordo com seus respectivos portes, o PFL obtém resultados satisfatórios nos locais com mais

de 5 mil e até 100 mil habitantes. Contudo, ao se observar a taxa de sucesso, por meio do número de participações do partido, a força do PFL é inversamente proporcional ao tamanho do eleitorado em que disputa.

Tabela 44: vitórias do PFL nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	751	38,83%	51,83%
de 5001 a 10000	616	42,25%	50,53%
de 10001 a 50000	763	41,74%	47,04%
de 50001 a 100000	81	42,63%	44,26%
de 100001 a 500000	38	28,36%	30,16%
mais de 500000	6	33,33%	33,33%
TOTAL	2255	40,54%	48,84%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

É interessante notar que na faixa de 500 mil habitantes o PFL dobrou seu número de vitórias em comparação a 2000. Ainda retomando a eleição anterior, houve uma queda considerável nos municípios com menos de 5 mil eleitores, indício da existência de forças políticas que anteriormente não participavam nestes municípios. A taxa de sucesso manteve a mesma tendência a ser mais efetiva nos menores municípios, como na última eleição.

Tendo em vista as eleições de 2000, o IVI do PFL se direcionou mais para o centro, de 0,307 para 0,180 em 2004. Em média, a tendência direitista foi mantida com maior vigor apenas no Norte, enquanto o comportamento mais centrista foi observado no Centro-Oeste. A Bahia ainda se apresenta como o maior baluarte do posicionamento ideológico mais à direita, com 0,620 – apesar de apresentar queda com relação a 2000. No extremo oposto estão Ceará (-0,035) e Mato Grosso do Sul (-0,013).

A medida sobre o governismo, de forma um tanto contraditória ao se referenciar por seu posicionamento frente ao governo federal, apresenta uma busca por parceiros que pertençam à base do governo federal, visto que o IG geral é 0,512. Este valor não

cai a menos de 0,400 em nenhum estado, sendo que os maiores valores se encontram em Rio Grande do Norte, Bahia e Mato Grosso.

Tabela 45: IVI e IG das coligações do PFL nas eleições de 2004, por estado

Estado	IVI	IG
RS	+0,057	+0,434
SC	+0,232	+0,436
PR	+0,124	+0,412
SP	+0,111	+0,522
RJ	+0,230	+0,486
MG	+0,182	+0,495
ES	+0,080	+0,557
MS	-0,013	+0,471
MT	+0,059	+0,686
GO	+0,169	+0,513
BA	+0,620	+0,625
SE	+0,251	+0,464
AL	+0,094	+0,469
PB	+0,068	+0,441
PE	+0,284	+0,515
CE	-0,035	+0,560
PI	+0,018	+0,497
RN	-0,069	+0,713
MA	+0,154	+0,593
PA	+0,214	+0,410
TO	+0,558	+0,561
AM	+0,162	+0,546
AC	+0,083	+0,577
RR	+0,446	+0,429
RO	+0,031	+0,626
AP	+0,156	+0,435
TOTAL	+0,180	+0,512

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A tendência mais geral do partido é ampliar seu leque de apoio ideológico juntamente com a busca pelo suporte em partidos que possuam uma maior interlocução com o governo federal. O caso baiano requer uma análise mais aprofundada, pois apóia partidos de direita ao mesmo tempo em que apóia a base do governo. Os principais aliados neste estado foram o PP e o PL, ambos membros da base do governo e

posicionados à direita, seguidos por vários pequenos partidos de direita, especialmente PTC, PRP e PSC. Em 2000 existiam menos alianças com os partidos de menor porte, de forma que o esforço por alianças se concentrava em PL, PP e PTB.

Dentre os possíveis fatores a explicar o comportamento do partido certamente este passa pelo tamanho do eleitorado no qual concorre, uma vez que quanto maior o eleitorado mais consistente, o comportamento do partido sob o ponto de vista das decisões nacionais do partido, como se observa na tabela 46, abaixo:

Tabela 46: IVI e IG das coligações do PFL para prefeito nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado		
eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,137	+0,510
de 5001 a 10000	+0,153	+0,522
de 10001 a 50000	+0,185	+0,517
de 50001 a 100000	+0,267	+0,509
de 100001 a 500000	+0,331	+0,429
mais de 500000	+0,470	+0,261
TOTAL	+0,180	+0,512

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Não apenas os índices explicam separadamente, como a interação entre eles é muito significativa, pois apresentam correlação de -0,929 e r^2 de 0,863. A necessidade de se apresentar para eleitorados mais complexos obriga o partido a apresentar um papel mais coerente com seu posicionamento nacional. Ainda sobre este tema houve pouca variação entre os dados de cada índice, porém houve uma tendência por parte do IG a orientar a ação do partido; CV do IVI de 45,3% e IG de 20,4%.

Quanto à forma segundo a qual os eleitores reagiram à participação do PFL (tabela 47), a tendência observada foi a ocorrência de melhores resultados ao participar de coligações compostas por uma distribuição de partidos mais próxima ao centro político, apesar de haver uma variação considerável, ao se tomar o IVI geral do partido entre os resultados com maior vantagem. O IG não apresenta qualquer variação

considerável, visto que as opções eleitorais apresentadas pelo PFL também não o possuem.

Tabela 47: IVI e IG das coligações do PFL para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação

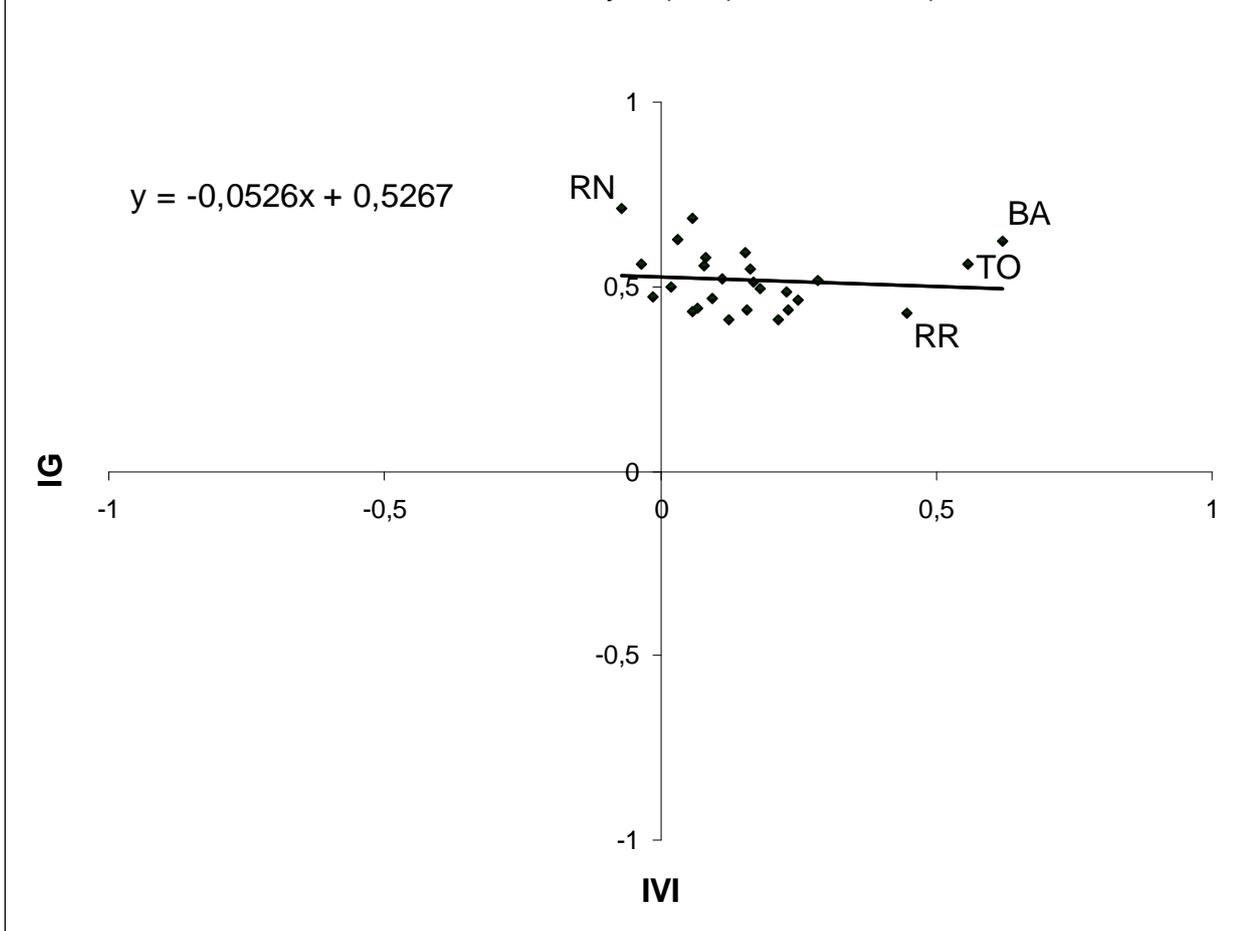
porcentagem dos votos	IVI	IG
menos de 24	0,232	0,530
de 25 a 49	0,186	0,508
de 50 a 59	0,166	0,512
de 60 a 69	0,163	0,513
de 70 a 79	0,214	0,519
de 80 a 89	0,174	0,554
de 90 a 99	0,200	0,394
100	0,024	0,546
TOTAL	0,180	0,512

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Para o eleitor novamente a combinação entre os fatores que contribuem para o IVI e o IG não surtiram efeitos relevantes, pois apresentam uma correlação de 0,227 com r^2 de 0,051. O posicionamento frente ao governo federal não surtiu qualquer diferença nas votações, pelo CV de 4% e mesmo a variação sobre a questão ideológica foi muito pequena (29%). Aparentemente o voto no PFL tem base na tradição política do partido, não importando questões conjunturais para a decisão do eleitor sobre o partido.

A representação espacial do comportamento pefelista em 2004 pode ser observada no gráfico 6, a seguir. Assim como em 2000 os índices se concentram no primeiro quadrante, com poucas ressalvas no quarto quadrante. Porém, ao se comprar com o gráfico referente às eleições anteriores é nítida uma maior consistência do ponto de vista governista, além de grandes variações ideológicas, mesmo que estas se restrinjam aos campos entre a direita o centro. A interação entre as variáveis sobe muito pouco em 2004, como se percebe pelo baixo valor de -0,106 e r^2 de 0,011.

Gráfico 4: IVI x IG do PFL nas eleições para prefeito de 2004, por estado



A maior dispersão, desta vez, se encontra no IVI, o qual possui um coeficiente de variação de 99,73%; ao passo que o IG varia com 15,67%. O interesse por formar alianças que permitam o contato com o poder federal, capaz de destinar verbas, é crucial na estratégia pefelista para se adaptar à uma nova realidade política presente em 2004. Sendo uma força arcaica em alguns locais, é difícil conseguir se viabilizar em novas localidades, além de perder terreno para novas opções políticas que venham a disputar locais anteriormente “consolidados”. As opções das coligações tendem a uma necessidade de manutenção, por meio da ação pragmática buscando apoio de partidos da base governista em 2004, ao mesmo tempo em que foge dos mesmos em 2000 no momento que o governo era desaprovado popularmente. Do ponto de vista ideológico o PFL segue a tendência a se deixar levar pela força centrípeta da

lógica eleitoral de conseguir congregar maior número de apoio, situação ainda mais estimulada em eleições majoritárias.

Deste ponto de vista a ação coligacionista do PFL é minimamente consistente, de forma que o que melhor explica este comportamento pefelista é a perspectiva do apoio ao governo. Porém esta consistência partidária apresenta o comportamento completamente oposto àquele sinalizado pela direção nacional do partido, certamente um paradoxo quanto à expectativa da atitude do partido.

4.4. PSDB

Por sua origem o Partido da Social Democracia Brasileira foi formado no parlamento, em grande medida como uma insurreição de lideranças políticas descontentes com a organização do PMDB. Faltou-lhe, em seu período inicial, uma capilaridade mais abrangente, pois sua bancada no Congresso Nacional e suas lideranças nacionais eram mais robustas do que a influência das lideranças locais.

Os membros que deram origem ao PSDB faziam parte, em geral, dos “históricos do PMDB”, políticos que fizeram oposição ao governo militar dentro do MDB e que com a abertura partidária de 1979 consideraram melhor não se desvincular do PMDB, como vários grupos fizeram com o interesse de fundar partidos mais afinados com suas perspectivas políticas. Por trás desta estratégia estava a preocupação com um possível esfacelamento da oposição ao governo militar, o que permitira um crescimento de antigos apoiadores do regime. Para este grupo de políticos o PMDB poderia ser um instrumento para a modernização do país. Contudo, o rumo tomado pelo partido durante a presidência de José Sarney, com relação à incorporação de práticas políticas desaprovadas pelos membros originais do MDB, fez com que este grupo de históricos

tomasse consciência das dificuldades de levar a diante esta perspectiva modernizante através de um partido inchado por membros fisiológicos.

Sua caracterização enquanto partido parlamentar fica clara devido à sua fundação se dever em grande medida aos esforços das maiores lideranças do PMDB no senado – Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. O PSDB é fundado então em 1988, e em seus atos fundadores seus idealizadores buscam apresentar sua idealização segundo a seguinte afirmação: "Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido". Certamente não foi este o quadro apresentado durante as primeiras disputas do partido, que apesar de conquistar vitórias em alguns importantes centros só se consolida como força política de abrangência nacional com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência da república em 1994.

Dada a reeleição deste governo em 1998, espera-se que o índice de governismo se aproxime do valor positivo nas eleições de 2000. No que tange às eleições de 2004, a tendência seria evitar coligações com membros pertencentes à base do governo federal, devido à sua ferrenha oposição ao governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A relação ideológica merece certa contextualização, visto que a proposta original do PSDB seria se concentrar na centro-esquerda, contudo, desde 1994, seus principais aliados se encontram em perspectivas mais próximas à direita.

4.4.1. Eleições de 2000

Como abordado anteriormente, o fato de o PSDB alcançar o governo federal em 1995 certamente ajudou para a ampliação da capilaridade do partido. Com participação em 78% dos municípios brasileiros, o PSDB fica atrás apenas de PMDB e PFL

A capilaridade do PSDB é maior no Centro-Oeste, Sudeste e Norte – respectivamente 95,6%; 88,7% e 88,7% do total de municípios nestas regiões. No Nordeste participa em 79,3% e no Sul em 62,5%. Como é o partido, entre aqueles com maior capacidade de participação, com formação mais recente, é possível que a dificuldade em participar no Sul e Nordeste se deva à existência anterior de estruturas partidárias já organizadas que manifestassem opções políticas próximas ao posicionamento do PSDB. Norte e Centro-Oeste ainda podem se encontrar num processo de consolidação de lideranças políticas, possibilitando a inserção de novos atores nestas regiões, enquanto Sudeste é o local onde o partido se originou, lhe possibilitando melhores condições de apoio.

O tamanho médio das coligações do PSDB nas disputas por prefeituras é de 2,8 partidos. Este valor alcança seu maior tamanho em Amazonas com uma média de quatro partidos. Em geral o número de coligações varia, entre as regiões brasileiras, do maior valor para o menor, seguindo a seguinte ordem: SE→N→CO/NE→S.

Tabela 48: participações do PSDB nas eleições de 2000, por estado

Estado	concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	163	32,8%	12	7,36%	30	18,40%	121	74,23%	2,17
SC	193	65,9%	14	7,25%	23	11,92%	156	80,83%	2,18
PR	355	89,0%	25	7,04%	150	42,25%	180	50,70%	3,09
SP	607	94,1%	81	13,34%	316	52,06%	210	34,60%	2,83
RJ	78	84,8%	4	5,13%	29	37,18%	45	57,69%	4,9
MG	690	80,9%	70	10,14%	223	32,32%	397	57,54%	2,53
ES	74	94,9%	2	2,70%	39	52,70%	33	44,59%	3,77
MS	72	93,5%	4	5,56%	41	56,94%	27	37,50%	3,26
MT	137	98,6%	17	12,41%	87	63,50%	33	24,09%	2,61
GO	232	94,7%	29	12,50%	113	48,71%	90	38,79%	2,45
BA	252	60,4%	15	5,95%	57	22,62%	180	71,43%	3,21
SE	67	89,3%	5	7,46%	39	58,21%	23	34,33%	2,9
AL	84	82,4%	3	3,57%	43	51,19%	38	45,24%	3,11
PB	157	70,4%	17	10,83%	42	26,75%	98	62,42%	2,46
PE	155	83,8%	6	3,87%	55	35,48%	94	60,65%	3,3
CE	178	96,7%	25	14,04%	110	61,80%	43	24,16%	2,06

PI	204	91,9%	13	6,37%	78	38,24%	113	55,39%	2,23
RN	92	55,1%	6	6,52%	20	21,74%	66	71,74%	2,3
MA	180	84,1%	12	6,67%	38	21,11%	130	72,22%	3,52
PA	134	93,7%	5	3,73%	88	65,67%	41	30,60%	3,27
TO	92	66,2%	8	8,70%	31	33,70%	53	57,61%	2,37
AM	62	100,0%	1	1,61%	22	35,48%	39	62,90%	4
AC	18	81,8%	0	0,00%	6	33,33%	12	66,67%	3,44
RR	15	100,0%	2	13,33%	5	33,33%	8	53,33%	2,73
RO	41	78,8%	3	7,32%	9	21,95%	29	70,73%	3,1
AP	16	100,0%	2	12,50%	6	37,50%	8	50,00%	2,38
TOTAL	4348	78,3%	381	8,76%	1700	39,10%	2267	52,14%	2,8

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Quanto a obter condições para apresentar candidaturas de prefeito, o PSDB é bem sucedido principalmente nos estados analisados do Centro-Oeste, além de São Paulo, Sergipe, Ceará e Pará, todos com número de candidatos a prefeito de pelo menos 60% do total de participações nestes estados.

Os partidos que participam de eleições com o PSDB abrangem praticamente todas as possibilidades do sistema político brasileiro. Entre os maiores partidos percebe-se uma tendência a se evitar coligações com partidos de esquerda de maneira geral, ocorrendo de maneira mais acentuada com o PT.

Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PSDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PFL	1606	36,9%	34,4%
PMDB	1435	33,0%	28,6%
PTB	1277	29,4%	36,4%
PPB	1272	29,3%	32,1%
PPS	848	19,5%	34,7%
PL	795	18,3%	32,9%
PDT	793	18,2%	27,7%
PSB	576	13,2%	30,2%
PT	454	10,4%	16,6%
PSD	447	10,3%	32,9%
PSC	348	8,0%	32,0%
PRP	257	5,9%	37,1%
PSL	249	5,7%	32,5%

PST	244	5,6%	34,6%
PV	243	5,6%	32,8%
PC do B	195	4,5%	26,9%
PMN	183	4,2%	30,0%
PSDC	179	4,1%	35,6%
PRTB	135	3,1%	31,5%
PHS	128	2,9%	35,0%
PT do B	126	2,9%	29,4%
PTN	106	2,4%	33,7%
PAN	73	1,7%	29,9%
PGT	72	1,7%	34,8%
PRN	59	1,4%	26,0%
PRONA	45	1,0%	34,1%
PSN	7	0,2%	25,0%
PCB	6	0,1%	8,7%
PCO	1	0,0%	6,7%
PSTU	0	0,0%	0,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Com relação ao comportamento dos demais partidos frente ao PSDB, existe resistência especialmente por parte do PT e do PMDB, enquanto o PPS, assim como PFL, se apresenta como um parceiro constante observado o total de participações destes partidos. Entre os pequenos partidos as coligações parecem bem irrestritas quanto à perspectiva ideológica, mesmo que haja uma tendência entre os partidos de direita a procurarem com maior frequência o PSDB.

Considerando o tamanho do eleitorado (tabela 50), PPS, PL e PTB apresentam os menores valores quanto à variação da participação em coligações com o PSDB conforme varia o tamanho do eleitorado, respectivamente CV de 25%, 22% e 28%. Ainda ocorre um declínio nas coligações com membros do governo quanto maior o tamanho do eleitorado, apesar de existir maior regularidade no caso do PPB e do PTB, aliados no governo federal com menor expressão em nível federal do que PMDB e PFL.

Tabela 50: distribuição da composição das coligações do PSDB nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido						
partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PFL	19,0%	15,0%	11,0%	7,2%	5,6%	2,0%
PMDB	16,3%	13,5%	10,2%	6,0%	5,3%	2,0%
PTB	12,0%	12,1%	9,9%	7,5%	6,4%	5,9%
PPB	14,1%	11,4%	9,2%	7,5%	4,4%	7,8%
PPS	7,4%	7,0%	7,4%	5,3%	4,2%	3,9%
PL	5,5%	5,8%	7,5%	8,2%	5,9%	3,9%
PDT	6,7%	6,8%	7,1%	4,6%	3,5%	2,0%
PT	4,5%	4,4%	3,5%	2,2%	1,4%	0,0%
PRP	1,8%	1,9%	1,9%	3,2%	4,3%	7,8%
PV	0,8%	1,4%	2,2%	4,7%	4,6%	7,8%
PC do B	0,7%	1,2%	2,2%	2,2%	2,3%	0,0%
PSDC	0,5%	1,2%	1,6%	2,5%	3,9%	11,8%
PHS	0,2%	0,6%	1,2%	0,8%	4,7%	5,9%
PT do B	0,1%	0,6%	1,2%	2,4%	3,3%	5,9%
outros direita	6,4%	11,3%	16,5%	27,2%	33,0%	29,4%
outros esquerda	4,0%	5,9%	7,6%	8,5%	7,3%	3,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

É possível argumentar que a maior diferença na constituição de coligações ocorra devido à percepção de apoio ou não ao governo Fernando Henrique. O PL – partido de direita com porte eleitoral médio, que em 2000 fazia oposição ao governo federal – também apresenta uma baixa taxa de coligação com o PSDB. O fato de diminuir a participação nos grandes municípios com o PMDB e o PFL provavelmente se deve à maior força política do próprio PSDB em disputas nas localidades de maior peso populacional.

Esta estratégia pode se guiar por dois diferentes motivos: (a) pressupõe a capacidade de ganhar eleições sem necessitar de apoio dos partidos de maior porte, ou, como será apontado mais adiante, (b) devido ao reflexo negativo do governo Fernando Henrique para a competição eleitoral de 2000.

Considerando a capacidade de concorrer em maior número no Sudeste e no Centro-Oeste, esta não contribui para congregar uma taxa de sucesso maior do que em outras regiões. Em média, nas eleições em que o PSDB participa com candidato a prefeito, este ganha em 41% das vezes no Norte e 42% no Sudeste, alcançando valores em torno de 47% nas demais regiões.

Com base na tabela 51 nota-se taxa de sucesso do PSDB considerável em Ceará e Mato Grosso, além de participar em mais 90% das eleições destes estados, das quais resultam em mais de 60% de ganhos quando concorre isoladamente, enquanto variam entre 50% e 60% quando é vitorioso como cabeça-de-chapa. A efetividade eleitoral no Ceará certamente é fruto da presença marcante de políticos como Lúcio Alcântara e Tasso Jereissati, sendo este último o governador do estado à época.

Tabela 51: vitórias do PSDB nas eleições de 2000, por estado

Estado	vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	coligado (D)	D/ participações coligado
RS	79	48,47%	4	33,33%	11	36,67%	64	52,89%
SC	96	49,74%	3	21,43%	16	69,57%	77	49,36%
PR	206	58,03%	6	24,00%	90	60,00%	110	61,11%
SP	288	47,45%	20	24,69%	158	50,00%	110	52,38%
RJ	33	42,31%	0	0,00%	11	37,93%	22	48,89%
MG	328	47,54%	20	28,57%	117	52,47%	191	48,11%
ES	40	54,05%	0	0,00%	19	48,72%	21	63,64%
MS	37	51,39%	0	0,00%	23	56,10%	14	51,85%
MT	74	54,01%	8	47,06%	46	52,87%	20	60,61%
GO	105	45,26%	7	24,14%	53	46,90%	45	50,00%
BA	102	40,48%	2	13,33%	23	40,35%	77	42,78%
SE	33	49,25%	3	60,00%	18	46,15%	12	52,17%
AL	53	63,10%	0	0,00%	30	69,77%	23	60,53%
PB	78	49,68%	4	23,53%	19	45,24%	55	56,12%
PE	75	48,39%	0	0,00%	29	52,73%	46	48,94%
CE	103	57,87%	17	68,00%	66	60,00%	20	46,51%
PI	111	54,41%	5	38,46%	45	57,69%	61	53,98%
RN	39	42,39%	0	0,00%	11	55,00%	28	42,42%
MA	95	52,78%	1	8,33%	16	42,11%	78	60,00%
PA	63	47,01%	1	20,00%	45	51,14%	17	41,46%
TO	58	63,04%	2	25,00%	20	64,52%	36	67,92%

AM	30	48,39%	0	0,00%	8	36,36%	22	56,41%
AC	8	44,44%	0	- *	3	50,00%	5	41,67%
RR	7	46,67%	0	0,00%	3	60,00%	4	50,00%
RO	13	31,71%	1	33,33%	3	33,33%	9	31,03%
AP	6	37,50%	0	0,00%	2	33,33%	4	50,00%
TOTAL	2160	49,68%	104	27,30%	885	52,06%	1171	51,65%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* não houve candidatura isolada

Com relação ao sucesso geral, independente da forma de participação, PSDB consegue bons resultados especialmente em Paraná, Alagoas e Tocantins, refletido pela capacidade do partido alcançar taxa de sucesso ao lançar candidato a prefeito acima e 55% em todos estes estados. Outro destaque fica por conta de São Paulo, berço do partido, onde apesar da disputada cena política logra sucesso em praticamente 1/3 dos municípios para o cargo de prefeito.

Contudo, parece ser essencial para o PSDB receber apoio para concorrer em grandes prefeituras, o qual é obtido em grande medida a partir de partidos menores. Em 2000 se destacam PSDC (10,9%), bem como PSD, PV e PRP (todos com 7,3%). Isso indica a necessidade de realizar coligações para viabilizar as candidaturas pesedebistas, mesmo que não tenham ocorrido com aliados de maior relevância política. Na realidade, o PSDB não conseguiu ser vitorioso em qualquer município de grande porte, como se pode ver abaixo, na tabela 52, provavelmente devido à dificuldade de realizar coligações com partidos maiores.

Tabela 52: vitórias do PSDB nas eleições de 2000, por eleitorado total

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações do PSDB
menos de 5000	749	36,36%	52,52%
de 5001 a 10000	587	39,42%	50,69%
de 10001 a 50000	706	41,29%	47,64%
de 50001 a 100000	70	43,75%	46,67%
de 100001 a 500000	48	39,02%	40,68%
mais de 500000	0	0,00%	0,00%

TOTAL	2160	38,88%	49,68%
--------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Seria de se imaginar que o poder federal, o qual PSDB exercia na época, tivesse um peso maior em eleições nas capitais e grandes centros urbanos. Pelos dados, o que se observa é o inverso, quanto menor o tamanho do município maior a capacidade do PSDB ser vitorioso nas eleições em que participa. Possivelmente isto se deve à avaliação cada vez mais negativa pela população dos grandes centros urbanos com relação ao segundo mandato do governo FHC, refletindo no resultado eleitoral do partido. A relevância política do PSDB é maior nos municípios entre 10 mil e 100 mil eleitores. Quanto à taxa de sucesso do partido, está apresenta tendência a diminuir com o aumento do eleitorado em que disputa , apresentando os melhores resultados nos menores municípios.

No que diz respeito à constituição ideológica das coligações pesedebistas, esta tende a ficar consideravelmente à direita no espectro ideológico. O IVI do partido nas eleições de 2000 chega a 0,317; porém com variações bastante amplas, como nos extremos de Acre (-0,726) e Tocantins (0,569). Com relação ao expressivo valor negativo observado no Acre, este se deve à união com o PT e outros partidos de esquerda contra o “banditismo” que assola a política local neste estado.

Tabela 53: índice de viés ideológico das coligações do PSDB nas eleições de 2000, por estado

Estado	IVI	IG
RS	+0,368	+0,476
SC	+0,437	+0,451
PR	+0,399	+0,203
SP	+0,282	+0,039
RJ	+0,445	-0,154
MG	+0,308	+0,110
ES	+0,301	+0,042
MS	+0,247	+0,014
MT	-0,034	-0,118
GO	+0,467	+0,143

BA	+0,385	-0,022
SE	+0,170	-0,141
AL	+0,318	-0,021
PB	+0,288	+0,167
PE	+0,219	-0,150
CE	+0,305	+0,095
PI	+0,057	+0,122
RN	+0,311	+0,166
MA	+0,375	+0,015
PA	+0,441	+0,085
TO	+0,569	+0,353
AM	+0,456	+0,065
AC	-0,726	-0,815
RR	+0,049	+0,053
RO	+0,299	+0,200
AP	-0,026	-0,529
TOTAL	+0,317	+0,088

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Quanto ao IG do partido este se situa, com certa estranheza, em 0,088, praticamente na posição de neutralidade, pelas considerações do índice. O partido do governo em 2000 pode apresentar uma tendência claramente a formar alianças com partidos de direita, evitando a esquerda. Mas, ao mesmo tempo, se distanciou de partidos que possuam ligação com a sua própria base de governo em âmbito federal.

Certamente o crescimento da desaprovação popular sobre o segundo mandato seguido do PSDB à presidência da república teve um forte impacto na definição das coligações para prefeito nas eleições em análise. Partidos de grande porte que viessem a possuir chances reais de vitória nas eleições evitaram o máximo possível a união com a legenda tucana na tentativa de evitar vinculação com a imagem negativa do governo federal à época.

A progressão do IVI é decrescente até municípios com 50.000 eleitores, para em seguida aumentar sensivelmente o número e coligações com partidos de direita nos municípios de maior porte, como se observa na tabela 54. O IG, por sua vez decresce –

segue na direção da composição com membros da oposição – à medida que o porte do município aumenta, se coligando o dobro de vezes com partidos da base aliada do que oposicionistas.

Tabela 54: IVI e IG das coligações do PSDB para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação

eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,351	+0,327
de 5001 a 10000	+0,321	+0,186
de 10001 a 50000	+0,274	-0,029
de 50001 a 100000	+0,374	-0,238
de 100001 a 500000	+0,388	-0,329
mais de 500000	+0,510	-0,379
TOTAL	+0,317	+0,088

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Do ponto de vista da interação dos fatores considerados, a correlação é substancial, devido à correlação de -0,631 e r^2 de 0,399. Pela reta de regressão observa-se a tendência de participações mais à esquerda se encontrarem com coligações com partidos da base do governo, a qual é controlada a partir do menor tamanho dos municípios. A condição que mais variou de acordo com o tamanho dos municípios foi o IG, ao apresentar CV de -339,89% em contraste ao IVI com 19,72%.

A reação do eleitorado às coligações em que o PSDB participou foi mais positiva à medida em que disputou com um maior número de partidos de direita, porém com algumas oscilações. Com relação ao IG, a aprovação das coligações obteve melhores resultados conforme havia uma maior proximidade com o governo federal entre os partidos coligados.

**Tabela 55: IVI e IG das coligações do PSDB para
prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação**

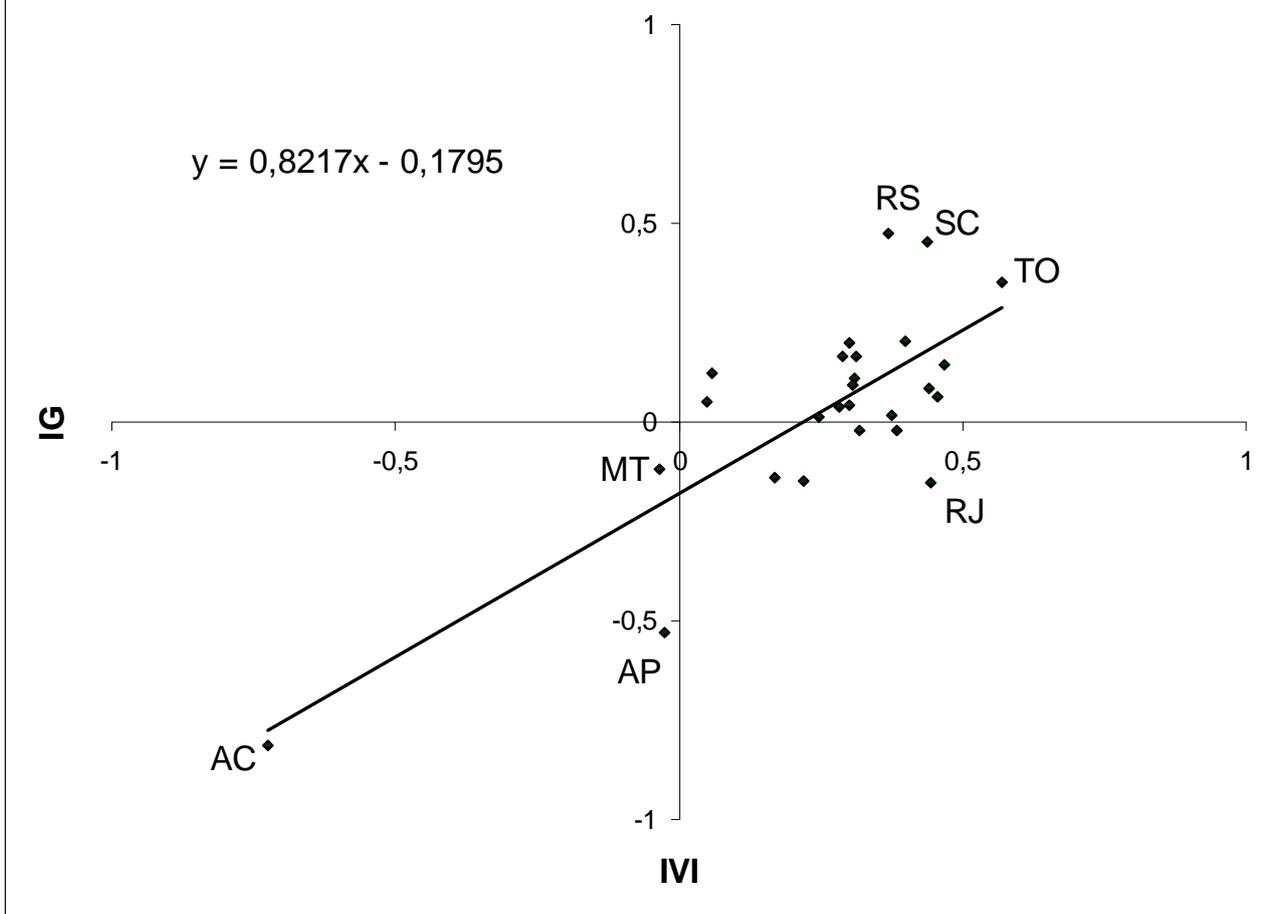
porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	+0,164	-0,232
de 10 a 19	+0,325	-0,048
de 20 a 29	+0,392	+0,005
de 30 a 39	+0,290	+0,004
de 40 a 49	+0,315	+0,115
de 50 a 59	+0,317	+0,124
de 60 a 69	+0,324	+0,093
de 70 a 79	+0,285	+0,110
de 80 a 89	+0,422	+0,101
mais de 89	+0,354	+0,305
TOTAL	+0,317	+0,088

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Percebe-se que a variação dos índices seguem um mesmo sentido com algum nível de interação, o que é constatado pela considerável correlação de 0,609; bem como o r^2 de 0,371. Por meio da reta de regressão observa-se a tendência em ambos os índices em apresentarem valores positivos. As variações eleitorais definiram maiores mudanças na perspectiva governista, dado que apresenta CV de 229% ao passo que cabe ao IVI o valor de 20%.

A representação gráfica sobre as características das coligações do PSDB, distribuídas nacionalmente, apresenta maior concentração dos dados no primeiro e segundo quadrantes, além de poucos casos no terceiro.

Gráfico 5: IVI x IG das coligações do PSDB nas eleições de 2000, por estado



O valor de 0,779 da correlação entre IVI e IG indica que é forte a variação em conjunto de ambos os índices, o r^2 apresenta valor de 0,607. Desta maneira é possível afirmar que as variações de ideologia e posicionamento frente ao governo federal possuem forte influência no comportamento das coligações estaduais, variando com razões razoavelmente próximas.

A perspectiva ideológica ao procurar parceiros se consolida na variação entre o centro e a direita, o coeficiente de variação do IVI de 95,67% indica instabilidade, porém como se observa pelo gráfico 5, isso deriva em grande parte do caso específico do Acre. Contudo, esta perspectiva explica em maior medida o comportamento estadual do PSDB do que a variável apresentada pelo IG.

Ao que cabe à constituição das coligações quanto à medida governista, esta apresenta uma diversidade muito maior de comportamentos, não se pode, portanto, atestar que contribui para a percepção da unidade partidária nacionalmente. O coeficiente de variação do IG é de 798,50%. Este alto valor se dá em grande parte pelos estados com comportamento mais desviante: Acre (-0,815) e Amapá (-0,556). Entretanto, ao se retirar estes estados do cálculo do CV o valor ainda se mantém alto; 297,53%. Este quadro indica que possivelmente o partido enfrentou sérias dificuldades para se organizar eleitoralmente em 2000. Certamente a avaliação negativa do governo FHC diminuiu a quantidade de parceiros preferenciais, especialmente entre os aliados no governo.

Por meio destes dados existe alta variação com relação à perspectiva ideológica, porém ela pode ser considerada razoavelmente estável se comparada à situação do quesito governismo, no qual não é possível afirmar que exista qualquer forma de consenso com relação à obediência e à capacidade de realizar coligações que sigam a orientação nacional do partido. O PSDB é coerente ao tomar posicionamentos diferentes daqueles indicados pela posição nacional, desvio à alta correlação entre os índices, porém não é possível afirmar que existiu em 2000 qualquer tipo de unidade quanto ao comportamento unificado do PSDB, apresentando baixa consistência partidária.

4.4.2. Eleições de 2004

A participação com candidatos a prefeito caiu em relação a 2000, apesar de ser pequena a variação. O aumento da participação do PSDB se deu em maior parte na composição de coligações que apoiassem prefeitos de outros partidos. A tendência com relação à quais regiões o partido participa mais constantemente se manteve, na ordem CO→SE→N→NE→S. Porém, o número de candidatos a prefeito foi maior no Norte e no Sudeste (41,7% e 40,2% do total de participações nestas regiões, respectivamente).

Tabela 56: participações do PSDB nas eleições de 2004, por estado

Estado	concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	241	48,6%	17	7,1%	45	18,67%	179	74,27%	2,65
SC	253	86,3%	14	5,5%	51	20,16%	188	74,31%	2,66
PR	342	85,7%	4	1,2%	97	28,36%	241	70,47%	4,17
SP	608	94,3%	44	7,2%	367	60,36%	197	32,40%	3,68
RJ	80	87,0%	3	3,8%	12	15,00%	65	81,25%	5,7
MG	762	89,3%	44	5,8%	284	37,27%	434	56,96%	3,45
ES	67	85,9%	1	1,5%	20	29,85%	46	68,66%	5,07
MS	75	96,2%	4	5,3%	10	13,33%	61	81,33%	4,25
MT	116	82,3%	4	3,4%	18	15,52%	94	81,03%	3,8
GO	235	95,5%	8	3,4%	154	65,53%	73	31,06%	3,31
BA	239	57,3%	5	2,1%	52	21,76%	182	76,15%	4,51
SE	58	77,3%	1	1,7%	11	18,97%	46	79,31%	4,95
AL	84	82,4%	0	0,0%	28	33,33%	56	66,67%	4,71
PB	206	92,4%	4	1,9%	102	49,51%	100	48,54%	3,04
PE	154	83,7%	0	0,0%	57	37,01%	97	62,99%	4,08
CE	180	97,8%	16	8,9%	118	65,56%	46	25,56%	3,13
PI	206	92,4%	3	1,5%	72	34,95%	131	63,59%	3,22
RN	81	48,5%	0	0,0%	13	16,05%	68	83,95%	4,12
MA	176	81,1%	5	2,8%	29	16,48%	142	80,68%	4,66
PA	138	96,5%	2	1,4%	100	72,46%	36	26,09%	4,18
TO	125	89,9%	3	2,4%	45	36,00%	77	61,60%	4
AM	54	87,1%	2	3,7%	9	16,67%	43	79,63%	6,22
AC	15	68,2%	1	6,7%	4	26,67%	10	66,67%	3,8
RR	8	53,3%	3	37,5%	1	12,50%	4	50,00%	1,38
RO	47	90,4%	0	0,0%	29	61,70%	18	38,30%	5,32
AP	14	87,5%	0	0,0%	2	14,29%	12	85,71%	4,71

TOTAL	4564	82,1%	188	4,1%	1730	37,91%	2646	57,98%	3,75
--------------	-------------	--------------	------------	-------------	-------------	---------------	-------------	---------------	-------------

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A média do número de partidos que compuseram as coligações do PSDB também foi maior no Sudeste e no Norte, respectivamente 4,5 e 4,2. Entre os estados em que o PSDB lança maior número de candidatos a prefeito ainda se encontram São Paulo, Goiás, Ceará e Pará; mas cai bruscamente esta participação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Proporcionalmente a cada estado, as candidaturas isoladas ocorrem com maior frequência em São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará; mas especialmente em Roraima atinge 37,5% das vezes em que lá participa.

Entre os parceiros mais habituais, ao se avaliar as coligações a partir do total de participações do PSDB, mantêm-se PFL, PTB e PP. Nas eleições de 2004 ocorre uma tendência do PSDB a aumentar a sua participação em coligações com partidos que compunham a oposição ao governo em 2000. Ao mesmo tempo, estes partidos apresentam uma maior vontade em fazer parte de chapas com o PSDB.

Tabela 57: número de vezes com que o PSDB se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004, por partido			
Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PSDB	% sobre o total de participações do partido coligado
PFL	1817	39,8%	41,2%
PTB	1694	37,1%	39,8%
PP	1615	35,4%	37,6%
PMDB	1543	33,8%	30,3%
PL	1337	29,3%	34,0%
PDT	1234	27,0%	34,1%
PPS	1148	25,2%	34,0%
PT	933	20,4%	19,7%
PSB	793	4,1%	29,9%
PV	682	17,4%	37,0%
PSC	564	14,9%	33,8%
PSL	431	6,4%	33,5%
PRP	430	8,5%	36,1%
PMN	389	9,4%	31,5%
PSDC	351	9,4%	32,2%
PHS	320	7,7%	30,1%

PTC	300	7,0%	32,2%
PRTB	317	6,6%	34,1%
PC do B	294	12,4%	21,5%
PTN	293	5,9%	33,0%
PT do B	270	6,9%	30,3%
PAN	203	6,4%	31,2%
PRONA	143	4,4%	30,4%
PCB	30	3,1%	16,0%
PCO	4	0,7%	8,7%
PSTU	1	0,1%	0,9%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

De acordo com o tamanho dos municípios (tabela 58) nota-se que a participação em coligações compostas por petistas aumenta sensivelmente nos menores municípios em 2004, subindo para 8,1%. Anteriormente o valor era de 4,5%.

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PFL	14,5%	11,4%	9,0%	6,8%	7,1%	5,4%
PTB	12,4%	10,1%	9,4%	6,9%	5,9%	3,1%
PP	12,1%	10,4%	8,2%	6,6%	5,7%	7,7%
PMDB	12,2%	10,3%	7,8%	4,7%	4,6%	2,3%
PL	9,5%	8,5%	7,2%	6,4%	4,1%	2,3%
PDT	7,7%	7,7%	7,2%	6,0%	4,9%	3,1%
PPS	7,1%	6,5%	7,0%	5,4%	5,0%	4,6%
PT	8,1%	6,9%	4,2%	2,4%	1,3%	0,0%
PSB	3,5%	5,0%	4,9%	5,3%	4,8%	4,6%
PV	1,7%	3,5%	5,1%	6,0%	4,5%	6,2%
PSC	2,0%	3,5%	3,4%	4,5%	5,7%	5,4%
PSL	1,6%	2,1%	2,8%	4,1%	4,3%	5,4%
PRP	1,0%	2,4%	3,1%	3,5%	3,9%	5,4%
PRTB	0,9%	1,4%	2,2%	2,9%	3,9%	5,4%
PC do B	0,9%	1,4%	2,3%	3,1%	1,2%	0,0%
PTN	0,6%	1,0%	2,0%	3,7%	4,8%	6,9%
PAN	0,2%	0,6%	1,5%	2,5%	4,1%	5,4%
PRONA	0,2%	0,5%	0,9%	1,7%	2,9%	6,2%
outros direita	2,1%	4,0%	6,3%	9,5%	13,6%	13,1%
outros esquerda	2,0%	2,8%	5,5%	7,9%	7,8%	7,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A participação com partidos de maior porte nas eleições dos grandes municípios cresce, apesar de apresentar uma queda sensível nas participações com o PTB, que ao momento das eleições fazia parte da base de apoio do governo petista. Ao se considerar o desvio padrão dos dados na medida do tamanho dos municípios, entre os maiores partidos, é relevante o dado referente ao PT, que atinge coeficiente de variação de 76,32%. Com valores de 16,50% e 12,17%; PPS e PSB, respectivamente, possuem posturas mais uniformes quanto à quantidade de alianças que realizam com o PSDB.

No cenário geral do Brasil o PSDB alcança vitória em 48,99% das vezes em que concorre, sendo que os casos mais desviantes negativamente ocorrem em Acre, Roraima e Rondônia. Isoladamente o PSDB só alcança um número expressivo de vitórias no Ceará, com uma taxa de sucesso de 50% ao concorrer sozinho. Entre os estados em que foi mais forte em 2000, perde um pouco de espaço em Ceará e Paraná, porém consegue melhoras em Mato Grosso e São Paulo.

Tabela 59: vitórias do PSDB nas eleições de 2004, por estado

Estado	vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	105	43,57%	2	11,76%	15	33,33%	88	49,16%	3,3
SC	133	52,57%	3	21,43%	24	47,06%	106	56,38%	3
PR	185	54,09%	1	25,00%	50	51,55%	134	55,60%	4,6
SP	293	48,19%	6	13,64%	189	51,50%	98	49,75%	4,2
RJ	34	42,50%	0	0,00%	3	25,00%	31	47,69%	6,4
MG	383	50,26%	17	38,64%	133	46,83%	233	53,69%	3,7
ES	26	38,81%	0	0,00%	6	30,00%	20	43,48%	5,8
MS	40	53,33%	1	25,00%	5	50,00%	34	55,74%	5
MT	66	56,90%	1	25,00%	7	38,89%	58	61,70%	4,4
GO	125	53,19%	2	25,00%	86	55,84%	37	50,68%	3,7
BA	111	46,44%	0	0,00%	27	51,92%	84	46,15%	5
SE	30	51,72%	0	0,00%	5	45,45%	25	54,35%	5,1
AL	45	53,57%	0	-*	15	53,57%	30	53,57%	5,5
PB	93	45,15%	0	0,00%	43	42,16%	50	50,00%	3,1
PE	77	50,00%	0	-*	26	45,61%	51	52,58%	4,3
CE	93	51,67%	8	50,00%	62	52,54%	23	50,00%	3,5
PI	100	48,54%	0	0,00%	34	47,22%	66	50,38%	3,4
RN	39	48,15%	0	-*	4	30,77%	35	51,47%	4,4

MA	75	42,61%	0	0,00%	8	27,59%	67	47,18%	5,8
PA	63	45,65%	1	50,00%	46	46,00%	16	44,44%	4,3
TO	63	50,40%	0	0,00%	23	51,11%	40	51,95%	4,6
AM	30	55,56%	0	0,00%	6	66,67%	24	55,81%	6,8
AC	5	33,33%	0	0,00%	2	50,00%	3	30,00%	3,2
RR	2	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	50,00%	2
RO	14	29,79%	0	-*	10	34,48%	4	22,22%	5,4
AP	6	42,86%	0	-*	0	0,00%	6	50,00%	4,7
TOTAL	2236	48,99%	42	22,34%	829	47,92%	1365	51,59%	4,2

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* partido não concorreu isoladamente

Ao abordar a efetividade do PSDB esta se mantém no Ceará e atinge boa capacidade de se apresentar como liderança política em Goiás, certamente devido ao respaldo do então governador Marconi Perillo, membro do PSDB desde 1995. Além destes estados se destacam São Paulo, que além de berço do PSDB possuía Geraldo Alckmin como governador, e Pará, onde o partido ocupou o executivo estadual com Simão Jatene.

Para ser vitorioso, o PSDB precisa compor, em média, coligações com outros quatro partidos, apesar existirem grandes variações, a ponto de a maior média ocorrer no Amazonas, onde as coligações vitoriosas do PSDB possuem em média 6,8 partidos.

O maior apelo ao PSDB se concentra nos locais entre 50 e 100 mil habitantes, apesar de encontrar boa inserção no geral, à exceção dos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Tabela 60: vitórias do PSDB nas eleições de 2004, por eleitorado total

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	782	40,43%	54,12%
de 5001 a 10000	556	38,13%	47,00%
de 10001 a 50000	752	41,14%	46,94%
de 50001 a 100000	86	45,26%	46,49%
de 100001 a 500000	54	40,30%	41,22%
mais de 500000	6	33,33%	33,33%
TOTAL	2236	40,20%	48,99%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Consegue sua melhor relação entre concorrências e vitórias entre os municípios com menos e 5 mil habitantes, a qual decai à medida em que disputa em locais mais densos.

A comparação com os dados de 2000 certamente suscita reflexões. A maior abrangência de coligações com partidos que se caracterizavam pela discordância com o governo tucano em 2000 obviamente permitiu coligações com características mais à esquerda – ou menos à direita –, indicado pelo IVI total. O maior valor ocorreu em Tocantins (0,710) e o menor no Acre (0,035).

Tabela 61: IVI e IG das coligações do PSDB nas eleições de 2004, por estado

Estado	IVI	IG
RS	+0,172	+0,484
SC	+0,342	+0,412
PR	+0,267	+0,409
SP	+0,235	+0,496
RJ	+0,132	+0,581
MG	+0,236	+0,491
ES	+0,126	+0,629
MS	+0,204	+0,502
MT	+0,134	+0,646
GO	+0,292	+0,556
BA	+0,157	+0,647
SE	+0,195	+0,676
AL	+0,275	+0,546
PB	+0,238	+0,450
PE	+0,170	+0,540
CE	+0,265	+0,575
PI	+0,018	+0,563
RN	+0,078	+0,561
MA	+0,170	+0,489
PA	+0,385	+0,481
TO	+0,710	+0,540
AM	+0,220	+0,551
AC	+0,035	+0,625
RR	+0,273	+0,778
RO	+0,136	+0,626
AP	+0,121	+0,462

TOTAL	+0,230	+0,517
--------------	---------------	---------------

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O alto índice do IG nas eleições de 2004 é muito interessante, uma vez que no período analisado PSDB fazia parte da oposição ao governo federal, além de se tornar ainda mais intrigante ao se reconsiderar o baixo valor encontrado nas eleições de 2000 para este índice. O partido se aproximou mais constantemente de membros da base do governo em Roraima (0,778), enquanto um grande número de estados apresentou valores próximos quanto ao apoio ao governo federal, algo na casa de 0,400.

A tendência encontrada para o IVI com relação ao tamanho do eleitorado em 2004 e manteve até 50 mil eleitores o índice cai para em seguida subir em conjunto com o aumento do porte dos municípios. Quanto ao IG, este possui pequenas variações, porém apresenta uma tendência concreta a diminuir com o aumento do eleitorado, a partir de locais com mais de 100 mil habitantes.

Tabela 62: IVI e IG das coligações do PSDB nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado

eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,260	+0,501
de 5001 a 10000	+0,218	+0,522
de 10001 a 50000	+0,197	+0,533
de 50001 a 100000	+0,231	+0,526
de 100001 a 500000	+0,366	+0,427
mais de 500000	+0,454	+0,356
TOTAL	+0,230	+0,517

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Efetivamente o tamanho do eleitorado explica em grande medida as variações de ambos os índices. A correlação é praticamente perfeita (0,995) e explica praticamente todos os dados, como se observa pelo r^2 de 0,991. Em conjunto com este quadro se apresenta uma alta consolidação nas posições do IVI e do IG, condizente aos baixos valores do CV de cada

um, respectivamente 32% e 13%; situação que efetivamente possibilita maior facilidade para permitir a coesão entre ambos os índices.

No caso do IVI tanto em derrotas por vasta diferença quanto em vitórias com grande margem de sucesso apresentam valor próximo e ao mesmo tempo mais voltado ao centro político do que os demais valores. Sobre as derrotas, o valor claramente indica a desaprovação por apresentar coligações muito diversas ideologicamente. De outra forma a situação de ganhos por maior vantagem são explicados pela concentração deste tipo de vitória nos municípios de pequeno porte, onde existe uma menor sofisticação sobre a interpretação dos papéis a serem desempenhados por cada partido. O IG, por sua vez, diferentemente do outro ano, não apresenta qualquer variação significativa com relação a oscilações do eleitorado.

Tabela 63: IVI e IG das coligações do PSDB para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação		
porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	+0,073	+0,627
de 10 a 19	+0,233	+0,513
de 20 a 29	+0,257	+0,525
de 30 a 39	+0,287	+0,510
de 40 a 49	+0,224	+0,504
de 50 a 59	+0,219	+0,514
de 60 a 69	+0,226	+0,546
de 70 a 79	+0,212	+0,512
de 80 a 89	+0,253	+0,569
mais de 89	+0,183	+0,512
TOTAL	+0,230	+0,517

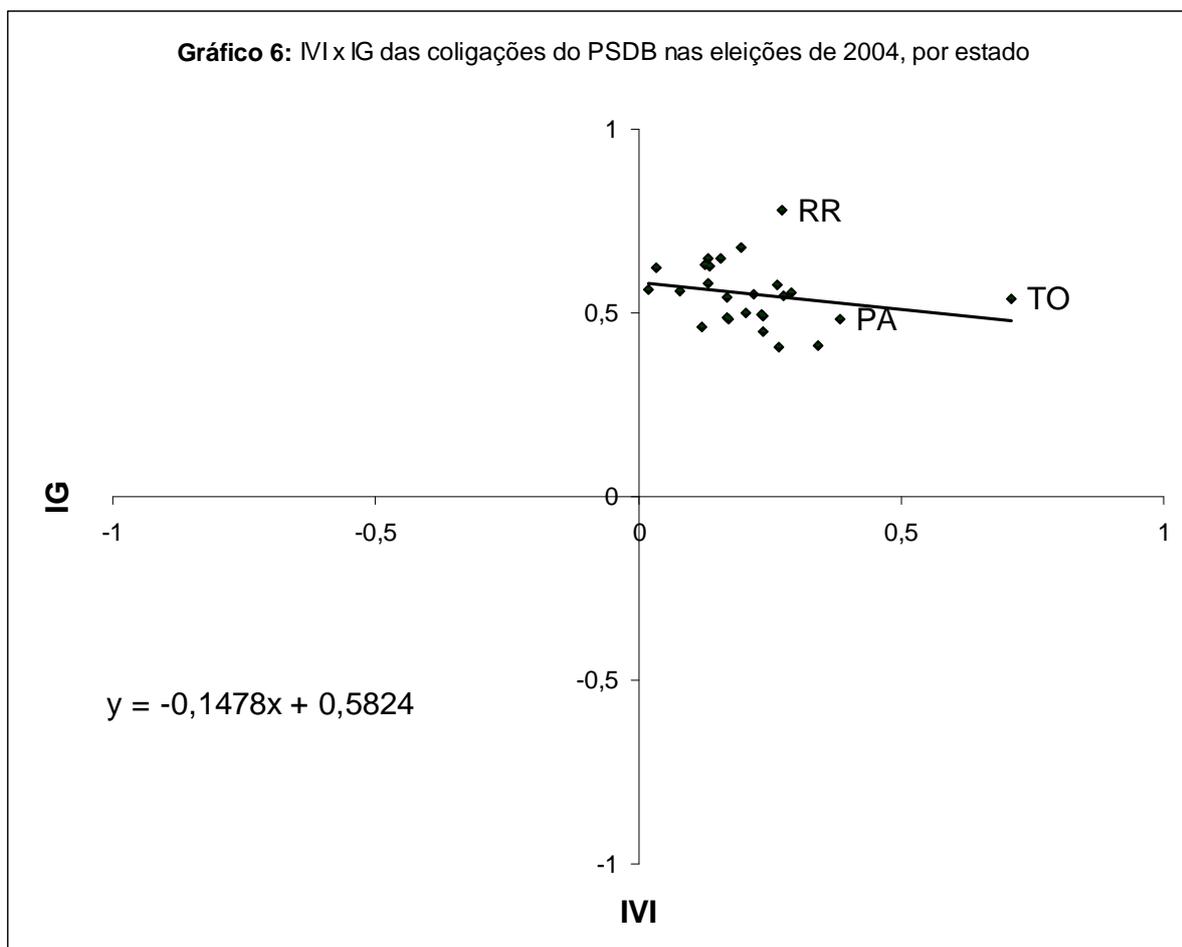
Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A resposta eleitoral conduz a uma razoável correlação entre os índices, o que se constata pelo valor do r de Pearson de -0,686 e r^2 de 0,471. Com relação às variações internas de cada índice a diferença entre ambos é pequena, sendo praticamente inexistente para o IG, indicando pouco interesse pelo eleitorado com relação às condições apresentadas pelas coligações do PSDB. IVI possui CV de 25% e o IG 6%.

A dispersão dos dados referentes aos índices do PSDB em 2004 se concentra exclusivamente no primeiro quadrante do gráfico 6, apresentado a seguir.

A correlação entre os índices diz pouco sobre o comportamento do partido, possui valor de -0,229 e apenas 5% dos dados são explicados por este valor, segundo o teste de r^2 . Objetivamente não existe a possibilidade de descrever a existência de um posicionamento coerente pelo PSDB no que tange a questão da organização estadual do partido.

Quanto às orientações específicas de cada índice existe uma grande coesão interna do partido em torno das alianças compostas com membros do governo – o CV do IG é de 15,31%. Cabe à perspectiva ideológica uma disciplina razoavelmente menor – CV do IVI de 60,94% - situação determinada pelo padrão fortemente desviante ocorrido em Tocantins.



Apesar da pequena variação no comportamento de formação de coligações do PSDB, este não apresenta um padrão claro, algo produzido pelas próprias condições das eleições de 2004, onde partidos de esquerda e de direita faziam parte tanto da oposição quanto da base do governo.

Pode-se afirmar, com base nos testes utilizados sobre os dados abordados, que estadualmente o PSDB não apresenta coerência ao organizar suas coligações, porém esta se apresenta quando a medida observada é o tamanho do município. No que se refere à consistência partidária, esta se demonstra fraca, porém aponta para um favorecimento à busca de alianças com membros do governo federal, algo paradoxal considerando o posicionamento nacional do partido.

4.5. PP (PPB)

Sob variadas siglas já se abrigaram os políticos que compõem o atual Partido Progressista (PP). Uma parcela razoável dos membros pertencentes ao PP possui suas origens na vida pública ainda no período militar, sob a égide da ARENA. Disso resulta a classificação do partido como pertencente à direita, como parte do grupo de partidos com base na política tradicional. Até hoje sua imagem está fortemente atrelada à figura controversa de Paulo Maluf.

Sua origem remonta ao regime militar, herdeiro direto do partido criado para gerar apoio ao governo daquele período, a ARENA. Imaginava-se então que a abertura para a formação de novas legendas refrataria o poder em ascensão do então PMDB, diluindo o poder de mobilização da oposição ao governo militar. O PDS surgia como a tentativa de evitar que o mesmo ocorresse com simpatizantes do regime. Porém a força do PMDB, herdeiro direto do MDB, não fora bem estipulada por aqueles que

orquestraram esta estratégia de “dividir para conquistar” perpetrada pelos articuladores do governo.

Nas eleições de 1982 o PDS não obteve o êxito eleitoral esperado pelos apoiadores do regime, uma reação anti-ditadura. Neste período cresce o movimento pela devolução do poder aos civis, tendo como ponto alto a campanha das dietas. Este cenário produziu uma cisão interna, que viria a se constituir na Frente Liberal, dando origem ao PFL em seguida. O estopim para a divisão dentro do partido ocorreu com a vitória nas internas do partido de Paulo Maluf para a disputa à presidência da república, indicando a tentativa de manutenção das forças política por trás da organização política ainda em vigor à época.

Nos anos que se seguiram observou-se uma queda constante da força deste partido que herdará sua organização da antiga ARENA, a princípio com perdas para o PMDB, para em seguida se tornarem distribuídas perante o aumento do número de partidos. Uma questão intrigante por parte do atual PP é a constante mudança da sigla do partido. Estas modificações não representavam cisões, como foi o caso de PSDB e PFL, mas apenas a união de partidos com convicções políticas semelhantes entre si. A primeira mudança de nome ocorreu em 1993, quando PDS e PDC se unem para dar forma ao PPR. Em seguida, no ano de 1995, uma nova fusão é promovida, desta vez entre PPR e PP - o último já oriundo de outra junção, esta entre PTR e PST – da qual surge o PPB. Por fim, em 2003, o Partido Progressista Brasileiro decide retirar o B de sua sigla com o intuito de simbolizar sua constituição como força política não apenas restrita ao Brasil.

4.5.1. Eleições de 2000 (PPB)

Quando se trata da capacidade de concorrer em eleições, o PPB apresenta numa posição intermediária entre aqueles partidos com nível muito elevado de participação e aqueles em que as disputas se limitam a locais mais específicos. Contudo, já no ano de 2000, o PPB possuía uma capilaridade razoável, abrangendo um total de 3.965 municípios, com base na tabela 64, abaixo. De forma geral a capacidade de participação do PPB apresenta a seguinte ordem: S→ N→ SE →NE→CO.

Tabela 64: participações do PPB nas eleições de 2000, por estado

Estado	concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	449	90,3%	119	26,5%	193	43,0%	137	30,5%	1,3
SC	283	96,6%	31	11,0%	141	49,8%	111	39,2%	1,82
PR	312	78,2%	15	4,8%	63	20,2%	234	75,0%	3,33
SP	494	76,6%	38	7,7%	86	17,4%	370	74,9%	3,15
RJ	82	89,1%	6	7,3%	17	20,7%	59	72,0%	5,45
MG	455	53,3%	28	6,2%	104	22,9%	323	71,0%	3,07
ES	60	76,9%	3	5,0%	6	10,0%	51	85,0%	3,55
MS	37	48,1%	2	5,4%	2	5,4%	33	89,2%	4,35
MT	66	47,5%	5	7,6%	11	16,7%	50	75,8%	3,12
GO	196	80,0%	19	9,7%	62	31,6%	115	58,7%	2,51
BA	314	75,3%	21	6,7%	79	25,2%	214	68,2%	2,94
SE	50	66,7%	1	2,0%	5	10,0%	44	88,0%	3,52
AL	41	40,2%	1	2,4%	9	22,0%	31	75,6%	3,17
PB	104	46,6%	9	8,7%	25	24,0%	70	67,3%	2,5
PE	110	59,5%	7	6,4%	25	22,7%	78	70,9%	3,17
CE	107	58,2%	7	6,5%	20	18,7%	80	74,8%	2,61
PI	144	64,9%	10	6,9%	35	24,3%	99	68,8%	2,26
RN	145	86,8%	11	7,6%	48	33,1%	86	59,3%	1,98
MA	133	62,1%	2	1,5%	15	11,3%	116	87,2%	3,89
PA	113	79,0%	5	4,4%	22	19,5%	86	76,1%	3,35
TO	132	95,0%	12	9,1%	56	42,4%	64	48,5%	2,08
AM	49	79,0%	1	2,0%	8	16,3%	40	81,6%	4,47
AC	19	86,4%	2	10,5%	5	26,3%	12	63,2%	2,26
RR	15	100,0%	0	0,0%	4	26,7%	11	73,3%	5,2
RO	48	92,3%	1	2,1%	10	20,8%	37	77,1%	3,13
AP	7	43,8%	1	14,3%	2	28,6%	4	57,1%	2,14
TOTAL	3965	71,4%	357	9,0%	1053	26,6%	2555	64,4%	2,78

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A princípio é possível observar que o PPB se concentra em estados específicos, em vez de distribuir sua força política igualmente pelos estados. Locais como Roraima, Tocantins, Rondônia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul possuem participação do PPB em mais de 90% das eleições de seus municípios. No Rio Grande do Sul o partido é capaz de participar de eleições isoladamente em 26,5% das vezes em que participa no estado, sendo que apresenta candidatos a prefeito em 69,5% do total de participações no estado. Esta capacidade de indicar candidatos para prefeito também pode ser percebida em Santa Catarina, onde 60,8% das suas participações são com candidaturas a prefeituras.

O tamanho médio das coligações gira em torno de 2,78 partidos. Nos estados do Sul as coligações são menores, em média 2,15 partidos; enquanto em outros estados a média varia entre 3,3 no Norte até 3,89 na região Sudeste. A maior média de coligações ocorre no estado do Rio de Janeiro (5,45), onde apesar de conseguir participar de grande parcela das disputas, normalmente o faz através de apoio a outros candidatos 72% das vezes em que concorre no estado, indicando a percepção do estado como estratégico o suficiente para buscar participar da política local, porém ao mesmo tempo a região oferece dificuldades do ponto de vista de consolidação política.

Os principais aliados do PPB foram exatamente os partidos que constituíam a base do governo federal em 2000, dentre os quais destaca-se a quantidade expressiva de alianças com o PFL. Apesar de PMDB e PFL evitarem participar de coligações com PSDB nos locais com maior eleitorado, o PPB não se viu constrangido pelos baixos índices de aprovação do governo FHC no momento de cogitar se unir a membros do governo, ao menos em termos gerais.

Assim como PSDB e PFL, existe uma clara resistência a formar alianças com o PT, porém a perspectiva ideológica parece influir pouco, uma vez que entre os partidos

de médio porte PDT – partido ideologicamente de esquerda – concorre praticamente o mesmo número de vezes com o PPB que o PL. Essa ocorrência muito possivelmente está ligada ao elevado número de participações na região sul, onde o PDT também possui grande expressividade, tornando-o um aliado de peso na região.

Tabela 65: número de vezes em que o PPB se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido			
Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PPB	% sobre o total de participações do partido coligado
PFL	1618	40,8%	34,7%
PSDB	1272	32,1%	29,3%
PMDB	1272	32,1%	25,4%
PTB	1192	30,1%	34,0%
PDT	783	19,7%	27,4%
PL	740	18,7%	30,6%
PPS	627	15,8%	25,7%
PSD	431	10,9%	31,7%
PSB	426	10,7%	22,3%
PSC	332	8,4%	30,5%
PSL	265	6,7%	34,6%
PT	234	5,9%	8,6%
PST	228	5,8%	32,3%
PRP	227	5,7%	32,8%
PMN	181	4,6%	29,6%
PV	175	4,4%	23,6%
PSDC	157	4,0%	31,2%
PT do B	137	3,5%	31,9%
PC do B	134	3,4%	18,5%
PRTB	125	3,2%	29,2%
PTN	107	2,7%	34,0%
PHS	84	2,1%	23,0%
PRN	76	1,9%	33,5%
PAN	73	1,8%	29,9%
PGT	66	1,7%	31,9%
PRONA	43	1,1%	32,6%
PSN	5	0,1%	17,9%
PCB	4	0,1%	5,8%
PCO	1	0,0%	6,7%
PSTU	0	0,0%	0,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

De maneira geral, o PPB não se impõe grandes dificuldades a formar alianças com partidos de qualquer ideologia, independente da comparação entre partidos de ideologia diferentes e com um mesmo porte político. As exceções são PT e PC do B, demonstrando rejeição à coligação de esquerda mais tradicional. Isso fica mais claro ao se calcular o coeficiente de variação para cada partido entre os diferentes tamanhos de eleitorado.

Tabela 66: distribuição da composição das coligações do PPB nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PFL	19,3%	15,8%	13,1%	9,8%	7,5%	6,3%
PMDB	16,2%	13,1%	9,4%	6,7%	6,1%	5,1%
PSDB	14,5%	12,9%	10,8%	7,7%	4,6%	5,1%
PTB	12,7%	12,1%	10,1%	8,0%	6,5%	7,6%
PDT	8,9%	6,7%	6,9%	6,0%	4,5%	0,0%
PL	5,7%	7,0%	7,4%	6,3%	6,5%	2,5%
PPS	6,0%	6,2%	5,8%	5,0%	3,1%	2,5%
PSD	2,5%	3,4%	4,8%	4,7%	4,6%	10,1%
PSB	3,0%	3,6%	4,8%	4,1%	3,0%	1,3%
PSC	1,2%	2,9%	3,7%	5,1%	4,2%	5,1%
PSL	1,3%	2,5%	2,4%	3,7%	4,4%	6,3%
PST	1,1%	1,6%	2,2%	4,0%	4,1%	7,6%
PRP	1,4%	1,5%	2,1%	4,1%	3,3%	6,3%
PT	2,6%	2,8%	2,0%	0,9%	0,3%	0,0%
PC do B	0,4%	0,8%	1,9%	1,3%	1,9%	0,0%
outros direita	2,0%	4,4%	7,5%	14,1%	25,0%	26,6%
outros esquerda	1,1%	2,7%	5,0%	8,5%	10,2%	7,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Os maiores valores do CV na tabela acima pertencem a PT (76,28%) e PCdoB (68,40%), enquanto no extremo oposto identificam-se PTB e PL, respectivamente 24,39% e 27,31%. Em eleições nos municípios de maior porte existe a tendência em ignorar partidos de esquerda, diminuir a participação com grandes partidos de centro e de direita, ao mesmo tempo em que se intensificam as coligações com pequenos partidos de direita.

O resultado desta estratégia ao se apresentar para a disputa eleitoral é uma taxa de sucesso em torno de 50%, da qual se desvia positivamente especialmente em Tocantins (60,61%) e Rio Grande do Norte (61,38%), ao passo que no Amapá a taxa de sucesso chega a apenas 14,29%.

Tabela 67: vitórias do PPB nas eleições de 2000, por estado

Estado	Vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	Sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	Coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	248	55,23%	67	56,30%	107	55,44%	74	54,01%	3,1
SC	133	47,00%	16	51,61%	57	40,43%	60	54,05%	3,1
PR	154	49,36%	1	6,67%	28	44,44%	125	53,42%	4,6
SP	224	45,34%	4	10,53%	30	34,88%	190	51,35%	4,7
RJ	40	48,78%	1	16,67%	8	47,06%	31	52,54%	6,6
MG	210	46,15%	5	17,86%	44	42,31%	161	49,85%	3,7
ES	27	45,00%	1	33,33%	2	33,33%	24	47,06%	5,9
MS	15	40,54%	0	0,00%	1	50,00%	14	42,42%	5,5
MT	32	48,48%	0	0,00%	2	18,18%	30	60,00%	4,3
GO	102	52,04%	3	15,79%	34	54,84%	65	56,52%	4,4
BA	159	50,64%	5	23,81%	37	46,84%	117	54,67%	3,2
SE	24	48,00%	0	0,00%	2	40,00%	22	50,00%	4,1
AL	17	41,46%	0	0,00%	3	33,33%	14	45,16%	6,3
PB	48	46,15%	2	22,22%	12	48,00%	34	48,57%	3,1
PE	42	38,18%	0	0,00%	6	24,00%	36	46,15%	4,2
CE	52	48,60%	1	14,29%	9	45,00%	42	52,50%	4,8
PI	77	53,47%	2	20,00%	23	65,71%	52	52,53%	2,9
RN	89	61,38%	4	36,36%	33	68,75%	52	60,47%	2,9
MA	67	50,38%	0	0,00%	10	66,67%	57	49,14%	5,2
PA	47	41,59%	1	20,00%	10	45,45%	36	41,86%	4,6
TO	80	60,61%	7	58,33%	30	53,57%	43	67,19%	4,4
AM	14	28,57%	0	0,00%	1	12,50%	13	32,50%	7
AC	11	57,89%	2	- *	3	60,00%	6	50,00%	3,4
RR	8	53,33%	0	- *	1	25,00%	7	63,64%	7
RO	25	52,08%	1	100,00%	2	20,00%	22	59,46%	4,7
AP	1	14,29%	0	- *	0	0,00%	1	25,00%	5,4
TOTAL	1946	49,08%	123	34,45%	495	47,01%	1328	51,98%	4,1

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* partido não concorre isoladamente

Nas disputas isoladas Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins se destacam. Nestes estados a capacidade de calcular quando competir isoladamente foi precisa, além de certamente existir apelo popular nos locais em que disputou desta forma. Efetivamente a força eleitoral do PPB se concentra no Sul e no Nordeste, de forma que a taxa de conquista de prefeituras seguiu a ordem S→NE→SE→N→CO.

Em 2000 o PPB se destaca por sua efetividade em cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Tocantins e Acre. Diferente do ocorrido com os demais partidos observados, o apoio do governo estadual não é tão claramente percebido. Em Santa Catarina, além da força tradicional do partido, na ocasião o governador, Esperidião Amin, pertencia ao partido. No caso de Rio Grande do Norte e Tocantins o partido fez parte das coligações que em 1997 alçaram os então candidatos a governador ao governo do estado. A situação de Rio Grande do Sul e Acre possuem em comum o fato de os governadores eleitos pertencerem ao PT e em nenhum dos casos houve apoio do PPB. Nestes existe, portanto, uma base sólida de apoio ao partido.

Evidentemente o PPB se aproveita dos alicerces e dos apoios originais dentro do período militar. O Centro-Oeste apresenta consolidação social mais recente, e uma vez que o partido pode ter percebido que a sua capacidade de arregimentar apoio eleitoral seria reduzida nessa região, preferiu concentrar seus recursos organizacionais para manter os locais onde o apoio já havia se consolidado.

O PPB possui maior relevância política entre locais com eleitorado mediano, especialmente entre 50 e 100 mil eleitores. Ainda é possível observar que nos municípios acima de 100 mil eleitores a presença do partido é bastante reduzida.

Tabela 68: vitórias do PPB nas eleições de 2000, por eleitorado total

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	743	36,07%	54,35%
de 5001 a 10000	513	34,45%	50,39%

de 10001 a 50000	586	34,27%	44,63%
de 50001 a 100000	66	41,25%	47,83%
de 100001 a 500000	35	28,46%	30,43%
mais de 500000	3	21,43%	21,43%
TOTAL	1946	35,03%	49,08%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A taxa de sucesso, entretanto, é maior entre os locais com menos de 5 mil habitantes e declina constantemente com o aumento do eleitorado, exceto entre municípios que contenham entre 50 e 100 mil eleitores.

O valor total das coligações do PP com relação ao IVI é de 0,287. Sobre esta questão apenas no Rio Grande do Norte ocorre uma tendência evidentemente de centro (-0,017). No mais o partido se apresenta como um partido aliado a integrantes da direita brasileira, algo que fica evidente pelos valores encontrados para Bahia (0,679) e Amapá (0,667).

Tabela 69: IVI e IG das coligações do PPB para prefeito nas eleições de 2000, por estado

Estado	IVI	IG
RS	+0,197	+0,480
SC	+0,425	+0,480
PR	+0,234	+0,189
SP	+0,283	+0,125
RJ	+0,273	-0,258
MG	+0,252	+0,128
ES	+0,141	+0,027
MS	+0,093	-0,007
MT	+0,126	+0,121
GO	+0,312	+0,211
BA	+0,679	+0,215
SE	+0,148	+0,042
AL	+0,292	+0,082
PB	+0,150	+0,130
PE	+0,258	-0,036
CE	+0,133	+0,162
PI	+0,218	+0,408
RN	-0,017	+0,172
MA	+0,264	+0,006
PA	+0,245	+0,132

TO	+0,564	+0,409
AM	+0,205	-0,382
AC	+0,442	+0,846
RR	+0,551	-0,444
RO	+0,160	+0,129
AP	+0,667	-0,167
TOTAL	+0,287	+0,163

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Mesmo com o vasto número de coligações com PSDB e PFL a perspectiva pró-governo não foi tão forte quanto esperado, apesar de certamente ser em muito superior aos valores encontrados PMDB e o próprio PSDB. Com o IG total de 0,163 pode-se argumentar que o partido se organiza à procura de ligações com o governo federal, porém este comportamento é bastante variado, como se demonstra pelos extremos de Acre (0,846) e Roraima (-0,444).

Com o aumento do eleitorado, o PPB adquire contornos mais próximos da direita, a princípio com menor intensidade, mas nunca apresentando valores que possam indicar uma maior proximidade com o centro. A variação do IG segue o caminho oposto, apresentando valores inclusive mais próximos da oposição entre os maiores municípios.

Tabela 70: IVI e IG das coligações do PPB para prefeito nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado		
eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,252	+0,352
de 5001 a 10000	+0,285	+0,238
de 10001 a 50000	+0,270	+0,073
de 50001 a 100000	+0,340	-0,110
de 100001 a 500000	+0,431	-0,242
mais de 500000	+0,671	-0,136
TOTAL	+0,287	+0,163

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Com sentido a correlação observada para os valores da tabela 70 é relevante pelo r de Pearson de -0,663 e r^2 de 0,439; ocasionando a estranha situação de apresentar a

tendência à se aproximar de partidos oposicionistas em conjunto ao grupo de partidos de direita. Contudo, a ideologia ainda se posiciona como mais relevante para o comportamento do partido, o CV do IVI é de 38%. Certamente não se pode atribuir consistência à organização do PPB derivada do apoio político ao governo federal segundo o tamanho do eleitorado, dado o valor de 729% para o coeficiente de variação referente ao IG.

O apoio eleitoral recebido pelo PPB não apresenta padrões relevantes. Por meio da correlação entre IVI e IG percebe-se existir coerência na percepção do eleitor com relação à forma como estas perspectivas se unem. Coube ao r de Pearson o valor de -0,630 e r^2 de 0,397, dos quais percebe-se que as variações tendem a seguir sentidos opostos. Ainda cabe ressaltar que a forma como esta variação se dá não condiz com um tendência clara, como se observa pelas variações existentes na tabela 71. Possivelmente as relações entre ideologia e pragmatismo não importam para grande parcela do eleitor pepebista.

Tabela 71: IVI e IG das coligações do PPB para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação

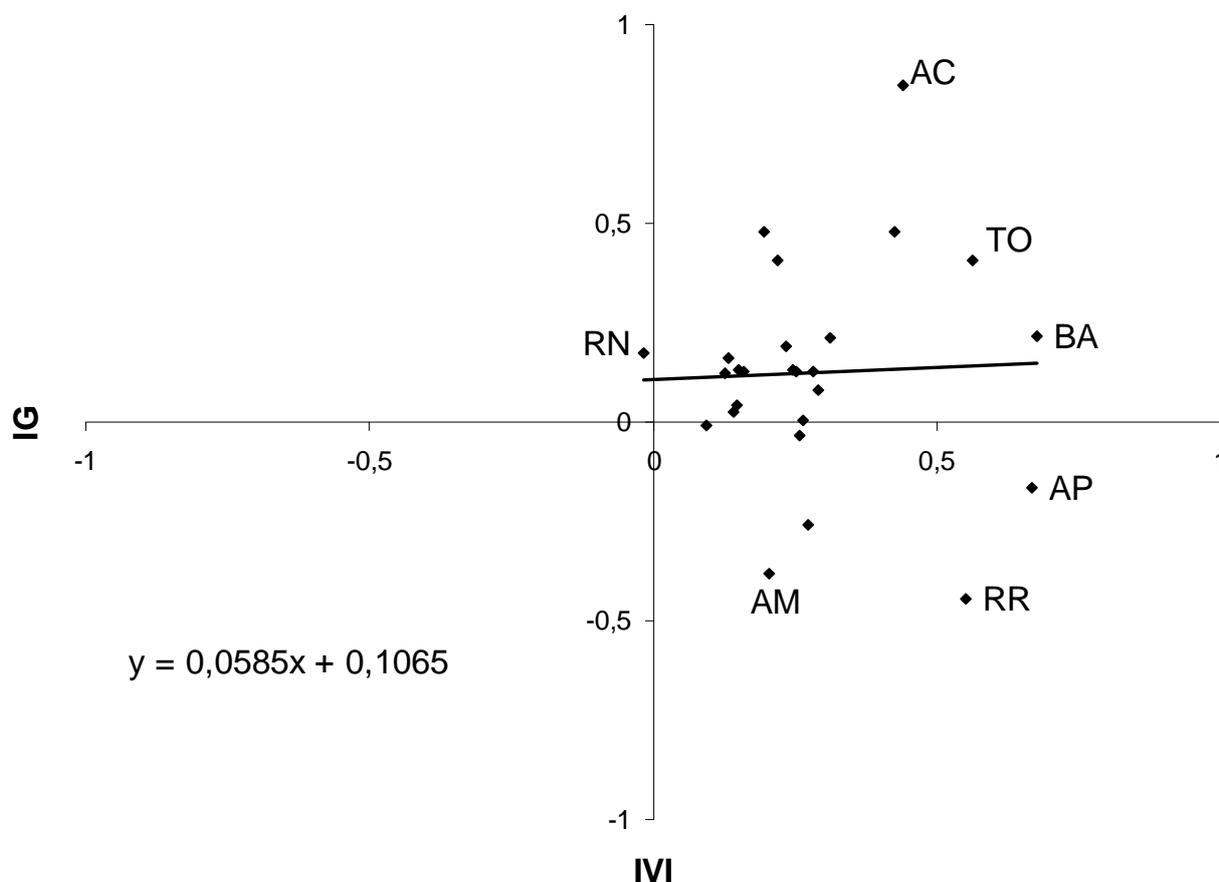
porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	+0,415	-0,079
de 10 a 19	+0,289	-0,008
de 20 a 29	+0,334	+0,009
de 30 a 39	+0,286	+0,087
de 40 a 49	+0,294	+0,215
de 50 a 59	+0,269	+0,204
de 60 a 69	+0,259	+0,150
de 70 a 79	+0,286	+0,197
de 80 a 89	+0,400	+0,167
mais de 89	+0,222	+0,347
TOTAL	+0,287	+0,163

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Mesmo assim a organização segundo o apoio ao governo federal possui maior influência sobre a intensidade da votação do PPB, tendo em conta que a variação do IVI é de apenas 18% e do IG de 93%.

A quase totalidade dos casos mais desviantes do padrão apresentado pelo PPB ocorre em estados pertencentes à região Norte, como se pode perceber pelo gráfico 7, abaixo. Como seria de se esperar do PPB, a maior parte dos dados referentes ao PPB se apresenta no primeiro quadrante, com grande dispersão, além de apresentar alguns casos no segundo quadrante. De fato a dispersão do comportamento do PPB só é comparável àquela apresentada pelo PFL. De fato, é interessante notar que o gráfico 7 possui várias semelhanças com o gráfico 3, referente às eleições de 2000 para o PFL. Na realidade o posicionamento nos estados de Roraima, Acre, Tocantins e Bahia é praticamente idêntico, o que sugere que nesses locais existe uma forte tendência à concordância estratégica eleitoral. Isso evidencia que apesar do racha que gerou o PFL, em vários locais ambos os partidos agem de forma praticamente idêntica, confirmando que a separação foi de cunho meramente pragmático-eleitoral. Desta constatação é possível deixar em aberto o questionamento sobre os efeitos para a representação política ao se observar a inexistência de diferenças relevantes entre as alternativas que ambos os partidos apresentam.

Gráfico 7: IVI x IG do PPB nas eleições para prefeito de 2000, por estado



Dada a variedade dos dados obtidos sobre o comportamento da formação das coligações do PPB, já no primeiro do momento de análise fica evidente que falta ao partido coesão interna. A correlação entre os índices é praticamente inexistente, o r de Pearson é de 0,038 e o r^2 0,001. Não se pode afirmar a existência de coerência com relação à forma pela qual se organizam as coligações do PPB ao se comparar os diversos comportamentos coligacionistas em cada estado.

A própria consistência também é bastante baixa, contudo a variável ideológica é mais concisa do que a questão governista – CV do IVI de 61% e do IG de 216%.

4.5.2. Eleições de 2004 (PP)

O caso do PP nas eleições de 2004 oferece uma série de questões para a análise política de seu comportamento eleitoral. Ao apresentar um posicionamento claramente identificado em grande medida como de direita ao mesmo tempo em que constitui-se como membro da base de apoio ao governo Lula – a princípio de orientação esquerdista – algumas questões podem surgir. Pertencer à base do governo não significa apenas “dar apoio aos interesses do país”, mas concordar com as políticas públicas do alto escalão do governo. Obviamente as definições quanto ao caminho do governo são consideravelmente distintas entre os projetos petista e do PP. O apoio do PP se encontra ligado em grande medida ao interesse e ocupar espaço dentro do poder político, em vez de apresentar uma proposta política consolidada na forma de uma imagem de partido para a sociedade.

As participações do PP crescem, enquanto os momentos em que concorre isoladamente diminuem. Entre 2000 e 2004 a queda deste tipo de participação foi da ordem de 90,91%. Apesar de uma queda significativa, é no Rio Grande do Sul o único local onde um número relevante de suas participações ocorre isoladamente, de tal forma que apenas neste estado e em Santa Catarina a apresentação de candidaturas a prefeito é maior do que 40% das participações nos estados – 46,8% em Santa Catarina e 63,2% no Rio Grande do Sul. Quanto à capacidade de participar nas diferentes regiões, esta praticamente se mantém, visto que a diferença entre Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste é de um ponto percentual entre cada um destes, apresentando um padrão de participação dado pelo esquema: S → N → CO/SE/NE.

Tabela 72: participações do PP nas eleições de 2004, por estado

Estado	concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	459	92,5%	79	17,2%	211	45,97%	169	36,82%	1,9
SC	282	96,2%	16	5,7%	116	41,13%	150	53,19%	2,4
PR	325	81,5%	6	1,8%	73	22,46%	246	75,69%	4,2
SP	493	76,4%	22	4,5%	67	13,59%	404	81,95%	4,5

RJ	83	90,2%	1	1,2%	23	27,71%	59	71,08%	6,3
MG	546	64,0%	22	4,0%	121	22,16%	403	73,81%	3,9
ES	61	78,2%	1	1,6%	12	19,67%	48	78,69%	5,4
MS	51	65,4%	1	2,0%	1	1,96%	49	96,08%	5,0
MT	122	86,5%	0	0,0%	30	24,59%	92	75,41%	4,2
GO	207	84,1%	5	2,4%	69	33,33%	133	64,25%	3,8
BA	354	84,9%	7	2,0%	114	32,20%	233	65,82%	3,9
SE	60	80,0%	0	0,0%	10	16,67%	50	83,33%	4,8
AL	71	69,6%	2	2,8%	17	23,94%	52	73,24%	4,9
PB	132	59,2%	4	3,0%	26	19,70%	102	77,27%	3,7
PE	126	68,5%	2	1,6%	19	15,08%	105	83,33%	4,8
CE	117	63,6%	3	2,6%	24	20,51%	90	76,92%	4,1
PI	154	69,1%	2	1,3%	34	22,08%	118	76,62%	3,4
RN	96	57,5%	1	1,0%	16	16,67%	79	82,29%	4,0
MA	177	81,6%	4	2,3%	43	24,29%	130	73,45%	5,1
PA	122	85,3%	5	4,1%	14	11,48%	103	84,43%	4,2
TO	119	85,6%	1	0,8%	20	16,81%	98	82,35%	4,2
AM	51	82,3%	0	0,0%	7	13,73%	44	86,27%	6,7
AC	16	72,7%	2	12,5%	2	12,50%	12	75,00%	3,3
RR	14	93,3%	0	0,0%	3	21,43%	11	78,57%	4,9
RO	45	86,5%	1	2,2%	4	8,89%	40	88,89%	4,6
AP	14	87,5%	0	0,0%	4	28,57%	10	71,43%	5,1
TOTAL	4297	77,3%	187	4,4%	1080	25,13%	3030	70,51%	3,9

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O tamanho das coligações aumentou, em média, um partido, persistindo as menores coligações na região Sul. Em média o PP compôs coligações com 2,8 partidos nesta região, enquanto nas demais regiões a média se encontra acima de quatro partidos.

Os principais parceiros em 2004 foram PFL, PTB, PSDB e PL, dos quais três pertencem à direita ao se considerar a ideologia, ao passo que dois pertencem à oposição e os outros dois à base do governo, de acordo com a medida governista. Contudo, ao mesmo tempo, o PP se coliga em um número razoável de vezes com PHS e PMN, partidos pequenos de esquerda, sem contar o aumento significativo das coligações com partidos de esquerda de maior porte. O aumento da disponibilidade de partidos de esquerda pode ter resultado neste aumento da participação, mas novamente a condição governista não é a maior explicação, uma vez que PDT se apresenta como o

partido de esquerda a se coligar maior número de vezes com o PP, mesmo sendo este parte da oposição ao governo federal em 2004.

Tabela 73: número de vezes com que o PP se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004, por partido			
Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PP	% sobre o total de participações do partido coligado
PFL	1817	39,4%	41,2%
PTB	1684	36,5%	39,5%
PSDB	1581	34,2%	34,6%
PL	1511	32,7%	38,4%
PMDB	1495	32,4%	29,4%
PDT	1157	25,1%	32,0%
PPS	1135	24,6%	33,6%
PSB	747	16,2%	28,1%
PT	703	15,2%	14,8%
PSC	658	14,3%	39,4%
PV	626	13,6%	34,0%
PSL	484	10,5%	37,6%
PRP	460	10,0%	38,6%
PMN	409	8,9%	33,1%
PSDC	377	8,2%	34,6%
PHS	361	7,8%	34,0%
PTC	360	7,8%	38,6%
PRTB	359	7,8%	38,6%
PTN	356	7,7%	40,1%
PT do B	319	6,9%	35,8%
PC do B	255	5,5%	18,7%
PAN	217	4,7%	33,3%
PRONA	164	3,6%	34,8%
PCB	26	0,6%	13,8%
PCO	2	0,0%	4,3%
PSTU	3	0,1%	2,8%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Ainda cabe ao PT a maior resistência na realização de alianças com o PP, descontando-se os três menores partidos de esquerda. O PSB também não realiza uma aproximação tão vigorosa quanto outros partidos de esquerda, visto que se coliga com o PP apenas 28,1% das vezes em que disputa eleições, enquanto os demais partidos de esquerda com maior porte, excluindo-se o PT, apresentam valores acima de 30%. Entre

os pequenos partidos de direita existe uma procura constante pelo PP como parceiro de coligação, em média o PP participa de 35,5% das vezes em que estes partidos concorrem.

O porte do município influencia a participação com outros partidos de maneiras bastante diferenciadas. Entre os maiores partidos PT e PMDB apresentam os maiores coeficientes de variação quando considerado tamanho do eleitorado, o valor encontrado para o PT foi de 69,15%, ao passo que para o PMDB se obteve CV de 48,61%, de forma que para ambos os partidos participam com maior frequência de coligações com o PP nos menores municípios, decaindo o número de participações a medida em que o eleitorado aumenta.

Tabela 74: distribuição da composição das coligações do PP nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PFL	13,3%	11,2%	8,7%	6,8%	6,3%	4,0%
PSDB	12,7%	11,1%	8,3%	6,0%	5,4%	6,6%
PMDB	12,2%	9,9%	8,0%	4,8%	4,2%	2,6%
PTB	11,0%	10,1%	7,5%	5,8%	5,1%	4,6%
PL	9,5%	8,5%	7,8%	5,8%	5,3%	2,6%
PDT	8,7%	7,7%	6,7%	5,8%	5,3%	2,6%
PPS	6,3%	6,2%	6,0%	4,3%	4,6%	4,6%
PT	8,8%	6,3%	4,5%	2,5%	1,6%	0,7%
PSB	4,0%	4,7%	4,7%	4,2%	4,0%	3,3%
PV	1,8%	2,9%	4,0%	5,0%	4,3%	4,0%
PMN	0,9%	1,8%	2,9%	4,4%	4,3%	3,3%
PHS	0,9%	1,3%	2,3%	3,8%	3,8%	6,6%
PC do B	0,8%	1,5%	2,7%	3,1%	2,6%	1,3%
outros direita	8,9%	16,7%	25,7%	36,9%	42,7%	51,7%
outros esquerda	0,2%	0,1%	0,3%	0,7%	0,4%	1,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Os aliados mais estáveis são o PPS e o PSB – respectivamente com CVs de 15,82% e 11,54% e média de participação de 5,3% e 4,1% - apesar de apresentarem um declínio nas participações conforme aumenta o tamanho do eleitorado.

Em média as disputas do PP são ganhas em 48,06% das vezes, destacando-se Mato Grosso (64,75%) e Amazonas (60,78%). Ao se considerar as diferentes formas de participação o primeiro destaque fica por conta das eleições em que o PP concorre isoladamente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, praticamente os únicos locais onde obtém vitórias desta forma (à exceção de Minas Gerais e São Paulo, porém estes com valores bastante inferiores). Essa situação acaba por refletir no número de prefeitos eleitos pelo partido, visto que ao concorrer para prefeito é no Sul onde se encontram os locais em que as taxas de sucesso são maiores, em média 48,7%.

Tabela 75: vitórias do PP nas eleições de 2004, por estado

Estado	vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	233	50,76%	22	27,85%	112	53,08%	99	58,58%	2,245
SC	145	51,42%	6	37,50%	64	55,17%	75	50,00%	2,69
PR	185	56,92%	0	0,00%	37	50,68%	148	60,16%	4,735
SP	229	46,45%	1	4,55%	27	40,30%	201	49,75%	5,092
RJ	38	45,78%	0	0,00%	9	39,13%	29	49,15%	6,842
MG	253	46,34%	4	18,18%	66	54,55%	183	45,41%	4,257
ES	25	40,98%	0	0,00%	4	33,33%	21	43,75%	6,24
MS	24	47,06%	0	0,00%	0	0,00%	24	48,98%	6,292
MT	79	64,75%	0	-*	23	76,67%	56	60,87%	4,443
GO	97	46,86%	0	0,00%	28	40,58%	69	51,88%	4,351
BA	155	43,79%	0	0,00%	56	49,12%	99	42,49%	4,277
SE	20	33,33%	0	-*	3	30,00%	17	34,00%	5
AL	33	46,48%	0	0,00%	5	29,41%	28	53,85%	5,727
PB	55	41,67%	0	0,00%	8	30,77%	47	46,08%	3,945
PE	60	47,62%	0	0,00%	5	26,32%	55	52,38%	4,9
CE	55	47,01%	0	0,00%	9	37,50%	46	51,11%	4,945
PI	68	44,16%	0	0,00%	15	44,12%	53	44,92%	3,353
RN	48	50,00%	0	0,00%	7	43,75%	41	51,90%	4,333
MA	82	46,33%	0	0,00%	16	37,21%	66	50,77%	6,646
PA	48	39,34%	0	0,00%	6	42,86%	42	40,78%	4,625
TO	62	52,10%	0	0,00%	10	50,00%	52	53,06%	4,548
AM	31	60,78%	0	-*	4	57,14%	27	61,36%	7
AC	8	50,00%	0	0,00%	1	50,00%	7	58,33%	3,125
RR	7	50,00%	0	-*	1	33,33%	6	54,55%	6,143
RO	19	42,22%	0	0,00%	0	0,00%	19	47,50%	5,263
AP	6	42,86%	0	-*	2	50,00%	4	40,00%	5,667

TOTAL	2065	48,06%	33	17,65%	518	47,96%	1514	49,97%	4,364
--------------	-------------	---------------	-----------	---------------	------------	---------------	-------------	---------------	--------------

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

*partido não concorreu isoladamente

Ao se contabilizar o total de vitórias, o ordenamento da efetividade do partido segue a seqüência S / CO → N → SE / NE. A situação na região Sul, contudo, é mais proveitosa para o partido, devido à sua alta taxa de sucesso ao concorrer com candidato à prefeito, enquanto nas demais regiões suas vitórias ocorrem com mais frequência apoiando candidatos de outros partidos, excetuando-se Mato Grosso.

Em 2004 se destacaram por sua efetividade Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso. Entre os estados do Sul, não existe relação entre o partidos e os governadores, evidenciando a força política do partido na região.

A acentuada relevância política do PP se mantém localidades entre porte pequeno e médio, em especial na categoria que varia de 50 a 100 mil eleitores. Ainda cabe notar o aumento significativo quanto à sua participação vitoriosa na segunda maior categoria de municípios, crescendo para aproximadamente 40% de ganhos nestes locais.

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	722	37,33%	52,74%
de 5001 a 10000	502	34,43%	46,83%
de 10001 a 50000	704	38,51%	45,92%
de 50001 a 100000	83	43,68%	46,11%
de 100001 a 500000	50	37,31%	40,00%
mais de 500000	4	22,22%	22,22%
TOTAL	2065	37,13%	48,06%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Entrementes, ao se constatar a taxa de sucesso do partido fica clara a capacidade do partido calcular suas possibilidades de vitória e concorrer em situações mais vantajosas. Mesmo apresentando decréscimo quanto a esta capacidade de estimar

chances de vitória à medida que o eleitorado se adensa, apresenta altos valores exceto ao disputar nos maiores municípios.

Comparado ao ano de 2000, tanto IVI quanto IG se modificam, o primeiro na direção negativa (0,153) e o segundo positivamente (0,254). A tendência, no Brasil como um todo, foi a de apresentar coligações compostas por um maior número de partidos de esquerda bem como partidos pertencentes à base do governo federal.

As coligações do PP alcançam praticamente toda a variação do IVI, de forma que o mínimo ocorre no Piauí (-0,440), valor próximo ao de Rio Grande do Sul (-0,340) e Rio Grande do Norte (-0,360); enquanto os maiores valores acontecem em Tocantins (0,518), Bahia (0,447) e Roraima (0,397).

Tabela 77: IVI e IG das coligações do PP nas eleições de 2004, por estado

Estado	IVI	IG
RS	-0,034	+0,209
SC	+0,216	-0,205
PR	+0,092	+0,196
SP	+0,145	+0,312
RJ	+0,196	+0,370
MG	+0,177	+0,254
ES	+0,097	+0,358
MS	-0,008	+0,301
MT	+0,006	+0,371
GO	+0,164	+0,187
BA	+0,447	+0,262
SE	+0,158	+0,090
AL	+0,097	+0,297
PB	+0,048	+0,444
PE	+0,132	+0,308
CE	+0,031	+0,360
PI	-0,044	+0,286
RN	-0,036	+0,404
MA	+0,142	+0,296
PA	+0,187	+0,257
TO	+0,518	+0,205
AM	+0,179	+0,324
AC	+0,038	+0,286
RR	+0,397	+0,179

RO	+0,078	+0,353
AP	+0,111	+0,224
TOTAL	+0,153	+0,254

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Com relação ao comportamento pró-governo apenas Santa Catarina se distancia de partidos que formem a base do governo federal, com IG de -0,205; devido à aliança PPB/PFL para concorrer contra o PMDB no estado.

Ao tomar os índices abordados pelo tamanho do eleitorado – tabela 60, abaixo – conclui-se que a perspectiva ideológica se aproxima de um maior grau de coerência com a proposta nacional do partido na medida em que o tamanho do eleitorado aumenta. De outra forma o IG apresenta um aumento na coerência das diretrizes nacionais até atingir os municípios de médio porte, para então declinar com o aumento do eleitorado.

Tabela 78: IVI e IG das coligações do PP para prefeito nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado

eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,102	+0,221
de 5001 a 10000	+0,140	+0,238
de 10001 a 50000	+0,157	+0,292
de 50001 a 100000	+0,215	+0,254
de 100001 a 500000	+0,286	+0,234
mais de 500000	+0,351	+0,125
TOTAL	+0,153	+0,254

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Observa-se coerência relevante de acordo com o cálculo de correlação (-0,656), o qual explica 40% dos dados, com base no r^2 . A variação das participações do PP, de acordo com o tamanho do eleitorado, condiz àquilo esperado do partido. Ainda se combina ao quadro acima observado a alta consistência do partido, a partir dos baixos valores do CV de ambos os índices, apesar de apresentar maior estabilidade quanto à medida governista; como se constata pelos valores de 41% para o IVI e 22% do IG.

Ao que cabe aos sucessos eleitorais do PP, quanto mais a constituição de suas coligações se dirige ao centro ideológico melhores são seus resultados, enquanto o

posicionamento pró-governo sofre pequenas mudanças; independente da intensidade do ganho eleitoral.

Tabela 79: IVI e IG das coligações do PP para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação

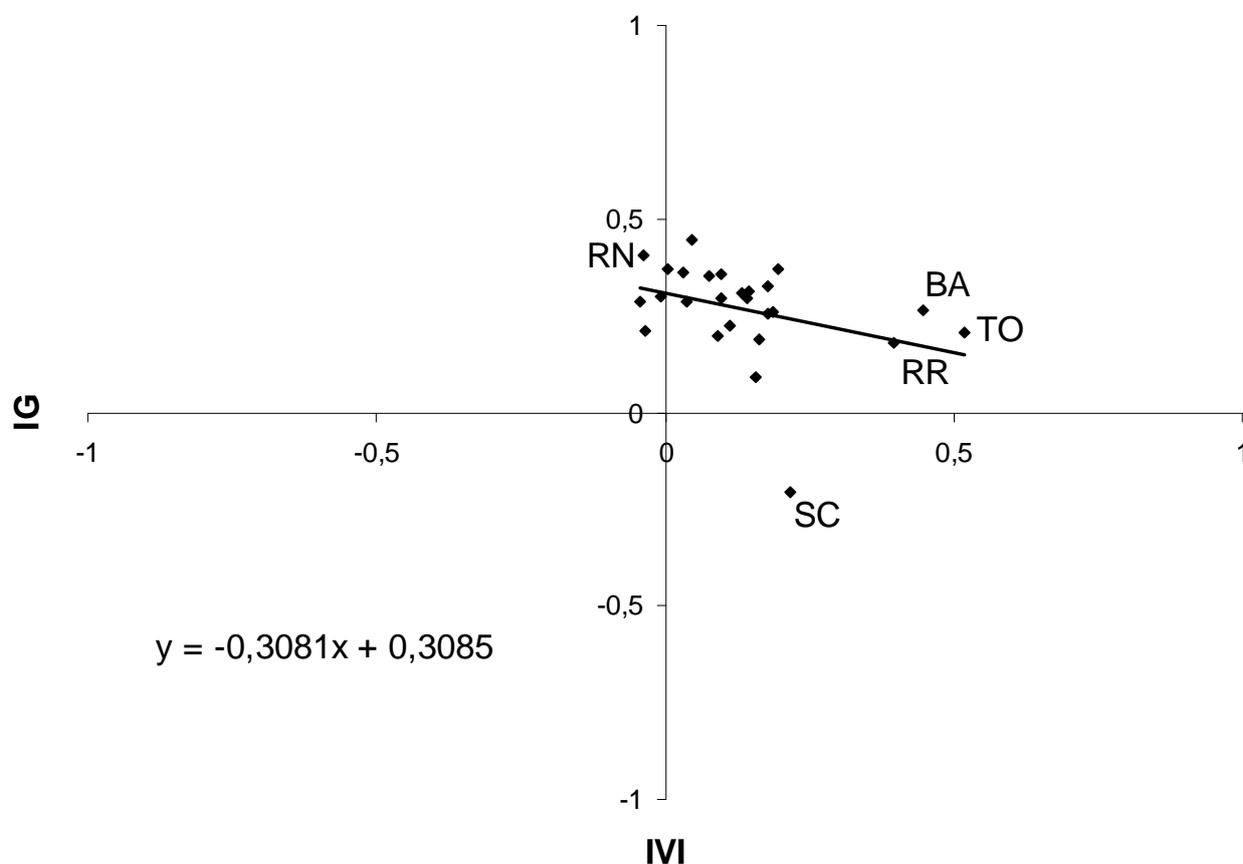
porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	+0,189	+0,341
de 10 a 19	+0,175	+0,280
de 20 a 29	+0,226	+0,256
de 30 a 39	+0,178	+0,255
de 40 a 49	+0,151	+0,249
de 50 a 59	+0,134	+0,252
de 60 a 69	+0,141	+0,256
de 70 a 79	+0,166	+0,238
de 80 a 89	+0,084	+0,307
mais de 89	+0,012	+0,240
TOTAL	+0,153	+0,254

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Em 2004 a interação entre os índices é baixa, com base nos valores de 0,176; referente à correlação; e 0,031; condizente ao r^2 . Aumento na porcentagem de votação do PP são guiados por coligações realizadas, em maior parte, por membros da esquerda e da base do governo federal. O maior efeito sobre a reação do eleitorado ocorreu em relação a mudanças no posicionamento ideológico; apresentando valores do CV de 39% no caso do IVI e 11% para o IG, contudo ambos demonstram haver pouca modificação a partir destas perspectivas.

Pelo que se pode observar da disposição espacial referente ao comportamento do PP entre os estados brasileiros, segundo o gráfico 8, ocorre maior concentração no primeiro quadrante, com alguns casos no quarto e a exceção de Santa Catarina no segundo quadrante.

Gráfico 8: IVI x IG do PP nas eleições para prefeito de 2004, por estado



A correlação entre os posicionamentos estaduais é apenas moderada, pois apresenta r de Pearson de -0,347 e r^2 de 0,120. Evidentemente muito pouco pode ser dito sobre a coerência do partido.

Também não é possível afirmar existir uma consistência própria ao partido, uma medida nacional que oriente as coligações estaduais. Ambos os índices apresentam variações consideráveis, apesar de ser o IVI corresponder a uma maior diversidade de posições. O coeficiente de variação confere uma dispersão de dados de 101% ao IVI e 45% para o IG.

Mesmo com esta enorme variação ideológica, a composição das coligações do PP ainda indica uma tendência a ocupar uma posição de centro ideologicamente. De

acordo com a comparação entre os gráficos 7 e 8, ocorre uma inversão quanto qual índice representa melhor a unidade do PP. De qualquer forma em nenhum dos anos pode se observar qualquer tendência que aponte para a consistência ideológica e pragmática bem como inexistente percepção de coerência frente às modificações de ambiente em que o PP disputa.

Contudo, novamente se percebe uma conjunção entre PP e PFL ao se comparar os gráficos referentes à 2004. Inclusive, ao calcular a correlação entre os valores do IVI de cada partido, com distribuição por estado, o valor do r de Pearson atinge 0,948 e r^2 de 0,899. A distribuição ideológica de ambos os partidos é muito semelhante, o que possibilita afirmar existir uma relação de simbiose entre eles, cada qual atua com candidatos a prefeito em áreas onde o outro não é capaz de se viabilizar. O PP se distribui com maior facilidade pelo Sul do país e o PFL entre os estados da região Nordeste.

4.6. PDT

Para se entender o PDT é preciso ter em mente que sua origem, consolidação e manutenção se devem em muito à figura de Leonel Brizola. No período anterior ao governo militar Brizola fora um proeminente personagem da história política brasileira, principalmente com relação à mobilização da classe trabalhadora. Genro de João Goulart, presidente deposto pelo golpe militar de 1964, Brizola fez parte do então PTB, partido organizado por Getúlio Vargas com o intuito de organizar os trabalhadores e

canalizar sua força políticas para benefício do sistema político da época, evitando que a ação dos mesmo pudesse prejudicar a organização social da época.

Durante o período militar a maioria dos membros do PTB se organizou sob a bandeira do então MDB, contudo, Brizola, banido do Brasil, só pôde retornar com a anistia de 1979.

Com a abertura política e a necessidade de se criar novos partidos políticos surge uma disputa em torno da sigla do antigo PTB. Esta disputa ocorre entre Leonel Brizola e Ivete Vargas, esta filha do ex-presidente Getúlio Vargas, fundador da antiga sigla. Em disputa judicial o direito à utilização da sigla é dado à sobrinha-neta de Vargas. Cabe a Brizola, então, organizar seu próprio partido político, a princípio com bases mais fortes no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, estados onde possui sólido apoio de parcela expressiva da população. Brizola então funda o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1980.

Durante o primeiro período democrático o PDT se consolidou como maior partido de esquerda, apesar de ser reconhecido desde seu princípio por não apresentar grandes restrições ideológicas no momento de realizar alianças políticas. A partir das eleições de 1989 passa a disputar esta posição com o PT, devido ao sucesso de Lula em alcançar o segundo turno da disputa eleitoral, o que permitiu o crescimento do Partido dos Trabalhadores. Sua orientação ideológica é tida como pertencente à esquerda política. Tanto em 2000 quanto em 2004 fez parte da oposição ao governo federal no congresso, tanto FHC quanto Lula.

4.6.1. Eleições de 2000

O PDT abrange 51,6% das eleições para prefeito no Brasil. Com sua capilaridade diminuta, se comparada aos maiores partidos, não é de se estranhar que o

PDT precise pesar quais os melhores locais a concorrer. Isto se nota pela concentração de participações nas regiões Sul e Sudeste, contudo, esta ainda se vê restrita a estados específicos, no caso Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, cada qual apresentando, respectivamente, participação em 98,9% e 83,3% do total de municípios destes estados, segundo a tabela 80, a seguir. Outros estados, com menor peso político e populacional também se destacam: Mato Grosso do Sul (94,8%), Roraima (80,0%), Rondônia (82,7%) e Amapá (100%).

A participação do partido por região segue a seqüência SE / S → CO → N → NE. O apelo original do partido em busca de uma base eleitoral composta em grande medida por trabalhadores ajuda a explicar a presença mais acentuada nas regiões Sul e Sudeste, apesar de que a imagem de sua principal figura política, Leonel Brizola, possuir um apelo grande em ambos os estados em que o partido mais participa certamente contribui para este fenômeno. A dificuldade para se incluir nas disputas do nordeste provavelmente advém de já existirem fortes lideranças políticas na região, anteriores à possibilidade do PDT expandir sua base eleitoral para o restante do país.

Tabela 80: participações do PDT nas eleições de 2000, por estado

Estado	concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	414	83,3%	64	15,5%	152	36,7%	198	47,8%	1,5
SC	159	54,3%	12	7,5%	26	16,4%	121	76,1%	2,2
PR	251	62,9%	14	5,6%	50	19,9%	187	74,5%	3,4
SP	396	61,4%	29	7,3%	60	15,2%	307	77,5%	3,7
RJ	91	98,9%	8	8,8%	66	72,5%	17	18,7%	4,9
MG	367	43,0%	25	6,8%	67	18,3%	275	74,9%	3,2
ES	54	69,2%	1	1,9%	18	33,3%	35	64,8%	3,8
MS	73	94,8%	2	2,7%	32	43,8%	39	53,4%	3,1
MT	62	44,6%	4	6,5%	5	8,1%	53	85,5%	2,8
GO	61	24,9%	4	6,6%	8	13,1%	49	80,3%	3,8
BA	93	22,3%	6	6,5%	15	16,1%	72	77,4%	3,7
SE	30	40,0%	3	10,0%	6	20,0%	21	70,0%	3,7
AL	59	57,8%	4	6,8%	18	30,5%	37	62,7%	3,4
PB	98	43,9%	10	10,2%	28	28,6%	60	61,2%	2,8
PE	110	59,5%	6	5,5%	19	17,3%	85	77,3%	3,5

CE	52	28,3%	3	5,8%	5	9,6%	44	84,6%	3,0
PI	83	37,4%	8	9,6%	15	18,1%	60	72,3%	2,6
RN	54	32,3%	4	7,4%	9	16,7%	41	75,9%	2,5
MA	115	53,7%	5	4,3%	26	22,6%	84	73,0%	4,0
PA	90	62,9%	6	6,7%	28	31,1%	56	62,2%	3,5
TO	28	20,1%	1	3,6%	3	10,7%	24	85,7%	2,9
AM	40	64,5%	2	5,0%	8	20,0%	30	75,0%	4,7
AC	7	31,8%	0	0,0%	2	28,6%	5	71,4%	4,3
RR	12	80,0%	0	0,0%	0	0,0%	12	100,0%	5,6
RO	43	82,7%	0	0,0%	13	30,2%	30	69,8%	3,0
AP	16	100,0%	1	6,3%	3	18,8%	12	75,0%	2,2
TOTAL	2858	51,4%	222	7,8%	682	23,9%	1954	68,4%	3,1

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Com relação à sua capacidade de apresentar seus membros como candidatos a prefeito, por meio de coligações ou participando isoladamente, esta pode ser observada com maior firmeza no Rio de Janeiro (81,3%), seguido por Rio Grande do Sul (52,2%) e Mato Grosso do Sul (46,6%). Porém, só é capaz de concorrer sozinho com maior facilidade no Rio Grande do Sul, onde disputa eleições sem coligação em 15,5% das vezes em que concorre no estado.

O tamanho médio das coligações do PDT gira em torno de 3,1 partidos, compondo coligações significativamente menores apenas na região Sul, principalmente por causa da média de 1,5 partidos ocorrida no Rio Grande do Sul, a menor média do partido no país como um todo. Porém, o outro estado a também apresentar destaque para o PDT – Rio de Janeiro -, possui uma média de coligações com outros 4,9 partidos, o maior valor apresentado pelo partido. Como se perceberá com as eleições de 2004, a força do PDT no Rio de Janeiro se constitui em maior medida a partir de suas lideranças carismáticas, visto que a migração do casal Garotinho prejudica a posição do partido no estado. Deve-se a isso o grande número de partidos com que se coliga, de fato sua importância política necessita do apoio de uma maior variedade de partidos para garantir sua posição política no estado.

Entre os partidos com maior capilaridade a diferença de participação é pequena, o maior número de participações com o PMDB apenas reflete a maior capilaridade deste partido se comparado aos demais, observando-se a tabela 81.

Tabela 81: número de vezes em que o PDT se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido			
Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PDT	% sobre o total de participações do partido coligado
PMDB	993	34,7%	22,8%
PFL	795	27,8%	18,8%
PSDB	793	27,7%	20,0%
PPB	783	27,4%	21,7%
PTB	736	25,8%	22,3%
PT	659	23,1%	33,6%
PPS	604	21,1%	26,4%
PSB	548	19,2%	30,5%
PL	496	17,4%	21,7%
PSD	291	10,2%	22,4%
PC do B	245	8,6%	34,5%
PSC	239	8,4%	23,2%
PV	223	7,8%	33,0%
PST	195	6,8%	28,8%
PSL	182	6,4%	24,4%
PRP	174	6,1%	26,2%
PMN	174	6,1%	29,8%
PRTB	111	3,9%	28,0%
PT do B	106	3,7%	25,8%
PHS	103	3,6%	30,7%
PSDC	101	3,5%	21,1%
PTN	87	3,0%	29,0%
PGT	62	2,2%	31,8%
PAN	59	2,1%	26,5%
PRN	44	1,5%	21,4%
PRONA	35	1,2%	29,2%
PCB	23	0,8%	35,4%
PSN	7	0,2%	25,0%
PSTU	5	0,2%	13,9%
PCO	0	0,0%	0,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Entre os partidos de porte médio o destaque fica por conta de PT e PSB, uma vez que as coligações com PDT perfazem, respectivamente, 33,6% e 30,5% das coligações

dos mesmos. Apenas o PL, partido de direita, apresenta valores sensivelmente menores se comparados aos demais partidos de porte semelhante. Entre os menores partidos o PDT apresenta uma maior simpatia por parte de partidos de esquerda, especialmente PCB. Estes pequenos partidos de esquerda buscam compor suas coligações com o PDT, proporcionalmente às suas participações mais vezes do que os pequenos partidos de direita, em média.

As coligações com os maiores partidos, tanto de direita quanto de centro, varai fortemente de acordo com o tamanho dos municípios, de tal sorte que inexistem coligações com PPB nos grandes centros urbanos. Neste conjunto de partidos apenas PTB apresenta um coeficiente de variação mais baixo, com CV de 30,31%.

Tabela 82: distribuição da composição das coligações do PDT nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PMDB	17,0%	14,0%	9,3%	6,6%	4,7%	2,1%
PFL	13,1%	10,8%	7,6%	6,4%	3,8%	2,1%
PSDB	10,7%	10,8%	8,9%	5,1%	3,8%	2,1%
PPB	13,8%	9,5%	7,4%	6,4%	4,7%	0,0%
PTB	9,8%	9,6%	8,4%	5,2%	4,0%	6,4%
PPS	5,9%	7,3%	7,5%	6,3%	5,0%	2,1%
PT	8,3%	9,0%	7,2%	5,2%	4,5%	4,3%
PSB	4,0%	5,1%	7,8%	6,0%	5,7%	8,5%
PL	5,5%	4,8%	6,1%	6,1%	4,4%	6,4%
PC do B	0,5%	1,2%	3,5%	4,6%	6,3%	6,4%
PV	0,8%	1,8%	2,6%	5,2%	5,4%	8,5%
PMN	0,8%	1,3%	2,3%	2,5%	4,0%	10,6%
PAN	0,2%	0,2%	0,5%	1,4%	3,3%	6,4%
outros direita	9,6%	14,2%	19,4%	30,5%	33,4%	29,8%
outros esquerda	0,2%	0,5%	1,5%	2,6%	7,1%	4,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Entre os partidos médios de esquerda o PSB é o único a aumentar o seu número de participações conforme o eleitorado aumenta, além de apresentar CV ligeiramente menor do que os demais partidos mediados, à exceção do direitista PL, com CV de

13,19%, partido que apresenta menor média de participação entre aqueles de porte mediano. Dentre os partidos de menor porte que se apresentam em conjunto com PDT o maior destaque fica por conta do PMN, o qual também é o maior parceiro do PDT em disputas com mais de 500 mil eleitores, participando em 10,6% das vezes em que o PDT concorre em locais desta magnitude.

A partir do total de vezes em que concorreu, PDT ganhou 42,23% destas. Proporcionalmente ao número de suas participações nos estados o PDT alcançou melhores taxas de sucesso na Paraíba (58,16%) e em Roraima (58,33%), além de alcançar um valor expressivo no Rio de Janeiro, ainda mais devido à sua alta capacidade de participação no estado.

Tabela 83: vitórias do PDT nas eleições de 2000, por estado

Estado	Vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	Sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	Coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	182	43,96%	19	29,69%	59	38,82%	104	52,53%	1,7
SC	63	39,62%	0	0,00%	12	46,15%	51	42,15%	2,5
PR	115	45,82%	1	7,14%	18	36,00%	96	51,34%	4,3
SP	160	40,40%	1	3,45%	20	33,33%	139	45,28%	4,5
RJ	46	50,55%	1	12,50%	33	50,00%	12	70,59%	5,7
MG	170	46,32%	6	24,00%	32	47,76%	132	48,00%	3,6
ES	19	35,19%	0	0,00%	5	27,78%	14	40,00%	5,4
MS	27	36,99%	0	0,00%	9	28,13%	18	46,15%	4,0
MT	23	37,10%	0	0,00%	4	80,00%	19	35,85%	3,7
GO	24	39,34%	0	0,00%	1	12,50%	23	46,94%	4,8
BA	29	31,18%	0	0,00%	2	13,33%	27	37,50%	4,5
SE	11	36,67%	0	0,00%	1	16,67%	10	47,62%	4,7
AL	21	35,59%	0	0,00%	8	44,44%	13	35,14%	3,3
PB	57	58,16%	2	20,00%	18	64,29%	37	61,67%	3,2
PE	46	41,82%	0	0,00%	3	15,79%	43	50,59%	4,3
CE	24	46,15%	0	0,00%	0	0,00%	24	54,55%	3,9
PI	27	32,53%	0	0,00%	1	6,67%	26	43,33%	3,3
RN	20	37,04%	0	0,00%	4	44,44%	16	39,02%	2,5
MA	53	46,09%	1	20,00%	6	23,08%	46	54,76%	4,8
PA	40	44,44%	0	0,00%	12	42,86%	28	50,00%	4,1
TO	9	32,14%	0	0,00%	0	0,00%	9	37,50%	3,4
AM	8	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	8	26,67%	5,9
AC	1	14,29%	0	- *	0	0,00%	1	20,00%	7,0

RR	7	58,33%	0	- *	0	- **	7	58,33%	5,1
RO	19	44,19%	0	- *	6	46,15%	13	43,33%	3,8
AP	6	37,50%	1	100,00%	2	66,67%	3	25,00%	1,8
TOTAL	1207	42,23%	32	14,41%	256	37,54%	919	47,03%	3,7

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* partido não concorreu isoladamente

** partido não concorreu como cabeça-de-chapa

Quanto à sua taxa de sucesso ao eleger prefeitos estas são maiores, entre os estados em que apresentou uma participação expressiva, no Rio de Janeiro, onde possui uma taxa de sucesso de 45,9% ao concorrer a prefeito. Mesmo que sua taxa de sucesso não esteja muito acima do restante do país no Rio Grande do Sul, lá o PDT alcança seus melhores resultados concorrendo isoladamente, 29,69% de seu total de participações no estado.

Couberam aos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Amapá os melhores resultados quanto à efetividade do partido. No Amapá a organização local não conseguiu alçar seu candidato ao governo do estado, porém sua força política era latente, já que o mesmo se elegeu na eleição seguinte.

No Rio de Janeiro a posição do PDT foi conturbada pelo desentendimento entre Leonel Brizola e Anthony Garotinho, este último então governador do estado pelo PDT, com relação à organização do partido precisamente quanto à disputa eleitoral de 2000. Apesar de Garotinho haver abandonado o PDT, passando ao PSB, ainda foi possível ao PDT alcançar contundente sucesso no estado. Fatores como o amplo apoio popular, devido à figura de Brizola, e os benefícios organizacionais ainda existentes no momento da eleição decorrentes da mobilização política anterior à saída de Garotinho do partido, possibilitaram este cenário.

Proporcionalmente ao tamanho dos municípios o PDT consegue melhores resultados em municípios de tamanho mediano, entre 50 e 100 mil eleitores, onde ganha em 33% do total de municípios dentro desta categoria.

Tabela 84: vitórias do PDT nas eleições de 2000, por eleitorado total

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	375	18,20%	45,45%
de 5001 a 10000	283	19,01%	40,84%
de 10001 a 50000	463	27,08%	42,95%
de 50001 a 100000	53	33,13%	39,55%
de 100001 a 500000	33	26,83%	28,95%
mais de 500000	0	0,00%	0,00%
TOTAL	1207	21,72%	42,23%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Porém, sua taxa de sucesso cai em razão do aumento do porte do eleitorado, como demonstra a tabela 84, chegando a não obter nenhuma vitórias nos locais com maior eleitorado.

Os índices sobre o comportamento das coligações do PDT contradizem a posição estipulada previamente sobre o possível comportamento do partido, dadas as suas diretrizes nacionais. Em suas coligações participam em maior quantidade partidos de direita e integrantes da base do governo federal em 2000. Ideologicamente as coligações do PDT se concentraram entre o centro e a direita, apresentando IVI total de 0,215. Com relação ao IG este apresentou parâmetro próximo à neutralidade, com leve inclinação para conjunção com apoiadores do governo federal, dado seu IG total de 0,093.

Tabela 85: IVI e IG das coligações do PDT nas eleições de 2000, por estado

Estado	IVI	IG
RS	+0,093	+0,304
SC	+0,210	+0,452
PR	+0,333	+0,242
SP	+0,231	+0,053
RJ	+0,136	-0,404
MG	+0,290	+0,184
ES	+0,215	+0,093
MS	+0,135	-0,099
MT	-0,040	+0,108
GO	+0,355	+0,022
BA	-0,038	-0,200

SE	+0,333	-0,067
AL	+0,282	-0,045
PB	+0,364	+0,317
PE	-0,010	-0,241
CE	+0,063	+0,081
PI	+0,156	+0,301
RN	+0,059	+0,119
MA	+0,311	+0,061
PA	+0,204	+0,128
TO	+0,288	+0,167
AM	+0,258	-0,206
AC	-0,500	-0,500
RR	+0,821	-0,180
RO	+0,242	+0,113
AP	+0,571	+0,448
TOTAL	+0,215	+0,093

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O IVI se caracterizou pela maior proximidade com partidos de esquerda no Acre (-0,500), ficando Roraima no extremo oposto com 0,821. Do ponto de vista do IG, os maiores valores mais voltados a coligações com membros da oposição se encontram no Acre (-0,500) e no Rio de Janeiro (-0,404).

Ao contemplar as variações do IVI pelas modificações no tamanho do eleitorado é possível observar uma tendência a existirem coligações mais à direita conforme diminui o porte do município, enquanto o posicionamento próximo ao centro se consolida à medida em que cresce o eleitorado. Não é de se desprezar que estas medidas não são lineares, existindo variações de avanço e retrocesso do IVI nas classes existentes entre mais de 5 mil e menos de 500 mil eleitores. Outro dado interessante é a inexistência em qualquer uma das classes de posicionamento das coligações com maior vantagem para os partidos de esquerda.

eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,315	+0,396
de 5001 a 10000	+0,229	+0,228
de 10001 a 50000	+0,170	-0,002

de 50001 a 100000	+0,237	-0,208
de 100001 a 500000	+0,156	-0,401
mais de 500000	+0,064	-0,600
TOTAL	+0,215	+0,093

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Por outro lado o IG, ainda segundo a tabela 86, possui uma progressão com menores oscilações, porém com ampla variação. Quanto maior o eleitorado, mais as coligações do PDT se aproximavam do posicionamento oposicionista. O altos valores apresentados nas disputas de maior porte podem estar relacionados a necessidade de se afastar da imagem do governo FHC, fato observado em outros partidos, do que necessariamente à convicções de embate com relação à política defendida pelo então governo, isto tendo em vista a tradição pedetista em realizar coligações sem grandes restrições ideológicas, com maior orientação a ganhos eleitorais. Contudo, não se deve desprezar a existência de maior sofisticação em eleitorados mais densos, a qual conduziria o comportamento do partido a incrementar sua coerência governista.

Quanto à capacidade deste quadro auxiliar na compreensão do comportamento do PDT, existe forte relação de variação entre os dos índices na tabela 86, pois o r de Pearson atinge 0,870 e o r^2 indica que 59% dos dados do IVI explicam o comportamento apresentado no IG. Porém, o CV do IG foi muito superior à variação percebida no IVI, -353,35% para o primeiro e 39,99% ao segundo.

A reação do eleitorado às coligações formadas pelo PDT revela que quanto mais o partido se aproxima de posições políticas colocadas à direita melhores são seus resultados, apesar de ocorrer pequena variação quanto a este atributo de suas coligações.

Tabela 87: IVI e IG das coligações do PDT para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação

porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	+0,129	-0,509
de 10 a 19	+0,174	-0,202
de 20 a 29	+0,285	-0,053
de 30 a 39	+0,238	+0,045

de 40 a 49	+0,267	+0,139
de 50 a 59	+0,259	+0,200
de 60 a 69	+0,265	+0,137
de 70 a 79	+0,226	+0,098
de 80 a 89	+0,295	+0,212
mais de 89	+0,260	+0,400
TOTAL	+0,251	+0,093

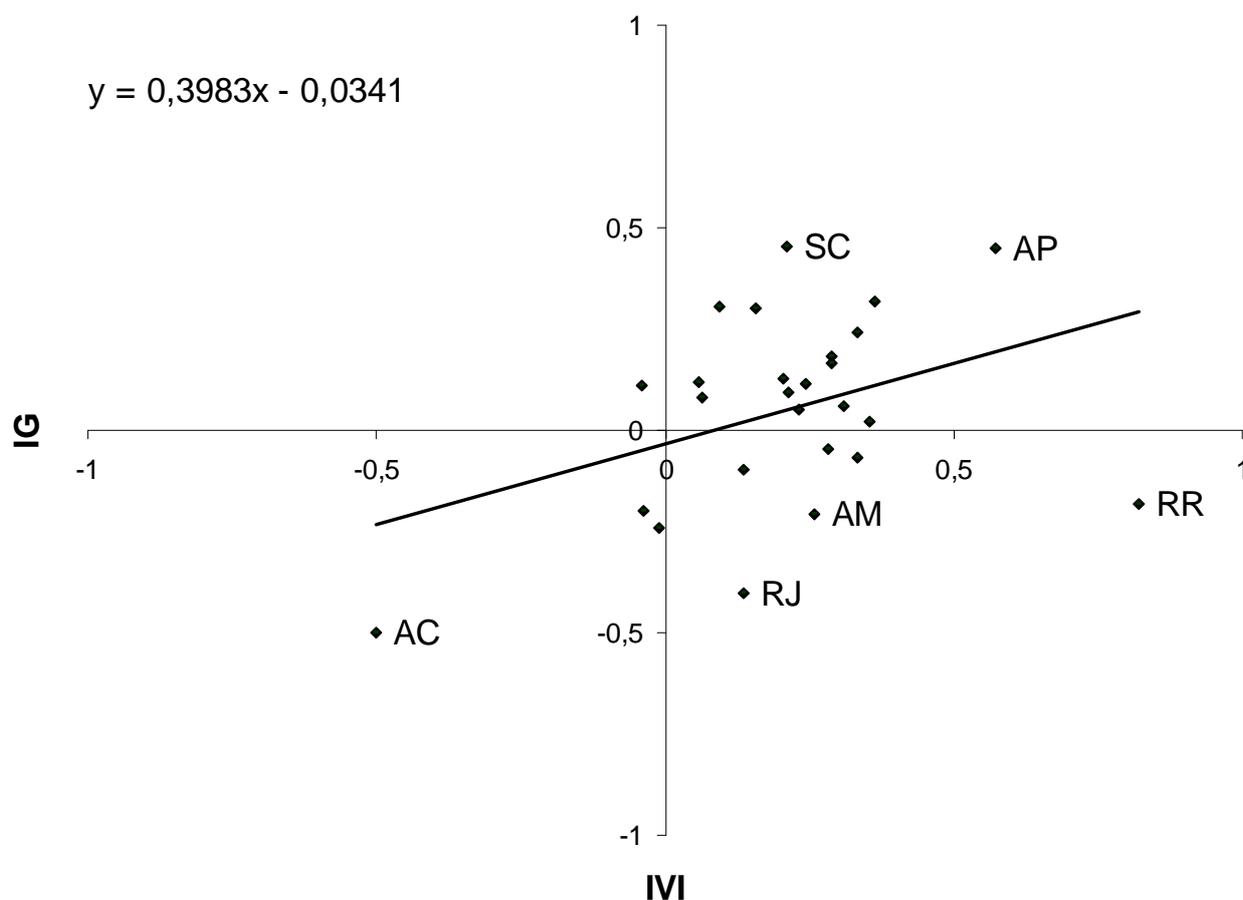
Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Do ponto de vista do IG existem grandes variações conforme o partido ganha por uma margem maior. Aquelas coligações evidentemente posicionadas na oposição obtêm as derrotas mais acachapantes, porém entre os resultados mais positivos existem oscilações relevantes.

No que se refere à interação entre os índices, esta alcança forte correlação de 0,823; assim como r^2 de 0,678. Ainda neste contexto, a maior dispersão dos dados se encontra entre o IG (513%) e maior estabilidade com relação à sua posição referente à busca de apoio da direita (CV do IVI de 20%), com isso, a variação governista do PDT auxilia em maior medida para a constituição de reações eleitorais mais variadas.

A partir do gráfico 9 é possível perceber a ocorrência de uma dispersão no posicionamento político do PDT por todos os quadrantes, porém com maior concentração no primeiro e no quarto. O único comportamento mais próximo àquele esperado por parte do PDT ocorreu no Acre, fato pouco relevante devido ao número pouco expressivo de municípios possíveis de se disputar no estado. É relevante, todavia, a concentração no primeiro quadrante, evidentemente localizado para comportamentos de apoio ao governo e posicionamento direitista, o exato oposto do comportamento esperado para o PDT.

Gráfico 9: IVI x IG das coligações do PDT nas eleições de 2000, por estado



Com 0,388 de correlação e r^2 de 0,150; pode-se afirmar que os índices apresentam interação moderada quanto às variações de cada um, porém não explicam a maior parte dos casos. Mesmo que o sinal positivo possa dar a entender que o posicionamento do PDT se eu conforme a expectativa, na realidade seu comportamento foi o exato oposto do esperado, pois se seguiram variações positivas em ambos os índices.

Houve ainda enormes variações dentro dos índices, considerando a organização federativa do Brasil. Curiosamente, o elevado valor apresentado pelo CV do IVI (110%) explica melhor a ação do PDT do ponto de vista da orientação dos estados do que o IG, o qual apresenta CV de 487%. Entretanto, nem ao menos a perspectiva ideológica

concede consistência ao PDT quanto ao seu comportamento em coligações para prefeito, as variações são muito amplas.

Certamente a observação do comportamento entre os diferentes tamanhos de eleitorado permite avaliações mais precisas sobre o comportamento diferenciado do partido, mesmo com variações razoáveis.

4.6.2. Eleições 2004

O aumento de participações do PDT em 2004 afetou consideravelmente a todas as regiões, exceto a região Sul. A seqüência de participações ocorreu segundo a ordem SE → S → N/CO → NE, participando em 75% dos municípios no Sudeste e em 55% no Nordeste. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul continuam com forte participação do PDT, na realidade apenas Tocantins e Acre apresentam maiores dificuldades para a participação do partido. Apesar de apresentar um aumento com relação ao número de participações de 2000, estas ocorreram por meio do apoio do PDT às candidaturas de outros partidos, tendo inclusive diminuído o número de prefeituras no qual o partido concorreu com candidato próprio. Quanto às participações para prefeito, estas são mais recorrentes, proporcionalmente ao número de participações nos estados, exatamente em RS, RJ e MS.

Tabela 88: participações do PDT nas eleições de 2004, por estado

Estado	Concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	Sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	424	85,5%	34	8,0%	159	37,50%	231	54,48%	2,3
SC	117	39,9%	2	1,7%	9	7,69%	106	90,60%	3,6
PR	327	82,0%	4	1,2%	79	24,16%	244	74,62%	4,5
SP	453	70,2%	18	4,0%	56	12,36%	379	83,66%	4,7
RJ	84	91,3%	9	10,7%	22	26,19%	53	63,10%	5,0
MG	538	63,1%	28	5,2%	99	18,40%	411	76,39%	4,0
ES	62	79,5%	4	6,5%	9	14,52%	49	79,03%	5,2
MS	76	97,4%	2	2,6%	30	39,47%	44	57,89%	4,6

MT	66	46,8%	2	3,0%	4	6,06%	60	90,91%	4,4
GO	107	43,5%	7	6,5%	6	5,61%	94	87,85%	4,5
BA	213	51,1%	16	7,5%	21	9,86%	176	82,63%	4,2
SE	48	64,0%	0	0,0%	7	14,58%	41	85,42%	5,0
AL	50	49,0%	1	2,0%	6	12,00%	43	86,00%	5,6
PB	114	51,1%	3	2,6%	19	16,67%	92	80,70%	3,5
PE	122	66,3%	7	5,7%	19	15,57%	96	78,69%	5,0
CE	95	51,6%	4	4,2%	10	10,53%	81	85,26%	4,4
PI	145	65,0%	2	1,4%	28	19,31%	115	79,31%	3,5
RN	110	65,9%	3	2,7%	19	17,27%	88	80,00%	3,7
MA	184	84,8%	5	2,7%	42	22,83%	137	74,46%	4,6
PA	117	81,8%	11	9,4%	14	11,97%	92	78,63%	4,0
TO	38	27,3%	0	0,0%	2	5,26%	36	94,74%	4,1
AM	51	82,3%	2	3,9%	5	9,80%	44	86,27%	5,3
AC	5	22,7%	1	20,0%	1	20,00%	3	60,00%	3,8
RR	14	93,3%	0	0,0%	3	21,43%	11	78,57%	4,0
RO	42	80,8%	2	4,8%	8	19,05%	32	76,19%	4,8
AP	15	93,8%	0	0,0%	11	73,33%	4	26,67%	4,9
TOTAL	3617	65,0%	167	4,6%	688	19,02%	2762	76,36%	4,1

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Apenas Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul apresentam valores mais relevantes com relação às disputas isoladamente, indicando, mais uma vez, a força política que possui nestes estados. Ao lado desta continuidade soma-se um dado surpreendente. Na Bahia, além de ter crescido substancialmente com relação à participação (22% em 2000 para 50% em 2004), o número de disputas isoladamente também não é desprezível, chegando a 7,5% do total de suas aparições no estado.

O número de partidos com os quais o PDT se coliga sobe exatamente em um, resultando numa média de 4,1 partidos em 2004. O inchaço das coligações é maior na região Sul, onde apresenta um crescimento médio de 45% no tamanho de suas coligações, ao passo que o menor aumento ocorre no Sudeste, com 15%. Coube a Alagoas o maior tamanho médio das coligações do PDT (5,6 partidos), permanecendo o menor valor com Rio Grande do Sul (2,3 partidos).

Com o aumento de participações dos partidos de porte médio, estes concorreram em maior número de coligações com o PDT em 2004, chegando a uma parcela equivalente àquela possuída pelos maiores partidos em 2000.

Tabela 89: número de vezes com que o PDT se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004, por partido			
partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PDT	% sobre o total de participações do partido coligado
PMDB	1354	37,4%	26,6%
PTB	1239	34,3%	29,1%
PSDB	1233	34,1%	27,0%
PP	1208	33,4%	28,1%
PFL	1156	32,0%	26,2%
PT	1116	30,9%	23,5%
PL	1092	30,2%	27,8%
PPS	1021	28,2%	30,3%
PSB	802	22,2%	30,2%
PV	544	15,0%	29,5%
PSC	499	13,8%	29,9%
PC do B	417	11,5%	30,5%
PSL	390	10,8%	30,3%
PMN	353	9,8%	28,6%
PRP	352	9,7%	29,5%
PHS	306	8,5%	28,8%
PSDC	300	8,3%	27,5%
PTN	293	8,1%	33,0%
PTC	267	7,4%	28,6%
PRTB	263	7,3%	28,3%
PT do B	240	6,6%	26,9%
PAN	218	6,0%	33,5%
PRONA	132	3,6%	28,0%
PCB	53	1,5%	28,2%
PCO	4	0,1%	8,7%
PSTU	2	0,1%	1,8%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Ao se considerar o total de participações dos demais partidos, os maiores parceiros entre porte grande e médio foram PPS, PSB e PTB, assim como o pequeno, porém relevante nacionalmente, PC do B. Entre os menores partidos a diferença entre o número de participações com membros da esquerda ou da direita é irrelevante.

Considerando a medida do porte dos municípios, entre os grandes partidos, ocorre a tendência a se afastar na medida em que cresce o eleitorado, exceto no caso de PSDB e PP, com os quais o número de participações nos eleitorados de maior porte aumenta se comparado à classe anterior. O afastamento do PT é observado apenas na medida em que não participa de eleições em eleitorados com mais de 500 mil eleitores, de tal forma que o padrão que apresentado pelo PT é praticamente idêntico ao de outros partidos nas demais classes de tamanho do eleitorado. Esta situação é representada pelo coeficiente de variação dos dados apresentados na tabela 90, referente às coligações do PT com o PDT, calculado em 70,60%, maior valor encontrado entre os partidos de grande e médio porte.

Tabela 90: distribuição da composição das coligações do PDT nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 000
PMDB	13,4%	10,2%	7,8%	5,6%	5,1%	3,1%
PTB	10,8%	9,2%	7,6%	5,9%	5,8%	1,5%
PSDB	10,5%	9,4%	7,7%	5,5%	4,9%	6,2%
PP	11,3%	8,6%	7,2%	5,9%	5,6%	6,2%
PFL	10,3%	8,8%	7,1%	5,1%	4,3%	4,6%
PT	11,8%	8,8%	6,3%	3,0%	3,4%	0,0%
PL	8,2%	8,1%	7,1%	6,6%	4,9%	3,1%
PPS	6,7%	7,9%	7,1%	5,4%	4,5%	3,1%
PSB	4,8%	5,1%	6,0%	5,1%	4,5%	4,6%
PSL	1,3%	2,1%	3,0%	3,8%	4,2%	7,7%
PMN	1,0%	1,9%	2,7%	4,0%	3,8%	6,2%
PTN	0,5%	1,5%	2,1%	3,7%	4,9%	7,7%
PAN	0,3%	1,0%	1,5%	3,4%	3,6%	10,8%
PRONA	0,2%	0,7%	0,8%	2,1%	2,5%	6,2%
outros direita	5,1%	10,4%	14,9%	20,7%	24,6%	18,5%
outros esquerda	3,9%	6,4%	11,0%	14,2%	13,6%	10,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O partido a apresentar menor variação foi o PSB, com CV de 9,86% e média de 5,0%. No conjunto de partidos menores os destaques ficam por conta das participações

nos maiores municípios com PAN, PSL, PTN, PMN e PRONA, dos quais apenas PMN é classificado como esquerda.

Por meio das participações do PDT, sua taxa de sucesso total foi de 44,76%, porém, como já fora observado nos dados referentes à tendência derivada da participação geral (tabela 91), a maioria dos novos ganhos do partido se concentraram ao apoiar candidatos de outros partidos. Taxas de sucesso significativas nas disputas do PDT a prefeito foram observadas apenas entre estados notados em 2000: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Acre e Amapá.

Tabela 91: vitórias do PDT nas eleições de 2004, por estado

Estado	Vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	Sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	Coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	228	53,77%	12	35,29%	85	53,46%	131	56,71%	2,5
SC	53	45,30%	1	50,00%	3	33,33%	49	46,23%	4,1
PR	175	53,52%	0	0,00%	44	55,70%	131	53,69%	4,9
SP	198	43,71%	0	0,00%	22	39,29%	176	46,44%	5,7
RJ	27	32,14%	0	0,00%	4	18,18%	23	43,40%	6,6
MG	234	43,49%	2	7,14%	39	39,39%	193	46,96%	4,4
ES	21	33,87%	0	0,00%	4	44,44%	17	34,69%	7,1
MS	41	53,95%	0	0,00%	17	56,67%	24	54,55%	5,2
MT	33	50,00%	0	0,00%	2	50,00%	31	51,67%	5,5
GO	43	40,19%	0	0,00%	0	0,00%	43	45,74%	6,3
BA	65	30,52%	0	0,00%	3	14,29%	62	35,23%	5,6
SE	20	41,67%	0	- *	5	71,43%	15	36,59%	5,3
AL	27	54,00%	0	0,00%	4	66,67%	23	53,49%	6,1
PB	54	47,37%	0	0,00%	9	47,37%	45	48,91%	3,7
PE	46	37,70%	0	0,00%	7	36,84%	39	40,63%	5,5
CE	48	50,53%	0	0,00%	3	30,00%	45	55,56%	5,2
PI	54	37,24%	0	0,00%	8	28,57%	46	40,00%	3,6
RN	52	47,27%	1	33,33%	4	21,05%	47	53,41%	4,3
MA	81	44,02%	0	0,00%	10	23,81%	71	51,82%	5,9
PA	50	42,74%	0	0,00%	5	35,71%	45	48,91%	5,0
TO	20	52,63%	0	- *	1	50,00%	19	52,78%	4,5
AM	18	35,29%	0	0,00%	2	40,00%	16	36,36%	6,3
AC	2	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	66,67%	4,0
RR	7	50,00%	0	- *	1	33,33%	6	54,55%	4,9
RO	16	38,10%	0	0,00%	3	37,50%	13	40,63%	5,6
AP	6	40,00%	0	- *	5	45,45%	1	25,00%	4,3

TOTAL	1619	44,76%	16	9,58%	290	42,15%	1313	47,54%	4,7
--------------	-------------	---------------	-----------	--------------	------------	---------------	-------------	---------------	------------

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* partido não concorreu isoladamente

Apenas Rio Grande do Sul apresenta uma taxa de sucesso considerável (35,29%) em conjunto com um número de participações isoladamente significante. Do ponto de vista do tamanho das coligações, estas cresceram para uma média total de 4,7 partidos em 2004. Os menores valores ao ganhar ainda são percebidos no Rio Grande do Sul (2,5) ao passo que a maior média de coligações ocorre no Espírito Santo (7,1), porém Rio de Janeiro ainda apresenta coligações de tamanho elevado (6,6).

As melhores condições de efetividade do PDT são apresentadas em Roraima, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. Nos três últimos estados a melhor explicação fica por conta do apoio tradicional ao partido, visto que não figura nem sequer nas coligações que elegeram os governadores de cada estado. Para o Amapá o partido pôde contar com o apoio do governador do estado, Waldez Góes, do PDT.

É interessante notar que o apelo popular do partido cai e muito no Rio de Janeiro, onde não alcança ao menos 5% de prefeitos. A disputa entre Garotinho e Brizola em 2000 certamente rendeu melhores frutos ao político de Campos dos Goytacazes. Isso se torna mais evidente ao remeter à avaliação do PMDB em 2004 no estado do Rio de Janeiro - partido no qual Garotinho então figurava – observando-se o saldo positivo encontrado pelo PMDB na região.

Nos menores municípios o PDT não apresenta seu maior peso político, porém, neles demonstra suas melhores taxas de sucesso. Com o aumento da população sua importância aumenta até os municípios entre 50 e 100 mil eleitores, para depois declinar com a continuidade do aumento da população, contudo, sua taxa de sucesso continua a cair sucessivamente.

Tabela 92: vitórias do PDT nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	487	25,18%	48,85%
de 5001 a 10000	398	27,30%	44,92%
de 10001 a 50000	604	33,04%	42,96%
de 50001 a 100000	78	41,05%	43,58%
de 100001 a 500000	46	34,33%	35,11%
mais de 500000	6	33,33%	33,33%
TOTAL	1619	29,11%	44,76%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Os dados apresentados na tabela 92 indicam haver um apelo maior pela figura do PDT entre municípios de porte médio, indicando a necessidade de haver uma maior concentração populacional para lhe possibilitar mais vitórias. Porém, com o aumento populacional, a capacidade do PDT de calcular suas reais chances de vitória cai. Talvez isso se deva à percepção da importância política e de visibilidade destes locais mais densos populacionalmente. Com isso, mesmo sem reais chances de ser vitorioso, a exposição nestes locais pode abrir o caminho para conquistas em outros locais.

Praticamente não houve alteração do IVI total do PDT entre 2000 e 2004, passando de 0,215 para 0,204. Os maiores valores ocorrem em Sergipe (0,448) e Amapá (0,405), enquanto os menores valores ocorrem no Piauí (-0,010) e no Rio Grande do Norte (0,081). Rio Grande do Sul, como estado um dos estados que congrega boa parcela da força política do PDT, apresenta um valor do IVI abaixo do que o índice nacional com valor de 0,111. De qualquer forma as coligações do PDT são caracterizadas pela adesão em maior parcela por partidos de orientação ideológica à direita.

Tabela 93: IVI e IG das coligações do PDT nas eleições de 2004, por estado

Estado	IVI	IG
RS	+0,111	+0,672
SC	+0,240	+0,451
PR	+0,291	+0,463

SP	+0,239	+0,557
RJ	+0,267	+0,536
MG	+0,274	+0,484
ES	+0,126	+0,688
MS	+0,132	+0,592
MT	+0,094	+0,591
GO	+0,224	+0,515
BA	+0,178	+0,642
SE	+0,448	+0,343
AL	+0,230	+0,474
PB	+0,266	+0,426
PE	+0,129	+0,646
CE	+0,162	+0,538
PI	-0,010	+0,588
RN	+0,081	+0,637
MA	+0,167	+0,570
PA	+0,120	+0,677
TO	+0,032	+0,672
AM	+0,212	+0,579
AC	+0,368	+0,250
RR	+0,268	+0,692
RO	+0,195	+0,557
AP	+0,405	+0,368
TOTAL	+0,204	+0,554

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Mesmo não havendo grandes modificações no IVI, estas ocorreram no IG, passando a uma posição mais próxima de membros da base do governo, com valor do IG total de 0,554. Existem pequenas variações entre os valores mais elevados, na faixa de e 0,600; à exceção do Acre, com 0,250.

Novamente a variação do eleitorado tende à diminuir suas alianças com partidos de direita ao alcançar os municípios de porte médio, para em segui aumentar as mesmas com o adensamento populacional dos locais em que disputa. Para o IG não existem variações consideráveis com as mudanças do tamanho do município, apresentando uma única modificação considerável ao chegar nos maiores centro urbanos, onde seu

posicionamento se aproxima de partidos de oposição, porém sem fazer com que estes cheguem sequer próximos à quantidade de partidos da base governista.

Tabela 94: IVI e IG das coligações do PDT para prefeito nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado

eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,200	+0,538
de 5001 a 10000	+0,202	+0,540
de 10001 a 50000	+0,182	+0,569
de 50001 a 100000	+0,255	+0,569
de 100001 a 500000	+0,305	+0,564
mais de 500000	+0,415	+0,214
TOTAL	+0,204	+0,554

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A correlação entre os índices na tabela 94 é de -0,836; indicando existir forte ligação entre a variação negativa de um índice conduzindo a variações positivas no segundo, o que condiz com a situação lógica apresentada pela disposição política no momento, quando um partido de esquerda comandava o governo federal.

Assim como em 2000 os piores resultados do PDT acontecem ao se aproximar da posição de centro. Entre os resultados vitoriosos existe uma progressão na qual quanto mais a coligação é direcionada a ser composta por maior número de partidos à direita melhores são os resultados. Do ponto de vista da análise do IG, este conduz a situações piores quando se apresenta com valores mais elevados.

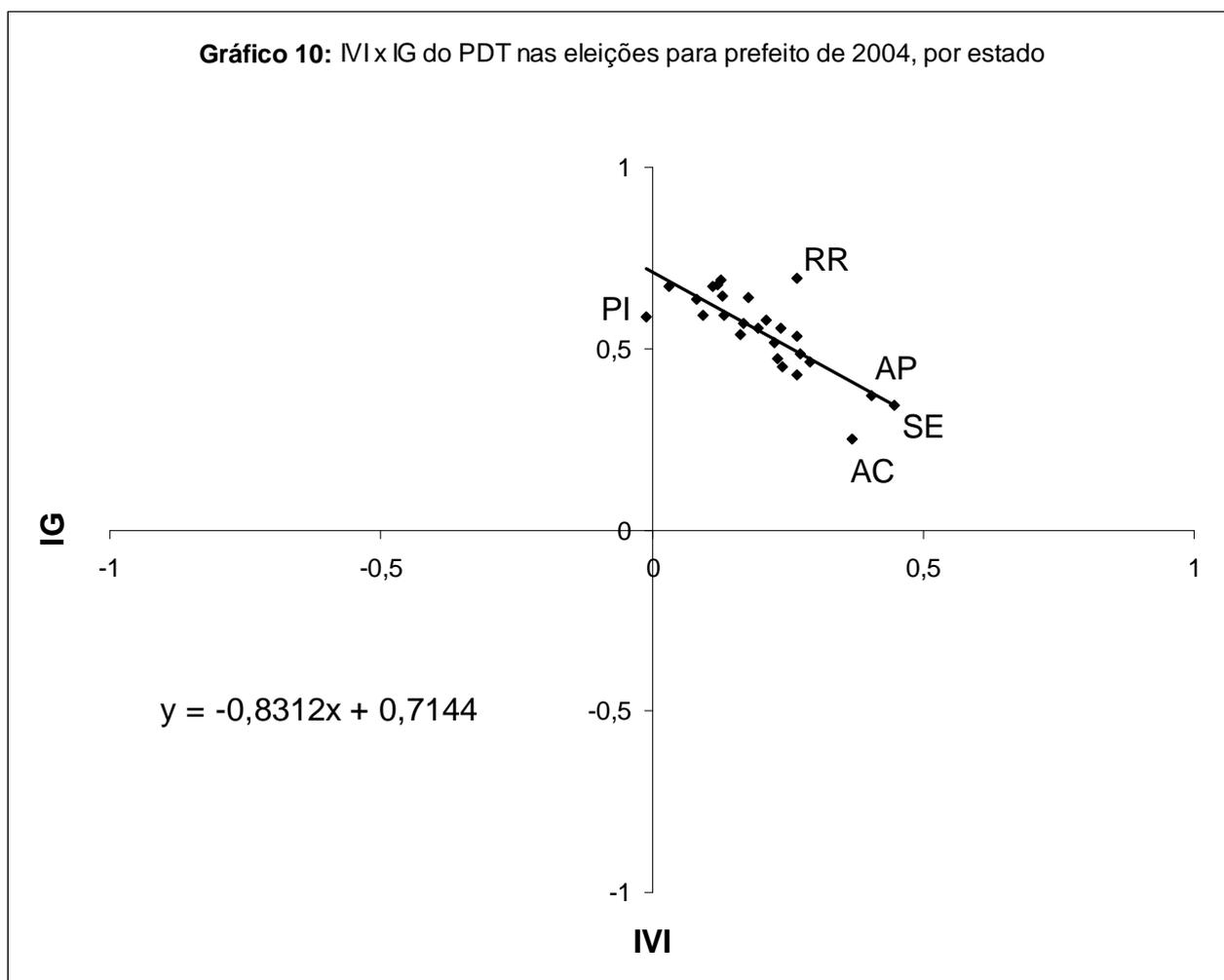
Tabela 95: IVI e IG das coligações do PDT para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação

porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	+0,036	+0,714
de 10 a 19	+0,173	+0,583
de 20 a 29	+0,236	+0,584
de 30 a 39	+0,238	+0,572
de 40 a 49	+0,218	+0,540
de 50 a 59	+0,168	+0,543
de 60 a 69	+0,221	+0,550
de 70 a 79	+0,252	+0,491
de 80 a 89	+0,186	+0,550
mais de 89	+0,293	+0,485
TOTAL	+0,204	+0,554

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Existe forte correlação de -0,879 entre os dados da tabela 95, dos quais 74% dos dados são explicados por este cálculo, de acordo com o teste do r^2 . O coeficiente de variação de ambos os índices não apresenta valores que indiquem dispersão considerável: 32% e 10%; respectivamente ao IVI e ao IG. Não se identificam reações relevantes quanto à modificação da composição das coligações e intensidade de apoio às mesmas.

Como se pode constatar pelo gráfico 10, abaixo, a concentração das relações entre IVI e IG ocorre no primeiro quadrante, restando apenas o caso desviante de Piauí no quarto quadrante.



A correlação presente neste gráfico é alta segundo o r de Pearson (-0,787), além de apresentar r^2 de 0,620. Novamente, a suposta coerência apresentada tanto pelo valor como pelo sinal da correlação configura uma contradição na construção de coligações por parte do PDT. A correta variação negativa ocorre em direção oposta àquela esperada pelo partido. Suas coligações se orientam pela procura de aliados na direita e constantemente os procura entre aqueles que fazem parte do governo federal.

Em comparação aos valores encontrados em 2000 para o PDT, o partido apresentou uma posição muito mais consistente, algo facilmente notado ao se comparar os gráficos 9 e 10. Os valores do coeficiente de variação para ambos os índices foram muito próximos – 52% para o IVI e 20 % no caso do IG – de forma que a distribuição das coligações pelos estados não possui discordâncias de comportamento muito grandes. De certa forma, o PDT se apresentou em 2004 com uma posição muito mais consistente nacionalmente do que o fez em 2000. Contudo, o posicionamento observado ainda possibilitaria a uma pessoa menos atenta ao cenário político brasileiro considerar que a organização municipal do PDT obedece às diretrizes de outro partido.

4.7. PT

Entre os partidos analisados, PT é o único a não possuir ligações com instituições políticas formadas durante a ditadura militar, ou mesmo em período anterior à mesma. Remete, portanto, a uma experiência diferente, do ponto de vista da organização partidária brasileira, porém também apresenta pontos de contato com as demais legendas.

Nascido da primeira leva de partidos da abertura democrática, o PT se formou pela conjunção do novo movimento sindical com movimentos sociais dos mais

variados, apoiados por intelectuais próximos ao pensamento socialista, todos contrários à situação imposta ao país pela ditadura vigente.

Apesar de forte apelo popular, seus momentos iniciais foram marcados por fortes derrotas políticas, em grande medida devido às suas estratégias eleitorais. A principal preocupação do PT era fomentar a auto-reflexão baseada em uma matriz de pensamento socialista nas classes trabalhadoras, permitindo a elas, a partir disso, se organizarem para a tomada do poder num momento posterior. Desta forma, a estratégia eleitoral inicial do PT não se limitava à perspectiva de ganhos imediatos, mas primava pela tentativa de fundar bases sociais ao partido.

Das dificuldades iniciais se seguiram anos de modificações sucessivas nas estratégias eleitorais, derivadas da percepção de que para abranger uma gama maior da sociedade e englobar toda a classe trabalhadora brasileira não seria possível se mobilizar apenas em poucas localidades. Era essencial ao partido, segundo estas preocupações, sua transformação em um autêntico partido de massas. Essa virada na estratégia petista é marcada pela apresentação de Luis Inácio Lula da Silva como candidato à presidência da República nas primeiras eleições diretas concorridas no país desde o término do período militar. Apesar de perder no segundo turno para Fernando Collor, o fato de obter a segunda maior votação no primeiro turno possibilita ao PT força o suficiente para disputar com PDT o lugar de maior partido de esquerda do Brasil. Desde então Lula é constante candidato do PT à presidência.

A ascensão do PT possui várias conexões com a própria história política de Luis Inácio Lula da Silva, precisando construir uma imagem apropriada para a difusão entre o eleitorado, além de necessitar provar seu merecimento quanto a um lugar de destaque no cenário político, anteriormente dominando por políticos de longa data, especializados em exercer a política de acordo com os ditames da democracia liberal.

Contudo, este ambiente de *expertise* levou o partido a conduzir seus rumos de ação para novos caminhos, dentre os quais a amenização do discurso relativo às mudanças necessárias para a transformação do país. Em meio a esta mudança discursiva concretizou-se a vitória do PT em 2002, ao alcançar a presidência da república com Lula.

Durante todo o período FHC o PT se posicionou como principal articulador da força oposicionista ao governo em questão. Posto isso, a interação com o governo esperada para 2000 é de oposição. Como partido do presidente da república em 2004, obviamente a posição considerada ideal pelas coligações do partido será o governo.

4.7.1. Eleições de 2000

Como já se observou no tratamento dos dados gerais das eleições de 2000 (tabela 2), o PT cresceu mais de 100% em relação a 1996, porém o crescimento relativo ao total de espaço possível de ocupar não foi muito expressivo. O PT que se apresenta em 2000 possui uma capilaridade média com relação à dimensão municipal, apresenta participação em 49,2% dos municípios brasileiros. Sua capacidade de participar nas diferentes regiões, a partir do número total de municípios existentes em cada, obedece à seqüência $N \rightarrow CO \rightarrow S / SE \rightarrow NE$.

Nos estados do Norte apenas em Tocantins e Roraima o PT não participa em mais de 60% dos municípios. Entre os demais estados em que mais participa são mais freqüentes os mesmos estados em que o PDT mais participa, na ordem decrescente: Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A situação de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul pode ser explicada devido ao governo estadual em 1998 ter sido ganho por candidatos petistas. No caso do Rio de Janeiro, PT apoiou a candidatura do candidato eleito do PSB, Anthony “Garotinho”, na qual a chapa era constituída pela

vice Benedita da Silva (PT). O PSB se apresenta como o partido com o qual o PT se coliga maior número de vezes no estado, compondo 58,4% do total de participações dos petistas.

Considerando o Brasil como um todo, as participações a prefeito atingem 48,2% das vezes em que o PT concorre. Entre estas se destacam os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rondônia, onde as participações à prefeitura alcançam mais de 70% do número total de participações do PT nestes estados. Outro caso exemplar é a força – talvez insistência – política do partido na Bahia, onde concorre a prefeito 59,9% do total de vezes em que o PT concorre no estado, mesmo sendo um lugar onde PFL possui um controle bastante eficaz. Certamente este quadro fez parte da estratégia política do PT para minar as forças da oligarquia de ACM.

Tabela 96: participações do PT nas eleições de 2000, por estado

Estado	Concorreu (A)	porcentagem sobre o total de municípios em cada estado	Sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	326	65,6%	170	52,1%	90	27,6%	66	20,2%	0,74
SC	155	52,9%	81	52,3%	34	21,9%	40	25,8%	0,92
PR	194	48,6%	40	20,6%	27	13,9%	127	65,5%	2,37
SP	306	47,4%	83	27,1%	80	26,1%	143	46,7%	2,03
RJ	68	73,9%	15	22,1%	11	16,2%	42	61,8%	3,26
MG	405	47,5%	106	26,2%	82	20,2%	217	53,6%	2,11
ES	43	55,1%	8	18,6%	4	9,3%	31	72,1%	2,79
MS	73	94,8%	7	9,6%	30	41,1%	36	49,3%	2,71
MT	68	48,9%	14	20,6%	8	11,8%	46	67,6%	2,15
GO	88	35,9%	8	9,1%	10	11,4%	70	79,5%	2,98
BA	177	42,4%	57	32,2%	49	27,7%	71	40,1%	1,95
SE	37	49,3%	4	10,8%	6	16,2%	27	73,0%	2,73
AL	51	50,0%	9	17,6%	7	13,7%	35	68,6%	2,45
PB	101	45,3%	20	19,8%	9	8,9%	72	71,3%	2,26
PE	98	53,0%	14	14,3%	10	10,2%	74	75,5%	3,19
CE	80	43,5%	12	15,0%	10	12,5%	58	72,5%	2,26
PI	54	24,3%	16	29,6%	6	11,1%	32	59,3%	1,35
RN	43	25,7%	21	48,8%	6	14,0%	16	37,2%	1,09
MA	86	40,2%	17	19,8%	5	5,8%	64	74,4%	2,71
PA	96	67,1%	29	30,2%	30	31,3%	37	38,5%	1,4
TO	59	42,4%	7	11,9%	3	5,1%	49	83,1%	2,42
AM	40	64,5%	7	17,5%	2	5,0%	31	77,5%	3,73

AC	22	100,0%	0	0,0%	11	50,0%	11	50,0%	3,27
RR	5	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%	2,8
RO	45	86,5%	22	48,9%	14	31,1%	9	20,0%	1,11
AP	12	75,0%	3	25,0%	2	16,7%	7	58,3%	2,17
TOTAL	2732	49,2%	770	28,2%	546	20,0%	1416	51,8%	2,01

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

No que se trata sobre as participações isoladas, PT concorre desta forma em 28,2% do seu total de participações, distribuídos em sua maioria nos estados de Santa Catarina (52,3%) e Rio Grande do Sul (52,1%) na região Sul do país, bem como em Rio Grande do Norte (48,8%) e Rondônia (48,9%), nas regiões Nordeste e Norte. O tamanho médio das coligações do PT é de apenas 2,01 partidos, ocorrendo as maiores variações no Sul do Brasil – Rio Grande do Sul (0,74) e Santa Catarina (0,92) – enquanto os maiores valores ocorrem em Amazonas (3,73).

O caso da análise das coligações é o primeiro neste trabalho a se observar uma inversão sobre com qual grupo de partido ocorre maior número de coligações. Mesmo com o PMDB compondo a maior parte de suas coligações, os partidos que se seguem possuem porte médio, ou mesmo pequeno, como é o caso do PC do B. Surgem como principais parceiros PDT, PSB e PPS.

Tabela 97: número de vezes em que o PT se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2000, por partido			
Partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PT	% sobre o total de participações do partido coligado
PMDB	707	25,9%	14,1%
PDT	659	24,1%	23,1%
PSB	594	21,7%	31,1%
PPS	528	19,3%	21,6%
PSDB	454	16,6%	10,4%
PC do B	377	13,8%	52,0%
PTB	300	11,0%	8,5%
PPB	234	8,6%	5,9%
PL	226	8,3%	9,4%
PFL	193	7,1%	4,1%
PV	190	7,0%	25,7%
PSD	141	5,2%	10,4%
PSC	117	4,3%	10,8%

PMN	114	4,2%	18,7%
PST	86	3,1%	12,2%
PSL	82	3,0%	10,7%
PHS	72	2,6%	19,7%
PRP	70	2,6%	10,1%
PSDC	60	2,2%	11,9%
PT do B	49	1,8%	11,4%
PTN	43	1,6%	13,7%
PRTB	23	0,8%	5,4%
PCB	47	1,7%	68,1%
PAN	37	1,4%	15,2%
PSTU	35	1,3%	42,7%
PGT	29	1,1%	14,0%
PRN	13	0,5%	5,7%
PRONA	11	0,4%	8,3%
PSN	5	0,2%	17,9%
PCO	2	0,1%	13,3%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Ao se considerar a quantidade de participações de cada partido, observa-se uma procura mais intensa por parte do PSB (31,1%) entre os partidos de médio porte, além de valores expressivos entre alguns pequenos partidos, como são os casos de PC do B (52,0%), PV (25,7%) e PCB (68,1%). Como se verá a seguir o caso do PC do B é emblemático, com relação ao se apoio quase incondicional às participações com o PT.

A distribuição das coligações segundo o tamanho do eleitorado aponta a tendência a diminuir sensivelmente coligações com partidos de direita e centro com o aumento do tamanho do eleitorado. Num cenário parecido aparece o PDT, único partido de esquerda com médio porte que não apresenta uma tendência a aumentar suas coligações com o PT à medida que cresce o eleitorado.

Tabela 98: distribuição da composição das coligações do PT nas eleições de 2000 pelo tamanho do eleitorado, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
PMDB	21,4%	15,7%	10,9%	4,6%	3,3%	0,0%
PDT	14,3%	13,1%	11,8%	8,2%	8,0%	4,3%
PSB	6,5%	9,6%	12,9%	12,1%	11,1%	14,9%
PPS	7,7%	11,0%	10,2%	9,2%	7,0%	10,6%
PSDB	12,4%	10,1%	7,3%	3,9%	2,8%	0,0%
PC do B	1,2%	2,3%	7,6%	16,5%	19,6%	23,4%
PTB	7,3%	7,2%	4,9%	2,9%	1,8%	0,0%
PPB	6,9%	5,7%	3,5%	1,5%	0,5%	0,0%
PL	5,2%	4,2%	4,2%	3,1%	2,3%	0,0%
PFL	6,9%	3,7%	3,0%	1,0%	0,3%	0,0%
PV	0,9%	2,0%	3,5%	9,4%	8,0%	6,4%
PCB	0,0%	0,0%	0,5%	2,7%	4,3%	17,0%
outros direita	8,3%	12,7%	15,6%	18,4%	16,8%	10,6%
outros esquerda	1,2%	2,7%	3,9%	6,5%	14,3%	12,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Entre os partidos de maior porte, tanto de centro como de direita, o CV com menor dispersão ocorre com o PTB (67,41%), ficando os demais partidos de mesmo porte acima de 70%. Dentre os partidos de esquerda a menor variação fica por conta do PPS (16,01%), além de possuir média de coligações de 9,3% entre as categorias de tamanho do eleitorado.

Apesar de apresentarem pequena relevância política, os valores de dois partidos menos expressivos devem ser considerados. Tanto PC do B quanto PCB possuem um aumento significativo à medida que o eleitorado aumenta. As raízes e apelo operários destes partidos tornam mais fácil a organização nos maiores centros urbanos do que nas menores regiões, cabe a isto o motivo de tamanho crescimento. De qualquer forma, os valores apresentados em eleições com mais 500 mil eleitores são muito expressivos, PC do B participa em 23,4% das participações do PT e PCB em 17,0%. Apesar de ambos serem partidos de esquerda é necessário diferenciar as linhas de ação empregadas por cada um.

O PC do B se organiza com um partido que busca aproveitar o máximo possível das regras eleitorais para incrementar sua participação política. Sua estratégia mais comum é concorrer em coligações com o PT para eleições proporcionais – principal partido de esquerda – com o intuito de atingir a cláusula de exclusão para poder participar da distribuição das sobras eleitorais. Alia-se a esta situação a apresentação de um número reduzido de candidatos com o intuito de obter votação concentrada em um candidato, para lhe possibilitar alcançar o topo da lista da coligação em que participa, conseguindo, assim, uma cadeira no legislativo. As coligações do PT para prefeito com participação do PC do B podem ser vistas como uma moeda de troca pelos benefícios observados nas eleições proporcionais. Apesar de certamente haver um elemento ideológico envolvido – no caso de não existir resistência de partidos de direita em compor coligações com o PC do B seria mais vantajoso compor coligações com partidos de maior expressão eleitoral e capilaridade do que o PT – é possível considerar que a principal orientação do PC do B para formar coligações com PT se deve a questões de necessidade de apoio eleitoral para poder disputar a divisão do poder do Estado.

O caso do PCB – mesmo que muito menos expressivo do que PC do B – é bastante simbólico, uma vez sendo um partido sem qualquer expressividade eleitoral, não se beneficiando em muito de coligações com quaisquer partidos, devido ao praticamente inexistente apoio do eleitorado. Mesmo ao se considerar o comportamento do PCB orientado pela busca de cargos na administração municipal isso seria insuficiente para explicar apoio tão maciço ao PT, uma vez que sua baixa relevância política e eleitoral dificilmente poderia ser usada como instrumento para barganha política por cargos. Pode-se perceber o posicionamento do PCB mais condizente com o apoio a uma opção política que seja ideologicamente mais próxima de seu

posicionamento do que as demais opções disponíveis. Neste caso a participação em coligações com o PT possivelmente indicaria uma aprovação com relação à perspectiva ideológica deste partido.

Colocadas estas considerações, é necessário dar continuidade à interpretação da participação do PT. Segue, abaixo, a tabela 98, com os dados referentes às vitórias petistas. A princípio o dado que mais chama atenção é a baixa taxa de sucesso alcançada nas disputas do PT. De acordo com o total de participações a taxa de sucesso total do partido é de 27,60%; número bastante abaixo dos valores dos demais partidos até agora estudados, que apresentam valores superiores a 40%. Os melhores resultados ocorrem em Acre (45,45%), Pernambuco (44,90%) e Mato Grosso (41,18%). No que se refere à taxa de sucesso ao concorrer a prefeituras, PT alcança apenas 14,2% de vitórias, Os locais onde obteve resultados mais positivos foram Acre (63,3%), Mato Grosso do Sul (29,7%) e São Paulo (23,3%).

Do ponto de vista da efetividade, os melhores resultados do PT ocorrem em estados periféricos, no caso Acre, Rondônia e Mato Grosso do Sul. No caso do Acre e do Mato Grosso do Sul o PT havia conquistado o governo estadual nas eleições de 1998.

Tabela 99: vitórias do PT nas eleições de 2000, por estado

Estado	Vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	Sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	Coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	51	15,64%	9	5,29%	26	28,89%	16	24,24%	1,65
SC	36	23,23%	4	4,94%	9	26,47%	23	57,50%	1,86
PR	69	35,57%	3	7,50%	7	25,93%	59	46,46%	3,23
SP	95	31,05%	6	7,23%	32	40,00%	57	39,86%	3,21
RJ	20	29,41%	0	0,00%	1	9,09%	19	45,24%	6,05
MG	129	31,85%	9	8,49%	25	30,49%	95	43,78%	3,21
ES	15	34,88%	0	0,00%	0	0,00%	15	48,39%	4,67
MS	28	38,36%	0	0,00%	11	36,67%	17	47,22%	3,54
MT	28	41,18%	1	7,14%	1	12,50%	26	56,52%	3,14
GO	30	34,09%	0	0,00%	1	10,00%	29	41,43%	3,83
BA	21	11,86%	0	0,00%	7	14,29%	14	19,72%	4,43

SE	11	29,73%	0	0,00%	2	33,33%	9	33,33%	3,27
AL	7	13,73%	0	0,00%	0	0,00%	7	20,00%	4,14
PB	30	29,70%	0	0,00%	2	22,22%	28	38,89%	3,97
PE	44	44,90%	0	0,00%	4	40,00%	40	54,05%	4,55
CE	21	26,25%	0	0,00%	2	20,00%	19	32,76%	3,62
PI	11	20,37%	1	6,25%	0	0,00%	10	31,25%	2,09
RN	6	13,95%	1	4,76%	0	0,00%	5	31,25%	2,50
MA	21	24,42%	0	0,00%	2	40,00%	19	29,69%	4,71
PA	26	27,08%	1	3,45%	5	16,67%	20	54,05%	2,46
TO	19	32,20%	0	0,00%	2	66,67%	17	34,69%	2,95
AM	11	27,50%	0	0,00%	0	0,00%	11	35,48%	5,00
AC	10	45,45%	0	- *	7	63,64%	3	27,27%	3,00
RR	2	40,00%	0	- *	0	- **	2	40,00%	4,50
RO	9	20,00%	2	9,09%	4	28,57%	3	33,33%	2,00
AP	4	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	4	57,14%	2,75
TOTAL	754	27,60%	37	4,81%	150	27,47%	567	40,04%	3,34

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

* partido não concorreu isoladamente

** partido não concorreu como cabeça-de-chapa

Seria de se esperar, que, devido ao grande número de participações sem realizar alianças eleitorais, o PT apresentasse uma taxa de sucesso maior do que a maioria dos partidos políticos nesta situação. Contudo, esta é a mais baixa entre os partidos analisados, o valor total é de 4,81%.

Observa-se, portanto, uma diferença crucial entre o comportamento ao disputar eleições do PT em comparação aos demais partidos. É visível que, independentemente da forma de competição, os partidos políticos tendem a calcular com algum grau de precisão suas reais chances de ganhar. Esta situação é representada pela taxa de sucesso entre os partidos avaliados até o momento residirem próximas a 30%, exceto PDT com 14%. Desta forma evitam concorrerem em locais com chances de vitória por demais reduzidas, diminuindo os custos gerais de competir em locais onde possivelmente não apresentarão retorno eleitoral.

Pode-se supor, com base nos dados apresentados, que as participações do PT sem constituir coligação não possuem interesse estritamente de vitória eleitoral, o real interesse do partido nestas ocasiões seria marcar posição enquanto partido de esquerda

sem compromissos com a política tradicional. Neste caso, concorrer sozinho para o PT pode significar se fortalecer em territórios no qual não possui apoio político suficiente para se constituir como força relevante da esquerda. Esta estratégia visa consolidar apoio político daqueles que não se encontrem satisfeitos com procedimentos da política tradicional. Disputar isoladamente significa não dividir os louros da vitória, ou o apoio político das urnas, mesmo em casos de derrota, com outros partidos que representem uma posição ideológica próxima ao PT.

Outra situação necessária de se destacar é o baixo número de partidos que compõem suas coligações quando eleito, porém maior do que o número considerado ao apenas participar de eleições. Em média o PT se coliga a outros 3,34 partidos, e, assim como ao concorrer, os menores valores se encontram no Sul (RS e SC), ao passo que os maiores valores ocorrem no Rio de Janeiro e no Amazonas.

Neste sentido, a estratégia de consolidação da imagem política do PT passa por duas fases complementares:

a) se distinguir do comportamento típico dos partidos políticos produzindo o apoio de descontentes com a política tradicional. Visto que o foco do presente trabalho consiste nas coligações, toma-se por comportamento típico dos partidos a realização sempre que possível de coligações, inclusive com um grande número de partidos; e

b) se instituir como a principal força de esquerda do país baseada no próprio princípio na interação estratégica existente na regra da maioria. Segundo a regra da maioria a decisão se dá por meio do maior número de apoio. Desta forma, votos concedidos a uma opção perdedora são simplesmente ignorados. No caso específico de eleições majoritárias os eleitores são estimulados – pela lógica inerente à esta regra – a concederem apoio às opções mais viáveis. Isso significa, caso um eleitor possua uma preferência que não figure entre as opções mais populares, ser obrigado a escolher uma

alternativa mais próxima de sua preferência que possua reais chances de vitória, sem necessariamente refletir sua real intenção de apoio.

De acordo com a tabela 100 constata-se mais uma característica a diferenciar o comportamento do PT dos demais partidos políticos. A importância do PT cresce na medida em que ocorre o aumento do tamanho do eleitorado, a tal ponto que participa de vitórias em mais de 50% do total de municípios com mais de 500 mil habitantes.

Tabela 100: vitórias do PT nas eleições de 2000, por eleitorado total

Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	202	9,81%	30,89%
de 5001 a 10000	185	12,42%	27,09%
de 10001 a 50000	284	16,61%	25,38%
de 50001 a 100000	32	20,00%	22,38%
de 100001 a 500000	43	34,96%	35,83%
mais de 500000	8	57,14%	61,54%
TOTAL	754	13,57%	27,60%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Com relação à taxa de sucesso, esta apresenta uma tendência declinante até atingir 100 mil eleitores. A partir de então volta a subir, atingindo o valor máximo a partir de 500 mil eleitores, com 61,57% de vitória sobre o número de vezes em que o PT concorre nestes locais.

Em 2000 o PT se apresentou para disputa eleitoral com um maior número de partidos pertencentes à esquerda, bem como partidos que fizessem oposição ao governo FCH, como indica a tabela 101, abaixo. Os valores totais do IVI e do IG foram -0,165 e -0,220; respectivamente, atentando um comportamento geral condizente com seu posicionamento política nacional.

Tabela 101: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2000, por estado

Estado	IVI	IG
RS	-0,892	-0,867
SC	-0,415	-0,132
PR	+0,017	+0,067
SP	-0,298	-0,317

RJ	-0,171	-0,609
MG	+0,046	+0,017
ES	-0,242	-0,367
MS	-0,076	-0,311
MT	-0,233	-0,083
GO	+0,214	+0,078
BA	-0,435	-0,423
SE	-0,139	-0,348
AL	-0,256	-0,486
PB	+0,127	+0,156
PE	-0,323	-0,520
CE	-0,199	-0,166
PI	-0,370	+0,178
RN	-0,574	-0,590
MA	+0,077	-0,164
PA	-0,410	-0,441
TO	+0,000	+0,231
AM	+0,221	-0,261
AC	-0,639	-0,438
RR	+0,071	+0,000
RO	-0,400	-0,682
AP	-0,385	-0,636
TOTAL	-0,165	-0,220

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Do ponto de vista ideológico, as coligações do Rio Grande do Sul se comprometeram em maior medida com a perspectiva esquerdista, de acordo com o IVI de -0,892. Também se destacam Acre (-0,639) e Rio Grande do Norte (-0,574). Entre estes, os valores do IVI nos estados do Sul e do Norte são explicados devido a uma maior independência, não necessitando recorrer a qualquer arranjo político para participar de vitórias nestes estados, principalmente com relação à influência do governo estadual.

Ao agregar municípios de acordo com o tamanho do eleitorado, percebe-se no IVI uma tendência inicial a apresentar um posicionamento localizado no centro, contudo, o valor a partir de locais com 5 mil eleitores atinge parâmetros negativos e

segue esta tendência até atingir o valor de -0,787 entre municípios com mais de 500 mil eleitores, se aproximando da orientação nacional do PT.

Tabela 102: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado

eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,029	+0,177
de 5001 a 10000	-0,073	-0,047
de 10001 a 50000	-0,192	-0,312
de 50001 a 100000	-0,378	-0,675
de 100001 a 500000	-0,508	-0,798
mais de 500000	-0,787	-1,000
TOTAL	-0,165	-0,220

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A variação do IG segue o mesmo padrão, porém com maior intensidade, uma vez que se inicia numa posição mais próxima ao governo federal, indicada pelo valor de 0,177 – certamente devido ao menor número de partidos de oposição presentes nestes municípios. O crescimento do porte do município conduz à situação de evitar ao máximo possível coligações com partidos da base do governo FHC, a tal ponto que nos locais com mais de 500 mil eleitores o PT simplesmente não se coliga com partidos que não estejam na oposição, o que se evidencia pelo IG de -1,000.

O comportamento do PT, segundo esta análise, é bastante sólido, mudanças no comportamento oposicionista são acompanhadas de perto por movimentos ideológicos, de tal forma que os índices apresentam correlação de 0,970 com r^2 de 0,923. Porém, não se deve ignorar a distância entre o posicionamento nos menores e nos maiores municípios. Mesmo ao apresentar posicionamento mais próximo à esquerda e da oposição, o CV do IVI é de 86% e do IG de 94%; representando variações significativas, porém sem indicar que uma variável prevaleça sobre a outra com relação à explicação do comportamento do PT.

A repercussão no eleitorado, observa efeito diverso. A tendência apresentada pelo IVI é a de obter resultados mais proveitosos com a construção de coligações mais próximas ao centro e em seguida à direita, porém esta tendência se retrai ao apresentar as maiores vantagens. No caso das variações do IG, estas seguem um efeito linear, de forma que a obtenção de vitórias e resultados mais expressivos está relacionada um posicionamento mais próximo com membros da base de apoio do governo federal, apesar de ligeira oscilações.

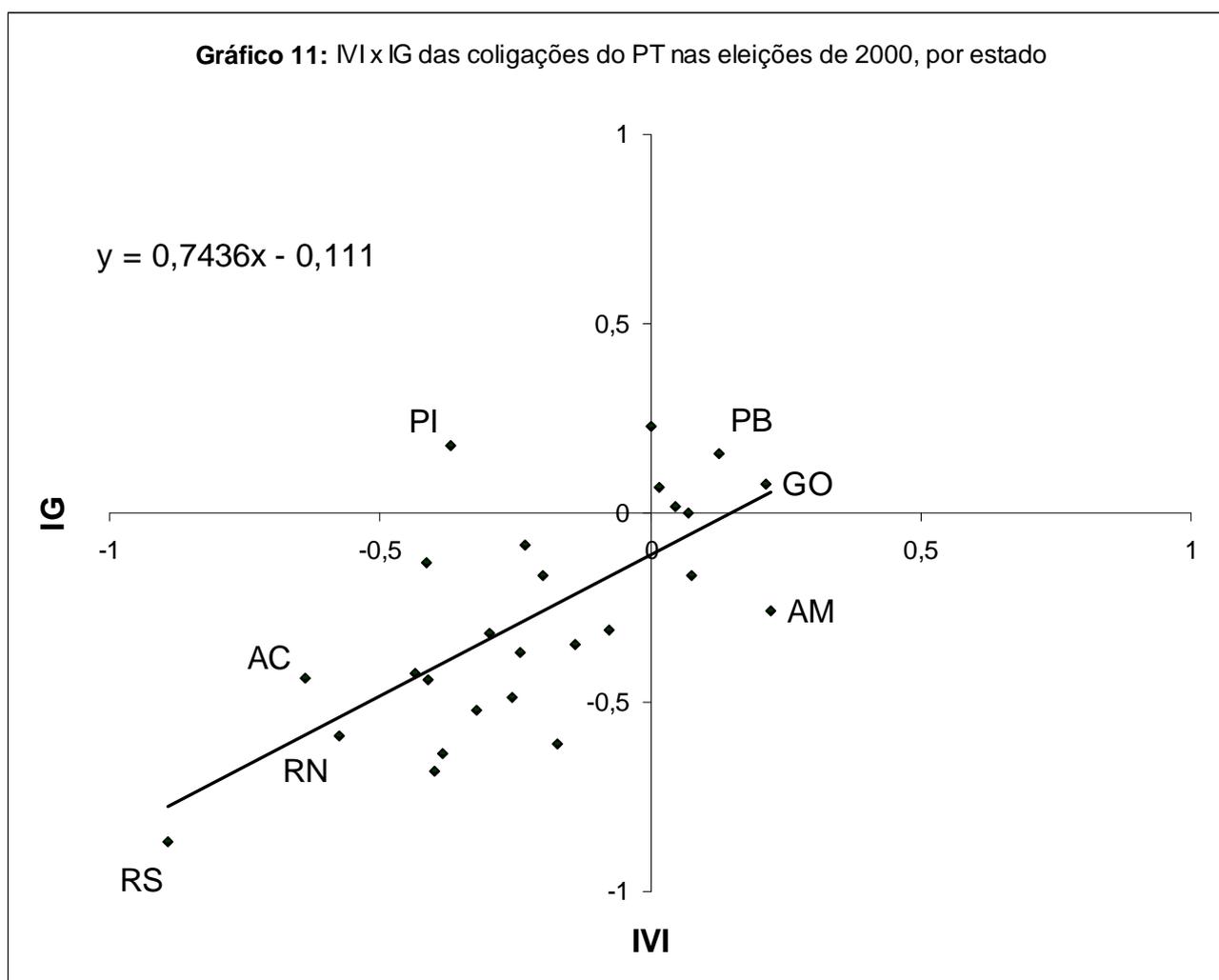
Tabela 103: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2000, por porcentagem da votação

porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	-0,496	-0,720
de 10 a 19	-0,455	-0,614
de 20 a 29	-0,276	-0,444
de 30 a 39	-0,219	-0,271
de 40 a 49	-0,134	-0,150
de 50 a 59	-0,034	-0,011
de 60 a 69	-0,033	-0,083
de 70 a 79	+0,050	+0,000
de 80 a 89	+0,259	+0,043
mais de 89	+0,054	+0,154
TOTAL	-0,165	-0,220

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A correlação nesta análise, assim como na anterior, apresenta um alto valor de correlação: 0,942; em conjunto com r^2 de 0,887. A dispersão dos valores foi extremamente alta, indicação de serem ambos os fatores muito relevantes para a intensidade da votação no PT. O IVI apresentou CV de 175% e IG o 133%. De forma geral o eleitorado reagiu com maior rigor devido à perspectiva ideológica. Desta forma, por mais que o PT apresente perspectivas mais à esquerda com relação aos pontos de vista com os quais se compromete em suas coligações, na realidade apenas as coligações de tendência ao centro são capazes de lhe conferir resultados mais sólidos.

Por meio do gráfico 11 é possível observar o quanto os comportamentos petistas foram variados de estado para estado. Suas coligações se distribuem por todos os quadrantes, com maior concentração no terceiro, local onde se estimava como local preferencial para as coligações do PT. A tendência observada pela reta de regressão evidencia a busca por posicionamentos mais à esquerda à medida que o partido busca apoio em membros da oposição.



De fato a correlação entre estas variações é razoável (0,685), com r^2 de 0,469; indicando uma coerência moderada pelo partido. Porém, do ponto de vista de uma unidade nacional, o partido ainda apresenta grandes variações tanto ao se abordar aspectos ideológicos, quanto à perspectiva de posicionamento frente ao governo federal.

O coeficiente de variação encontrado para ambos os índices indica esta situação, devido aos valores de 122 % e 106 %, respectivamente para IVI e IG.

A coerência partidária do PT decorrente da divisão por estados não é muito relevante. Porém é possível identificar esta situação ao se ter em conta o tamanho do eleitorado. Entretanto, tanto a consistência ideológica quanto a pragmática são muito difusas, impossibilitando a identificação de qualquer característica de suas coligações que permita indicar de forma mais precisa a orientação do partido em termos da organização federativa. Sintetizando, sua consistência partidária é baixa no ano de 2000, apesar de moderadamente condizente com o posicionamento nacional.

4.7.2. Eleições de 2004

Convém destacar o notável crescimento do PT com relação à sua capilaridade em 2000, quando este participava de 49,2% das eleições municipais. O crescimento do foi de tamanha intensidade que chega a participar em mais de 3/4 dos municípios (85,2%) em 2004. No que se refere à sua capacidade de participação municipal esta pode ser equiparada a de partidos de grande porte. Este aumento certamente se deu por uma maior facilidade em se organizar devido a recursos de toda natureza advindos da conquista do poder federal na figura do presidente da República com as eleições de 2002.

Considerada a forma de participação, esta expansão se deu apenas em disputas por meio de coligações, seja como cabeça-de-chapa ou apoiando outro partido. O aumento mais significativo ocorre ao participar para prefeito com apoio de outros partidos, aumentando seu número total de candidaturas em 125%, ao passo que as coligações com candidatos a prefeito de outros partidos cresceram 96%. Os dados não permitem notar até que ponto as candidaturas do PT para prefeito surgiram em locais

onde já concorria, porém apoiando outros partidos, ou se estas participações como cabeça-de-chapa são investidas totalmente novas a partir da força ocasionada pelo contato direto com o governo federal.

Estadualmente é difícil constatar grandes variações a partir do total de participações, ao disputar na maior parte das eleições municipais as diferenças com relação à necessidade de concentrar seus recursos em locais específicos se dilui. Apesar desta falta de clareza, a seqüência de participação pode ser expressa pelo esquema CO / N → SE → S/ NE. Mesmo ao se situar na menor posição com relação às demais regiões, foi no Nordeste onde o PT mais cresceu sua participação, com 95% de aumento. Contudo essas participações se concentram, em média, ao apoiar outros partidos 72% do total de disputas na região, ao passo destes valores se situarem entre 50% e 60% nas demais regiões.

Tabela 104: participações do PT nas eleições de 2004, por estado

Estado	Concorreu (A)	porcentagem sobre o total de município em cada estado	Sozinho (B)	B/A	cabeça-de-chapa (C)	C/A	Coligado (D)	D/A	tamanho médio das coligações
RS	383	77,2%	82	21,4%	107	27,94%	194	50,65%	1,85
SC	241	82,3%	77	32,0%	74	30,71%	90	37,34%	1,55
PR	359	90,0%	67	18,7%	74	20,61%	218	60,72%	2,86
SP	540	83,7%	106	19,6%	192	35,56%	242	44,81%	2,58
RJ	86	93,5%	9	10,5%	29	33,72%	48	55,81%	4,3
MG	710	83,2%	130	18,3%	195	27,46%	385	54,23%	2,76
ES	75	96,2%	7	9,3%	11	14,67%	57	76,00%	4,61
MS	78	100,0%	8	10,3%	41	52,56%	29	37,18%	3,94
MT	131	92,9%	22	16,8%	21	16,03%	88	67,18%	2,78
GO	221	89,8%	28	12,7%	37	16,74%	156	70,59%	2,95
BA	356	85,4%	54	15,2%	124	34,83%	178	50,00%	2,9
SE	62	82,7%	4	6,5%	14	22,58%	44	70,97%	3,98
AL	78	76,5%	5	6,4%	8	10,26%	65	83,33%	3,85
PB	178	79,8%	10	5,6%	19	10,67%	149	83,71%	3,36
PE	158	85,9%	8	5,1%	34	21,52%	116	73,42%	4,13
CE	163	88,6%	17	10,4%	40	24,54%	106	65,03%	3,01
PI	201	90,1%	14	7,0%	37	18,41%	150	74,63%	3,12
RN	120	71,9%	13	10,8%	19	15,83%	88	73,33%	2,75
MA	180	82,9%	17	9,4%	19	10,56%	144	80,00%	4,18
PA	135	94,4%	26	19,3%	44	32,59%	65	48,15%	2,49

TO	126	90,6%	16	12,7%	30	23,81%	80	63,49%	2,65
AM	58	93,5%	3	5,2%	7	12,07%	48	82,76%	4,93
AC	22	100,0%	2	9,1%	15	68,18%	5	22,73%	3,32
RR	13	86,7%	0	0,0%	4	30,77%	9	69,23%	4,69
RO	52	100,0%	12	23,1%	15	28,85%	25	48,08%	2,94
AP	15	93,8%	0	0,0%	5	33,33%	10	66,67%	4,47
TOTAL	4741	85,2%	737	15,5%	1215	25,63%	2789	58,83%	2,92

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Por meio da tabela 104 ainda é possível observar uma queda vertiginosa entre as disputas isoladas do partido, passando de 28,2% em 2000 para 15,5% em 2004. Estas formas de disputa ainda se concentram em Santa Catarina (32%), Rio Grande do Sul (21%) e Rondônia (23%), porém em todos estes estados o PT participava com aproximadamente 50% de suas disputas sem aliados nas eleições de 2000.

Os principais parceiros do PT são PMDB e PTB, não apenas pela alta capilaridade de ambos, visto que outros partidos de grande porte não se coligam com tanta frequência com o PT. Porém, ao se levar em conta o total de participações de cada um dos partidos coligados ao PT, três casos se destacam: PSB, PC do B e PCB. Os dois últimos já foram abordados com relação aos dados de 2000.

Tabela 105: número de vezes com que o PT se coligou com outros partidos nas eleições para prefeito em 2004, por partido			
partidos coligados	número de ocorrências	% sobre participações do PT	% sobre o total de participações do partido coligado
PMDB	1580	33,3%	31,1%
PTB	1159	24,4%	27,2%
PPS	1129	23,8%	33,5%
PDT	1117	23,6%	30,9%
PL	1085	22,9%	27,6%
PSB	1026	21,6%	38,6%
PP	942	19,9%	21,9%
PSDB	934	19,7%	20,5%
PC do B	768	16,2%	56,2%
PFL	704	14,8%	15,9%
PV	511	10,8%	27,8%
PMN	382	8,1%	30,9%
PSC	367	7,7%	22,0%
PSL	281	5,9%	21,8%

PHS	268	5,7%	25,2%
PRP	242	5,1%	20,3%
PSDC	238	5,0%	21,8%
PT do B	205	4,3%	23,0%
PTC	198	4,2%	21,2%
PRTB	184	3,9%	19,8%
PTN	175	3,7%	19,7%
PAN	146	3,1%	22,4%
PCB	96	2,0%	51,1%
PRONA	92	1,9%	19,5%
PCO	6	0,1%	13,0%
PSTU	2	0,0%	1,8%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Enquanto nos outros casos se configuram partidos de pequeno porte, o caso do PSB suscita algumas reflexões, tendo em vista se tratar de um partido de médio porte e com história política consolidada, não se tratando, como acontece com PC do B, de um satélite de outro partido. Este aumento de união entre os partidos possivelmente se deve a dois fatores: aumento do número de participações de ambos os partidos, possibilitando alianças em locais previamente impossíveis; e o óbvio interesse em se aproximar de um partido que esteja na posição central da política federal.

Outro dado instigante é a posição do PSTU, que não mais busca apoiar o PT em 2000, para se colocar em oposição com relação ao seu governo e apresentar o menor número de coligações com este dentre todos os partidos, significando uma ruptura com o padrão apresentado pelo PT em seu início de governo.

Dentre aqueles partidos capazes de concorrer maior número de vezes nos menores municípios, apenas PFL se apresenta menor número de vezes junto ao PT. O PMDB, devido à sua alta capilaridade, sempre se apresenta como o maior parceiro até atingir locais com mais de 50 mil eleitores, quando esta posição passa ao PC do B.

Tabela 106: distribuição da composição das coligações do PT nas eleições de 2004 pelo tamanho do eleitorado, por partido

partido	menos de 5 000 eleitores	5 001 a 10 000	10 001 a 50 000	50 001 a 100 000	100 001 a 500 000	mais de 500 001
---------	--------------------------	----------------	-----------------	------------------	-------------------	-----------------

PMDB	16,7%	12,8%	9,0%	5,2%	3,0%	2,6%
PTB	10,2%	9,5%	7,3%	4,5%	5,4%	9,0%
PPS	8,4%	8,9%	8,0%	7,8%	5,4%	2,6%
PDT	9,9%	8,4%	7,6%	5,0%	4,6%	0,0%
PL	9,6%	8,3%	6,9%	5,1%	6,2%	9,0%
PSB	5,5%	6,9%	8,8%	8,6%	7,6%	6,4%
PP	9,6%	6,8%	5,9%	4,1%	2,2%	1,3%
PSDB	9,2%	7,8%	5,5%	3,7%	1,8%	0,0%
PC do B	1,6%	3,7%	7,0%	14,2%	14,5%	19,2%
PFL	7,8%	5,6%	3,9%	1,8%	1,1%	0,0%
PSL	1,2%	1,9%	2,4%	2,5%	3,3%	6,4%
PT do B	0,6%	1,1%	1,9%	2,7%	3,0%	5,1%
PAN	0,2%	0,6%	1,5%	1,7%	4,1%	1,3%
PCB	0,1%	0,1%	0,5%	2,4%	5,3%	12,8%
outros direita	5,2%	9,7%	12,3%	15,3%	16,4%	14,1%
outros esquerda	4,1%	8,1%	11,5%	15,3%	15,9%	10,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Nos maiores municípios, simplesmente não ocorrem coligações com partidos que pertençam à oposição, enquanto PTB e PL – partidos de direita e membros da base – são superado apenas por PC do B e PCB. Novamente a posição mais constante em coligações com o PT é a do PSB, ao apresentar CV de apenas 16,05%; seguido por PL (21,11%) e PTB (27,66%).

Em comparação a 2000, as vitórias petistas cresceram, no total, 120%; perfazendo, em 2004, 35% das vezes em que concorreu. Destas, a maioria se deve às disputas como cabeça-de-chapa e apoiando candidatos de outros partidos. Apenas no norte do país é possível distinguir uma taxa de sucesso mais alta com relação às eleições para prefeito, a qual atinge 41,3%, cabendo às demais regiões valores próximos a 20%. Em grande medida as vitórias do PT em 2004 se encontram melhor distribuídas no país como um todo.

Tabela 107: vitórias do PT nas eleições de 2004, por estado

Estado	Vitórias (A)	porcentagem sobre concorreu	sozinho (B)	B/ participações sozinho	cabeça-de-chapa (C)	C/ participações cabeça-de-chapa	coligado (D)	D/ participações coligado	tamanho médio das coligações
RS	157	40,99%	6	7,32%	37	34,58%	114	58,76%	2,6

SC	68	28,22%	5	6,49%	19	25,68%	44	48,89%	2,4
PR	136	37,88%	6	8,96%	23	31,08%	107	49,08%	4,2
SP	165	30,56%	3	2,83%	54	28,13%	108	44,63%	4,0
RJ	26	30,23%	0	0,00%	8	27,59%	18	37,50%	6,9
MG	272	38,31%	10	7,69%	75	38,46%	187	48,57%	3,7
ES	33	44,00%	1	14,29%	4	36,36%	28	49,12%	6,0
MS	34	43,59%	1	12,50%	17	41,46%	16	55,17%	5,1
MT	52	39,69%	2	9,09%	5	23,81%	45	51,14%	3,9
GO	85	38,46%	2	7,14%	8	21,62%	75	48,08%	3,7
BA	77	21,63%	1	1,85%	18	14,52%	58	32,58%	4,6
SE	22	35,48%	0	0,00%	4	28,57%	18	40,91%	5,5
AL	24	30,77%	0	0,00%	2	25,00%	22	33,85%	5,2
PB	73	41,01%	0	0,00%	4	21,05%	69	46,31%	4,0
PE	59	37,34%	1	12,50%	7	20,59%	51	43,97%	4,7
CE	55	33,74%	0	0,00%	12	30,00%	43	40,57%	4,2
PI	55	27,36%	0	0,00%	7	18,92%	48	32,00%	3,7
RN	34	28,33%	0	0,00%	2	10,53%	32	36,36%	4,0
MA	74	41,11%	0	0,00%	7	36,84%	67	46,53%	6,0
PA	41	30,37%	2	7,69%	16	36,36%	23	35,38%	3,9
TO	56	44,44%	2	12,50%	14	46,67%	40	50,00%	3,3
AM	22	37,93%	0	0,00%	3	42,86%	19	39,58%	6,1
AC	11	50,00%	1	50,00%	9	60,00%	1	20,00%	3,0
RR	6	46,15%	0	-	2	50,00%	4	44,44%	5,5
RO	20	38,46%	1	8,33%	7	46,67%	12	48,00%	4,0
AP	5	33,33%	0	-	3	60,00%	2	20,00%	7,2
TOTAL	1662	35,06%	44	5,97%	367	30,21%	1251	44,85%	4,0

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O PT apresenta maior efetividade apenas em dois estados nos quais anteriormente havia apresentado o mesmo resultado: Acre e Mato Grosso do Sul. No Acre, em 1998, Jorge Viana derrotou Alécio Dias (PFL) – candidato do então governador Orleir Cameli (à época do PPR, atual PP). Desde então sucessivamente cabe ao PT o governo estadual. Em Mato Grosso do Sul Zeca do PT obteve a reeleição para o governo do estado, constituindo forte base de apoio eleitoral no estado.

O tamanho médio das coligações vitoriosas do PT é de 4 partidos, cabendo a Rio Grande do Sul e Santa Catarina os menores valores – respectivamente 2,6 e 2,4 – pertencendo ao Amapá as maiores coligações, com média de 7,2 partidos.

A capacidade de difusão pelo Brasil é praticamente idêntica em todos os tamanhos de eleitorado para o PT, a porcentagem não varia em mais de cinco pontos percentuais entre qualquer uma das classes consideradas. Entretanto, com relação à taxa de sucesso, esta se evidencia melhor nos menores municípios, piorando até atingir municípios com entre 10 e 500 mil eleitores, para cair novamente entre os maiores municípios.

Tabela 108: vitórias do PT nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado			
Eleitorado	número de vitórias	porcentagem sobre total de municípios	porcentagem sobre total de participações
menos de 5000	594	30,71%	40,63%
de 5001 a 10000	445	30,52%	35,51%
de 10001 a 50000	522	28,56%	30,91%
de 50001 a 100000	52	27,37%	27,96%
de 100001 a 500000	44	32,84%	33,08%
mais de 500000	5	27,78%	27,78%
TOTAL	1662	29,88%	35,06%

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Este quadro representa uma grande mudança com relação às principais bases de apoio do PT. Pertencer ao governo possibilitou entrar com efetividade na política municipal, como é constatado pelo aumento elevado nas vitórias petistas entre os menores municípios. Em conjunto, observa-se queda no sucesso que apresentava junto aos grandes centros urbanos. Estar à frente do governo, apoiar ou estar apoiado por partidos que compõem a base do governo, se apresentam como variáveis que conduzem a condições de apoio eleitoral maiores em relação a municípios de menor porte, como já se notou até o momento entre os demais partidos. As condições que indicam o apoio a determinado grupo político, com o aumento do eleitorado, parece estar de alguma medida ligado a uma perspectiva de maior consistência ideológica pelo partido, devendo se submeter às suas origens identitárias.

No que toca ao cumprimento da indicação nacional, o posicionamento petista sofreu uma queda com relação à sua consideração ideológica (0,052), porém, do ponto

de vista de apoio a partidos da base do governo federal (0,483) foi condizente com sua posição.

Tabela 109: IVI e IG das coligações do PT nas eleições de 2004, por estado

Estado	IVI	IG
RS	-0,158	+0,375
SC	-0,043	+0,519
PR	+0,114	+0,446
SP	+0,002	+0,570
RJ	+0,051	+0,489
MG	+0,165	+0,379
ES	-0,014	+0,442
MS	+0,039	+0,398
MT	+0,121	+0,471
GO	+0,208	+0,478
BA	-0,071	+0,569
SE	+0,134	+0,598
AL	+0,103	+0,559
PB	+0,187	+0,354
PE	-0,066	+0,598
CE	+0,010	+0,599
PI	-0,005	+0,481
RN	-0,027	+0,589
MA	+0,182	+0,384
PA	-0,217	+0,699
TO	+0,117	+0,542
AM	+0,119	+0,459
AC	-0,452	+0,843
RR	+0,393	+0,538
RO	+0,026	+0,350
AP	+0,104	+0,591
TOTAL	+0,052	+0,483

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O IG se mantém praticamente estável, com variações que não alteram a posição consolidada do partido em se aliar preferencialmente com partidos da base do governo Lula. Acre e Rio Grande do Sul despontam mais uma vez como estados onde a aproximação com partidos de esquerda acentua-se, respectivamente -0,452 e -0,158. A posição mais comum se concentra no centro político, porém apresenta seu valor mais desviante em Roraima, com 0,393.

Aumentos no tamanho do eleitorado influenciam em direção à procura por partidos mais próximos da esquerda até locais com 50 mil habitantes, após isto a tendência do IVI é se aproximar do centro. Por outro lado, as variações do IG se apresentam lineares e na condição deste apresentar valores mais próximos ao governismo com o aumento do eleitorado, culminando nos grandes centros urbanos, onde o IG observado é de 0,953.

Tabela 110: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado		
eleitorado	IVI	IG
menos de 5000	+0,150	+0,402
de 5001 a 10000	+0,089	+0,454
de 10001 a 50000	+0,001	+0,528
de 50001 a 100000	-0,123	+0,642
de 100001 a 500000	-0,080	+0,678
mais de 500000	-0,026	+0,953
TOTAL	+0,052	+0,483

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

A correlação entre os índices é apenas relevante: -0,619 e r^2 de 0,384. Mesmo que exista proximidade na variação entre ambos, esta não é acompanhada de modificações semelhantes. Essa situação fica mais evidente com a quase total estabilidade entre os valores do IG (CV de 29%) enquanto o IVI apresenta CV de 4.859%. O fator mais importante para a forma como o partido preparou suas coligações foi, tomando o partido em sua medida nacional, a busca de aliados do governo, restando à perspectiva ideológica um papel secundário, considerado apenas em locais de maior disputa política.

Eleitoralmente os posicionamentos do PT mais próximos de partidos de direita são mais eficazes do que ao se coligar, como se observa na tabela 111 pela coluna referente ao IVI. Surpreendentemente o resultado da estratégia de dar preferência a partidos dentro do governo foi negativa, porém, ainda assim os resultados mais

positivos ainda ocorreram em conjunto com maioria significativa de membros da base aliada.

Tabela 111: IVI e IG das coligações do PT para prefeito nas eleições de 2004, por porcentagem da votação

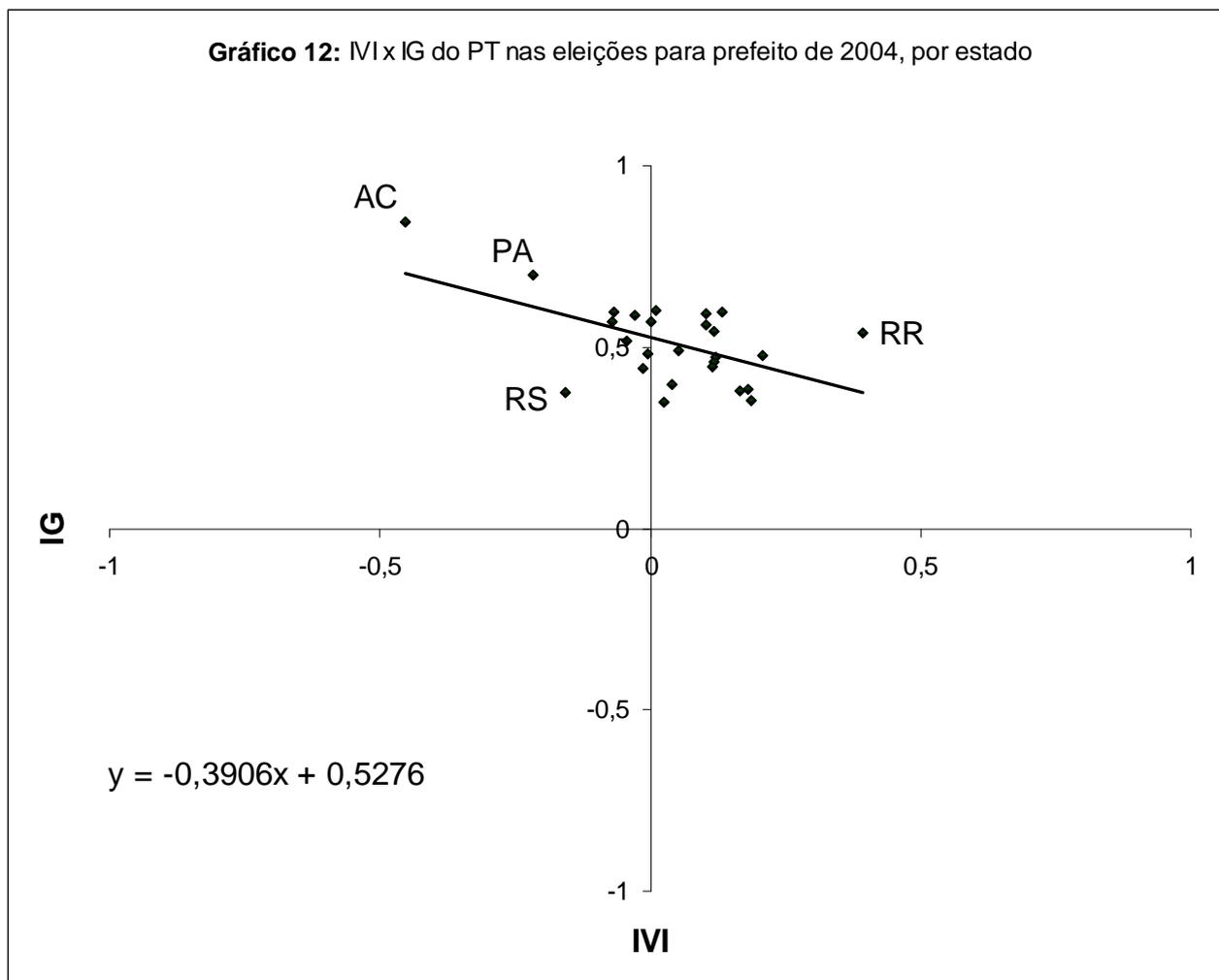
porcentagem dos votos válidos no 1º turno	IVI	IG
menos de 10	-0,231	+0,656
de 10 a 19	-0,166	+0,673
de 20 a 29	-0,059	+0,610
de 30 a 39	+0,074	+0,513
de 40 a 49	+0,083	+0,456
de 50 a 59	+0,101	+0,444
de 60 a 69	+0,094	+0,432
de 70 a 79	+0,131	+0,411
de 80 a 89	+0,108	+0,355
mais de 89	+0,162	+0,382
TOTAL	+0,052	+0,483

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Variações em um índice refletem modificações em sentidos opostos com intensidade muito próxima entre IVI e IG, considerando o r de Pearson de $-0,940$ e r^2 de $0,884$. A forma como PT se apresenta em eleições, quanto ao formato de suas coligações, influi em muito a escolha pelo eleitorado. Mesmo assim, existem variações muito elevadas no IVI, apresentado CV de 429% ; o que contrasta com os 22% do IG. A diferença quanto à formação ideológica das coligações do PT gerou maiores reações no eleitorado, inclusive bastante severas.

As eleições de 2004 se apresentam como um grande contraste de 2000. Se nas eleições anteriores o PT primou pela alta dispersão, em 2004 houve uma forte convergência de projetos políticos, como se observa pela concentração dos posicionamentos no gráfico 12, entre primeiro e segundo quadrante. Na ordem geral apenas um movimento é responsável pela grande variedade de posições: as condições ideológicas das coligações. Inegavelmente as posições são orientadas pela busca por parceiros da base do governo, enquanto o posicionamento ideológico varia

consideravelmente, contudo dentro do centro político, na maior parte dos casos, para ambas as direções ideológicas.



Os dados apresentam correlação relevante, de -0,550; bem como são explicados 30% dos valores apresentados de acordo com o r^2 . Como anteriormente abordado, as condições do IVI afetam em maior medida a pouca estabilidade do comportamento partidário do PT, considerados os estados. Seu CV neste caso é de 399%, ao passo que as pequenas variações do IG conduziram a um CV de 21%.

Com base nestas colocações, a posição do PT saiu de um posicionamento difuso, porém em alguma medida coerente em 2000, com variações razoáveis e grande dispersão quanto aos comportamentos partidários entre os estados, para a ocorrência,

com a obtenção da presidência da república, de uma mudança drástica em seu comportamento para eleições municipais em 2004.

A condição de apoio ao governo se torna definidora das coligações do PT. Porém a mesma conduz a consideráveis variações na perspectiva ideológica, abrindo mão de seu comportamento diferenciado dentre os demais partidos para se tornar outro partido a evidenciar as condições de apoio governamental em detrimento de posicionamento ideológico.

5. Conclusão

O debate sobre a relevância das coligações, a princípio abordado no Brasil por Gláucio Soares (1964), possui seu referencial teórico ainda restrito ao arcabouço conceitual elaborado por este autor. Apesar de grande quantidade de trabalhos desde então, nenhum deles se propôs a discutir de forma mais prolongada esta base teórica, ao menos acrescentando à mesma o conhecimento prático adquirido por meio dos vários estudos até o presente momento realizados. Esta situação se deve à aceitação implícita na maior parte das vezes, mas com contundentes implicações práticas, quanto ao referencial teórico abordado por Anthony Downs (1957). Existem algumas limitações ao basear sobre esta perspectiva teórica a análise dos dados.

A interpretação sobre democracia de Downs é construída a partir da argumentação de Schumpeter. Assim como Schumpeter, Downs considera que qualquer indivíduo é capaz de agir racionalmente, porém discorda do mesmo quanto à irracionalidade atribuída a grupos. Para Schumpeter os indivíduos são capazes de escolher as melhores opções em sua arena pessoal, pois estas decisões fazem parte do seu dia-a-dia, tornando o contato com estes temas algo corriqueiro. Porém, ao adentrar o espaço público, a falta de contato com os temas nele presentes, faz com que o eleitor se comporte de forma pouco racional.

Downs considera que a falta de racionalidade em eleições não seria um problema tão grave como aponta Schumpeter. O mecanismo da reeleição incentivaria os políticos a agirem em benefício de seus eleitores, para a manutenção de suas posições na arena política. Dentro deste esquema o eleitor analisaria a qualidade de sua vida antes e depois da eleição de seus representantes. Caso houvesse melhoria os atuais representantes seriam reconduzidos ao cargo, ao não se somar nenhuma melhora outros

políticos receberiam o voto do eleitor. Ao mesmo tempo a informação necessária à tomada de decisão por parte dos eleitores não é totalmente evidente, demanda condições que não se apresentam igualmente a todo o conjunto da sociedade, algo que remete à questão da existência de outros atores além de eleitor e candidato no processo eleitoral, uma vez que grupos de interesse buscam influenciar na decisão política.

Dentro desta elaboração a política ainda seria regida por princípios econômicos, na forma de um mercado político, onde eleitores deteriam o voto como moeda que possibilitaria comprar posições políticas, através da eleição de candidatos. Nesta situação de escassez de votos cabe aos políticos se especializarem em suas atividades, com o intuito de se apresentarem como os mais qualificados perante o eleitorado. Este processo seria o que Manin chama de distinção, atribuir valor político diferenciado entre representantes e representados.

Curiosamente, é possível observar alguns pontos de contato entre a teoria de econômica de Downs e a percepção por parte de Bourdieu sobre a constituição do campo político. Entretanto, é evidente que a visão do primeiro sobre sua descrição da organização política é positiva, enquanto o segundo identifica problemas relacionados com esta abordagem sobre o processo de construção de representação política.

Para Bourdieu o campo político seria constituído por especialistas, como qualquer outro campo. Para o autor francês, o eleitor, tido como o “profano” dentro da teia de relações existentes no campo político, operaria apenas no momento do voto. Mesmo que o cidadão comum não tome decisões diariamente e não participe ativamente da política, cabe a ele o poder de definir a constituição do campo político, possibilitando a permeabilidade deste por pessoas alheias aos problemas do mesmo.

Contudo, o momento mais importante na definição dos membros da esfera política é anterior à eleição. Mesmo no momento em que o eleitor, profano ao campo

político, interfere na organização deste por meio do voto, esta influência é limitada. Os partidos políticos, ao menos no caso brasileiro, indicam quais os candidatos, quais as pessoas possíveis de serem escolhidas por meio do voto.

Ao mesmo tempo, no caso do sistema eleitoral brasileiro, outro fator também é pré-fabricado: as coligações que disputarão os diferentes cargos políticos eletivos. Neste ponto é crucial observar que os arranjos políticos existentes no momento em que se forja uma coligação não são evidentes para o eleitorado. No caso de eleições para prefeito, não existe indicação sobre a quais partidos serão destinadas secretarias e cargos de confiança; se a orientação de políticas sociais estará mais vinculada à perspectiva previamente discutida de algum dos partidos que integram a coligação, se o plano econômico será determinado por político de outro partido etc. O voto em um partido a concorrer em coligação está vinculado da mesma forma aos partidos que a compõem.

Sendo assim, não sobra ao eleitor comum determinar o rumo da política, apenas indicar uma escolha entre as opções ofertadas pelas organizações políticas, pertencentes, constitutivas e construtoras do campo político.

Num contexto em que a identificação entre eleitor e partidos políticos é baixa (Nicolau, 2006), não é de se espantar que eleição após eleição os cidadãos venham a reafirmar desconfiança sobre a eficácia das organizações políticas, desconfiança observada em pesquisas de opinião (Payne, 2002). Eficácia a qual deve ser concebida em termos de vinculação entre perspectivas de mundo presentes no eleitorado e ações governamentais guiadas por estas visões, o sentimento do eleitorado de que suas vontades estão sendo minimamente consideradas no embate político. A existência da representação política só possui sentido quando efetivamente existe um vínculo entre

representantes e representados, de forma a servir de orientação para a ação dos primeiros (Pitkin, 1967).

No sentido até o momento abordado, o mais importante é notar a constituição das coligações a partir da interpretação dos próprios partidos políticos, sobre como os mesmos vêm a si e aos seus iguais em termos de efeito no campo político. Se a decisão eleitoral está subordinada a uma decisão anterior, formulada pelas organizações partidárias, é crucial entender como estas máquinas eleitorais percebem o próprio meio em que existem e atuam.

É necessário retomar a reflexão de Manin (1997) sobre os atuais sistemas eletivos. Manin identifica como um dos únicos traços apreensíveis como democráticos nos atuais sistemas de representação a possibilidade existente de que o voto do eleitor gere controle sobre as ações dos agentes políticos. Pelas reflexões baseadas em Bourdieu, a ação do eleitor estaria limitada, mesmo que fosse apenas aprovar/reprovar um candidato, a partir das opções políticas construídas e ofertadas pelos partidos políticos. A construção da identidade sólida de partidos políticos, que poderia possibilitar um mínimo de controle por parte dos representados sobre seus representantes, depende em grande medida de como os próprios partidos se apresentam para a disputa política e quais apoios selam estas construções, que certamente, no caso de vitória, resultarão em direções limitadas pelas forças de suporte das candidaturas.

Retomando os resultados das análises apresentadas, constata-se haver dificuldade em perceber comportamentos próprios de cada partido, ao se considerar a distribuição do território brasileiro. Cada estado as coligações de cada partido possuem características próprias para enfrentar as disputas locais.

A região Norte, por sua ocupação mais recente, menor tamanho da população e limitada influência política e econômica no país, tende a ser a região menos disputada

entre os partidos. Porém, devido ao pequeno número de municípios da região, existe certa facilidade entre os maiores partidos em se apresentarem em eleições na região. É freqüente, ainda, a observação dos estados desta região entre os casos que apresentam os comportamentos mais desviantes de cada partido. Esta situação denota a dificuldade da política tradicional se adequar aos ambientes e arranjos políticos na região, podendo-se dizer existir algum nível de independência entre as decisões locais e nacionais, talvez à exceção de PT e PP no estado do Acre.

Na região Sul o que mais chama a atenção é o reduzido tamanho médio das coligações ali formadas, sempre abaixo dos valores encontrados no restante do país. Observa-se, ainda, comportamentos partidários bastante parecidos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo o caso desviante na região o estado do Paraná. Existe dificuldade para a participação de PSDB, PFL e PT. Em 2000, PSDB e PFL conseguiram resultados bastante favoráveis no Paraná, porém não foram capazes de mantê-los em 2004.

Apesar de os estados com maior número de municípios apresentarem certa distribuição de prefeituras entre vários partidos, é possível observar uma clara divisão entre os maiores partidos políticos com relação ao predomínio entre algum dos principais estados brasileiros, do ponto de vista econômico e político. Nas eleições de 2000; PMDB possuiu 27% das prefeituras de Minas Gerais, PSDB conquistou 28% em São Paulo, PP 35% no Rio Grande do Sul e PFL 30% das prefeituras na Bahia; além de PDT obter 37% das prefeituras no Rio de Janeiro. Esta tendência se confirma em 2004, apesar de haver maior dispersão entre PMDB, PDT e PP no Rio Grande do Sul e a substituição do PDT como maior força no Rio de Janeiro em favor do PMDB.

Evidentemente a ação dos partidos é concentrada, de certa forma agem inclusive de forma harmoniosa, evitando confrontos devido a dificuldades em disputar eleitorado

com partidos mais consolidados em dadas situações. Pode-se afirmar que os partidos políticos procuram disputar eleições em lugares que possuem reais chances de vitória – exceto o PT, como já foi abordado – evitando o confronto desnecessário. Assim sendo, ao se observar a primazia de algum partido em determinado local ou região, os demais partidos tendem a evitar entrar em disputas eleitorais dentro destes ambientes onde previamente existe o predomínio de outros grupos políticos.

O tamanho dos municípios efetivamente se apresenta como o melhor critério para avaliar as condições das coligações partidárias. Partidos atribuem diferente valor quanto à importância política de cada município, fortemente atrelado ao tamanho de cada um. A percepção e importância política, contudo, não se define apenas por um contínuo no qual grande porte se traduz em maior importância para todos os partidos.

É necessário deixar claro que cabe às prefeituras a destinação dos recursos dirigidos aos municípios, quer por parte do governo federal ou estadual. O montante total de recursos que cabe a vários pequenos municípios certamente pode se constituir numa receita administrada extremamente elevada, a qual por vezes não se limita à execução apenas de interesses locais, o poder político decorrente da distribuição destes recursos serve como moeda de troca por apoio, possibilitando a construção e/ou consolidação de posições tanto locais como estaduais e federais.

Não se pode afirmar, portanto, a existência de uma unidade clara entre os partidos brasileiros, tendências gerais são difíceis de serem percebidas, particularmente ao se considerar os estados como unidade de análise. Contudo, ainda assim algumas situações merecem destaque.

Em termos de organização nacional – em 2000 – é possível identificar o comportamento coligacionista do PT como esquerda, fato isolado, visto que os demais partidos abordados apresentam tendência mais próxima de se aliar a partidos de direita.

É intrigante notar que o PSDB, partido que em seus primórdios indicava uma perspectiva de se posicionar na centro-esquerda, apresenta os maiores valores quanto ao IVI. Nestas eleições a perspectiva que auxilia a conferir maior consistência para o comportamento dos partidos reside no eixo esquerda-direita. PT é o único partido a demonstrar uma conjunção maior de posicionamentos entre os diversos estados a partir da variável ideológica.

Tabela 112: IVI e IG das eleições para prefeito de 2000, por partido		
partido	IVI	IG
PMDB	+0,260	-0,021
PFL	+0,307	+0,124
PSDB	+0,317	+0,053
PP	+0,287	+0,123
PDT	+0,215	+0,093
PT	-0,165	-0,220

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Também cabe ao PT a posição mais sólida com relação à oposição. Aos demais partidos resta buscar orientações que permitam se esquivar de partidos da base do governo, apresentado, em sua maioria, valores próximos da posição de neutralidade, porém com uma leve tendência na direção do governismo, como se atesta pela tabela 112, acima.

Efetivamente apenas PFL e PP apresentam coligações em maior número com partidos da base governista, mas mesmo assim com valores modestos. Os dados acima apresentados atestam mais uma vez ter havido dificuldade por parte do PSDB em realizar coligações com seus próprios aliados no governo federal, devido à situação negativa do governo FHC.

A situação referente às eleições de 2004 apresenta um quadro muito diferente. O efeito mais vigoroso na identificação do comportamento partidário a orientar coligações coube à medida do posicionamento ao governo federal. Apesar das posições ideológicas

se abrandarem estas possivelmente se devem à busca por alianças com membros da base do governo, que em sua maioria era constituída por partidos considerados parte da esquerda, tendo em vista os altos valores observados com relação ao IG. Novamente é instigante constatar que o maior valor tanto para o IG como para o IVI, mais próximo à partidos de direita e da base do governo, cabe ao PSDB, partido classificado como centro e oposição, em vez de ocorrer com um dos partidos efetivamente identificados com estas perspectivas políticas. Entretanto, de acordo com a modificação da posição ideológica, o caso do PT foi bastante severo, se apresentado mais próximo de todos os demais partidos. Desta conjunção de posições ocorreu um maior equilíbrio sobre um mesmo ponto no sistema partidário brasileiro.

Tabela 113: IVI e IG das eleições para prefeito de 2004, por partido

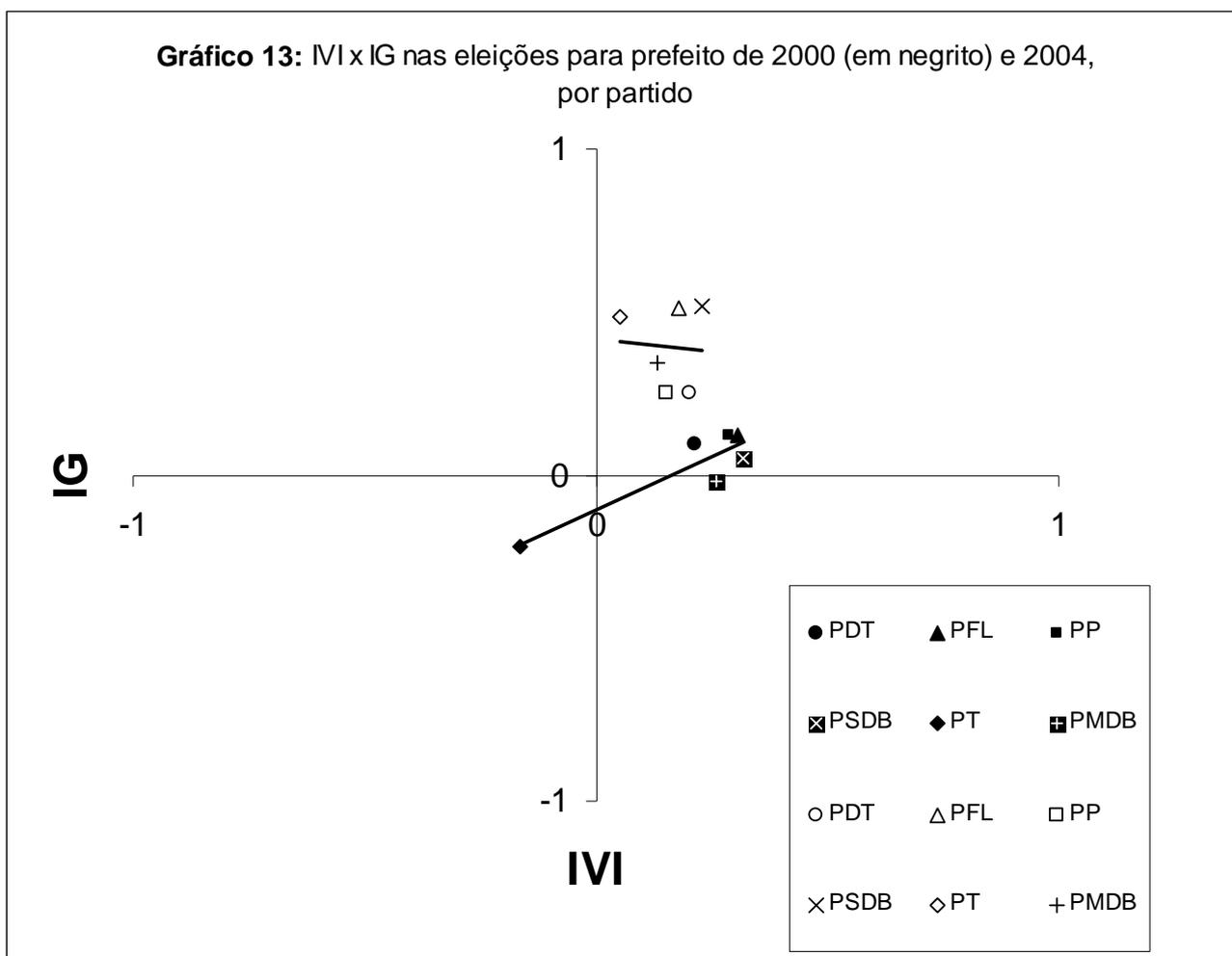
partido	IVI	IG
PMDB	+0,133	+0,344
PFL	+0,180	+0,512
PSDB	+0,230	+0,517
PP	+0,153	+0,254
PDT	+0,204	+0,254
PT	+0,052	+0,483

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Ainda cabe ressaltar que os maiores valores observados para o IG não são de partidos que compõem a base do governo, mas aqueles que se colocam como oposição ao governo federal (no caso PSDB e PFL). Os partidos que compunham a oposição eram certamente minoria na organização política de 2004. Evidentemente isso influenciou e muito para a constatação e valores tão altos para o IG. Outra consideração ainda deve ser feita sobre isso. Trata-se de coligações municipais, muito possivelmente existe algum nível de tradições de apoio dentro de cada localidade. Apesar de não ser possível abordar neste estudo a continuidade e descontinuidade de cada coligação especificamente, é crível considerar que em termos estaduais aliados antigos possuam mais valor do que modificações na composição do governo federal no momento de

constituir coligações. Em grande medida os partidos apoiariam aproximadamente os mesmos partidos de outras eleições. Desta forma parceiros preferenciais de um partido de oposição que viessem a se unir ao governo federal afetam em muito os valores do índice de governismo. Contudo não se pode creditar essencialmente a algum tipo de problema na construção desta medida, trata-se em maior medida da observação da situação atípica vivenciada nas eleições de 2004, onde quem não era da base do governo não queria se afastar totalmente.

Estes dados nos permitem ainda cruzar os índices referentes a cada partido nos dois anos com o intuito de situar espacialmente as posições percebidas pelos índices propostos. Segue abaixo, no gráfico 13, esta representação:



Os valores referentes a 2000 se encontram preenchidos com a cor preta, enquanto os dados sobre 2004 permanecem sem preenchimento. Apenas PT apresenta variação ideológica mais relevante entre todos os partidos. Decorrente desta modificação houve uma maior concentração de posições políticas entre os partidos analisados. A tendência centrípeta, observada por Ribeiro (2005) entre os maiores municípios, pode ser expandida para a organização geral dos partidos.

Pelo que se constata por meio das retas de regressão atinentes a cada conjunto de eleições, em 2000 ainda era possível perceber a existência de uma continuidade do comportamento dos partidos políticos com relação a variações de apoio ao governo e à perspectiva ideológica, porém, esta era definida em grande medida pela posição ocupada pelo PT dentro deste campo político. Seu comportamento dava certa orientação à organização política brasileira. Ao se considerar as eleições de 2004, a condução da política municipal do partido mais voltada para o centro político, bem como devido à sua posição dentro da chefia do poder federal, faz com que as variáveis deixem de explicar qualquer comportamento partidário, ao se relacionar os diversos partidos. A inclinação da reta de regressão é praticamente nula, atestando haver pouca interatividade entre a perspectiva ideológica e governamental, podendo-se, por meio daquilo exposto pelos dados, identificar a variável propiciada pelo IG como indicação mais preponderante sobre o comportamento presente no cenário político-partidário brasileiro no eu se refere à construção de alianças eleitorais.

Ao se pensar a composição de coligações como a externalização dos partidos políticos quanto a indícios sobre quais caminhos pretendem traçar politicamente, modificações comportamentais de uma eleição pra outra surtem efeitos no processo eleitoral. Observa-se nas eleições de 2000 um nível de coerência nas coligações alto (0,906); ao passo que em 2004 a inteligibilidade das propostas políticas dos partidos,

através de suas coligações, é em muito reduzida, pois apresenta correlação de -0,067. Do ponto de vista das mudanças relativas aos índices entre as eleições, a correlação entre a variação dos índices de cada partido de uma eleição para a outra indica a manutenção de posições com maior força por parte do IVI do que do IG; 0,836 para o primeiro e -0,344 para o segundo.

Pode-se constatar que imagens relacionadas à posição nacional de cada partido político no Brasil devem ser consideradas apenas do ponto de vista estritamente nacional. As identidades partidárias tornam-se mais fluidas e orientadas por situações mais específicas com o decréscimo no tamanho dos municípios. Existe um mosaico de posições partidárias, porém, ao se enxergar o conjunto à distância não se forma imagem clara sobre qual figura essas peças menores se destinavam a representar.

Esta situação pode ser corroborada mais uma vez ao se focar a discussão para a disputa mais recorrente no plano federal; a dicotomia entre PSDB e PT. Essa relação define de tal forma o campo político nacional que ambos os partidos apresentam os candidatos à presidência mais relevantes desde as eleições de 1994. Soma-se a isso o fato de cada um destes partidos ter constituído oposição ferrenha ao governo do outro, sendo que, no caso do PSDB, este sempre contou com o apoio do PFL, quase um satélite ao PSDB na esfera federal. Sendo este o cenário apreensível na política federal, a orientação pelo caso municipal transforma o eixo de relações.

Mesmo sendo possível observar que PSDB e PT se aliam um número bastante reduzido de vezes, o embate maior pode ser identificado entre PT e PFL. O motivo de se destacar o comportamento desses partidos em detrimento dos demais surge do fato de serem aqueles com menor número de coligações com o PT tanto em 2000 quanto em 2004.

Na tabela 114, abaixo, são apresentadas as porcentagens de vezes em que PSDB e PFL concorreram com o PT sobre o total de participações de cada um destes, por estado. Na mesma tabela é disponibilizada a diferença entre estas porcentagens de participação dos dois partidos com o PT. Com base nisso, é possível avaliar qual partido possui maior resistência a participar com o Partido dos Trabalhadores.

Tabela 114: participações com o PT sobre o total de participações de PFL e PSDB nas eleições de 2000, por estado			
estado	PFL	PSDB	diferença
RS	1,0%	0,6%	0,4
SC	0,7%	3,6%	-2,9
PR	4,8%	10,4%	-5,6
SP	3,4%	8,2%	-4,8
RJ	8,1%	9,0%	-0,9
MG	6,3%	10,9%	-4,6
ES	0,0%	5,4%	-5,4
MS	14,9%	16,7%	-1,7
MT	4,0%	16,1%	-12,1
GO	10,2%	13,8%	-3,6
BA	0,7%	15,9%	-15,1
SE	5,5%	4,5%	1,0
AL	1,3%	4,8%	-3,5
PB	13,5%	17,8%	-4,3
PE	2,3%	14,8%	-12,6
CE	5,2%	11,2%	-6,1
PI	0,0%	10,8%	-10,8
RN	0,0%	2,2%	-2,2
MA	1,9%	10,0%	-8,1
PA	3,2%	0,7%	2,4
TO	4,4%	17,4%	-13,0
AM	8,1%	11,3%	-3,2
AC	0,0%	88,9%	-88,9
RR	0,0%	20,0%	-20,0
RO	2,0%	2,4%	-0,4
AP	0,0%	18,8%	-18,8
TOTAL	4,1%	10,4%	-6,3

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Como se pode constatar a maior rejeição ocorre pelo PFL. Dois fatores tenderiam a considerar que a relação mais conflituosa derivaria de PT e PSDB. A

primeira reside no fato de que ambos partidos foram constituídos em maior medida na região da grande São Paulo, nas regiões centrais no caso do PSDB e no grande ABC quanto ao PT. Este conflito certamente intensificaria o repúdio de uma legenda a outra, devido à áreas de conflito existentes em seus locais de origem. Contudo, em 2000, nem mesmo em São Paulo, onde supostamente haveria maior conflito entre PT e PSDB, os tucanos são mais resistentes a coligações com petistas do que a organização pefelista. Outro fator se deve à formação de um ideário em torno do PSDB com um partido ideologicamente constituído, portanto fazendo pouca diferença acertos locais, de forma a ser mais importante questões relacionadas a posicionamento frente a determinados temas nacionais, expandindo-os para a arena municipal. Desta forma, um comportamento voltado para o simples ganho eleitoral estaria mais próximo de uma atitude típica para o PFL do que ao PSDB. Como já se tratou, o aumento de posicionamentos ideológicos em uma coligação garante resultados mais satisfatórios. Neste sentido, a coligação junto a um partido com o qual não se compartilha um mesmo conjunto de percepções de mundo evidencia um comportamento relacionado apenas a ganhos eleitorais. Como se pôde observar na tabela 113, o PFL apresenta uma tendência maior a evitar coligações com o PT. Em apenas três estados (destacados na tabela) PSDB se coliga menos com o PT.

Ao se contabilizar o mesmo dado a partir do tamanho do eleitorado os resultados se tornam ainda mais significativos, visto que em nenhuma classe a vantagem cabe ao PSDB.

Tabela 115: participações com o PT sobre o total de participações de PFL e PSDB nas eleições de 2000, por tamanho do eleitorado			
Eleitorado	PFL	PSDB	diferença
menos de 5000	4,4%	9,0%	-4,6
de 5001 a 10000	3,6%	10,7%	-7,1
de 10001 a 50000	4,7%	11,7%	-7,0
de 50001 a 100000	2,8%	10,7%	-7,9

de 100001 a 500000	0,8%	9,3%	-8,5
mais de 500000	0,0%	0,0%	0,0
TOTAL	4,1%	10,4%	-6,3

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

De fato a diferença aumenta com o aumento do eleitorado, comprovando que a tendência a evitar o PT é mais evidente em 2000 por parte do PFL. A disputa, neste caso, muda de eixo, passando a ser uma questão relativa à PT x PFL, ainda apresentado um outro fator, pois cada qual possui concentração em diferentes tipos de municípios. Cabe ao PT maior concentração nos maiores municípios e ao PFL maior relevância nos locais com menores eleitorados.

Paras as eleições de 2004 o quadro se modificou com pouca intensidade, de forma a apresentar maior repúdio a coligações entre tucanos e petistas em seis estados, desta vez incluindo-se São Paulo, como se observa na tabela 116, abaixo.

Tabela 116: participações com o PT sobre o total de participações de PFL e PSDB nas eleições de 2004, por estado			
estado	PFL	PSDB	Diferença
RS	10,3%	13,7%	-3,4
SC	7,4%	10,3%	-2,8
PR	19,7%	21,9%	-2,2
SP	14,8%	10,4%	4,4
RJ	13,1%	32,5%	-19,4
MG	20,1%	22,7%	-2,6
ES	21,3%	40,3%	-19,0
MS	29,4%	22,7%	6,7
MT	22,3%	29,3%	-7,0
GO	21,5%	24,7%	-3,1
BA	2,0%	35,1%	-33,2
SE	2,8%	39,7%	-36,9
AL	16,7%	10,7%	6,0
PB	26,8%	33,5%	-6,7
PE	9,5%	16,2%	-6,8
CE	28,2%	10,0%	18,2
PI	12,8%	32,0%	-19,2
RN	10,5%	12,3%	-1,8
MA	16,3%	25,0%	-8,7
PA	3,6%	1,4%	2,2

TO	14,5%	15,2%	-0,7
AM	18,0%	25,9%	-7,9
AC	0,0%	26,7%	-26,7
RR	21,4%	0,0%	21,4
RO	29,8%	21,3%	8,5
AP	9,1%	35,7%	-26,6
TOTAL	15,2%	20,5%	-5,2

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Apesar de haver diminuição na diferença entre PSDB e PFL com relação à participação em coligações formadas com o PT, esta ainda se apresenta pendendo para o PSDB, de forma que no caso de alguns estados de forma bastante acentuada, como na Bahia e no Ceará, onde respectivamente PFL e PSDB predominam.

Quando considerado o tamanho do eleitorado o PFL apresenta em todas as classes da tabela 116 número de participações com o PT inferior àqueles apresentados pelo PSDB. Contudo, o padrão constatado em 2000 não se repete em 2004, de forma a não haver uma linearidade com relação aos comportamentos de ambos os partidos, no que diz respeito à diferença entre cada um.

Tabela 117: participações com o PT sobre o total de participações de PFL e PSDB nas eleições de 2004, por tamanho do eleitorado

eleitorado	PFL	PSDB	diferença
menos de 5000	19,3%	23,0%	-3,7
de 5001 a 10000	15,9%	22,8%	-6,9
de 10001 a 50000	12,9%	18,4%	-5,4
de 50001 a 100000	7,1%	14,1%	-7,0
de 100001 a 500000	5,6%	8,4%	-2,8
mais de 500000	0,0%	0,0%	0,0
TOTAL	15,2%	20,5%	-5,2

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Se ainda paira dúvida quanto a ser a disputa PT x PFL a mais acirrada quando se considera o nível municipal, resta observar o número de coligações em que cada partido

disputou em conjunto quando um destes era cabeça-de-chapa. Tal dado encontra-se na tabela 118, abaixo.

Tabela 118: número de coligações com candidato a prefeito de algum dos partidos, por ano da eleição

ano	PT/PSDB	PT/PFL	PSDB/PFL
2000	220	49	1115
2004	402	201	1077

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

O número de participações entre PSDB e PT – em 2000 – é mais de quatro vezes maior do que as participações em que ou PT ou PFL apresentaram candidato a prefeito ao disputarem conjuntamente. Para o ano de 2004, cresce brutalmente o número de coligações entre os partidos de oposição e o líder do governo federal. Apesar do PFL demonstrar um aumento proporcional maior do que o PSDB, ainda assim seu número de participações é metade do valor apresentado pelas coligações tucanas.

Pode-se expressar que a perspectiva ideológica possivelmente não guia este embate com maior veemência, mas a tensão entre política tradicional e nova política pode ser evidente, mesmo que não seja necessariamente devido a práticas políticas diferentes, mas ao menos com relação ao espaço político em disputa.

Retomando as hipóteses inicialmente levantadas, observa-se:

1) não haver indícios sobre a obediência por parte das organizações municipais com relação às diretrizes nacionais;

2) entre os partidos analisados apenas o PT em 2000 se apresentou com uma posição ideológica diferenciada, enquanto em 2004 a questão ideológica se dissolveu a ponto de não ser possível perceber grandes diferenças entre os demais partidos abordados;

3) a obediência à tendência nacional com relação ao posicionamento frente ao governo depende profundamente das condições do embate eleitoral, em 2000 mesmo os

partidos da base evitavam coligar-se entre eles, porém em 2004 com a boa aceitação do princípio do governo Lula, houve um alinhamento entre todos os partidos analisados em comporem alianças com partidos da base governista;

4) efetivamente ocorreu não somente um aumento no número de partidos a comporem coligações, como coligações com maior tamanho apresentaram melhores resultado;

5) na maior parte dos casos analisados o aumento da população conduz a melhoria da coerência partidária

6) a resposta do eleitorado com relação à constituição da coligação seguiu a tendência à aprovar posicionamentos mais próximos ao centro e a variar com relação a melhorar a situação ao se aproximar do governo nos menores municípios, independendo da posição apresentada frente ao governo nacionalmente, e piorar os resultados quanto mais se afastasse do posicionamento dos diretórios nacional à medida em que aumenta o tamanho do eleitorado.

Colocadas estas questões, a avaliação concernente ao impacto de coligações em nível municipal sobre os aspectos democráticos tende a constatar uma série de problemas. Dentre estes, certamente o que requer maior atenção reside na dificuldade em se captar imagens mais coerentes e consistentes a partir do que os próprios partidos apresentam no momento das eleições. Se a disputa partidária é nítida para quem participa da política local, ao se realizar o amálgama destas diversas posições num todo chamado Brasil, muito pouco se pode dizer com relação à organização do campo político. Em grande medida os próprios políticos não buscam se diferenciar entre eles mesmos. Acordos partidários possuem tendência a serem elaborados buscando ganhos imediatos por meio de alianças que não constituem um projeto definido de uma forma a orientar a ação partidária para o cumprimento de metas estabelecidas. Se em algum

momento a disputa eleitoral era a busca pelo acesso ao poder para realizar ou impedir mudanças, o fim último reconhecido pelos partidos se limita ao ganho eleitoral em si.

O número reduzido de eleições municipais com dados disponíveis sobre as coligações para prefeito não permite a avaliação de um padrão para o comportamento dos partidos. Ainda se soma a esta situação o fato de que eram poucos os partidos com capacidade de concorrer nacionalmente antes de 2000. Mesmo com estes empecilhos, algumas considerações podem ser apreendidas.

No que se refere à efetividade dos partidos, esta permite traçar a real existência de uma maior influência da política estadual para determinar os arranjos locais, porém a falta de dados não permitiu aprofundar esta análise.

Em termos gerais, apreende-se por este trabalho que a interpretação das variáveis ideologia e governismo explica muito pouco do comportamento dos partidos políticos. Os dados indicam apenas tendências no comportamento dos partidos, porém não explicam suas reais intenções. Não é possível afirmar que os altos valores encontrados para o IG entre os partidos de oposição em 2004 se devam à busca única e exclusivamente por apoio da base do governo, apesar de certamente ser um dos fatores relevantes. É possível que a conjuntura política afete menos a formação de coligações do que arranjos tradicionais. O número de coligações com membros da base do governo por parte de PSDB e PFL pode ser fruto apenas da manutenção de coligações previamente existentes nos municípios, e, com o inchaço da base governista, ocorreu que os principais aliados destes partidos de oposição se encontrassem entre os aliados do governo. Para obtenção destas informações seria necessária uma abordagem diferente daquela utilizada para o trabalho dos dados aqui apresentados.

Porém, tendo em mente estas reflexões, não é razoável tomar estas questões sem perplexidade. A inexistência de barreiras a definir as identidades dos partidos apenas

demonstra a incapacidade destes se apresentarem com clareza quanto aos seus objetivos. Talvez a disputa entre as elites políticas não resida em fatores ideológicos ou de conjuntura quanto ao governo federal, ou mesmo sobre diferenças quanto a práticas políticas, mas com relação à alocação de espaços de influência.

De qualquer forma, evidencia-se a pouca importância dada pelos próprios partidos com relação aos supostos posicionamentos políticos diferenciados apresentados pelos mesmos – seja de ordem ideológica ou pragmática. Não são apenas barreiras ideológicas que se tornam mais fluidas, mas também aquelas relacionadas a ideais sobre a condução das ações governamentais. É cada vez mais preocupante a falta destas identidades do ponto de vista da produção de condições democráticas para o sistema político. Se nem mesmo os partidos políticos se diferenciam entre eles, como será possível ao eleitorado realizar esta tarefa, visto que as opções existentes são aquelas construídas pelo mesmo sistema político? Resta, então, a legitimação de identidades partidárias pouco consistentes. Sobram identidades diluídas.

6. Bibliografia

- AMES, Bary. (2001), *The deadlock of democracy in Brazil*. Michigan: Michigan University Press.
- ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo & SANTOS, Fabiano. (2004), *Governabilidade e representação política na América do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; [São Paulo]: Fundação Unesp Ed.
- ARENDT, Hannah. (2002 [1958]), *A condição humana*. São Paulo, Forense Universitária.
- _____. (1990 [1963]). *Da revolução*. Brasília: Ática.
- _____. (1995 [1971]), “O Querer”, em: *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- ARNOLD, Douglas R. (1990), *The Logic of Congressional Action*. New York: Yale University Press.
- AVELAR, Lúcia; LIMA, Fernando Dias de. (2000), “Lentas Mudanças: o voto e a política tradicional”. *Lua Nova*, n. 49, p. 195-223.
- BOURDIEU, Pierre. (1989) *O Poder Simbólico*. Lisboa, Bertrand.
- CAMPOS, Consuelo Maria Pinto de. (2002), “Estudo de caso do surgimento e desenvolvimento do PSDB”. *Vitrais*. Brasília, n. 2, p. 83-108.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. (2005), Diferenças ideológicas entre partidos políticos: um estudo sobre os partidos catarinenses. GT n° 11 - Mídia, política e opinião pública, XXIX Encontro Anual da ANPOCS.
- DAHL, Robert A. *Um prefácio à teoria democrática*. (1989) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1982), *Dilems of pluralist democracy*. New Haven: Yale University Press
- _____. (1971), *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press.

- DALMORO, Jefferson; FLEISCHER, David. (2005), “Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade”, em: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- DATAFOLHA. (2002), “Evolução da avaliação do governo Fernando Henrique Cardoso: segundo mandato”. *Pesquisa de opinião*. Disponível na internet: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval_pres_15122002a.shtml; visualizado em 10/01/2007.
- DOWNS, Anthony. (1957), *An economic theory of democracy*. New York: Harper.
- DUVERGER, Maurice. (1974), *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Editores Zahar.
- EAGLETON, Terry. (1997), *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp/Boitempo.
- FAVETTI, Paola Ramos. (2004), *Partidos Aliados em eleições presidenciais no Brasil: análise das coligações vencedoras em 1994, 1998 e 2002*. Brasília, UnB. (dissertação de mestrado)
- FIGUEIREDO, Argelina. (1994), “O desafio do Congresso Nacional: mudanças internas e consolidação institucional”. *Cadernos de Pesquisa*. vol. 3, n. _____; LIMONGI, Fernando. (1999), “Os partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-94”, em: *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo, Editora Fundação Getúlio Vargas. pp. 73-99.
- _____. (1996), “Partidos políticos na Câmara dos Deputados – 1989 – 1994”. *Dados*. Vol. 38, n. 3.
- FLEISCHER, David. (2004), “Os Partidos Políticos”. Em: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed. pp. 249-283.
- _____. (1984), *Do antigo ao novo pluripartidarismo: partidos e sistemas partidários no Congresso Nacional (1945-1964)*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- GALLAGHER, Michael. (1991), “Proportionality, desproportionality and Electoral Systems”. *Electoral Studies*, 10, n. 1, p. 33-51, mar.
- GOMES, Wilson. (2004), *Transformações da política na Era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.

- HUNTINGTON, Samuel P. (1975), “The United States”. Em: CROZIER, Michel J.; Samuel P. Huntington; Joji Watanuki. *The Crisis of Democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission*. Nova Iorque: New York University Press. pp. 59-118.
- KINZO, Maria D’Alva Gil. (1993), *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.
- KRAUSE, Silvana. (2005), “Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994 – 1998 – 2002)”: coligações eleitorais X nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- LAVAREDA, Antônio. (1991), *A democracia nas urnas; o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; Iuperj.
- LESSA, Renato. (1992), “Presidencialismo com representação proporcional ou de como evitar a escolha trágica entre governabilidade e representação proporcional”. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de; SOUZA, A. de; LESSA, Renato. *Reforma institucional; sistema de governo e representação política*. Rio de Janeiro: Iuperj, A Agenda de Políticas Públicas, 2, p. 38.
- LIJPHART, Arend. (2003), *Modelos de Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. (1997), *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- _____. (1993), *Democracia e instituições políticas no Brasil nos anos 80*. São Paulo: Loyola.
- _____. (1983), *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal.
- MACHADO, Aline. (2005), “A lógica das coligações no Brasil”. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- MADISON, James, (1993 [1788]). *Os artigos federalistas, 1787-1788*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- MAINWARING, Scott. (2001), *Sistemas partidários em novas democracias. O caso do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Porto Alegre: Mercado Aberto.
- MANIN, Bernard. (1997), *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MENEGUELLO, Rachel. (1989), *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MICHELS, Robert. (1982[1911]), *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora UnB.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2005), “Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, pp. 25-38.
- _____. (2004a), “Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto”. *Paper* apresentado no II Congresso da ALACIP. Cidade do México, 29 de setembro a 2 de outubro.
- _____. (2004b), “Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral”. *Sociologias*, n. 11. Porto Alegre, pp. 238-58.
- _____. (2003), “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 51, p. 123-140.
- _____. (2003b), “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis nas eleições para o Congresso brasileiro”. *Revista de Sociologia e Política*. vol. 20, pp. 115-134.
- _____. (2002a), “Os meios de comunicação e a prática política”. *Lua Nova*, São Paulo, v. 56, p. 155-184.
- _____. (2002b), “A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483-511.
- _____. (2002c), “Uma democracia esquelética – a teoria de Anthony Downs”. *Política & Trabalho*, n. 18, set. João Pessoa: PPGS-UFPb. pp.125-134
- _____. (2000), *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo, Imprensa Oficial.
- MILL, John Stuart. (1981 [1860]), *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília, UnB.
- MONTESQUIEU. (1982 [1748]), *O Espírito das leis*. Brasília, Editora UnB. (coleção pensamento político)

NICOLAU, Jairo Marconi. (2006), “Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil”, em: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lúcio (orgs.). Reforma política: lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. (2002), *Sistemas eleitorais: uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

_____. (1996), *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

NOHLEN, Dieter. (1995 [1994]), *Sistemas electorales y partidos políticos*. México: Fondo de cultura económica.

NOVARO, Marcos. (1995 [1994]), “O debate contemporâneo sobre a representação política”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 42, p. 77-90.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. (1973), “Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)”. *Dados*, n. 10, p. 166-183.

OSTROGORSKI, Moisei. (1902), *Democracy and the organization of political parties*. New York: Haskell House.

PATEMAN, Carole. (1992 [1970]). *Participação e Teoria Democrática*. São Paulo: Paz e Terra.

PAYNE, Mark J.; et al. (2003 [2002]), *La Política Importa: democracia y desarrollo en América Latina*. Washington: BID.

PITKIN, Hanna F. (1967), *The Concept of Representation*. Berkeley, University of California Press.

PZEWORSKI, Adam. (1995), *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

RAE, Douglas W. (1977), *Leyes electorales y sistemas de partidos políticos*. Madrid: Ediciones Citep.

RIBEIRO, José Floriano. (2005), *Acordos Partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais*. Comunicação apresentada na 1ª Sessão do GT nº 7 - Estudos Legislativos, XXIX

- Encontro Anual da ANPOCS.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, (1973 [1762]), *Do Contrato Social*. São Paulo: Editora Abril Cultural. (coleção “Os Pensadores”).
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1987), *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj.
- SANTOS, André Marengo dos. (2001), “Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fev., vol.16, no.45, p.69-83.
- _____. (1997) “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fev., vol.12, no.33, p.87-101.
- SARTORI, Giovanni. (1982 [1976]). *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar Editores; Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- SCHATTSCHEIDER, Elmer Eric. (1964 [1942]). *Regimen de partidos*. Madrid: Tecnos.
- SCHMITT, Rogério. (2005), “Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira”, em: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- _____, (1999a), *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj. (Tese de Doutorado).
- _____; CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. (1999b), “Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 42, 2.
- _____, (1996), *As coligações partidárias no período 1986-94 versus 1954-62*. Brasília, UnB. (Dissertação de mestrado).
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. (1984 [1942]), Rio de Janeiro: Zahar.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon (2001), *Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. (1973), *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel.
- _____. (1964), “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, p. 95-124.

SOUSA, Vivaldo de. (2005), “O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962”: pleitos majoritários coincidentes com proporcionais. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp.

_____. (1996), *As coligações partidárias no período 1986-94 versus 1954-62*. Brasília, UnB. (Dissertação de mestrado).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1976), *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1940)*. São Paulo: Alfa-Ômega.

SOUZA, Amaury de. (1992), “O sistema político-partidário”. In: Jaguaribe, Hélio (org.). *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 157-198.

TAVARES, José Antonio Giusti. (1994), *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teorias, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. (1998), *Reforma política e retrocesso democrático; agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

WANIEZ, Philippe; CABOS, Violette. (1987), “Les élections du 15 novembre 1986 Brésil”. *Problèmes d’Amérique Latine*, 83, pp. 5-24.